

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CÍVEL****2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ**

Helena Maria Hermesdorff, Coordenadora do Cartório da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 1113802-23.2018.8.26.0100 - **CLASSE** - **ASSUNTO:**
Recuperação Judicial - Concurso de Credores

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/11/2018 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 517.743.863,36

RECUPERANDA(S):

RPN DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ 09.285.950/0001-84, Avenida das Américas, 1155, SALA 313 EDIFÍCIO BARRA SPACE CENTER, Barra da Tijuca, CEP 22631-000, Rio de Janeiro - RJ

EPC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ 06.888.977/0001-73, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

RNG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ 12.510.173/0001-39, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

PVN VEÍCULOS LTDA., CNPJ 05.251.492/0001-01, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

NHN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ 12.505.564/0001-65, Doutor Gastao Vidigal, 1087, Vila Leopoldina, CEP 05314-000, São Paulo - SP

NGN IMPORTADORA LTDA., CNPJ 11.453.341/0001-39, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

JC COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA., CNPJ 71.811.384/0001-70, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

JC BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ 15.238.000/0001-00, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

GB CARS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ 04.289.308/0001-50, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

FRANCECAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ 67.570.598/0001-25, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

ETOILE DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ 03.843.720/0001-07, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

DIREÇÃO PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 00.816.450/0001-57, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

CORRETORA DE SEGUROS SHR LTDA., CNPJ 04.046.958/0001-74, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

CARFRANCE LTDA., CNPJ 41.920.521/0001-44, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

CAMBRAIA E ROSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ 01.829.861/0001-40, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

BSC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ 11.106.720/0001-52, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**BRN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**BRG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 12.536.852/0001-87, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**AVENUE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 07.989.018/0001-07, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**AUTOFRANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ 70.176.516/0001-77, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**ZAQ PARTICIPAÇÕES S.A.**, CNPJ 27.156.550/0001-50, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SNG SP DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**, CNPJ 24.816.113/0001-28, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**TUB PARTICIPAÇÕES S.A.**, CNPJ 05.769.100/0001-09, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**OPERADORA DE TURISMO T. T. TOURS LTDA.**, CNPJ 04.069.238/0001-24, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SRR PARTICIPAÇÕES S.A.**, CNPJ 05.742.308/0001-26, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SRR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, CNPJ 03.474.172/0001-95, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 12.514.987/0001-41, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SPG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SNS AUTOMÓVEIS LTDA.**, CNPJ 11.122.071/0001-83, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SNG SUL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 24.807.520/0001-79, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SAINT GERMAIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 68.817.287/0001-80, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SNG RIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 24.934.448/0001-40, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SNG NORDESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 24.807.608/0001-90, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SNG C. OESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 24.795.815/0001-72, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SHS PARTICIPAÇÕES S.A.**, CNPJ 12.764.772/0001-89, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SHS LOCAÇÃO DE BENS LTDA.**, CNPJ 12.795.203/0001-09, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SECAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, CNPJ 08.987.114/0001-89, Avenida das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center - Sala 313, Barra da Tijuca, CEP 22631-000, Rio de Janeiro - RJ**SAINT MORITZ DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 00.819.488/0001-83, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SAINT MICHEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 64.052.897/0001-80, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP**SAINT MARTIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ 03.761.346/0001-09, Rua Henri Bouchard, 177, CEP 05319-070, São Paulo - SP


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
OBJETO DA AÇÃO:

Pedido de Recuperação Judicial com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/2005.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

CERTIFICA QUE, por r. decisão datada de 21 de novembro de 2018, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das requerentes e nomeada como administradora judicial a empresa EXPERTISEMAIS SERVIÇOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS, inscrita no CNPJ sob o nº 19.615.744/0001-49, com endereço à Rua Vergueiro, 1353, conj. 309-310-311, Torre Norte, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04101-000, representada por Eliza Fazan (CRC 1SP194878/O-4) e endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.Com, e **Suspendendo as ações e execuções contra as recuperandas, e também o curso dos respectivos prazos prescricionais, permanecendo os autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as disposições dos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 6º e §§ 3º e 4º do artigo 49 e inciso III do artigo 52 da mesma Lei. Cabendo às recuperandas a comunicação da suspensão aos juízos competentes. CERTIFICA MAIS QUE** o Edital de Convocação de credores foi disponibilizado no D.J.E. em 18/12/2018. **CERTIFICO MAIS QUE**, o Plano de Recuperação Judicial foi apresentado às fls. 10788 em 28 de janeiro de 2019. **CERTIFICO MAIS QUE**, o edital de relação de credores e o aviso sobre o plano de Recuperação foi disponibilizado no D.J.E. em 12 de abril de 2019. **CERTIFICO MAIS QUE** foi decretado o encerramento da recuperação judicial, por r. Sentença, em 16 de maio de 2025. **CERTIFICO AINDA QUE** em 29/05/2019, pelo MM. Juiz foi proferida a r. decisão: *"Vistos. Fls. 20.313/20.331: Ciente o Juízo. Dê-se ciência às Recuperandas. Fls. 20.332/20.343: Reiteram os credores os mesmos pedidos de fls. 17.645/17.662, para o que já obtiveram resposta da Administradora Judicial, conforme se pode verificar junto à petição de fls. 19.521/19.529. Assim, nada a deliberar. Determino, ainda que, atentem-se os credores quanto às manifestações dos autos, a fim de se evitar a repetição de pedidos e consequente tumulto processual. Fls. 20.344/20.352: Tendo em vista a manifestação da Administradora Judicial às fls. 20.496/20.497, dê-se ciência à Administradora Judicial e demais interessados. Fls. 20.354/20.370, 20.439/20.445, Fls. 20.480/20.483: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º, do art. 6º, da LRF, de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial/decretação da falência, conforme determinado pelo art. 9º, II, da LRF. Mensalmente, o administrador judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia a um incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. No mais, anote-se o nome do (a) d. advogado (a) no sistema. Fls. 20.373/20.378, Fls. 20.413/20.438: Anote-se os dados dos patronos, após regularização processual. Recolha-se a taxa de mandato de procuração/substabelecimento em 15 dias. No mais, a via é incorreta. Nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados do requerente, o nome da recuperanda/falida como requerida, o nome da Administradora Judicial e seus respectivos patronos. Fls. 20.380/20.392, Fls. 20.393/20.405, Fls. 20.456/20.457: Anote-se os dados dos patronos, após regularização processual. Recolha-se*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

a taxa de mandato de procuração/substabelecimento em 15 dias. Fls. 20.446/20.454: Dê-se ciência à Administradora Judicial e aos demais interessados sobre a existência do débito fiscal noticiado. Fls. 20.458/20.459: Ciente o Juízo. Ciência aos interessados, inclusive sobre o edital de fls. 20.487/20.489. Fls. 20.464/20.475: Reitero os termos da decisão de fls. 16.257/16.260, reforçado pelo decisum proferido pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ambas decisões abaixo transcritas no mérito: Decisão de fls. 16.257/16.260: Nestes termos, defiro em parte o pedido formulado pelas Recuperandas para que seja oficiado o D. Juízo da 20ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE, para que, nos termos do §4º, do artigo 6 da Lei 11.101/2005, suspenda a Ação de Obrigação de Fazer. Determinando-se, ainda que remeta aquele D. Juízo a este feito Recuperacional os valores bloqueados nos autos da Ação de Obrigação de Fazer nº 000413074.2015.8.17.2001, depositando-os em conta vinculada a este processo. A liberação ou não das importâncias será decidida oportunamente. Decisão proferida no CC nº 165.679-SP: Forte nessas razões, DEFIRO o pedido liminar, a fim de suspender a prática, pelo Juízo de Direito da 20ª Cível de Recife - PE, de atos que impliquem constrição ao patrimônio das suscitantes, designando-se, outrossim, o Juízo da recuperação para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes. Vale a presente, por cópia, como ofício, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, mediante protocolo físico, comprovando o protocolo nos autos no prazo de 5 (cinco) dias. Fls. 20.476/20.479: **Pleiteiam as Recuperandas a concessão da prorrogação do stay period por mais 180 (cento e oitenta) dias. Cumpre ressaltar que o prazo de suspensão de 180 dias é improrrogável, nos termos do art. 6º, §4º, da Lei 11.101/05. Contudo, tendo em vista que a jurisprudência admite tal prorrogação, bem como face a concordância da Administradora Judicial, de rigor a suspensão das ações e execuções contra as Recuperandas, tendo em vista que indubitavelmente no presente caso, a não realização da AGC até a presente data, não pode ser atribuída às Recuperandas, não sendo hipótese de desídia ou de má-fé. Assim, defiro em parte o pedido de prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções contra as Recuperandas, porém, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ou até a realização da AGC que votar o plano de recuperação judicial, o que ocorrer primeiro.** Fls. 20.486/20.489: O edital já foi expedido às fls. 20490/20491. Int.". **CERTIFICO MAIS QUE** o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores foi disponibilizado no D.J.E. em 30 de maio de 2019, com primeira convocação no dia 19/06/2019 e segunda convocação para 03/07/2019. Em 19/06/2019, às fls. 21892 e seguintes, a Administradora Judicial informou que a Assembleia Geral de Credores não foi instalada ante a ausência do quórum legal. **CERTIFICO MAIS** que em 03/07/2019 a referida Assembleia foi realizada e a Administradora Judicial juntou aos autos a ata e informou que a continuação da Assembleia Geral de Credores será feita em 15/08/2019. **CERTIFICO AINDA QUE**, por r. Decisão proferida em 13/09/2019, com base na aprovação do Plano de Recuperação Judicial Pela Assembleia Geral de Credores, foi concedida a Recuperação Judicial ao GRUPO SHC, representado pelas 40 sociedade que integram o presente processamento. **CERTIFICO AINDA QUE**, por r. Decisão proferida em 19/11/2019 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 29.636/29.657 e 29.831/29.833: Comprovem Alessandro de Souza Correa, Fabiano Bachour da Silva, André Luiz Dominguez Rosas, Thais Martins de Assis Almeida, Fabio Rodrigues, Ramon Franco Machado, Diogo Rodrigues de Andrade, Maria Aparecida da Conceição Evaristo, Maria Cilene Franco Soares, Jeane Xavier da Silva, Flavia Nascimento de Figueiredo, Aline dos Santos Leal, Paulo Sergio Oliveira da Silva, Deuzarina Josefa da Silva, Levy Braz Nogueira Junior, Carlos Alexandre Costa de Souza, Vicente Carlos da Costa Junior, Carlos Augusto Soares da Silva, Carlos Augusto de Oliveira Pacheco, Leandro Silveira dos Santos, Mauricio da Silva Guimarães Filho e Espólio de Eduardo Dumer Meira (representado por Shuelen Sperandio) o recolhimento da taxa de mandato, sob pena de inscrição na dívida ativa, ou, acostem declaração de hipossuficiência atualizada. Fls.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

29.665, 29.757/29.758 e 29.845/29.846: Anotem as Recuperandas os dados bancários de Camila Olivete Pires, JAH - Produção e Eventos Ltda. EPP e Cleonaldo José da Silva Nogueira. Fls. 29.669/29.670 e 29.802/29.803: Com a comprovação de recolhimento das custas para publicação do edital de convocação dos credores à Assembleia Geral de Credores designada para o próximo dia 22/11/2019, em primeira convocação e dia 28/11/2019, em segunda convocação, a publicação ocorreu aos 05/11/2019, conforme Edital de fls. 29.751/27.52. Devidamente publicado em jornal de grande circulação, aguarde-se a realização do conclave. Fls. 29.671/29.672: Dê-se ciência aos credores e interessados quanto ao cronograma da reorganização societária proposta pelas Recuperandas, objeto de deliberação da Assembleia Geral de Credores agendada. Fls. 29.673/29.674, 29.790/29.794, 29.795/29.800, 29.831/29.833, 29.911/29.913, 30.101/30.106 e 30.107/30.112, 30.061/30.063 e 30.124/30.125: Conforme decisão de fls. 29.390/29.395 e, em observância ao já noticiado pela Administradora Judicial às fls. 29.148/29.151, item II, o prazo para o encaminhamento das opções de escolhas previstas no plano de recuperação judicial findou-se aos 14/10/2019. Não obstante, todos os credores deverão observar disposição da cláusula do Plano de Recuperação Judicial e enviar DIRETAMENTE às Recuperandas os seus dados bancários no endereço de e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br (fl. 26.184), copiando o e-mail gruposhc2vfrj@gmail.com, da recuperação judicial, para fiscalização da Administradora Judicial. Determino, ainda, que se atentem os credores quanto às manifestações dos autos, a fim de se observar as questões já decididas e consequentemente evitar tumulto processual. Anotem as Recuperandas os dados bancários de Glaucia Leticia Alves da Rosa, Eduardo Henrique Cerqueira, Osvaldir Ferreira, Espólio de Eduardo Dumer Meira e Josefa Janicleide da Silva Souza, Eduardo Ribeiro Soares da Silva e Canhão Serviços de Despachante Ltda. Fls. 29.744/29.750, 29.759/29.763, 29.850/29.857, 29.914/29.919 e 30.091/30.100: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial/decretação da falência, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Mensalmente, a Administradora Judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Anotem-se os dados dos patronos de Marcos Leandro Silva Souza, Ricardo Cordeiro Cabreza Perez, Caroline Machado da Silva e Aline Roberta Silva Lima Terassi. Defiro o benefício da justiça gratuita aos credores Marcos Leandro Silva Souza, Caroline Machado da Silva, Rafael Alves Veronessi e Aline Roberta Silva Lima Terassi. Anotem as Recuperandas os dados bancários de Marcos Leandro Silva Souza. Fls. 29.755/29.756: Tratando-se de discordância do credor quanto ao valor de seu crédito indicado no parecer contábil elaborado pela Administradora Judicial, deverá o credor apresentar impugnação por meio de incidente próprio, nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018. Fls. 29.764/29.766, 29.804/29.805, 29.806/29.807, 29.808/29.809, 29.838/29.844 e 29.911/29.913: Defiro o benefício da justiça gratuita a Keytti Mara Seguro, Edson Roberto Tognon Torres, Rafael Correia de Souza, Washington Gonçalves da Silva, Fabiano Borges Corrêa e Angélica Rentroi Oliveira Martins. Anotem-se os dados dos patronos. Fls. 29.767/29.789, 29.810/29.829, 29.963/29.962, 29.963/30.002, 30.003/30.043, 30.066/30.090 e 30.127/30.148: A via é incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores habilitar-se, nos termos do artigo 9º, da Lei 11.101/2005, observando que, nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome da recuperanda/falida como requerida, o nome da Administradora Judicial e seus respectivos patronos. Fls. 29.801 e 29.847/29.479: Trata-se de manifestação de Caoa Patrimonial Ltda., arrematante do imóvel de matrícula nº 144.591, requerendo a sub-rogação do valor devido pelas Recuperandas a título de IPTU no valor depositado pela arrematação do imóvel, bem como intimação do Município de Belo Horizonte. O Ministério Público manifestou-se às fls. 29.847/29.849 pelo desconto do preço pago o valor ainda não parcelado do IPTU que incidiu sobre o imóvel em 2019, limitado até a data da alienação do bem. Nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, de modo que não há prejuízo à parte em relação à arrematação. Ademais, conforme manifestação da Administradora Judicial às fls. 30.209, item IV, a questão envolvendo o parcelamento referente ao IPTU do imóvel arrematado é objeto de fiscalização mensal, que já constou do 10º RMA à fl. 28.001. Quanto ao valor remanescente indicado pela peticionante, conforme item IV, de fls. 30.209, da manifestação da Administradora Judicial, tem-se que foi objeto de parcelamento, até agora honrado pelas Recuperandas. Acompanhe a interessada os relatórios mensais da Administradora Judicial que trarão informações sobre os pagamentos até o final do parcelamento. Fls. 29.834/29.835 e 29.836/29.837: Ante a regularização da representação, anatem-se os dados dos patronos de Isabel Cristina do Nascimento e Marco Antônio Rosa de Freitas. Fls. 29.847/29.849: Ciência às partes e interessados sobre o parecer do Ministério Público. Fls. 29.858/29.861 e 29.864/29.865: Certifique a serventia. Fls. 29.862: Trata-se de ofício expedido pelo Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre reiterando pedido de habilitação do crédito tributário no valor de R\$ 94.753,00. Novamente, OFICIE-SE à 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS sobre a impossibilidade da habilitação do referido crédito nos autos da Recuperação Judicial, nos termos do art. 187 do Código Tributário Nacional. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pela Administradora Judicial à 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre /RS. Fls. 29.866/29.869: Ciência ao credor quanto à informação prestada pela Administradora Judicial em sua manifestação às fls. 30.207, item II, de que seu crédito encontrase incluído na Relação de Credores. Fls. 29.870/29.883 e 29.909/29.910: Trata-se de petição de Caoa Patrimonial Ltda. requerendo a expedição da Carta de arrematação para a transferência da propriedade do imóvel objeto da matrícula nº 144.591, em caráter de urgência, para que seja assim expedida a guia de ITBI pelo Município de Belo Horizonte, de modo que seu pagamento será comprovado nos autos. Diante do recolhimento das custas, conforme já decidido às fls. 27.587/27.591, expeça-se a carta de arrematação à Caoa Patrimonial Ltda., que deverá providenciar o recolhimento do ITBI devido ao Município de Belo Horizonte para fins de registro. Fls. 30.044/30.063 e 29.847/29.849: Digam os credores sobre o valor de avaliação dos bens listados às fls. 30.054/30.056, bem como acerca da pretensão das recuperandas de venda direta dos bens listados às fls. 20.178 e 30.054/30.056, considerando que restou infrutífero o leilão eletrônico realizado. No silêncio, e considerando que a Administradora Judicial às fls. 30.208, item III, não se opôs ao pedido formulado pelas Recuperandas, defiro a realização de venda direta, na forma do artigo 66, da Lei 11.101/2005, uma vez que essa é a modalidade que atenderá aos interesses da coletividade de credores e não acarretará maiores ônus às Recuperandas, com a devida prestação de contas à Administradora Judicial em até 5 (cinco) dias após a venda, na forma indicada pela Administradora Judicial às fls. 30.208, item III. Defiro, após constatação da Administradora Judicial, o descarte como sucata dos materiais do depósito em São Caetano, imprestáveis ao uso.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Fls. 30.064/30.065: Anotem-se os dados do patrono de Maurício Delfim de Jesus, que deverá comprovar, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa, ou, acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 30.113/30.123: Em que pesem as alegações da interessada Samira Fauzi Lutfi, deverá a credora aguardar o pagamento do seu crédito, na forma estabelecida no Plano de Recuperação Judicial homologado. Fls. 29.884/29.908, 30.149/30.151, 30.152/30.173 e 30.152/30.180: Digam as Recuperandas. Fls. 30.206/30.215: Ciência às Recuperandas e aos interessados quanto à manifestação da Administradora Judicial. Int.". **CERTIFICO AINDA QUE**, por r. Decisão proferida em 25/11/2019 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 30.181/30.188: Digam as Recuperandas. Fls. 30.190/30.191, 30.221/30.222, 30.223/30.227, 30.292/30.294: Certifique a Z. Serventia. Anotem-se os dados dos patronos, que deverão comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa, ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 30.192/30.205: Aguarde-se o trânsito em julgado do incidente, bem como o pagamento na forma do plano homologado. Fls. 30.229/30.230: Trata-se de Ofício da 26ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte solicitando informações acerca do andamento do presente feito. Oficie a Z. Serventia ao Juízo solicitante. Fls. 30.232/30.255: Trata-se de manifestação das Recuperandas informando terem requerido a suspensão do curso dos cumprimentos de sentença nº 0015924-84.2019.8.26.0002, em trâmite perante a 1ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional II de Santo Amaro; e nº 0005740-31.2019.8.26.0047, em trâmite perante a Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Assis, além da remessa dos valores bloqueados naqueles autos para conta judicial vinculada a este Juízo. Alegam que os D. Juízos indeferiram a suspensão das medidas de constrição sob o fundamento de que o pedido de recuperação judicial se deu em data posterior à execução, o que supostamente acarretaria a não sujeição dos referidos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. No tocante ao cumprimento de sentença nº 0015924-84.2019.8.26.0002, nota-se que a ação que o originou (Processo nº 0015924-84.2019.8.26.0002) se fundou na demora para a regularização e entrega de documentação de veículo adquirido em 04/05/2016, com sentença condenatória proferida em 23/06/2017 e trânsito em julgado em 27/03/2019. Quanto ao cumprimento de sentença nº 0005740-31.2019.8.26.0047, se observa que discussão na ação originária (Processo nº 1003073-89.2018.8.26.0047) versa sobre problemas na aquisição de veículo automotor em fevereiro de 2018, sendo a sentença condenatória proferida em 17/10/2018 e trânsito em julgado em 30/07/2019. Em que pese o trânsito em julgado ter ocorrido após o deferimento do processamento da Recuperação Judicial, o fato gerador que embasou o ajuizado das referidas ações ocorreu antes mesmo do ajuizamento da Recuperação Judicial. Dessa forma, os créditos perseguidos nos cumprimentos de sentença nº 0015924-84.2019.8.26.0002 e 0005740-31.2019.8.26.0047 são concursais e submetem-se aos efeitos da Recuperação Judicial. Logo, não compete aos Juízos originários dispor sobre atos de constrição contra o patrimônio das Recuperandas, já que nos termos do entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça, compete ao Juízo Universal a decisão sobre todos os atos de restrição patrimonial das Recuperandas. Diante de tais fatos, determino o imediato desbloqueio dos valores efetivados via BACENJUD nas contas das Recuperandas, bem como se abstenham os Juízos da 1ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional II de Santo Amaro e da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Assis de efetuar qualquer ato de constrição sobre os bens das Recuperandas, uma vez que os créditos em discussão submetem-se aos efeitos desta recuperação judicial, devendo os interessados se habilitarem neste Juízo, nos termos do artigo 9º, da Lei 11.101/2005. Fls. 30.526/30.280, 30.281/30.289: A via é incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores habilitar-se, nos termos do artigo 9º, da Lei 11.101/2005, observando que, nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR **DEPENDÊNCIA** ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome da recuperanda/falida como requerida, o nome da Administradora Judicial e seus respectivos patronos. Não obstante, defiro o benefício da justiça gratuita ao credor. Anotem-se os dados do patrono de José Wilson Lucas. Anotem-se os dados do patrono de Israel Gomes Públio que deverá comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa, ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 30.290/30.291, 30.295/30.296, 30.329/30.330 e 30.331/30.332: Conforme decisão de fls. 29.390/29.395 e 30.216/30.220, o prazo para o encaminhamento das opções de escolhas previstas no plano de recuperação judicial findou-se aos 14/10/2019, o que foi noticiado pela Administradora Judicial às fls. 29.148/29.151, item II. Determino, desse modo, que se atentem os credores quanto às manifestações dos autos, a fim de se observar as questões já decididas e conseqüentemente evitar tumulto processual. Anotem as Recuperandas os dados bancários de Myriam Carvalho Bustamante, William de Andrade Primo e Viviane Pereira Ferreira. Fls. 30.315/30.328: Quanto ao pedido de reconsideração, rejeito-o, pelos próprios fundamentos da decisão recorrida. Anote-se a interposição do agravo de instrumento. Ciência à parte adversa. Mantenho a decisão agravada pelos próprios fundamentos. Fls. 30.333/30.335: Defiro o benefício da justiça gratuita a José Ibiapiano Feliciano. Anotem-se os dados do patrono. Fls. 30.336/30.491: Dê-se ciência aos credores e demais interessados sobre a não instalação da Assembleia Geral de Credores em 1ª Convocação, devendo-se aguardar a 2ª Convocação, nos termos do edital juntado às fls. 29.663/29.664, do presente feito. Saliento também que observem as ressalvas feitas pela Administradora Judicial quanto ao local de realização da Assembleia Geral de Credores. Deverão os credores utilizar nos aplicativos de localização o endereço da Avenida das Nações Unidas, 16.737 ou JAC Nações, pois o local possui duas numerações. Int.". **CERTIFICO AINDA QUE**, por r. Decisão proferida em 05/12/2019 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 30493: última decisão. Fls. 30.496/30.499, 30.517/30.519, 30.525/30.526, 30.539/30.544, 30.552/30.554, 30.555/30.562, 30.563, 30.777/30.783, 30.947/30.952 e 30.953/30.956: Anotem-se os dados dos patronos de Wallace Freitas, Débora de Oliveira, Elda Maria Ramos da Silva, José Wilson Lucas, Allan Fialho Rezende Camargo, Alexsandro Cruz dos Santos, Isabel Cristina do Nascimento, 99 Tecnologia Ltda., José Carlos Domingues Junior e Sidnei Antunes Mendonça no sistema. Defiro os benefícios de justiça gratuita a Elda Maria Ramos da Silva, José Wilson Lucas, Alexsandro Cruz dos Santos, José Carlos Domingues Junior e Sidnei Antunes Mendonç. Fls. 30.517/30.519: **Apreciado no item 1 (procuração e assistência judiciária)**. Fls. 30.520/30.524, 30.762 e 30.763: Anotem as Recuperandas os dados bancários de João Carlos de Oliveira e Guilhermano Gomes da Silva. No mais, comprove o interessado João Carlos de Oliveira o recolhimento da taxa de mandato, em 5 (cinco) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa Fls. 30.525/30.526: **Apreciado no item 1 (procuração e assistência judiciária)**. Fls. 30.527/30.538, 30.555/30.562, 30.777/30.783, 30.947/30.952, 30.958/30.964 e 30.965/30.972: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial/decretação da falência, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Mensalmente, a Administradora Judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. Comprove o patrono da peticionante Izabella da Costa Cerqueira Volotão o recolhimento da taxa de mandato em 5 (cinco) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Anotem-se os dados dos patronos de Izabella da Costa Cerqueira Volotão, Alexsandro Cruz dos Santos, José Carlos Domingues Junior e Sidnei Antunes Mendonça. Defiro o benefício da justiça gratuita a Alexsandro Cruz dos Santos, José Carlos Domingues Junior e Sidnei Antunes Mendonça. Anotem as recuperandas os dados bancários de José Carlos Domingues Junior e Sidnei Antunes Mendonça. Fls. 30.539/30.544: *Apreciado no item 1 (procuração e assistência judiciária)*. Fls. 30.545/30.551: *Trata-se de manifestação idêntica à de fls. 28.256/28.262, formulada por Maurício Delfim de Jesus, cujo pleito já foi apreciado na decisão de fls. 28.523/28.528, de modo que não há o que deliberar. Atendem os credores quanto às manifestações dos autos, a fim de se observar as questões já decididas e, conseqüentemente, evitar tumulto processual*. Fls. 30.552/30.554: *Apreciado no item 1 (procuração e assistência judiciária)*. Fls. 30.555/30.562: *Apreciado nos itens 1 (procuração e assistência judiciária) e 5 (habilitação de crédito trabalhista)*. Fls. 30.563: *Apreciado no item 1 (procuração e assistência judiciária)*. Fls. 30.564/30.761: *Dê-se ciência aos credores e demais interessados quanto aos documentos trazidos pela Administradora Judicial referente à Assembleia Geral de Credores realizada em 28/11/2019, em 2ª Convocação, em que foi aprovada a reorganização societária proposta pelas Recuperandas por 67,82% dos créditos presentes à assembleia-geral, créditos esses representados por 75% dos credores presentes. A realização do conclave para votar proposta de reorganização societária se fez em cumprimento à decisão homologatória do plano de recuperação judicial, proferida em 13/09/2019, em que restou determinado que as operações societárias pretendidas pelas Recuperandas fossem expostas aos credores e submetidas à votação em assembleia geral de credores. Diante da apresentação de proposta pormenorizada, contendo as operações societárias almejadas, HOMOLOGO a proposta de reorganização societária apresentada pelas Recuperandas e aprovada pelos credores em assembleia geral de credores, sendo que as operações realizadas no período de supervisão judicial deverão ser apresentadas nos presentes autos*. Fls. 30.762 e 30.763: *Apreciado no item 3 (dados bancários)*. Fls. 30.764/30.776: *Requerem as Recuperandas a liberação de R\$ 638,09 depositados em conta judicial vinculada ao presente processo e provenientes de depósitos judiciais por elas realizados em reclamações trabalhistas. A questão já foi decidida às fls. 8890/8892, com o reconhecimento do direito das Recuperandas aos depósitos recursais realizados perante a Justiça Trabalhista. Assim, DEFIRO o pedido de levantamento de R\$ 638,09 em favor das Recuperandas. Juntem as Recuperandas o formulário de MLE. Em relação aos valores existentes em contas judiciais mantidas junto ao Banco do Brasil, foram apresentados às fls. 30.152/30.173 os extratos pormenorizados das contas judiciais vinculadas à presente Recuperação Judicial, porém, requerem as Recuperandas a apresentação de extrato em que conste informações a respeito da origem das quantias ali depositadas e a data de suas respectivas transferências. Assim, expeça-se novo ofício ao Banco do Brasil S/A para que sejam apresentadas as informações da origem das quantias depositadas nas contas apontada nos extratos de fls. 30.152/30.173, contendo a discriminação de todas as transferências/depósitos realizados, seus respectivos valores, datas e origem. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, ao Banco do Brasil, mediante protocolo físico, comprovando-o nos autos, no prazo de 5 dias. Após o envio das informações quanto à origem dos valores apreciarei o pedido de levantamento formulado pelas Recuperandas. Defiro, ainda, o pedido de levantamento de valores depositados no processo em curso na 13ª Vara Cível de Brasília/DF, conforme informado no ofício de fls. 30.152/30.180, por se tratar de crédito cujo adimplemento deverá ser realizado conforme Plano de Recuperação Judicial homologado por este juízo. Expeça-se ofício*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

à 13ª Vara Cível de Brasília/DF para que seja expedido mandado de levantamento em favor das Recuperandas. Servirá a presente como OFÍCIO, a ser encaminhado pelas Recuperandas e comprovado no prazo de 5 dias. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, à 13ª Vara Cível de Brasília/DF, mediante protocolo físico, comprovando-o nos autos, no prazo de 5 dias. Após o envio das informações quanto à origem dos valores apreciarei o pedido de levantamento formulado pelas Recuperandas. Fls. 30.777/30.783: Apreciado nos itens 1 (procuração e assistência judiciária) e 5 (habilitação de crédito trabalhista). Fls. 30.784/30.944: Dê-se ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados, quanto ao Relatório Mensal de Atividades juntado pela Administradora Judicial que contemplou o período de 01/11/2019 a 29/11/2019. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/11/2019, para que busquem no aludido relatório o parecer contábil sobre seus créditos. Fls. 30.945/30.946: Conforme declinado pelo próprio peticionante, em 12/09/2019 foi requerida a habilitação de seu crédito (fls. 26.322/26.339), sendo ônus da parte praticar os atos necessários ao acompanhamento processual, bem como de tomar conhecimento acerca dos termos do plano de recuperação judicial, inclusive pela influência que este exerce na esfera patrimonial dos credores sujeitos à recuperação judicial. O que se afere, na realidade, é a ausência de acuidade do peticionário acerca dos procedimentos deste feito, uma vez que havia cláusula expressa no plano de recuperação judicial aprovado sobre o termo final para o exercício da opção de pagamento por parte dos credores. Além disso, a publicação dos editais previstos na Lei 11.101/2005 ocorreu com antecedência, de forma que as partes tiveram plenas condições de deliberar sobre o plano de recuperação judicial, exatamente como ocorreu neste feito. Por tais razões, indefiro o pedido de reabertura do prazo para o peticionário. Fls. 30.947/30.952: Apreciado nos itens 1 (procuração e assistência judiciária) e 5 (habilitação de crédito trabalhista). Fls. 30.953/30.956: Apreciado no item 1 (procuração). Int.". **CERTIFICO AINDA QUE**, por r. Decisão proferida em 16/12/2019 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 30.958/30.964, 30.965/30.972, 30.974/30.981, 30.982/30.991, 31.111/31.117, 31.118/31.125, 31.139/31.144, 31.148/31.156, 31.157/31.164, 31.174/31.187 e 31.188/31.193: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial/decretação da falência, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Mensalmente, a Administradora Judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. Anotem-se os dados dos patronos de Paulo Martiliano dos Santos Filho, Rogério Eduardo Simões Victorino, Lisandra Menezes de Oliveira, Hugo Fernandes de Andrade, Claudio Correa da Silva, Gerbei Remus dos Santos, Lucas Avila Prufer, Tahis Andreia Nobrega Moreira, Vladimir Brinck dos Santos e Rogério Damaceno. Defiro o benefício da justiça gratuita a Paulo Martiliano dos Santos Filho, Rogério Eduardo Simões Victorino, Lisandra Menezes de Oliveira, Hugo Fernandes de Andrade, Claudio Correa da Silva, Gerbei Remus dos Santos, Lucas Avila Prufer, Tahis Andreia Nobrega Moreira e Vladimir Brinck dos Santos. Anotem as recuperandas os dados bancários de Paulo Martiliano dos Santos Filho, Lisandra Menezes de Oliveira, Hugo Fernandes de Andrade, Claudio Correa da Silva, Gerbei Remus dos Santos, Lucas Avila Prufer, Tahis Andreia Nobrega Moreira, Vladimir Brinck dos Santos, Elmo Nascimento e Advogados Associados e Rogério Damaceno. Intime-se o patrono de Rogério Damaceno para comprovar, no


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa, ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 30.965/30.972, 30.974/30.981, 30.982/30.991, 31.111/31.117, 31.118/31.125, 31.139/31.144, 31.148/31.156, 31.157/31.164, 31.174/31.187, 31.188/31.193: *Apreciado supra (habilitação de crédito trabalhista)*. Fls. 30.997/31.093: *Trata-se de petição das Recuperandas requerendo o cancelamento dos protestos e das respectivas negativas nos órgãos de proteção ao crédito, sob a fundamentação de que com a aprovação do PRJ ocorreu a novação das dívidas. Razão cabe às Recuperandas, uma vez que o art. 59 prenuncia que o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, de modo que inexiste, então, o inadimplemento das obrigações anteriores. De rigor, então, que os protestos em nome das Recuperandas e sua manutenção nos cadastros de inadimplentes tenham sua publicidade suspensa durante o período de fiscalização de cumprimento do plano de recuperação judicial. A jurisprudência corrobora com este entendimento, conforme julgados do TJSP: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Agravo de Instrumento 2095583-85.2017.8.26.0000, Relator (a): Ricardo Negrão, Data do Julgamento: 05/11/2017; 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Agravo de Instrumento 2122611-62.2016.8.26.0000; Relator (a): Teixeira Leite, Data do Julgamento: 19/10/2016. Deste modo, DETERMINO a suspensão da publicidade da inscrição do nome das Recuperandas dos cadastros de inadimplentes, bem como a suspensão da publicidade dos protestos listados pelas Recuperandas às fls. 30.997/31.093, servindo cópia da presente decisão como OFÍCIO, que deverá ser encaminhada aos órgãos de protesto e proteção de crédito pelas Recuperandas. Fls. 31.094/31.095: A via é incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores habilitar-se, nos termos do artigo 9º, da Lei 11.101/2005, observando que, nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome da recuperanda/falida como requerida. Fls. 31.096/31.100: Dê-se ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas referentes ao mês de Outubro de 2019. Fls. 31.102: Não localizados nos autos a procuração e documentos comprobatórios da situação de hipossuficiência, intime-se o patrono do credor Vagner Nogueira Muniz para que junte os documentos que comprovam o pleito de justiça gratuita, no prazo de 5 (cinco) dias. Fls. 31.103/31.104, 31.105/31.106, 31.107/31.108, 31.109/31.110, 31.137/31.138: Defiro o benefício da justiça gratuita ao Bruno Roberto de Souza, Fabiano Bachour da Silva, Deuzarina Josefa da Silva, Paulo Sergio Oliveira da Silva e Elda Maria Ramos da Silva. Fls. 31.105/31.106, 31.107/31.108, 31.109/31.110, 31.137/31.138: *Apreciado supra (assistência judiciária)*. Fls. 31.126/31.128: Comprovado o recolhimento das custas de mandato, anote-se a Z. Serventia. Fls. 31.145/31.147 e 31.165/31.173: Anotem as Recuperandas os dados bancários dos credores Yuri Toigo dos Santos e Dorna e Marques Sociedade de Advogados. Fls. 31.165/31.173: *Apreciado supra (anotação e dados bancários)*. Fls. 31.194/31.198: Trata-se de manifestação semelhante à de fls. 30.496/30.499, formulada por Wallace Freitas, cujo pleito já foi apreciado na decisão de fls. 30.992/30.996, de modo que não há o que deliberar. Atentem os credores quanto às manifestações dos autos, a fim de se observar as questões já decididas e, consequentemente, evitar tumulto processual. Fls. 31.223/31.226: Ciência aos credores e interessados quanto à manifestação da Administradora Judicial. Diante das informações trazidas pela Administradora Judicial no item I de sua manifestação, intemem-se os patronos dos credores Marcos Leandro Silva Souza e Robson Mendes da Silva, bem como os patronos das recuperandas para prestarem os esclarecimentos solicitados, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. ” **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 20/01/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: *"Vistos. Fls.**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

31.236, 31.241/31.251, 31.252/31.276, 31.284/31.293, 31.461/31.470, 31.516/31.527: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial/decretação da falência, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Mensalmente, a Administradora Judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. Anotem-se os dados dos patronos de Edson Roberto Tognon, Paulo Bernardes, Sandra Ferreira Martins, Cristiano da Silva Miranda e Bruno Cardoso Simões Januzzi. Defiro o benefício da justiça gratuita a Edson Roberto Tognon, Cristiano da Silva Miranda. Anotem as recuperandas os dados bancários de Edson Roberto Tognon, Sandra Ferreira Martins e Bruno Cardoso Simões Januzzi. Intime-se o patrono de Paulo Bernardes para regularizar a sua representação processual. Intime-se o patrono de Paulo Bernardes, Sandra Ferreira Martins e Bruno Cardoso Simões Januzzi para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 31.277/31.280: Nada a deliberar. Anotem as recuperandas os dados bancários de José Area Lima e Josiane Felipe. Fls. 31.281/31.283: Defiro o benefício da justiça gratuita a João Carlos de Oliveira. Fls. 31.295/31.460: Dê-se ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados, quanto ao Relatório Mensal de Atividades juntado pela Administradora Judicial que contemplou o período de 01/12/2019 a 18/12/2019. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 10/12/2019, para que busquem no aludido relatório o parecer contábil sobre seus créditos. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. Fls. 31.471, 31.482/31.487, 31.491/31.492, 31.493/31.494: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto à sustação dos efeitos dos protestos em cumprimento à decisão de fls. 31.237/31.240. Fls. 31.472/31.473: Certifique a Z. Serventia. Se em termos, anotem-se os dados dos patronos. Fls. 31.474/31.481: Dê-se ciência aos interessados sobre a retificação das contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas referentes ao mês de Novembro de 2019, inclusive já noticiada pela Administradora Judicial no 13º (décimo terceiro) Relatório Mensal de Atividades (RMA), às fls. 31.357/31.362. Fls. 31.486/31.489: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto ao encaminhamento de ofício à 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro da Comarca de Porto Alegre informando que o crédito tributário não é sujeito à recuperação judicial Fls. 31.495/31.507: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados no tocante às informações prestadas pelo Banco do Brasil. Fls. 31.511: A fim de que seja analisado o pedido de concessão de justiça gratuita, junte a requerente Izabella da Costa Cerqueira Volotão, declaração atualizada de hipossuficiência financeira e seus últimos três holerites. Fls. 31.512/31.515: Digam as Recuperandas, após, tornem conclusos. Fls. 31.528/31.530, 31.461/31.470 31.516/31.527: Não há o que deliberar sobre as opções de pagamento. Conforme já decidido às fls. 29.390/29.395, o prazo para a escolha da opção de pagamento findou-se aos 14/10/2019. Atentem-se os credores quanto às manifestações dos autos, a fim de se observar as questões já decididas e, conseqüentemente, evitar tumulto processual. Fls. 31.531: Considerando o trânsito em julgado da decisão proferida pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos do Conflito de Competência nº 167.081/SP aos 18/12/2019 que reconheceu a competência desse Juízo para decidir acerca da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

prática de atos constritivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se ao D. Juízo da 13ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP para que proceda a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos da ação trabalhista nº 0002911-76.2014.5.02.0013 e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito Recuperacional. Int.".

CERTIFICO MAIS QUE, por r. Decisão proferida em 17/02/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 31.541/31.561: Anotem-se os dados dos patronos. Acostem os patronos comprovantes de recolhimentos da taxa de mandato, em 5 dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Fls. 31.562/31.569: Considerando que o formulário de MLE já foi juntado pelas Recuperandas às fls. 30.766/30.770, providencie a Z. Serventia a transferência da quantia de R\$ 638,09 (seiscentos e trinta e oito reais e nove centavos), conforme deferido às fls. 30.992/30.996. Aguarde-se o ofício resposta do Banco do Brasil. Fls. 31.570/31.654, 31.655/31.661, 31.688/31.704, 31.734/31.744, 31.816/31.824, 31.909/31.913, 31.918/31.925, 31.932/31.938, 32.113/32.131, 32.132/32.137, 32.138/32.147, 32.249/32.292, 32.293/32.350 e 32.351/32.361: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Mensalmente, a Administradora Judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. No que se refere à habilitação de crédito proveniente de honorários advocatícios, providencie o interessado a distribuição da competente habilitação de crédito. Anotem-se os dados dos patronos de Luciana Carvalhal Cecarelli, Marcos Suarez Bittencourt, Felipe Alberto de Oliveira Baron, Helber Cassiano Costalonga, Humberto Dias de Almeida, Geraldo Mendes de Vasconcelos, Marcilio Paiva Pontes, Allan Cesar Silva Prata, Jefferson Mendes Soares, Henrique Germino e Eduardo Ferreira Cruz. Defiro o benefício da justiça gratuita a Luciana Carvalhal Cecarelli, Marcos Suarez Bittencourt, Felipe Alberto de Oliveira Baron, Helber Cassiano Costalonga, Marcilio Paiva Pontes, Allan Cesar Silva Prata, Jefferson Mendes Soares, Henrique Germino, Eduardo Ferreira Cruz e Fabio Abreu Lopes. Anotem as Recuperandas os dados bancários de Marcos Suarez Bittencourt, Felipe Alberto de Oliveira Baron, Geraldo Mendes de Vasconcelos, Marcilio Paiva Pontes, Allan Cesar Silva Prata, Jefferson Mendes Soares, Henrique Germino, Eduardo Ferreira Cruz e Fabio Abreu Lopes. Intimem-se os patronos de Humberto Dias de Almeida e Geraldo Mendes de Vasconcelos para comprovar, no prazo de 5 dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 31.662/31.664, 31.682/31.685 e 31.732/31.733: Conforme manifestação da Administradora Judicial às fls. 32.362/32.365, item I, em se tratando de discordância do credor quanto ao valor de seu crédito elencado na relação de credores a que alude o artigo 7º, §2º da Lei 11.101/2005, deverá o credor apresentar impugnação por meio de incidente próprio, nos termos do artigo 13 da Lei 11.101/2005, observado Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018. Fls. 31.686/31.687 e 31.745/31.747: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados ao ofício resposta do 9º e 10º Tabeliões de Protesto de Letras e Títulos quanto à sustação dos efeitos dos protestos em cumprimento à decisão de fls. 31.237/31.240. Fls. 31.705/31.706: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 32.362/32.365, a importância em favor da interessada Elsa Renee Picherzky de Zannoni já se encontra relacionada na relação que acompanhou o 14º RMA juntado às fls. 31.939/32.103 (linha 1.761). Fls. 31.716/31.731, 32.149/32.206, 32.208/32.248: A via é


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores Michele Dias Oliveira de Lima, Gislei Marcelina Ferreira e Ana Cristina Ortega habilitar-se, nos termos do artigo 9º e 10, ambos da Lei 11.101/2005, observando que, nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requerida. Anotem-se os dados dos patronos. Intimem-se os patronos de Michele Dias Oliveira de Lima e Geraldo Mendes de Vasconcelos para comprovar, no prazo de 5 dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Defiro os benefícios da justiça gratuita a Gislei Marcelina Ferreira. Fls. 31.748/31.750, 31.812, 31.813/31.815 e 31.803/31.811: Anotem-se os dados dos patronos de Karla Rocha Santana, Paulo Bernardes e Nilton Jesus da Anunciação Junior. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita a Karla Rocha Santana, Paulo Lopes da Silva, Carlos Henrique Carvalho Oliveira, José Arimatea de Souza, Luiz Carlos da Penha, Elivaldo Neves Rodrigues, Fernando Aurélio da Silva, José Claudio Rodrigues e Wesley Sotero Mendes Fls. 31.751/31.757: Tratam-se de Embargos de Declaração opostos pelas Recuperandas contra a decisão de fls. 31.237/32.240, requerendo seja sanada contradição de forma que os protestos bem como as restrições existentes em nome das Recuperandas nos órgãos de proteção ao crédito sejam definitivamente cancelados. Recebo os embargos e no mérito, nego lhes provimento. A decisão foi perfeitamente clara de que os protestos e a manutenção do nome das Recuperandas nos cadastros de inadimplentes devem ter a publicidade suspensa e não poderia ser diferente, já que a novação operada pelo plano de recuperação judicial fica sujeita a condição resolutiva, considerando que o art. 61, da Lei 11.101/2005, é claro ao prever que o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convalidação da recuperação judicial em falência, com a consequente restituição aos credores de seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas. Logo, o cancelamento dos protestos e a retirada dos cadastros de inadimplentes também se sujeitam a uma condição resolutiva, podendo ser restabelecidos caso ocorra o descumprimento das obrigações previstas no plano de recuperação judicial. Nesse sentido: STJ, REsp nº 1.260.301-DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, j. 14/08/2012; TJSP, AI nº 2122611-62.2016.8.26.0000, Rel. Des. Teixeira Leite, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 20/10/2016; TJSP, AI nº 2221665-64.2017.8.26.0000, Rel. Des. Claudio Godoy, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 13/05/2019; TJSP, AI nº 2199122-96.2019.8.26.0000, Rel. Des. Gilson Delgado Miranda, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 11/12/2019. Assim, não há contradição conforme alegado, permanecendo a decisão tal como fora lançada. Fls. 31.758/31.802: Intimem-se os credores Marcos Leandro Silva de Souza e Robson Mendes da Silva, na pessoa de seus advogados, para se manifestarem acerca dos fatos e documentos apresentados pelas Recuperandas. Após, tornem os autos conclusos para decisão. Fls. 31.825: Trata-se de pedido de preferência processual em razão da condição de idoso do peticionante. Apresente o credor Tarciso Manoel Taveira documento de identidade para comprovação da idade ou indique as folhas dos autos em que foi juntado para a análise do pedido. Fls. 31.826/31.828: Não há o que deliberar sobre a opção de pagamento da credora Angélica Rentroi Oliveira Martins. Conforme já decidido às fls. 29.390/29.395, o prazo para a escolha da opção de pagamento findou-se aos 14/10/2019, sendo que a petição da credora contendo a opção de pagamento, juntada às fls. 28.741, foi protocolada em 16/10/2019, de modo que intempestiva. Atente-se a credora quanto às manifestações e prazos dos autos, a fim de se observar as questões já decididas e, conseqüentemente, evitar tumulto processual. Fls. 31.829/31.840: Diante do descumprimento da ordem judicial proferida às fls. 30.992/30.996,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

uma vez que os extratos apresentados pelo Banco do Brasil às fls. 31.495/31.507 não dispõe das informações a respeito da origem das quantias ali depositadas, como o número do processo, nome das partes e a data de suas respectivas transferências, defiro o pedido formulado pelas Recuperandas e determino a expedição de ofício ao Banco do Brasil para que, sob pena de crime de desobediência, apresente os extratos pormenorizados das contas judiciais vinculadas a este processo de recuperação judicial, contendo o número do processo e as partes, e a data de suas respectivas transferências. Fls. 31.841/31.902: Tratando-se de discordância do credor quanto ao valor de seu crédito indicado no parecer contábil elaborado pela Administradora Judicial, deverá o credor apresentar impugnação por meio de incidente próprio, nos termos do artigo 13 da Lei 11.101/2005, observado o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018. Quanto à escolha da opção de pagamento, conforme já decidido às fls. 29.390/29.395, o prazo para a escolha da opção de pagamento findou-se aos 14/10/2019, sendo obrigação do credor tomar conhecimento acerca dos termos do plano de recuperação judicial, inclusive pela influência que este exerce na esfera patrimonial dos credores sujeitos à recuperação judicial. O que se afere, na realidade, é a ausência de acuidade do peticionário acerca dos procedimentos deste feito, uma vez que havia cláusula expressa no plano de recuperação judicial aprovado sobre o termo final para o exercício da opção de pagamento por parte dos credores. Deste modo, indefiro o pedido de reabertura do prazo. Fls. 31.903/31.908: Trata-se de ofício expedido pelo Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Curitiba reiterando determinando a habilitação do crédito da União no valor de R\$ 549,37. OFÍCIO-SE à 8ª Vara do Trabalho de Curitiba sobre a impossibilidade da habilitação do referido crédito nos autos da Recuperação Judicial, nos termos do art. 187 do Código Tributário Nacional. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pela Administradora Judicial. Fls. 31.926/31.929: Diante do envio por esta Z. Serventia de certidão de objeto e pé à 41ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conforme e-mail juntado às fls. 31.930/31.931, nada a deliberar. Fls. 31.939/32.103: Dê-se ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados, quanto ao Relatório Mensal de Atividades juntado pela Administradora Judicial que contemplou o período de 19/12/2019 a 31/01/2020. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/01/2020, para que busquem no aludido relatório o parecer contábil sobre seus créditos. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. Fls. 32.104/32.108: Dê-se ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas referentes ao mês de Dezembro de 2019. Fls. 32.109/32.110: Anotem as recuperandas os dados bancários de Helber Cassiano Costalonga. Não há o que deliberar sobre as opções de pagamento. Conforme já decidido às fls. 29.390/29.395, o prazo para a escolha da opção de pagamento findou-se aos 14/10/2019. Atentem-se os credores quanto às manifestações dos autos, a fim de se observar as questões já decididas e, conseqüentemente, evitar tumulto processual. Fls. 32.148: Providencie a Z. serventia a exclusão dos dados do advogado Adriano Lima dos Santos, OAB/SP 231.713, vinculado ao presente processo. Fls. 32.362/32.365: Ciência aos credores e interessados quanto à manifestação da Administradora Judicial. Int.". **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 09/03/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 32.366/32.371, 32.386/32.397, 32.422/32.425, 32.426, 32.427/32.429, 32.461/32.467, 32.468/32.478, 32.479/32.480, 32.661/32.667, 32.678/32.682, 32.683/32.687, 32.688/32.717, 32.767/32.774, 32.809/32.822, 32.823/32.833 e 32.834/32.842: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro-geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º e 10º da Lei 11.101/2005. Mensalmente, a Administradora Judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. Anotem-se os dados dos patronos de Anselmo Cortes dos Santos, Avelino Fernandes Areias Junior, Adriano Soares dos Santos, Rafael Correa de Souza, Adalberto José da Silva, Marcela Alves Rosa, Fabricio de Souza Dias, Elmo do Nascimento e Advogados Associados, Marcelo Ferreira dos Santos, Sabrina Tarenta Barros, Rosenaldo Silva dos Santos. Defiro o benefício da justiça gratuita a Anselmo Cortes dos Santos, Adriano Soares dos Santos, Rafael Correa de Souza, Adalberto José da Silva, Marcela Alves Rosa e Rosenaldo Silva dos Santos. Anotem as Recuperandas os dados bancários de Anselmo Cortes dos Santos, Avelino Fernandes Areias Junior, Adriano Soares dos Santos, Rafael Correa de Souza, Adalberto José da Silva, Marcela Alves Rosa, Fabricio de Souza Dias, Marcelo Ferreira dos Santos, Sabrina Tarenta Barros e Rosenaldo Silva dos Santos. Intimem-se o patrono de Avelino Fernandes Areias Junior e Marcel Lima Soares, para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Regularizem a representação processual os credores Fabricio de Souza Dias, Marcelo Ferreira dos Santos e Sabrina Tarenta Barros. Fls. 32.372/32.385, 32.481/32.504, 32.524/32.529, 32.530/32.533, 32.718/32.741 e 32.785/32.804: A via é incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores Simone Freitas de Moraes, A.M Parts Acessórios Automotivos Ltda., Glacy Marlene Lago Neta, Leandro da Silva, Fernanda Maritins Pires, Regiane de oliveira Rodella da Silva e Bruno Gomes Gasse, habilitarem-se, nos termos do artigo 9º, da Lei 11.101/2005, observando que, nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome da Recuperanda como requerida. Fls. 32.403/32.405: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 33.014/33.026, item I, a importância em favor de Wallace Freitas já se encontra relacionada na relação que acompanhou o 15º RMA juntado às fls. 32.844/33.013 (linha 1.664). No mais, defiro o benefício da justiça gratuita. Anotem as Recuperandas os dados bancários. Fls. 32.406/32.410: Conforme manifestação da Administradora Judicial às fls. 33.014/33.026, item III, ciente o juízo do encaminhamento de informações sobre o crédito do credor Bruno Cardoso Simões Januzzi à 3ª Vara do Trabalho de Santo André, bem como de que o pagamento do crédito será realizado de acordo com o Plano de Recuperação Judicial homologado. Fls. 32.411/32.419 e 32.420/32.421: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados no tocante às informações prestadas pelo Banco do Brasil, em atendimento à determinação de fls. 32.401. Fls. 32.422/32.425, 32.661/32.667, 32.809/32.822, 32.823/32.833 e 32.834/32.842: Conforme já decidido às fls. 29.390/29.395 o prazo para a escolha da opção de pagamento findou-se aos 14/10/2019. Fls. 32.426, 32.523, 32.823/32.833 e 32.834/32.842: Anotem as Recuperandas os dados bancários de Adriano Soares dos Santos, Elmo do Nascimento e Advogados Associados e Marcos Roberto Mascarenhas. Fls. 32.430/32.444 e 32.445/32.460: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 33.014/33.026, item II, prestadas as informações pelos credores Robson Mendes da Silva e Marcos Leandro Silva Souza de que realizaram levantamento de valores a título de depósitos recursais, os quais estão sujeitos à presente recuperação judicial e cuja competência para decidir sobre a destinação de tais valores é deste D. Juízo, determino a intimação dos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

credores Robson Mendes da Silva e Marcos Leandro Silva Souza, na pessoa de seus advogados, para que realizem a devolução dos valores levantados indevidamente, procedendo com depósito em conta vinculada à recuperação judicial de tais valores, devidamente atualizados, comprovandose nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Fls. 32.537/32.608: Trata-se de Petição da Procuradoria do Estado do Paraná, informando pendências Tributárias da Recuperanda, e requerendo seja condicionada a concessão da presente Recuperação Judicial à apresentação da necessária certidão negativa ou positiva com efeito de negativa. O tema já foi decidido na decisão de fls. 26.596/26.609, que homologou o Plano de Recuperação Judicial, com entendimento de que a exigência da CND ou do parcelamento de débitos fiscais deve ser dispensada para a concessão da recuperação judicial, conforme posicionou-se a jurisprudência, diante da relevante finalidade social da lei de preservação da empresa, dos empregos e da atividade econômica. Assim, indefiro o pleito formulado pela Procuradoria do Estado do Paraná. Fls. 32.647/32.651: Dê-se ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas referentes ao mês de janeiro de 2020 e que constaram analisadas pela Administradora Judicial no 15º RMA de fls. 32.844/33.013. Fls. 32.661/32.667: Apreciado no item 1 (habilitação de crédito trabalhista) e 8 (opção de pagamento). Fls. 32.673/32.677, 32.678/32.682 e 32.683/32.687: Tratam-se de pedidos de reservas de créditos dos credores Fabricio de Souza Dias, Marcelo Ferreira dos Santos e Sabrina Tarenta Barros, todavia, conforme se verifica das certidões acostadas, tratam-se de valores liquidados, com certidões de habilitação de crédito expedidas pelas 34ª, 68ª e 16ª Varas do Trabalho do Rio de Janeiro, cujos créditos já se encontram na relação de credores elaborada pela Administradora Judicial e que acompanha o 15º Relatório Mensal de Atividades, respectivamente à fl. 32.992 - linha 585, fl. 32.996 - linha 1.062 e fl. 32.999 - linha 1453. Fls. 32.688/32.717: Considerando o trânsito em julgado da decisão proferida pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos do Conflito de Competência nº 167.081/SP aos 18/12/2019 que reconheceu a competência desse Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se ao D. Juízo da 1ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional II de Santo Amaro para que proceda a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos da 1063901-89.2018.8.26.0002, e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito Recuperacional, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Vale a presente, por cópia, como ofício, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, comprovando o protocolo nos autos. Fls. 32.742/32.743 e 32.765/32.766: Ciente o juízo. Edital já publicado, conforme nota cartorária de fls. 32.670, publicada aos 03/05/2020. Fls. 32.775/32.784: Conforme manifestação da Administradora Judicial às fls. 33.014/33.026, item V, trata-se de certidão de habilitação de crédito trabalhista de Marianna Lima da Silva expedida pelo Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, devendo ser aplicada a prerrogativa do §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005. Assim, aguarde-se a apresentação do próximo relatório mensal da Administradora Judicial, que trará parecer sobre o crédito trabalhista de Marianna Lima da Silva, com o cálculo na forma da lei, bem como a comprovação de encaminhamento de ofício resposta àquele juízo trabalhista. Fls. 32.805/32.808: Ciências aos interessados, Recuperadas e Administradora Judicial sobre o parecer do Ministério Público. Fls. 32.844/33.013: Dê-se ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto ao Relatório Mensal de Atividades juntado pela Administradora Judicial que contemplou o período de 31/01/2020 a 29/02/2020. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/02/2020, para que busquem no aludido relatório o parecer contábil sobre seus créditos. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. Fls. 33.014/33.026: Ciência


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ao interessados e às Recuperandas. Int.". **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 17/03/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "*Vistos. Em razão da pandemia e como medida de prevenção de disseminação do vírus, determino a suspensão da AGC designada para os dias 25/03/2020 (primeira convocação) e 31/03/2020 (segunda convocação), até que cessem as medidas de prevenção. Após, tornem conclusos para as demais deliberações. Int.*". **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 27/03/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "*Vistos. Fls. 33.027/33.033, 33.038/33.041, 33.042/33.049, 33.170/33.181: Ofícios encaminhados pelas Varas do Trabalho, juntados aos autos principais, para habilitação de crédito em favor de Sandra Ferreira Martins, União, Claudio Luiz Gonçalves Ribeiro e Valdeje Campos do Nascimento. Conforme manifestação da Administradora Judicial às fls. 33.394/33.406, item I, ciente o juízo do encaminhamento de respostas às respectivas Varas do Trabalho, sobre restarem contemplados na prévia do quadro geral de credores todos os créditos postulados, exceção feita ao crédito tributário, que, de fato não se sujeita ao concurso de credores, nos termos do art. 187 do Código Tributário Nacional. Fls. 33.059/33.070, 33.086/33.092, 33.093/33.100, 33.132/33.134, 33.142/33.149 e 33.327/33.335: Petições de Mayara Santos Brito, Airton Ferreira Santos, Glauber Nunes da Silva, Gilnaide Reis da Silva da Cruz Oliveira, Eduardo Felipe Gouvea Ferreira e Paulo Sérgio Soares da Silva, requerendo habilitação de seus créditos trabalhistas. A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro-geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º e 10º da Lei 11.101/2005. Atente-se que, mensalmente, a Administradora Judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído na prévia do quadro geral de credores. Anote-se os dados do patrono. Fls. 33.071/33.073: Ciente o Juízo. Tendo o credor cumprido com o quanto determinado no plano de recuperação judicial, dentro do prazo avençado, cumpra-lhe aguardar o início de seu cumprimento, momento em que as informações prestadas passarão a produzir seus regulares efeitos. Fls. 33.074/33.075: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 33.394/33.406, item III, a importância em favor de Elisângela de Jesus Gomes já consta da prévia do quadro geral de credores acostado ao 15º RMA juntado às fls. 32.844/33.013 (linha 514). Atentem-se os credores aos detalhes do presente feito, a fim de evitar peticionamentos desnecessários, que apenas tumultuam o feito. Fls. 33.059/33.070, 33.074/33.075, 33.113, 33.114/33.122, 33.123, 33.129/33.130, 33.135/33.141, 33.142/33.149 e 33.327/33.335: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 33.394/33.406, item VI, os dados bancários devem ser enviados diretamente às Recuperandas no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no e-mail o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Fls. 33.114/33.122, 33.135/33.141: Petição de Magali Gomes Rocha e Ana Maria da Silva, requerendo a habilitação de crédito concursal. A via é incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão as credoras habilitarem-se nos termos dos artigos 13 a 15, da Lei 11.101/2005, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome da Recuperanda como requerida. Fls. 33.123, 33.129/33.130: Trata-se de pedido das credoras Thais*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

de Lima Silva e Sueli Aparecida Francisco de Maria, requerendo o pagamento de seus créditos na integralidade. Atendem-se as credoras que os pagamentos respeitarão, para todos os credores, em suas respectivas classes, o que restou consignado no plano de recuperação judicial, aprovado em assembleia e homologado judicialmente, não produzindo nenhum efeito prático os pedidos aqui aduzidos, devendo, portanto, as credoras absterem-se de sua realização, já que seus créditos estão submetidos ao PRJ. Fls. 33.124/33.128: Dê-se ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de fevereiro de 2020. Fls. 33.159/33.167 e 33.327/33.335: Concedo a gratuidade. Fls. 33.182/33.326: Pleiteiam as Recuperandas o reconhecimento da concursabilidade do crédito discutido no cumprimento de sentença nº 0007200 73.2019.8.26.0008, que tramita perante a 1ª Vara Cível do Foro Regional VIII Tatuapé/SP. Das cópias juntadas aos autos, tem-se que aludido cumprimento de sentença nº 0007200-73.2019.8.26.0008 teve origem na indenizatória de nº 1002070-22.2018.8.26.0008, que por sua vez, versa sobre o não cumprimento na integralidade do desfazimento do negócio pactuado em 18/12/2013, cujo trânsito em julgado da decisão, mantida pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, ocorreu em 25/07/2019. Em que pese o trânsito em julgado ter ocorrido após o deferimento do processamento da Recuperação Judicial, o fato gerador que embasou o ajuizamento da referida ação ocorreu antes mesmo da distribuição do pedido da Recuperação Judicial. Dessa forma, o crédito perseguido no cumprimento de sentença nº 0007200-73.2019.8.26.0008 é concursal e submete-se aos efeitos da Recuperação Judicial. De qualquer sorte, não competiria ao Juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional VIII Tatuapé/SP, dispor sobre atos de constrição contra o patrimônio das Recuperandas, em razão do entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça, no qual manifesta ser o Juízo Universal o competente para decidir sobre todos os atos de restrição patrimonial das Recuperandas. Diante de tais fatos, determino o imediato desbloqueio de valores efetivados via BACENJUD nas contas das Recuperandas, se o caso, bem como que se abstenha o Juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional VIII Tatuapé/SP, de efetuar qualquer ato de constrição sobre os bens das Recuperandas, uma vez que os créditos em discussão submetem-se aos efeitos desta recuperação judicial, devendo o interessado se habilitar neste Juízo, nos termos do artigo 9º, da Lei 11.101/2005, servindo a presente decisão de ofício a ser encaminhado pelas Recuperandas, comprovando o protocolo nos presentes autos. Fls. 33.394/33.406: Manifestação saneadora da Administradora Judicial, na qual foram tratadas todas as manifestações dos autos, incluindo-se os pedidos de habilitação e impugnação juntados aos autos principais, a partir das fls. 33.027 a 33.335. Assim, sobre os pedidos constantes da referida manifestação, decido: a. proceda-se o cadastro no presente processo da Dra. Priscila das Neves Crusco, inscrita na OAB/SP sob o nº 266.978, de forma que passe a receber as publicações do presente feito e dos incidentes nele vinculados, mantendo-se a Dra. Gesibel dos Santos Rodrigues, OAB/SP nº 252.856; e b. dê-se ciência aos interessados do inteiro teor da Manifestação da Administração Judicial. Int.”.

CERTIFICO MAIS QUE, por r. Decisão proferida em 13/04/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 33.411/33.419, 33.425/33.430, 33.463/33.469: Petições de Jorge Alexandrino da Silva, e-mail de Gabriel Domingues da Silva, e Joel Villanova Saldanha, requerendo habilitação de seus créditos trabalhistas. A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro-geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º e 10º da Lei 11.101/2005. Atente-se que, mensalmente, a Administradora Judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia para incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído na prévia do quadro geral de credores. Anote-se os dados dos patronos. Defiro os benefícios da justiça gratuita aos credores Jorge Alexandrino da Silva e Joel Villanova Saldanha, devendo o patrono de Gabriel Domingues da Silva se habilitar corretamente no presente feito para receber futuras intimações. Relativamente aos dados bancários informados, repise-se que, nos termos manifestação da Administradora Judicial de fls. 33.394/33.406, item VI, tais informações devem ser enviadas diretamente às Recuperandas no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando o endereço eletrônico gruposhc2yfrj@gmail.com para fiscalização. Fls. 33.420/33.424: Dê-se ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de fevereiro de 2020. Fls. 33.431/33.444, 33.618/33.632: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 33.394/33.401, item I, parágrafos 11 ao 13, corroborado pelo documento de fls. 33.405, restou comprovado ter sido informado àquela Vara do Trabalho, sobre a inclusão do crédito pretendido. Contudo, ante a insistência, determino que a Z. Serventia responda ao e-mail, informando pela derradeira vez, restar o crédito habilitado na presente Recuperação Judicial, alertando ser desnecessária nova intervenção no presente feito. Fls. 33.445/33.458: Conforme item II, da manifestação da Administradora Judicial de fls. 33.804/33.813, intime-se o peticionante na figura de seu patrono, Dr. Fernando Luis Silva de Oliveira, OAB/SP nº 144.284, para que preste os esclarecimentos solicitados pela Administradora Judicial. Fls. 33.459/33.462, 33.645/33.662: Conforme manifestação da Administradora Judicial às fls. 33.804/33.813, item III, ciente o juízo sobre o encaminhamento de resposta à 1ª Vara da Barra do Piraí e a 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá. Fls. 33.470/33.617: Dê-se ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto ao Décimo Sexto Relatório Mensal de Atividades juntado pela Administradora Judicial que contemplou o período de 29/02/2020 e 31/03/2020. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/03/2020, para que busquem no anexo I do aludido relatório (fls. 33.576/33.590) o parecer contábil relativo a seus créditos, conferindo igualmente a prévia do quadro geral de credores, juntada às fls. 33.591/33.617. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia para incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 33.663/33.694, 33.695/33.803: Tratam-se de petições das Recuperandas requerendo em síntese, a liberação de todos os valores depositados em contas judiciais vinculadas ao presente feito, com base no art. 4º, inciso V do Provimento CSM nº 2549/2020 e no art. 1º do Ato Normativo nº 0002561-26.2020.2.00.0000 do CNJ., bem como dos valores depositados nas reclamações trabalhistas de nº 0155700-93.2004.502.0471 e 0081200-80.2009.502.0471, ambas em tramite perante a 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul/SP. Pugnam ainda, pela expedição de ofício à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil S.A., para que apresentem os comprovantes das transferências, de forma pormenorizada, de todos os valores já depositados na(s) conta(s) vinculada(s) ao presente feito e aqueles pendentes de transferência. Às fls. 33.804/33.813, junto ao item IV, manifestou-se a Administradora Judicial pela procedência parcial dos pedidos, no sentido de ver deferido os pleitos de levantamento dos seguintes valores: R\$ 102.581,97, R\$ 6.730,68 e R\$ 417.907,44, uma vez que tais valores são indubitavelmente de titularidade das Recuperandas. Manifestou igualmente sua concordância com os pedidos de expedição de ofício aos Banco do Brasil e Caixa Econômica, para que apresentem os comprovantes de transferências realizadas para a conta vinculada ao presente feito, de forma pormenorizada, bem como informe pormenorizadamente, os valores depositados em outros


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

*Juízos, cuja transferência resta pendente, bem como justifique a razão pela qual ainda não efetuou as transferências, já determinadas por este Juízo, requerendo ainda, seja determinado ao Banco do Brasil que apresente os extratos atualizados das contas vinculadas a este processo. Ademais, opinou pela expedição de ofício à 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul/SP, para que àquele Juízo remeta à conta vinculada à presente Recuperação Judicial eventuais valores lá bloqueados. É a breve síntese. Decido. Em razão do momento excepcional vivido e em atendimento às recomendações contidas no Ato Normativo nº 0002561-26.2020.2.00.0000 do CNJ, autorizo, como bem asseverado pela Administradora Judicial, o levantamento dos valores depositados em Juízo, cuja titularidade indubitavelmente pertence às Recuperandas. Assim, determino a Z. Serventia que proceda transferência imediata dos valores: R\$ 102.581,97 (MLE, fls. 33.693), R\$ 6.730,68 (MLE, 33.694) e R\$ 417.907,44 (MLE, fls. 33.781), em favor das Recuperandas, devendo observar que a prestação de contas quanto aos valores acima liberados, que o faço para pagamento de salários e verbas salariais, bem como para gastos essenciais à manutenção das atividades das Recuperandas, deverá ser apresentada diretamente à Administradora Judicial, que reportará a este Juízo em seus relatórios de atividades. Sobre os valores depositados nos autos das reclamações trabalhistas 0155700-93.2004.502.0471 e 0081200-80.2009.502.0471, em tramite perante a 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul/SP, em razão do entendimento firmado pelo o C. STJ no sentido de que os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, mesmo que penhorados por Juízo diverso, anteriormente à data do pedido de recuperação judicial, sujeitam-se ao Juízo Recuperacional, defiro em parte o pedido, devendo ser oficiado o D. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul/SP, para que proceda a remessa a este Juízo dos valores bloqueados nos autos das Reclamações nº 0155700-93.2004.502.0471 e nº 0081200-80.2009.502.0471. Eventual liberação das importâncias em favor das Recuperandas será decidida oportunamente. Sobre o pedido de expedição de ofício à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil S.A., defiro sua expedição, determinando às Instituições supramencionadas para que apresentem em 10 (dez) dias, contados de 30/04/2020, sob pena de incursão em crime de desobediência: a-) todos os comprovantes das transferências realizadas para o presente feito, de forma pormenorizada, contendo a data da realização da transferência, o número do processo de origem e o valor transferido para as contas vinculadas ao presente feito; b-) os extratos bancários de eventuais valores depositados em contas vinculadas a outros Juízos e que ainda estão pendentes de transferência para conta vinculada ao presente processo de Recuperação Judicial; c-) ao Banco do Brasil S.A., que forneça os extratos das contas judiciais vinculadas à presente Recuperação Judicial (contas nº 2500104967458, nº 4200116557854, nº 1600114725235, nº 4100102484593 e nº 1200127781453 e outras que constem em seus sistemas, devendo a pesquisa ser por ele realizada). Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, à 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul/SP, à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil S.A., mediante protocolo físico, se possível, ou por meio eletrônico com confirmação de recebimento, comprovando em 5 (cinco) dias o protocolo nos autos. Fls. 33.804/33.813: Dê-se ciência às Recuperandas e demais interessados sobre o inteiro teor da Manifestação da Administração Judicial. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 15/04/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 33814/33817: Última decisão. Fls. 33818/33863 (Melissa Brancato): A via é incorreta. Nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados do requerente, o nome da recuperanda/falida como requerida e seus respectivos patronos. No mais, anote-se o nome do d.*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

advogado no sistema. Fls. 33864/33872 (Recuperanda): Defiro a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal para que, no prazo de 48 horas, contados a partir do recebimento do ofício, transfira os valores depositados pelo d. Juízo da 20ª Vara Cível da Capital do Estado do Pernambuco (autos nº 0004130-74.2015.8.17.2001) em favor da Recuperanda, no montante de R\$418.780,46, conforme depósito de fls. 33868/33870, diretamente na conta corrente da Recuperanda SECAR PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ: 08.987.114/0001-89), Banco Itaú (341), Agência 1011, Conta nº 46404-5. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, devendo a Recuperanda encaminhar, para maior celeridade, à Caixa Econômica Federal, juntamente com a cópia do depósito de fls. 33868/33870, mediante protocolo físico ou e-mail, comprovando-o nos autos. Int. ". **CERTIFICO MAIS E AINDA QUE**, por r. Decisão proferida em 05/06/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 33.873/33.874: Última decisão. Fls. 33.875/33.878: Ciente o Juízo. Outrossim, o pleito lastreado nos referidos comprovantes já foi objeto de deliberação às fls. 33.814/33.817. Fls. 33.879/33.882 e 33.883/33.907: Trata-se de pedido do credor Carlos Henrique Pereira da Silva, pugnando pela realização de nova Assembleia Geral de Credores para votação do aditivo ao plano de recuperação judicial, mesmo que na modalidade virtual, em razão do adiamento das medidas sanitárias de isolamento e da necessidade dos credores em vislumbrar a forma de efetivamente perceberem seus créditos. De outra parte, tem-se a manifestação das Recuperandas às fls. 33.883/33.907, na qual requerem a designação de novo conclave para os dias 09 e 17/06/2020 em primeira e segunda convocação respectivamente, para deliberação de novo aditivo juntado às fls. 33.886/33.907. A respeito do tema, manifestou-se a Administradora Judicial às fls. 35.285/35.305, esclarecendo em linhas gerais: (i) que dos credores trabalhistas que compareceram pessoalmente na última Assembleia Geral de Credores, 36 ao todo, 33 estavam domiciliados na cidade de São Paulo, 2 no Estado do Paraná e 1 na cidade do Rio de Janeiro, sendo este último, advogado de outros credores trabalhistas, o que comprovaria que os custos com deslocamento representam um enorme entrave à participação dos credores interessados, mas domiciliados em outras comarcas. É a breve síntese. Decido. De início determino a intimação dos credores para que conheçam do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial juntado como documento 01 (fls. 33.886/33.907) pelas Recuperandas em sua manifestação de fls. 33.883/33.907, rejeitando desde já as datas sugeridas em razão da impossibilidade de cumprimento do disposto no artigo 36 da Lei 11.101/2005. Relativamente a sugestão do credor Carlos Henrique Pereira da Silva, corroborada pela manifestação da Administradora Judicial de fls. 35.285/35.305, registre-se haver certa preocupação deste Juízo quanto ao acesso dos credores às plataformas virtuais para efetiva manifestação de vontade por meio do voto, especialmente os credores trabalhistas. Contudo, para o caso específico, conforme melhor detalhado no item I da manifestação de fls. 35.285/35.305 da Administradora Judicial, tem-se que em verdade, a modalidade virtual ampliaria a participação dos credores como um todo, atendendo especialmente os hipossuficientes, e os domiciliados em localidades afastadas da cidade de São Paulo, e não o contrário. Outrossim, em tempos de pandemia e da imposição do distanciamento físico, a realização de AGC no modelo presencial, colocaria em risco a saúde de todos os envolvidos, o que é inadmissível. Logo, face a urgência de reorganização das Recuperandas em virtude da pandemia que assolou o globo, possibilitando com isso a manutenção de suas atividades, atendendo assim ao princípio regente do instituto da recuperação judicial (art. 47 da LRJF), acolho as sugestões do credor Carlos Henrique Pereira da Silva e da Administradora Judicial, para que seja realizada a Assembleia Geral de Credores por meio virtual, devendo ser garantido o direito a voto a todos os credores nos termos do art. 39 da Lei 11.101/2005, para que deliberem sobre o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial apresentado às fls. 33.886/33.907, como autoriza a Lei 6.404/76, em seu art. 121, parágrafo primeiro, aplicável por analogia ao presente caso. Para tanto, deverá a Administradora Judicial


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

adotar todas as medidas necessárias à boa realização do conclave, devendo a tecnologia, os procedimentos, entre outros, serem submetidos ao crivo deste Juízo, antes mesmo da publicação do edital de convocação, ficando ainda responsável pelo envio das correspondências (eletrônica ou física) a cada um dos credores, cientificando-os da realização da assembleia na modalidade virtual e dos meios para que efetuem seu cadastro na mídia a ser utilizada. Finalmente, quanto às datas alinhadas e sugeridas, quais sejam: 08/07/2020 (em 1ª convocação) e 15/07/2020 (em 2ª convocação), acolho, desde que os credores tenham tempo de conhecer a plataforma de reunião virtual a ser adotada na assembleia. Fls. 33.883/33.907: Apreciado no item 3 (realização de AGC virtual em 08 e 15/07/2020, para deliberação do novo aditivo ao PRJ). Fls. 33.924/33.925, 33.926/33.927, 34.802/34.808, 34.813/34.822, 34.928/34.941, 34.928/34.941, 34.943/34.950: Tratam-se as manifestações de Adriano Soares dos Santos e Karla Rocha Santana, Leandro da Silva, Fernanda Martins Pires, Fernando Costa Leitão, Dilmar Gercino Schmidt, Gildonei de Souza Moura, de verdadeiras impugnações de crédito, cuja solução deverá ser perseguida em incidente próprio, nos termos dos artigos 13 a 15, da Lei 11.101/2005, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome da Recuperanda como requerida. Fls. 33.947/33.951, 33.958/33.961, 34.182/34.185, 34.501/34.506, 34.593/34.602: Ciente o Juízo sobre os ofícios enviados pela 13ª Vara Cível de Brasília e 20ª Vara Cível de Recife, determinando a transferência dos valores retidos nos autos das ações nº 0007407-29.2016.8.07.0001 e 0004130-74.2015.8.17.2001, para conta judicial vinculada ao presente feito. Fls. 33.952/33.957, 33.962/33.967, 34.520/34.589, 34.603/34.615, 34.616/34.623, 34.782/34.797, 34.877/34.883, 34.888/34.896: Petições de Bruno Cardoso Simões Januzzi, Marcos Roberto Befi, Jucelir Kochen, Elmo Nascimento e Advogados Associados, Thiago Lannes Gamelheira Marques, Cassio Pascoal Ferreira Costa, Washington Gonçalves da Silva, Aurino Dias Gomes Neto, requerendo habilitação de seus créditos trabalhistas. A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro-geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º e 10º da Lei 11.101/2005. Atente-se que, mensalmente, a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Devendo os credores buscar inclusive junto aos 17º e 18º RMA's, conforme constou da manifestação de fls. 35.285/35.305 da Administradora Judicial, os pareceres relativos a seus créditos. Havendo impugnação, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado no parecer técnico. Anote-se os dados dos patronos. Defiro os benefícios da justiça gratuita aos credores Bruno Cardoso Simões Januzzi, Jucelir Kochen, Thiago Lannes Gamelheira Marques, Cassio Pascoal Ferreira Costa, Washington Gonçalves da Silva, Aurino Dias Gomes Neto. Intimem-se os peticionantes Elmo Nascimento e Advogados Associados, para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Relativamente à opção de pagamento, pleiteada por alguns credores, reporto-me ao despacho de fls. 29.390/29.395, no qual restou consignado que o prazo para sua escolha se encerrou 14/10/2019. Ademais, repise-se o quanto dito alhures no


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

presente feito, sobre o fato de que os dados bancários devem ser enviados diretamente às Recuperandas no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no e-mail o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Fls. 33.968/33.970: Ciente o Juízo sobre o depósito realizado pela CEF, em conta indicada pelas Recuperandas. Fls. 33.971, 34.030/34.036, 34.162/34.170 e 34.202/34.213: Conforme manifestação da Administradora Judicial às fls. 35.285/35.305, item III, ciente o juízo sobre o encaminhamento de resposta às 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus, 7ª Vara do Trabalho de Brasília DF, 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, 5ª Vara do Trabalho do Recife/PE. Fls. 33.972: Pleiteia o credor Delphi Powertrain System Indústria e Comércio Ltda., sejam anotados os dados de seus patronos, a fim de que estes recebam as publicações de referido feito, sem, contudo, demonstrar às folhas dos autos nas quais estariam seus instrumentos de mandato. Assim, intime-se o credor na figura de seu patrono Dr. Gentil Borges OAB/SP nº 52.050, para que junte ou indique às fls. dos autos nas quais lhe foram conferidos os poderes de representação. Fls. 33.973/34.029: Sobre a reserva pretendida, digam as Recuperandas em 05 (cinco) dias. Após, abra-se vista à Administradora Judicial para que no mesmo prazo, apresente suas considerações. Fls. 34.037/34.038: Juntou o Banco do Brasil, resposta ao ofício, sem, contudo, juntar os extratos mencionados. Assim, determino às Recuperandas que informem ao Banco do Brasil sobre a ausência dos referidos documentos, devendo juntá-los no prazo de 05 (cinco) dias, servindo a presente decisão como ofício que poderá ser enviado por meio eletrônico. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, ao Banco do Brasil S.A., mediante protocolo físico, se possível, ou por meio eletrônico com confirmação de recebimento, comprovando em 5 (cinco) dias o protocolo nos autos. Fls. 34.039/34.161: Trata-se de manifestação das Recuperandas comprovando o protocolo dos ofícios cuja expedição foi deferida nos despachos de fls. 33.814/33.817 e 33.873/33.874, requerendo à Z. Serventia que informe aos Juízos da 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul/SP e ao D. Juízo da 15ª Vara do Trabalho de Belém/PA, os dados bancários da conta vinculada a recuperação judicial, bem como seja determinado aos Juízos da 8ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ e da 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto/SP, que procedam a imediata transferência dos valores constritos nos autos das Reclamações Trabalhistas nº 0011408-46.2015.5.01.0248 e 0011520-42.2015.5.15.0113 para conta vinculada ao presente feito. Pugnou ainda seja reconhecida a concursabilidade do crédito pretendido no Cumprimento de Sentença nº 0003038-18.2019.8.26.0337, em tramite perante o Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Mairinque/SP, devendo ser transferidos os valores constritos na referida ação para a conta judicial vinculada a Recuperação Judicial. Sobre os valores depositados nos autos de nº 0011408-46.2015.5.01.0248 e 0011520-42.2015.5.15.0113, em tramite perante às 8ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ e 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto/SP, em razão do entendimento firmado pelo o C. STJ no sentido de que os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, mesmo que penhorados por Juízo diverso, anteriormente à data do pedido de recuperação judicial, sujeitam-se ao Juízo Recuperacional, defiro em parte o pedido, devendo ser oficiado os Doutos Juízos da 8ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ e 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto/SP, para que procedam a remessa a este Juízo dos valores bloqueados nos autos das referidas Reclamatórias. Relativamente aos valores constritos nos autos do Cumprimento de Sentença nº 0003038-18.2019.8.26.0337, em tramite perante o Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Mairinque/SP, cumpre às Recuperandas notificarem a necessidade de suspensão do feito em razão afetação da matéria, conforme descrito pela Administradora Judicial no item IV, de sua manifestação de fls. 35.285/35.305. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, à 8ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ e 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto/SP, mediante protocolo físico, se possível, ou por meio


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

eletrônico com confirmação de recebimento, comprovando em 5 (cinco) dias o protocolo nos autos. Fls. 34.171/34.181, 34.823/34.825: Tratam-se de manifestações dos credores Kerima Targino Lins e Eliezer Rodrigues Alcantara de Jesus, relativas a seus créditos, cuja discussão já ocorre em incidentes apartados, conforme informou a Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 35.285/35.305. Assim, determino que a Z. Serventia para que torne sem efeito as aludidas manifestações, devendo os credores absterem-se de protocolar novas manifestações nos autos principais que versem sobre seus créditos, dirigindo-as aos incidentes específicos. Fls. 34.186/34.201: Ciente este D. Juízo quanto aos ofícios encaminhados pelas Recuperandas. Fls. 34.214/34.218, 34.507/34.514, 34.590/34.592, 34.953/34.957, 35.194/35.199: Cumpra a Z. Serventia nos termos requeridos pelas Recuperandas em sua manifestação de fls. 34.039/34.161, informando aos Juízos solicitantes os dados relativos à conta judicial vinculada ao presente feito, para que estes realizem os aludidos depósitos. Fls. 34.219/34.223, 34.603/34.615, 34.616/34.623, 34.877/34.883, 34.888/34.896, 34.925/34.927, 35.008/35.009 e 33.926/33.927: Relativamente aos pedidos aqui aduzidos por Evaldo Evangelista Soares, Elmo Nascimento Advogados Associados, Thiago Lannes Gamelheira Marques, Izaias Ferreira de Lima, Humberto Dias de Almeida e Karla Rocha Santana, Washington Gonçalves, Aurino Dias Gomes, reporto-me ao despacho de fls. 29.390/29.395, no qual restou consignado que o prazo para sua escolha se encerrou 14/10/2019. Ademais, repise-se o quanto dito alhures no presente feito, sobre o fato de que os dados bancários devem ser enviados diretamente às Recuperandas no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no email o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Fls. 34.224/34.500: Trata-se de manifestação do credor Elonik Administração de Bens Sociedade Simples, informando haver distribuído pedido de despejo contra as Recuperandas, relativamente ao imóvel sede no Rio de Janeiro, em razão do não pagamento dos alugueres devidos. Assim, requereu a intimação da Administradora Judicial para que apresentasse sua defesa e no silêncio pugnou pela sua substituição. A princípio, esclareça-se que a substituição não é pena que se aplica ao Administrador Judicial, cuja causa decorrerá, em primeira análise, na hipótese de quebra de confiança no exercício de suas atribuições em relação ao próprio Juízo, o que não é o caso dos autos. Já a destituição, como pretendido, é medida punitiva que se impõem nos casos descritos no art. 31 da LRJF, o que, igualmente não é o caso dos autos, já que, como bem esclarecido pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 35.285/35.305, as obrigações que lhe competem (art. 22 LRJF) vem sendo cumpridas com brilhantismo e eficiência aos olhos deste Magistrado. No mais, convém esclarecer ao peticionante que a figura do Administrador Judicial não se confunde em momento algum com a do devedor e dos administradores da companhia em Recuperação Judicial, cabendo ao primeiro, como dito, cumprir os requisitos do artigo 22 da Lei 11.101/2005, e fiscalizar os demais, cuja incumbência é a de conduzir a atividade empresarial. Assim, cabe ao peticionante exercer seu direito contra as Recuperandas, no sentido de cobrar-lhes os valores tidos como extraconcursais e de retirar-lhes do imóvel, como aqui noticiado, cabendo a Administradora Judicial narrar tais fatos, como sempre faz em seus relatórios mensais de atividades, juntados diligentemente no presente feito. Desta forma, indefiro de plano o pleito de fls. 34.224/34.500. Fls. 34.515/34.519, 35.189/35.193: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de março e abril de 2020. Fls. 34.624/34.771, 35.024/35.187: Dê-se ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto aos Décimo Sétimo (período de 31/03/2020 a 30/04/2020) e Décimo Oitavo (período de 01/05/2020 a 29/05/2020) Relatório Mensal de Atividades, juntados pela Administradora Judicial respectivamente às fls. 34.624/34.771 e 35.024/35.187. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/05/2020, para que busquem nos aludidos relatórios os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Os interessados


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a controvérsia, para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 34.772/34.781: Ciente o Juízo sobre a distribuição do referido incidente, sendo, contudo, dispensável aludida apresentação nos autos principais. Fls. 34.798/34.801: Dê-se ciência ao peticionante quanto a manifestação da Administradora Judicial de fls. 35.285/35.305. No mais, ciente o Juízo quanto à tempestividade na escolha da opção e da referida alteração que será realizada no próximo RMA. Fls. 34.809/34.812, 34.951/34.952, Fls. 35.253/35.256: Anote-se os dados dos patronos. Concedo a gratuidade à Izaías Ferreira de Lima e Gilnaide Reis da Silva da Cruz. No mais, intimem-se os patronos de NDDIGITAL SOFTWARE Ltda., para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 34.826/34.876, 34.884/34.886, Fls. 34.958/35.007, 35.250/35.252: Referem-se os pleitos listados nas manifestações das Recuperandas em que pleiteiam em suma, a aplicação de multa aos Bancos do Brasil e Caixa, a liberação de valores em seu favor, depositados em outros Juízos e determinação da suspensão de reclamatória trabalhista. De início cumpram as Recuperandas o acima exposto, enviando novo ofício ao Banco do Brasil, após e sem cumprimento, será decidida a aplicação de eventual sanção, servindo essa decisão como derradeiro ofício a ser enviado eletronicamente e comprovado nos presentes autos em 05 (cinco) dias. Ciente do pedido de descon sideração de fls. 34.884/34.886. Expeça a Z. Serventia a certidão de objeto e pé como requerido. Relativamente ao pedido de liberação dos valores constritos nos autos de nº 0007407-29.2016.8.07.0001, 0005740-31.2019.8.26.0047 e 0155700-93.2004.5.02.0471, já enviados à conta vinculada ao presente feito, conforme demonstram os documentos juntados às fls. 34.848, fls. 34.852 e fls. 35.005, em razão do momento excepcional vivido, autorizo o levantamento dos valores depositados em Juízo, cuja titularidade indubitavelmente pertence às Recuperandas. Assim, determino a Z. Serventia que proceda transferência imediata dos valores: R\$ 12.226,21, R\$ 16.903,89 e R\$ 621.507,45 (MLE às fls. 35.252) em favor das Recuperandas com as devidas correções, devendo observar que a prestação de contas quanto aos valores acima liberados deve contemplar comprovantes de que as liberações são, que faço, para pagamento de salários e verbas salariais, bem como para gastos essenciais à manutenção das atividades das Recuperandas, deverá ser apresentada diretamente à Administradora Judicial, que reportará a este Juízo em seus relatórios de atividades. Sobre a Reclamatória Trabalhista nº 1000764-29.2017.5.02.0054, em trâmite perante a 54ª Vara do Trabalho da Comarca de São Paulo/SP, verifico, pelo ano da demanda a aparente sujeição do crédito. Logo, oficie-se ao juízo da 54ª Vara do Trabalho da Comarca de São Paulo/SP, com a informação da homologação do plano de recuperação e a consequente suspensão das ações e execuções em face apenas das recuperandas, uma vez que o art. 49 da Lei 11.101/2005 é taxativo ao declarar quais os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, tornando a participação do credor compulsória no concurso de credores, não podendo buscar por outros meios a satisfação de seus créditos sujeitos aos efeitos da Lei 11.101/2005. Ademais, determino a realização da transferência à conta judicial vinculada a esse processo de eventuais valores bloqueados das recuperandas. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, à 54ª Vara do Trabalho da Comarca de São Paulo/SP, mediante protocolo físico, se possível, ou por meio eletrônico com confirmação de recebimento, comprovando em 5 (cinco) dias o protocolo nos autos. Fls. 34.887: Trata-se de pedido reiterado da credora Thais de Lima Silva, oportunamente apreciado às fls. 33.407/33.410. Assim, reitero os termos da referida decisão e informo que na insistência será considerada a peticionante litigante de má-fé nos termos do inciso I do artigo 80 do Código de Processo Civil, condenando-se a peticionante ao pagamento


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

de multa. Fls. 34.897/34.924: Ciência às partes sobre os débitos fiscais da Recuperanda Saint Michel Distribuidora de Veículos Ltda., os quais não obstat o andamento do feito recuperacional, conforme já decidido às fls. 26.596/26.609. Fls. 34.942: Matéria superada cuja decisão se deu às fls. 32.398/32.402. Atentem-se os credores sobre o andamento do feito, evitando-se assim tumultuar o processo com manifestações desnecessárias. Fls. 35.013/35.023, Fls. 35.200/35.209, Fls. 35.210/35.249, 35.257/35.268: Dê-se ciência à Administradora Judicial. Fls. 35.188: Esclareça a Dra. Hadassa Priscila Hetti Bahia, OAB/MG nº 162.239, o documento juntado. Fls. 35.264/35.265: De início repise-se que referidos valores são de titularidade das Recuperandas, tendo apenas servido como caução nos processos trabalhistas nos termos do art. 899, inciso I da Consolidação das Leis do Trabalho, e estando o crédito perseguido na referida reclamatória, sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, seu pagamento se dará nos termos do plano de recuperação judicial homologado, não estando tais valores reservados ao pagamento dos credores cujas ações estariam garantidas por referidos valores. Nesse sentido é o entendimento pacífico do STJ como exposto no CC 155535, REsp 1302735, AgRg no CC 129290, entre outros. Assim, indefiro o pleito aqui formulado, uma vez que seu acatamento poderia ainda, esvaziar os propósitos previstos na lei de recuperação judicial. Fls. 35.285/35.305: Ciência às Recuperandas e demais interessados sobre o inteiro teor da Manifestação da Administração Judicial. Int. " **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 17/06/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 35.266/35.274: Petição de José Haroldo Miranda da Silva, requerendo habilitação de seu crédito trabalhista. Conforme constou do item II da manifestação de fls. 35.468/35.486, da Administradora Judicial, o pleito refere-se a crédito já incluído na relação de credores apresentada às fls. 17.402/17.443, restando inclusive anotada a opção de pagamento. Assim, deverão os patronos atentarem-se ao curso processual e seus detalhes, evitando petições desnecessárias que apenas tumultuam o processo, tornando-o moroso. Anote-se os dados dos patronos. Defiro os benefícios da justiça gratuita ao credor José Haroldo Miranda da Silva. Fls. 35.275/35.284, 35.319/35.325 e 35.326/35.332: Petição de Fabio Luis Graça de Matos, Anderson Luis Cosmin e Fabio Ferreira de Almeida, requerendo a habilitação de seus créditos trabalhistas. A via é incorreta, todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro-geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinado pelo inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Ademais, atente-se os credores que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Assim, deverão os credores acima listados e todos os demais, buscar junto ao próximo RMA, conforme constou da manifestação de fls. 35.468/35.486 da Administradora Judicial, os pareceres relativos a seus créditos, cumprindo aos demais conferir a prévia do quadro geral de credores juntada no mesmo ato para conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado no parecer técnico. Anote-se os dados dos patronos. Defiro os benefícios da justiça gratuita aos credores Anderson Luis Cosmin e Fabio Ferreira de Almeida. Intime-se o peticionante Fabio Luis Graça de Mato, para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. No mais, como dito alhures no presente feito, os dados bancários deverão ser enviados diretamente às Recuperandas no e-mail


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no email o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Fls. 35.315/35.317: Trata-se de petição das Recuperandas juntando MLE para liberação de valores, cujas transferências eletrônicas já foram providenciadas pela Z. serventia às fls. 35.366/35.374. Logo, nada a deliberar. Fls. 35.333/35.335: Tratando-se de Pessoa Jurídica, à luz do Novo Código de Processo Civil e da Súmula 481 do STJ, traga o peticionante aos autos os documentos que comprovem sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Fls. 35.336/35.342, 35.376/35.381 e 35.382/35.388, 35.422/35.425, 35.426/35.430, 35.431/35.467: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 35.468/35.486, item IV, ciente o juízo sobre o encaminhamento das respostas às 17ª e 8ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, 4ª Vara Cível do Cabo de Santo Agostinho/PE, 32ª e 8ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ e ao 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública de São José dos Pinhais /PR. Fls. 35.389/35.401, 35.402/35.420: Tratam-se as manifestações de Luciana Feijó e Valter Ribeiro Junior, postulando a habilitação de seus créditos. A via é incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores habilitar seus créditos nos termos dos artigos 13 a 15, da Lei 11.101/2005, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome da Recuperanda como requerida. Outrossim, caso sejam habilitados os créditos nos incidentes que virão a ser distribuídos, reforço o acima exposto, no sentido de que os dados bancários deverão ser enviados diretamente às Recuperandas no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no e-mail o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização. Fls. 35.468/35.486: Trata-se de manifestação da Administradora Judicial, saneando o feito, bem como cumprindo no item I o quanto determinado no despacho de fls. 35.306/35.314, juntando para tanto às fls. 35.476/35.480 (documento 1) o Manual de Procedimentos para Participação em Assembleia Geral de Credores em Ambiente Virtual do Grupo SHC e seu Anexo 01 (Acesso à plataforma ClickMeeting, meio virtual que será utilizado para realização da AGC), cujo teor apresenta-se didático, sendo ainda franqueado aos credores que cumprirem as regras lá estabelecidas, a participação em evento teste, a fim de garantir a boa realização do conclave. Deste modo, intime-se as Recuperandas, os credores e demais interessados para que conheçam do Manual supramencionado e atendam os comandos lá aduzidos, caso haja interesse. Outrossim, caso encontrem os credores qualquer dificuldade no quanto à referidos comandos, poderão enviar suas dúvidas, em tempo hábil, diretamente à Administradora Judicial através do e-mail gruposhc2vfrj@gmail.com. Fls. 35.487/35.489: Publique a Serventia com a urgência necessária, após o recolhimento das custas pelas Recuperandas, respeitando-se o disposto no caput do artigo 36 da Lei 11.101/2005. Comproven igualmente as Recuperandas sua publicação em jornal de grande circulação, devendo uma cópia ser afixada em local visível em suas sedes. - Em razão do não cumprimento até a presente data, reitero nesta oportunidade o teor do despacho de fls. 33.034/33.037, que ora transcrevo: Fls. 32.430/32.444 e 32.445/32.460: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 33.014/33.026, item II, prestadas as informações pelos credores Robson Mendes da Silva e Marcos Leandro Silva Souza de que realizaram levantamento de valores a título de depósitos recursais, os quais estão sujeitos à presente recuperação judicial e cuja competência para decidir sobre a destinação de tais valores é deste D. Juízo, determino a intimação dos credores Robson Mendes da Silva e Marcos Leandro Silva Souza, na pessoa de seus advogados, para que realizem a devolução dos valores levantados indevidamente, procedendo com depósito em conta vinculada à recuperação judicial de tais valores, devidamente atualizados,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

comprovando-se nos autos. Deverão os patronos cumprir o mandamus supra em 5 (cinco) dias, sob pena de representação. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 06/07/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 35.490/35.505, 35.553/35.569, 35.597/35.600, 35.603/35.609, 35.650/35.658, 35.668/35.671, 35.770/35.772, 35.794/35.801, 35.802/35.808, 36.083/36.086: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 36.427/36.437, item II, ciente o juízo sobre o encaminhamento das respostas às 3ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Leste, 66ª Vara do Trabalho de São Paulo, 9ª Vara do Trabalho de Salvador, 29ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis, 18ª Vara do Trabalho de Recife, 26ª Vara do Trabalho de Salvador, 4ª Vara do Trabalho de Campinas, 17ª Vara de Trabalho de Curitiba, 3ª Vara do Trabalho de Curitiba. Fls. 35.506/35.514, 35.578/35.580, 35.589/35.593: Ciência às Recuperandas sobre os ofícios recebidos das 1ª Varas do Trabalho de São Caetano do Sul e Campinas, informando a transferência de valores para a conta judicial vinculada à presente Recuperação Judicial e sobre desbloqueio de valores. Fls. 35.519/35.522, 35.527/ 35.550, 35.612/35.628, 35.659, 35.676/35.677: Em razão da publicação tempestiva do edital de convocação dos credores no órgão oficial e jornal de circulação nacional, conclamando os credores para participar da assembleia em meio virtual, determino a intimação dos credores e demais interessados para que conheçam do Manual Ilustrativo com o "Passo a Passo" juntado pela Administradora Judicial às fls. 35.612/35.628, bem como do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial juntado pelas Recuperandas, como "documento 01" (fls. 35.528/ 35.550), em sua manifestação de fls. 35.527/ 35.550. Outrossim, reitero os termos do despacho de fls. 35.515/35.518, no sentido de determinar aos credores que reportem diretamente a Administradora Judicial por meio do endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, quaisquer dúvidas sobre os manuais e sobre a forma de realização e participação na assembleia geral de credores virtual. Fls. 35.551/35.552 e 35.587/35.588: Em razão da regularização documental, concedo a gratuidade. Certifique a Z. Serventia a anotação dos dados dos patronos. Fls. 35.571/35.575 e 35.576/ 35.577: Ciência às Recuperandas sobre os valores ainda em depósito perante a 15ª Vara do Trabalho de Belém, bem como da resposta enviada pela Z. Serventia à referida Vara. Fls. 35.610/35.611: Petição de Marcelo Lapinha, juntando ofício exarado pelo D. Juízo da 4ª Vara Cível do Fórum Regional da Lapa nos autos do processo nº 0004144-44.2019.8.26.0004, no qual questiona a este Juízo sobre a possibilidade da penhora e levantamento dos valores lá bloqueados. Assim, considerando a concursabilidade do crédito, uma vez que os honorários foram arbitrados em sentença proferida em 2017, e nos termos do quanto decidido pela Corte Especial do Supremo Tribunal Federal no EAREsp 1255986/PR, deverá referido crédito ser habilitado na presente Recuperação Judicial, liberando-se os valores em favor das Recuperandas, bem como suspendendo-se a ação que persegue crédito concursal. Fls. 35.660/35.661: Requerem as Recuperandas a dilação de prazo para manifestação acerca do contido no despacho de fls. 35.306/35.314. O processo envolve a própria recuperanda, de modo que sua manifestação de que não consegue extrair cópia dos autos é injustificada. Considerando o item I da manifestação apresentada pela Administradora Judicial às fls. 36.427/36.437, determino a reserva do crédito pretendido no valor de R\$ 19.132.404,41 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e um centavos) na Classe III Créditos Quirografários, pelas razões e fundamentos lá expostos e autorizo o credor a participar dos conclaves, com direito a voz e voto, com fundamento no caput do artigo 39. Manifestem-se as Recuperandas em 15 dias sobre os documentos juntados. Fls. 35.662/35.664: Embargos de Declaração opostos pelas Recuperandas contra a decisão de fls. 35.306/35.314, requerendo seja a r. decisão reformada, a fim de que seja expedidos ofícios as duas casas bancárias, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para que apresentem nestes autos os extratos pormenorizados das contas vinculadas a outros Juízos, que seriam de sua


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

titularidade. Recebo os embargos posto que tempestivos, e no mérito, dou-lhes parcial provimento para esclarecer que a determinação é para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal informem, pormenorizadamente, todos os valores de depósitos judiciais transferidos a este Juízo, vinculando-os ao presente processo, apontando as contas de origem vinculadas a outros Juízos, em 10 dias. Servirá a presente decisão como ofício a ser enviada física ou digitalmente pelas Recuperandas. Fls. 35.678/35.679: Sobre o pedido de habilitação de crédito aduzido por Fabricio da Silva Fernandes, verifico que constou do item III da manifestação de fls. 36.427/36.437 da Administradora Judicial, que referido crédito já consta da prévia do quadro-geral de credores, tendo ainda especificado às folhas dos autos onde poderá ser encontrado. Desta feita, e não pela primeira vez, determino aos credores e em especial a seus patronos, para que se atentem ao curso processual, em especial para o fato de que mensalmente a Administradora Judicial junta aos autos com seu RMA a prévia atualizada do quadro-geral de credores, que deverá ser consultada antes de cada peticionamento relativo aos créditos postulados neste feito, evitando-se assim retardar o bom andamento do processo que já conta com mais de 36 mil folhas. Fls. 35.680/ 35.698, 35.703/35.710, 35.711/35.718, 35.719/35.725, 35.726/35.732, 35.821/36.802, 36.106/36.112, 36.113/36.36.119, 36.278/36.282: Petições de Vitor Henrique Eduardo Albano, Elmo Nascimento da Silva, Vinicius Cesar Azevedo de Barros, Thiago Brito de Lima, Reginaldo Azevedo Conceição, Jessica Pereira Martins, Raquel Pereira Curti, Wilson Ferreira Camilo, requerendo a habilitação de seus créditos trabalhistas, informando dados bancários ou declarando suas escolhas sobre as opções de pagamento do plano de recuperação judicial. A respeito dos pedidos de habilitação de crédito trabalhista, note-se que a via é incorreta, contudo, em razão da prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005 e da proximidade das novas assembleias de credores que se dará em meio virtual, verifico que constou da manifestação da Administradora Judicial de fls. 36.427/36.437, haver esta apresentado a prévia atualizada do quadro-geral de credores, contemplando todos os pedidos de habilitação de créditos trabalhistas juntados ao presente feito até 30/06/2020. Assim, reitero os termos do parágrafo retro, para que os credores consultem seus nomes na aludida prévia, e, querendo atentem-se ao todo aqui exposto (manual e passo a passo) para participação nas assembleias em meio virtual. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida ser discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadrogenal de credores, conforme apurado no parecer técnico. Anote-se os dados dos patronos. Defiro os benefícios da justiça gratuita aos credores Vitor Henrique Eduardo Albano, Elmo Nascimento da Silva, Vinicius Cesar Azevedo de Barros, Thiago Brito de Lima, Jessica Pereira Martins, Raquel Pereira Curti e Wilson Ferreira Camilo Intimem-se o peticionante Reginaldo Azevedo Conceição, para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Relativamente à opção de pagamento, informada por alguns credores, reporto-me ao despacho de fls. 29.390/29.395, no qual restou consignado que o prazo para sua escolha se encerrou em 14/10/2019. No mais, como dito alhures no presente feito, os dados bancários deverão ser enviados diretamente às Recuperandas no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização. Fls. 35.699/35.702: Certifique a Z. serventia se os dados dos patronos já foram anotados. Fls. 35.773/35.777, 35.778/35.779: Ofício expedido pela 21ª Vara de Trabalho de Belo Horizonte, requerendo informações sobre o andamento do presente feito, já tendo sido cumprido pela Z. Serventia desta Vara. Fls. 35.780/35.788, 35.811/35.816: Ofícios expedidos pelas 13ª Vara Cível de Brasília, 9ª Vara do Trabalho de Recife, informando a existência de valores depositados naqueles Juízos, relativos a processos cujos créditos estão sujeitos ao concurso de credores, requerendo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

orientação e/ou dados bancários, para destinação de referidos valores. Verifico que os esclarecimentos pertinentes foram ofertados pela Z. Serventia desta Vara à 9ª Vara de Recife, conforme se vê às fls. 35.817/35.819, devendo a mesma orientação ser fornecida à 13ª Vara Cível de Brasília com urgência. Cumpra-se. Fls. 35.789/35.793: Ciência às Recuperandas, credores e demais interessados sobre o parecer do Ministério Público. Fls. 35.809/35.810: Anote-se os dados do patrono. Recolha o peticionante a taxa de mandato judicial. Ademais, reitero que para participação na assembleia geral de credores em meio virtual, já designada, deverá o patrono do credor observar o disposto na manifestação, no manual e no passo a passo juntados pela Administração Judicial às fls. 35.468/35.480 e 35.612/35.628 dos autos. Fls. 35.820: Manifestação simples, requerendo habilitação de crédito em favor de Paulo Aparecido Marques. Não tendo sido colacionado qualquer documento hábil a comprovar a existência do referido crédito, indefiro, por ora, o pleito, devendo o patrono atentar-se ao disposto no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, se o caso. Fls. 36.089/36.105: Intime-se as Recuperadas acerca da petição juntada pela Procuradoria do Estado do Santa Catarina. Fls. 36.120/36.277: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto ao Décimo Nono Relatório Mensal de Atividades, que contempla o período de 29/05/2020 e 29/06/2020, juntado pela Administradora Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais no período compreendido entre 21/05/2020 a 20/06/2020, para que busquem no anexo I do aludido relatório (fls. 36.237/36.250) os pareceres contábeis relativos a seus créditos, podendo sobre estes, apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância, a controvérsia deverá ser discutida em incidente próprio, nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 36.283/36.312: Esclareça a peticionante o que pretende, uma vez que o pedido formulado, nos termos formulados, não permitem a adoção de qualquer medida eficaz por este Juízo. Fls. 36.313/36.344: Trata-se de manifestação de Priscila Natividade Dias Santos Oliveira, postulando a habilitação de seu crédito concursal. Nos termos dispostos na Lei 11.101/2005, tem-se que a via é incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores habilitarem-se nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome da Recuperanda como requerida. Fls. 36.345/36.350: À Z. Serventia para informar àquele Juízo sobre o decurso do referido prazo, cabendo às Recuperandas a verificação e habilitação neste feito, do crédito pretendido no cumprimento de sentença, se concursal. Fls. 36.356/36.359: À Z. Serventia para tornar sem efeito, uma vez que a manifestação juntada não guarda relação com o presente feito. Intime-se o advogado Thales Cury Pereira, OAB/SP nº 246.883 para ciência. Fls. 36.360/36.364: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas das Recuperandas, relativas ao mês de maio de 2020. Fls. 36.427/36.494: Ciência às Recuperandas, credores e demais interessados sobre a nova prévia do quadro-geral de credores juntado pela Administradora Judicial como "Anexo II" às fls. 36.468/36.494, de sua manifestação, cujas análises contemplam o período de 21/06/2020 a 30/06/2020. Ademais, para os credores habilitados e com parecer contábil (fls. 36.456/36.467), juntado a esta nova prévia, aplicam-se as mesmas regras acima transcritas, quais sejam: "Assim, reitero os termos do parágrafo retro, para que os credores consultem seus nomes na aludida prévia, e, querendo atentem-se ao todo aqui exposto (manual e passo a passo) para participação nas assembleias em meio virtual. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CÍVEL****2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado no parecer técnico". Ciente o Juízo sobre as correspondências enviadas pela Administradora Judicial aos credores, informando-os sobre o conclave virtual. Int." CERTIFICO MAIS QUE, por r. Decisão proferida em 24/07/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 36587/36592: última decisão. Fls. 36.365/36.371, 37.225/37.232: Ciência aos interessados sobre as respostas aos ofícios encaminhados pela Administradora Judicial às 17ª e 9ª Varas do Trabalho de São Paulo/Zona Sul/SP e Curitiba/PR. Fls. 36.372/36.395, 37.195/37.217: Manifestações de Eduardo Soria de Miranda e Edilson Sampaio Pereira, postulando a habilitação de seus créditos, que embora concursais, não possuem natureza trabalhista, sendo, portanto, a via eleita incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores habilitar seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 36.396/36.417: O crédito ora pretendido deverá ser habilitado em conjunto com o principal. Aguarde-se a distribuição do incidente nos termos retro citados. Fls. 36.418/36.419, 36.621/36.624, 37.222/37.224, 37.281/37.286: Ciência às Recuperandas sobre os ofícios recebidos, a fim de que esclareçam a este Juízo se os créditos pretendidos nos autos em questão, estão ou não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial. Fls. 36.420/36.426, 38.743/38.744: Atentem-se os credores, em especial seus patronos, ao curso processual e seus detalhes, evitando peticionamentos desnecessários que apenas tumultuam o processo, uma vez que intempestivamente apresentaram sua opção de pagamento relativamente a plano de Recuperação Judicial homologado há mais de 1 (um) ano, bem como dados bancários, que, como dito alhures no presente feito, deveriam ser informados diretamente às Recuperandas por meio do endereço eletrônico "creditosrjshc@gruposhc.com.br", copiando-se o e-mail "gruposhc2vfrj@gmail.com", para fiscalização. Inobstante as considerações acima, atentem-se igualmente todos os credores sobre o fato de que aos 15 dias do mês corrente, foi aprovado em assembleia geral de credores aditivo ao plano de recuperação judicial, ainda pendente de homologação. Abra-se vista ao Ministério Público. Fls. 36.495, 36.496, 36.497, 36.498, 36.499, 36.625/36.628, 36.629/36.631, 36.632/36.634, 36.635/36.637, 36.638/36.640, 36.641/36.646: Ciência às Recuperandas e demais interessados sobre os ofícios expedidos pela Z. Serventia, bem como acerca das respostas já recebidas. Fls. 36.500/36.504, 36.505/36.528 e 36.529/36.586, Fls. 38.745/38.805, 38.897/38.938: Superada a realização das assembleias em 1ª e 2ª convocações, anote a Z. Serventia os dados dos patronos. Ademais, deverão os peticionantes Centerleste Empreendimentos Comerciais Ltda., Condomínio Ordinário do Auto Shopping São Paulo Leste e Associação dos Lojistas do Auto Shopping São Paulo Leste – ALAUTO, SANEPAR e Light – Serviços de Eletricidade, recolher a taxa de mandato, sob pena de inscrição em dívida ativa. Fls. 36.593/36.596, 37.247/37.250 e 37.261/37.277: Ofícios encaminhados pela 12ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Sul/SP, 30ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ e 5ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, solicitando informações e/ou a devolução dos valores relativos aos depósitos recursais oriundos das reclamações trabalhistas de nº 1001429-45.2016.5.02.0712, 0010966-55.2015.5.01.0030 e 0011009-60.2014.5.01.0245, respectivamente, transferidos para a conta judicial vinculada à presente recuperação judicial. Relativamente a ordem supramencionada, que versa sobre a devolução dos depósitos recursais transferidos a este Juízo,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

é pacífico o entendimento do C. STJ quanto à competência absoluta do Juízo da Recuperação Judicial para decidir sobre questões atinentes ao patrimônio do empresário em recuperação judicial, notadamente quando visam a garantir e/ou satisfazer créditos concursais, ainda que isto não seja requisito da competência. Nas hipóteses das três reclamações trabalhistas em questão, é incontroverso que os créditos trabalhistas delas objeto estão submetidos à recuperação judicial, já que anteriores ao pedido de recuperação judicial, apresentado em 05.11.2018. Por sua vez, a ordem de devolução proferidas pelos Juízos Obreiros têm por objeto depósitos recursais realizados pela Recuperanda para discutir justamente referidos créditos concursais. Assim, inequívoca a competência deste Juízo para decidir sobre, pelo que as decisões pela devolução dos valores não podem ser cumpridas, eis que proferidas por Juízos absolutamente incompetentes. Neste sentido, veja-se que o C. STJ já teve a oportunidade de apreciar questão análoga em sede de conflito de competência envolvendo Juízos Trabalhistas e créditos desta mesma recuperação judicial. Cuida-se do quanto decidido, tanto em sede liminar quando em caráter definitivo, no Conflito de Competência nº 167.081/SP, em que restou firmada a competência deste Juízo para decisão sobre atos de execução que incidam sobre o patrimônio das Recuperandas, tendo sido ainda reconhecido em mesma oportunidade que “não compete ao juízo diverso de onde tramita a recuperação judicial da empresa interferir no acervo patrimonial das suscitantes, mesmo quanto à penhora anterior ao deferimento da quebra, motivo pelo qual o conflito deve ser acolhido”. Não custa lembrar que o C. STJ é o único competente para decidir conflitos entre Juízos de qualquer Justiça especializada e da Justiça Comum, nos termos do art. 105, I, “d”, da Constituição Federal. Desta sorte, estando os créditos lastreados pelas reclamações trabalhistas sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, ainda que não inscritos por ausência de liquidez, quaisquer valores depositados para garantia das execuções individuais deverão ser remetidos a este Juízo e aqui permanecerem, cabendo ao credor habilitar o seu crédito na forma e percebê-lo nas condições estabelecidas no plano de recuperação judicial proposto, caso aprovado e homologado. Ante o exposto, suscito conflito positivo de competência para que seja fixado o Juízo competente para decidir sobre os depósitos recursais realizados nas reclamações trabalhistas nºs 1001429-45.2016.5.02.0712, 0010966-55.2015.5.01.0030 e 0011009-60.2014.5.01.0245. À Z. Serventia para que providencie encaminhamento de resposta aos Juízos das Especializadas Trabalhistas, nos termos retro. Cumpra-se. Fls. 36.597/36.620, 36.659/37.163, 37.287/38.741, 38.870/38.896: Em razão das alterações constantes do plano apresentado às fls. 36.597/36.620, ocorridas no próprio ato assemblear, incluindo-se as informações trazidas pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 37.287/38.741, na qual relatou todo o ocorrido durante o conclave, juntando para tanto, a ata, as ressalvas dos credores, os chats e relatórios da plataforma utilizada e os emails dos credores, entre outros documentos, cuja análise deverá ser minuciosa, determino seja aberta vista ao Ministério Público para manifestação em 48 (quarenta e oito) horas. Após tornem os autos conclusos para decisão. Fls. 36.649/36.658: Ciência aos interessados sobre trânsito em julgado do Agravo de Instrumento nº 2269344-89.2019.8.26.0000. Fls. 36.164/37.169: Concedo a gratuidade. À Z. Serventia para anotação dos dados dos patronos. Fls. 37.170/37.194 e 37.218/37.221, 37.251/37.259: Petições de Isabel Cristina Lopes da Silva Nascimento, Willian dos Santos Belmonte e Rafael Nicoli Coelho, requerendo a habilitação de seus créditos trabalhistas. A via é incorreta, todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no quadro geral de credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ademais, atente-se os credores que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou do item I, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 38.939/38.946, cumprindo aos demais conferir a prévia do quadro-geral de credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Anote-se os dados dos patronos. Intime-se o peticionante Willian dos Santos Belmonte, para comprovar o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar aos autos declaração de hipossuficiência atualizada e Rafael Nicoli Coelho, para que regularize sua representação processual, juntando aos autos o competente instrumento de mandato ou indicando às folhas em que foi acostado. Prazo: 05 dias. Fls. 37.233/37.245: Ante a ciência manifestada pela Administradora Judicial em sua petição de fls. 38.939/38.946, transferidos os direitos oriundos do crédito outrora detidos pelo TRX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativo I, no montante de R\$ 9.439.331,21, por meio da celebração do Instrumento de Dação em Pagamento, resta ratificada a substituição processual, que alterou para fins de votação a titularidade do crédito supramencionado em favor de Cotia Vitória Serviços e Comércio S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 01.826.229/0001-42, nos termos do quanto disposto nos artigos 358 e 293 do Código Civil. Anote-se os dados dos patronos, devendo o peticionante recolher a taxa de mandato em 5 (cinco) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Fls. 37.260: Esclareça a peticionante o que efetivamente pretende, uma vez que o documento juntado, da forma juntada, não permite a adoção de qualquer medida eficaz por este Juízo. Fls. 38.742: Providencie a Z. serventia a exclusão do advogado Luiz Fernando Parra do sistema. No mais, anote-se o nome da patrona que permanecerá como a única advogada constituída no processo no sistema. Fls. 38.743/38.744, 38.821/38.826, 38.827/38.834, 38.835/38.853, 38.854/38.858, 38.859/38.865: Deverão os credores aguardar eventual homologação do plano para exercer seu direito de escolha. Ademais, como dito alhures no presente feito, a opção de recebimento dos créditos e os dados bancários deverão ser encaminhados diretamente às Recuperandas por meio do endereço eletrônico "creditosrjshc@gruposhc.com.br", copiando-se o email "gruposhc2vfrj@gmail.com", para fiscalização. Fls. 38.806/38.814: Ciência às Recuperandas sobre o ofício do Banco do Brasil S/A. Fls. 38.815/38.820, 38.866/38.869: Em razão de já haver ultrapassado a data de corte estabelecida pela Administradora Judicial para inclusão no 20º RMA, aguarde o credor a apresentação do 21º RMA. Ciência à Administradora Judicial acerca do referido pedido de habilitação. Fls. 38.939/38.946: Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso deste despacho, sendo de rigor a ciência de todos os interessados no inteiro teor da manifestação em tela. Abra-se vista ao Ministério Público. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 24/07/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 38.991/38.996: Última decisão. Fls. 38.947/38.952 e 38.953/38.957: Os pedidos aduzidos por Fábio Abreu Lopes e Danielle da Silva Bernardes, revelam-se verdadeiras impugnações de crédito trabalhista, contudo, em razão do quanto exposto pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 39.582/39.593, intime-se os Impugnantes na pessoa de sua patrona Dra. Silene Vieira de Lima, OAB/SP nº 343.436 para que conheça dos pareceres contábeis juntados às fls. 32.979 e 36.249 do presente feito. Outrossim,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

havendo discordância quanto aos valores apurados nos referidos pareceres, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Fls. 38.958/38.985: Ciência aos interessados sobre a resposta ao ofício encaminhado pela Administradora Judicial à 3ª Vara do Trabalho de Niterói. Fls. 38.988/38.989: Esclareçam as Recuperandas em 48 horas, se os valores discutidos nos autos de nº 0000114-29.2004.8.19.0022 em trâmite perante Vara Única de Engenheiro Paulo Frontin/RJ, estão sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial. Fls. 39.003/39.006, 39.007/39.010, 39.011/39.014, 39.086/39.071, 39.092/39.097 e 39.098/39.103: Ciência às Recuperandas e demais interessados sobre os conflitos positivos suscitados, bem como do envio dos ofícios às Varas Obreiras Suscitadas. Fls. 39.007/39.010: Apreciado no item 10 (envio do CC ao STJ). Fls. 39.011/39.014: Apreciado no item 10 (envio do CC ao STJ). Fls. 37.287/38.741, 38.870/38.878, 39.015/39.025, 39.104/39.111 e 39.112/39.122: Às fls. 37.287/38.741 a Administradora Judicial informou que restou aprovado em Assembleia Geral de Credores em 2ª Convocação, realizada em 15/07/2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial juntado às fls. 37.319/37.343, ressaltando (i) a existência de ressalvas ao aditivo ao plano; (ii) ter havido credores optantes naquele ato; (iii) a colheita de voto em cenários distintos, cujo cômputo não alterou o resultado da votação; (iv) os pleitos e manifestações da Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato e demais patronos, tendo tudo sido juntado aos autos como documentos que guarneceram a Ata da Assembleia Geral de Credores. Às fls. 38.870/38.878, as Recuperandas requereram a homologação do PRJ, momento em que igualmente refutaram as alegações apresentadas pela Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, especialmente sobre a inexistência de provas quanto às alegações, consignando que tal discussão deveria ocorrer em incidente próprio, se o caso. O que até a presente data não foi proposto pelos interessados. Às fls. 39.015/39.025 o Dr. Sidney Graciano Franze, na condição de sócio do Escritório De Lacerda, impugnou as alegações da Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, juntando Ata Notarial elaborada pelo 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, com fito de corroborar todas as suas afirmações e demonstrar a inexistência de coação, tampouco defesa de interesse das Recuperandas, mas sim dos próprios clientes, outorgantes de procuração. Às fls. 39.104/39.111, o Ministério Público teceu comentários relativos as cláusulas 12.3, entendendo pela supressão da expressão "preferência" existentes nas cláusulas 8.1.3, 8.1.4.1 e 8.1.5.1. e pugnando pela a declaração de nulidade da cláusula 12.6, do aditivo ao plano de recuperação judicial, e, manifestando seu entendimento quanto a inexistência de nulidade nas propostas de pagamento aos credores trabalhistas. Informou ainda que, da análise da documentação juntada pela patrona Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, não se observam elementos de prova capazes de demonstrar a ocorrência dos fatos por ela narrados, consignado entretanto que, havendo prova hábil a demonstrar as condutas narradas, faz-se possível a instauração de incidente específico ou inquérito policial para a apuração de eventual ato delitivo nos termos da legislação falimentar. Sendo estas as considerações necessárias a respeito dos fatos ocorridos na assembleia que aprovou o aditivo ao plano de recuperação judicial e suas peculiaridades. Às fls. 39.112/39.122 a pretexto de juntar nova procuração aos autos a Dra. Kelly Zandonato, impugnou a petição acostada aos autos às fls. 39.015/39.025 pelo patrono Sidney Graciano Franze requerendo esclarecimentos da Administradora Judicial quanto ao contrato de prestação de serviços do firmado entre as Recuperandas e o escritório De Lacerda, buscando rememorar todos os fatos ocorridos em assembleia. É o relatório. Decido. Ab initio necessário trazer luz aos eventos acima narrados pela Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, amparados na publicidade conferida pela Administradora Judicial acerca do ocorrido no ato assemblear, tendo sido as declarações vergastadas pelas Recuperandas, e objeto de análise pela D. Promotoria de Justiça, que repisou o quanto decidido às fls. 24.786/24.791, por entender aquele Órgão não haver elementos de prova capazes de demonstrar a ocorrência dos fatos narrados. Note-se,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

portanto, que, não restou comprovado o vício na declaração de vontade dos outorgantes, razão pelo qual reputo válidas as procurações guerreadas, bem como os efeitos que produziram. Contudo, como também ressalvado pelo Ministério Público, havendo prova hábil a demonstrar as condutas delitivas narradas, faz-se possível, a qualquer tempo, instauração de incidente específico para sua apuração, nos termos da legislação falimentar, o que poderá resultar no reconhecimento da invalidade da deliberação e nas devidas sanções cíveis e criminais. Superada referida questão, passa-se a análise quanto à aprovação do aditivo ao plano ocorrida em assembleia. Segundo manifestação da Administradora Judicial, a assembleia geral de credores instalada e realizada em 2ª convocação deliberou e aprovou aditivo ao plano de recuperação judicial, inclusive, considerando dois cenários alternativos, quais sejam, (i) computando-se as abstenções do Sr. Luiz Paulo dos Santos (classe I) e Marli Alves (classe I e III) e (ii) o voto contrário de DEMI (classe III), sendo certo que o resultado do ato assemblear não se alterou, conforme quórum estabelecido no art. 45 da LRJF. De mesma sorte, a Lei 11.101/05, optou por conferir aos credores a apreciação e a decisão quanto à viabilidade econômica do plano para reestruturar o devedor inadimplente, não podendo haver ingerência do magistrado no tocante a seu mérito. Sendo esta a posição adotada pelo C. Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. APROVAÇÃO DO PLANO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CONCESSÃO DE PRAZOS E DESCONTOS. POSSIBILIDADE. 1. Recuperação judicial requerida em 4/4/2011. Recurso especial interposto em 31/7/2015. 2. O propósito recursal é verificar se o plano de recuperação judicial apresentado pelas recorrentes - aprovado pela assembleia geral de credores e homologado pelo juízo de primeiro grau - apresenta ilegalidade passível de ensejar a decretação de sua nulidade e, conseqüentemente, autorizar a convalidação do processo de soerguimento em falência. 3. O plano de recuperação judicial, aprovado em assembleia pela vontade dos credores nos termos exigidos pela legislação de regência, possui índole marcadamente contratual. Como corolário, ao juízo competente não é dado imiscuir-se nas especificidades do conteúdo econômico do acordo estipulado entre devedor e credores. 4. Para a validade das deliberações tomadas em assembleia acerca do plano de soerguimento apresentado, o que se exige é que todas as classes de credores aprovem a proposta enviada, observados os quóruns fixados nos incisos do art. 45 da LFRE. 5. A concessão de prazos e descontos para pagamento dos créditos novados insere-se dentre as tratativas negociais passíveis de deliberação pelo devedor e pelos credores quando da discussão assemblear sobre o plano de recuperação apresentado, respeitado o disposto no art. 54 da LFRE quanto aos créditos trabalhistas. 6. Cuidando-se de hipótese em que houve a aprovação do plano pela assembleia de credores e não tendo sido apontadas, no acórdão recorrido, quaisquer ilegalidades decorrentes da inobservância de disposições específicas da LFRE (sobretudo quanto às regras dos arts. 45 e 54), deve ser acolhida a pretensão recursal das empresas recuperandas. 7. Recurso especial provido. (REsp 1631762/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018). Corroborando tal entendimento tem-se a edição do Enunciado 46 da 1ª Jornada de Direito Comercial CJP/STJ, que dispõe: 46. Não compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômicofinanceira do plano de recuperação aprovado pelos credores. Assim, ao judiciário, cumpre nos termos do Enunciado 44, editado na mesma oportunidade supramencionada o controle de legalidade do plano de recuperação judicial. (Enunciado 44. A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle de legalidade.). Sendo, portanto, competente o Juízo onde se processa a recuperação judicial para realizar o controle de legalidade do plano de recuperação judicial e seus aditivos e, nos termos do Enunciado 44 retro citado, ser imprescindível sua realização para enfim homologar-se o PRJ e


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

seus aditivos, passo a sua realização. a. Conteúdo das cláusulas 8.1.3, 8.1.4.1 e 8.1.5.1 do aditivo: Manifestou-se o Ilmo. Representante do Parquet por suprimir-se das referidas cláusulas a palavra “preferência”, por entender que esta seria capaz de trazer a interpretação equivocada de que o pagamento de determinados credores estaria condicionado ao pagamento de quem fez opção com maior antecedência, violando assim a isonomia entre os credores. Compreensível a preocupação exposta pelo MP, contudo, diverge este Juízo do referido entendimento, por entender que a palavra “preferência” empregada nas cláusulas em voga apenas faz referência à ordem cronológica para adesão à determinada forma de pagamento, e não ao momento da realização de seu pagamento. Entretanto, verifico que o aditivo ao plano juntado às fls. 37.319/37.343 não contempla referida menção em razão de haver sido alterado em assembleia, alterando-se o verbete ora impugnado para pro rata, garantindo-se a equidade entre os credores. b. Cláusula 12.3 do aditivo ao plano: Na hipótese, a referida cláusula prevê a extinção de todas as execuções judiciais em curso ajuizadas em face das Recuperandas, seus controladores, suas controladas, coligadas, afiliadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário ou econômico, bem como a extinção de todas as penhoras e/ou constrições existentes. Por afetar direito do credor em face de devedores não sujeitos à recuperação judicial, a maioria não poderia submeter a vontade da minoria em virtude de não integrarem a mesma comunhão de interesses. Em suma, como os interesses são diversos, seria exigido manifestação do credor com a concordância ao aditivo ao plano de recuperação judicial, a menos que tenha ressalvado a cláusula. Aos demais, a cláusula é considerada ineficaz. Neste sentido, tem-se a Súmula 61 do TJSP, pela qual “[n]a recuperação judicial, a supressão da garantia ou sua substituição somente será admitida mediante aprovação expressa do titular”, bem como da Súmula 581, do C. STJ, na qual é dito “A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória”. Assim, referida cláusula não é nula, devendo produzir seus efeitos nos moldes acima balizados mas apenas em face dos credores que expressamente concordaram. c. Cláusula 12.6 do aditivo ao plano: Foi apontada igualmente irregularidade da referida cláusula, por entender o MP que qualquer alteração no plano de recuperação judicial deverá ser precedida de análise judicial e aceitação dos credores. A cláusula deve ser considerada ilegal. A maioria não poderá evitar a convolação em falência por descumprimento do plano de recuperação judicial. Eventual renúncia ao crédito deverá ser feita individualmente com cada um dos credores. d. Cláusula 13.1 do aditivo: A cláusula da margem à dúvida quanto ao quórum. Nesse sentido, o aditamento é construção jurisprudencial possível desde que respeitados os quóruns para a aprovação do plano de recuperação judicial, e não o quórum mínimo previsto na assembleia, como aparenta trazer a cláusula. Nesse sentido, a cláusula deve ser entendida nesse sentido. e. Recolhimento de Tributos e/ou adesão ao parcelamento próprio: Para que ocorra a homologação do aditivo, cumpria às Recuperandas juntarem as certidões negativas de débitos tributários, conforme exige o art. 57 da LRF. Contudo, essa exigência não pode levar, automaticamente, à decretação da falência. Isso porque, segundo o sistema vigente, o devedor em recuperação judicial deveria apresentar certidões negativas de débitos fiscais ou comprovar o parcelamento dos débitos tributários, nos termos de lei específica a ser editada conforme art. 68 da LRF, como condição para a concessão da recuperação judicial. A falta de lei sobre o parcelamento especial, o Código Tributário Nacional fora alterado para, em seu art. 155-A, prever que a inexistência da lei específica sobre o parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial importaria a aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial. Todavia, a jurisprudência fora, durante todo o período, majoritária quanto à não aplicação da exigência de parcelamento dos créditos fiscais aos pedidos distribuídos antes da lei que dispunha sobre o parcelamento dos débitos tributários


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

durante a recuperação de empresas. A justificativa a tanto sedimentava-se muito mais na exigência de preservação da empresa em crise do que na míngua de legislação especial a qual, como alterado pelo CTN, era dispensável. A Lei nº 13.043/14 entrou em vigor em novembro de 2014, anteriormente, portanto, ao ajuizamento da presente recuperação judicial. Como já ocorria antes da Lei e conforme posicionou-se a jurisprudência, diante da relevante finalidade social da lei de preservação da empresa, dos empregos e da atividade econômica, a doutrina e a jurisprudência têm dispensado a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais ou de parcelamento especial para a concessão da recuperação judicial. Desta forma, como já restou decidido anteriormente às fls. 26.596/26.609, a exigência da CND ou do parcelamento deve ser dispensada. Embora o crédito tributário não se sujeite ao plano de recuperação e não se exija a CND ou o parcelamento fiscal, as execuções fiscais não ficarão sobrestadas pelo processamento da recuperação judicial e os bens indispensáveis ao plano poderão ser penhorados e poderão comprometer a própria recuperação judicial. Ao Juiz da Recuperação Judicial caberá apreciar apenas a menor onerosidade às Recuperandas. Contudo, até que a recuperanda apresente qualquer forma de equalização do crédito tributário e que obtenha a concordância do Fisco, determino a proibição de alienação de qualquer ativo integrante do seu ativo permanente. A providência é determinada em razão da proibição, inclusive criminal, de fraude contra credores. A legislação foi expressa ao exigir a necessidade de parcelamento e ou de satisfação do crédito tributário inclusive para a concessão da recuperação judicial. Ainda que a jurisprudência tenha mitigado a regra, por uma questão de proporcionalidade, não se pode permitir que o credor seja lesado. Não pode a recuperanda reduzir seu patrimônio e escolher quais credores satisfazer em detrimento dos credores não sujeitos à recuperação judicial e que, portanto, além de terem sido priorizados pela legislação, não foram ouvidos no conclave. Não se pode permitir que a recuperação judicial seja utilizada, por via transversa, para subverter a ordem e o risco de pagamento dos credores em eventual falência.

OFICIE-SE ÀS FAZENDAS COM CÓPIA DESSA DECISÃO. CLÁUSULA 7 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS O plano de recuperação judicial prevê o pagamento dos credores trabalhistas com 95% de desconto a vista, em 50% do valor em oito parcelas mensais a partir de outubro de 2020 ou 100% em até 4 anos. O devedor, nesse ponto, utiliza de subterfúgio para afrontar lei imperativa e que determina que o pagamento dos credores deve ocorrer em até 12 meses. Isso porque, caso esse juiz anule a cláusula nesse ponto, prejudicaria efetivamente o credor trabalhista que contaria com maior percentual e a quem a lei efetivamente tentou proteger. O crédito trabalhista, na legislação, tem a proteção absolutamente priorizada. Nesse sentido, há verdadeira afronta à legislação a cláusula que permite o pagamento de seus créditos em período de 4 anos. Referida consideração é ainda mais acentuada quando se verifica que o devedor previu o pagamento de créditos quirografários e, portanto, menos privilegiados, mesmo durante o pagamento dos créditos trabalhistas. Logo, considerando que o plano prevê o pagamento da primeira prestação dos credores quirografários em período de até um ano da concessão da recuperação judicial, credores menos privilegiados, e diante da proteção da Lei, não se poderia impor o pagamento dos referidos credores trabalhistas em afronta ao período de 12 meses, ou com desconto, para a satisfação desses credores menos privilegiados. Destaco que a jurisprudência tem entendimento de que o crédito trabalhista pode ser satisfeito com deságio. O que não se pode aceitar, contudo, é que o credor trabalhista seja satisfeito em período posteriormente ao que é permitido pela legislação bem como com desconto a ponto de se permitir a satisfação de créditos menos privilegiados. Como se previu possibilidade de pagar o passivo quirografário, imprescindível que se satisfaça integralmente os créditos privilegiados antes disso. Nesse sentido, e como forma de se evitar a imediata anulação da assembleia geral de credores, determino que a opção B dos credores trabalhistas deve ser reduzida para abordar como forma de pagamento 100% do valor


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

do passivo trabalhista, com pagamento até o vencimento da primeira parcela do crédito quirografário, o que, no caso, determinouse no plano que seja em até um ano, e desde que nenhum crédito menos privilegiado seja satisfeito até que os credores trabalhistas sejam integralmente pagos. Em face do exposto, HOMOLOGO o aditivo ao plano de recuperação judicial de fls. 37.319/37.343, nos parâmetros e com as ressalvas determinadas acima. CONSIGNO, ainda, que, nos termos do aditivo ao plano homologado, os pagamentos deverão ser efetuados pelas Recuperandas diretamente aos credores, que deverão informar sua opção de pagamento e seus dados bancários diretamente às Recuperandas, no endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para o e-mail da recuperação gruposhc2vfjr@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial, ficando vedado, desde já, quaisquer depósitos relativos a pagamento de credores nos autos. Fls. 39.026/39.040, 39.138/39.144, Fls. 39.168/39.184, 39.185/39.189: Petições de Terezinha Lopes de Oliveira, Glacy Marlene Lago Neta, Sebastião Alves, Isabôr Bastos de Souza, postulando a habilitação de seus créditos, que embora concursais, não possuem natureza trabalhista, sendo, portanto, a via eleita incorreta. Assim, os credores quirografários, deverão habilitar seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 39.085, 39.123/39.126, 39.129/39.131: Repise-se o quanto dito alhures no presente feito, sobre o fato de que a opção de pagamento e os dados bancários devem ser enviados diretamente às Recuperandas no endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no e-mail o endereço eletrônico gruposhc2vfjr@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Fls. 39.112/39.122: Regularize a patrona do Sr. Marcos Maciel de Oliveira sua representação processual, uma vez que o instrumento juntado se refere a pessoa diversa, bem como o documento juntado. Ademais, dê-se ciência quanto a Proposta de Honorários (Recuperandas e De Lacerda) juntada pela Administradora Judicial como documento 2 em sua manifestação de fls. 39.582/39.593 Fls. 39.127/39.128: Desnecessária a comprovação nos autos, exceto em caso de descumprimento do plano pelas Recuperandas sob a alegação de não possuírem os dados bancários. Fls. 39.132/39.137: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de junho de 2020. Fls. 39.145/39.155, 39.156/39.166, 39.365/39.574, 39.576/39.577: Em razão da regularização documental, concedo a gratuidade. Certifique a Z. Serventia a anotação dos dados dos patronos. Fls. 39.190/39.192: Providencie a Z. Serventia a intimação da Administradora Judicial naqueles autos. Registro por oportuno que os valores serão pagos na forma do aditivo ao plano de recuperação judicial homologado. Fls. 39.193/39.364: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais Fls. 39.026/39.040, 39.138/39.144, Fls. 39.168/39.184, 39.185/39.189: Petições de Terezinha Lopes de Oliveira, Glacy Marlene Lago Neta, Sebastião Alves, Isabôr Bastos de Souza, postulando a habilitação de seus créditos, que embora concursais, não possuem natureza trabalhista, sendo, portanto, a via eleita incorreta. Assim, os credores quirografários, deverão habilitar seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 39.085, 39.123/39.126, 39.129/39.131: Repise-se o quanto dito alhures no presente feito, sobre o fato de que a opção de pagamento e os dados bancários devem ser enviados diretamente às Recuperandas no endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no e-mail o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Fls. 39.112/39.122: Regularize a patrona do Sr. Marcos Maciel de Oliveira sua representação processual, uma vez que o instrumento juntado se refere a pessoa diversa, bem como o documento juntado. Ademais, dê-se ciência quanto a Proposta de Honorários (Recuperandas e De Lacerda) juntada pela Administradora Judicial como documento 2 em sua manifestação de fls. 39.582/39.593 Fls. 39.127/39.128: Desnecessária a comprovação nos autos, exceto em caso de descumprimento do plano pelas Recuperandas sob a alegação de não possuírem os dados bancários. Fls. 39.132/39.137: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de junho de 2020. Fls. 39.145/39.155, 39.156/39.166, 39.365/39.574, 39.576/39.577: Em razão da regularização documental, concedo a gratuidade. Certifique a Z. Serventia a anotação dos dados dos patronos. Fls. 39.190/39.192: Providencie a Z. Serventia a intimação da Administradora Judicial naqueles autos. Registro por oportuno que os valores serão pagos na forma do aditivo ao plano de recuperação judicial homologado. Fls. 39.193/39.364: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto ao Vigésimo Relatório Mensal de Atividades (período de 29/06/2020 a 31/07/2020), juntado pela Administradora Judicial às fls. 39.193/39.364. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/07/2020, para que busquem às fls. 39.315/39.320, os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Sobre referidos pareceres poderão os titulares de seus créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 39.575: Ciente o Juízo. Fls. 39.578/39.581: Em razão da regularização processual, anote a Z. Serventia os dados dos patronos. Fls. 39.582/39.593: Manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta decisão, requerendo a autorização para a criação de incidente próprio para juntada das procurações que lhe foram enviadas em atendimento ao § 4º do art. 37 da LRJF. Autorizo sua criação, devendo neste mesmo incidente serem juntadas eventuais provas de quaisquer atos delitivos relativos a este tema, nos termos retro decididos. Intime-se as Recuperanda, credores e demais interessados sobre a manifestação em tela. Int. " **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 06/08/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 38.991/38.996: Última decisão. Fls. 38.947/38.952 e 38.953/38.957: Os pedidos aduzidos por Fábio Abreu Lopes e Danielle da Silva Bernardes, revelam-se verdadeiras impugnações de crédito trabalhista, contudo, em razão do quanto exposto pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 39.582/39.593, intime-se os Impugnantes na pessoa de sua patrona Dra. Silene Vieira de Lima, OAB/SP nº 343.436 para que conheça dos pareceres contábeis juntados às fls. 32.979 e 36.249 do presente feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados nos referidos pareceres, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Fls. 38.958/38.985: Ciência aos interessados sobre a resposta ao ofício encaminhado pela Administradora Judicial à 3ª Vara do Trabalho de Niterói. Fls. 38.988/38.989: Esclareçam as Recuperandas em 48 horas, se os valores discutidos nos autos de nº 0000114-29.2004.8.19.0022 em trâmite perante Vara Única de Engenheiro Paulo Frontin/RJ, estão sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial. Fls. 39.003/39.006, 39.007/39.010, 39.011/39.014, 39.086/39.071,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

39.092/39.097 e 39.098/39.103: *Ciência às Recuperandas e demais interessados sobre os conflitos positivos suscitados, bem como do envio dos ofícios às Varas Obreiras Suscitadas. Fls. 39.007/39.010: Apreciado no item 10 (envio do CC ao STJ). Fls. 39.011/39.014: Apreciado no item 10 (envio do CC ao STJ). Fls. 37.287/38.741, 38.870/38.878, 39.015/39.025, 39.104/39.111 e 39.112/39.122: Às fls. 37.287/38.741 a Administradora Judicial informou que restou aprovado em Assembleia Geral de Credores em 2ª Convocação, realizada em 15/07/2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial juntado às fls. 37.319/37.343, ressaltando (i) a existência de ressalvas ao aditivo ao plano; (ii) ter havido credores optantes naquele ato; (iii) a colheita de voto em cenários distintos, cujo cômputo não alterou o resultado da votação; (iv) os pleitos e manifestações da Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato e demais patronos, tendo tudo sido juntado aos autos como documentos que guarneceram a Ata da Assembleia Geral de Credores. Às fls. 38.870/38.878, as Recuperandas requereram a homologação do PRJ, momento em que igualmente refutaram as alegações apresentadas pela Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, especialmente sobre a inexistência de provas quanto às alegações, consignando que tal discussão deveria ocorrer em incidente próprio, se o caso. O que até a presente data não foi proposto pelos interessados. Às fls. 39.015/39.025 o Dr. Sidney Graciano Franze, na condição de sócio do Escritório De Lacerda, impugnou as alegações da Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, juntando Ata Notarial elaborada pelo 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, com fito de corroborar todas as suas afirmações e demonstrar a inexistência de coação, tampouco defesa de interesse das Recuperandas, mas sim dos próprios clientes, outorgantes de procuração. Às fls. 39.104/39.111, o Ministério Público teceu comentários relativos as cláusulas 12.3, entendendo pela supressão da expressão “preferência” existentes nas cláusulas 8.1.3, 8.1.4.1 e 8.1.5.1. e pugnando pela a declaração de nulidade da cláusula 12.6, do aditivo ao plano de recuperação judicial, e, manifestando seu entendimento quanto a inexistência de nulidade nas propostas de pagamento aos credores trabalhistas. Informou ainda que, da análise da documentação juntada pela patrona Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, não se observam elementos de prova capazes de demonstrar a ocorrência dos fatos por ela narrados, consignado entretanto que, havendo prova hábil a demonstrar as condutas narradas, faz-se possível a instauração de incidente específico ou inquérito policial para a apuração de eventual ato delitivo nos termos da legislação falimentar. Sendo estas as considerações necessárias a respeito dos fatos ocorridos na assembleia que aprovou o aditivo ao plano de recuperação judicial e suas peculiaridades. Às fls. 39.112/39.122 a pretexto de juntar nova procuração aos autos a Dra. Kelly Zandonato, impugnou a petição acostada aos autos às fls. 39.015/39.025 pelo patrono Sidney Graciano Franze requerendo esclarecimentos da Administradora Judicial quanto ao contrato de prestação de serviços do firmado entre as Recuperandas e o escritório De Lacerda, buscando rememorar todos os fatos ocorridos em assembleia. É o relatório. Decido. Ab initio necessário trazer luz aos eventos acima narrados pela Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, amparados na publicidade conferida pela Administradora Judicial acerca do ocorrido no ato assemblear, tendo sido as declarações vergastadas pelas Recuperandas, e objeto de análise pela D. Promotoria de Justiça, que repisou o quanto decidido às fls. 24.786/24.791, por entender aquele Órgão não haver elementos de prova capazes de demonstrar a ocorrência dos fatos narrados. Note-se, portanto, que, não restou comprovado o vício na declaração de vontade dos outorgantes, razão pelo qual reputo válidas as procurações guerreadas, bem como os efeitos que produziram. Contudo, como também ressaltado pelo Ministério Público, havendo prova hábil a demonstrar as condutas delitivas narradas, faz-se possível, a qualquer tempo, instauração de incidente específico para sua apuração, nos termos da legislação falimentar, o que poderá resultar no reconhecimento da invalidade da deliberação e nas devidas sanções cíveis e criminais. Superada referida questão, passa-se a análise quanto à aprovação do aditivo ao plano ocorrida em*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

assembleia. Segundo manifestação da Administradora Judicial, a assembleia geral de credores instalada e realizada em 2ª convocação deliberou e aprovou aditivo ao plano de recuperação judicial, inclusive, considerando dois cenários alternativos, quais sejam, (i) computando-se as abstenções do Sr. Luiz Paulo dos Santos (classe I) e Marli Alves (classe I e III) e (ii) o voto contrário de DEMI (classe III), sendo certo que o resultado do ato assemblear não se alterou, conforme quórum estabelecido no art. 45 da LRJF. De mesma sorte, a Lei 11.101/05, optou por conferir aos credores a apreciação e a decisão quanto à viabilidade econômica do plano para reestruturar o devedor inadimplente, não podendo haver ingerência do magistrado no tocante a seu mérito. Sendo esta a posição adotada pelo C. Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. APROVAÇÃO DO PLANO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CONCESSÃO DE PRAZOS E DESCONTOS. POSSIBILIDADE. 1. Recuperação judicial requerida em 4/4/2011. Recurso especial interposto em 31/7/2015. 2. O propósito recursal é verificar se o plano de recuperação judicial apresentado pelas recorrentes - aprovado pela assembleia geral de credores e homologado pelo juízo de primeiro grau - apresenta ilegalidade passível de ensejar a decretação de sua nulidade e, conseqüentemente, autorizar a convalidação do processo de soerguimento em falência. 3. O plano de recuperação judicial, aprovado em assembleia pela vontade dos credores nos termos exigidos pela legislação de regência, possui índole marcadamente contratual. Como corolário, ao juízo competente não é dado imiscuir-se nas especificidades do conteúdo econômico do acordo estipulado entre devedor e credores. 4. Para a validade das deliberações tomadas em assembleia acerca do plano de soerguimento apresentado, o que se exige é que todas as classes de credores aprovem a proposta enviada, observados os quóruns fixados nos incisos do art. 45 da LFRE. 5. A concessão de prazos e descontos para pagamento dos créditos novados insere-se dentre as tratativas negociais passíveis de deliberação pelo devedor e pelos credores quando da discussão assemblear sobre o plano de recuperação apresentado, respeitado o disposto no art. 54 da LFRE quanto aos créditos trabalhistas. 6. Cuidando-se de hipótese em que houve a aprovação do plano pela assembleia de credores e não tendo sido apontadas, no acórdão recorrido, quaisquer ilegalidades decorrentes da inobservância de disposições específicas da LFRE (sobretudo quanto às regras dos arts. 45 e 54), deve ser acolhida a pretensão recursal das empresas recuperandas. 7. Recurso especial provido. (REsp 1631762/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018). Corroborando tal entendimento tem-se a edição do Enunciado 46 da 1ª Jornada de Direito Comercial CJP/STJ, que dispõe: 46. Não compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômicofinanceira do plano de recuperação aprovado pelos credores. Assim, ao judiciário, cumpre nos termos do Enunciado 44, editado na mesma oportunidade supramencionada o controle de legalidade do plano de recuperação judicial. (Enunciado 44. A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle de legalidade.). Sendo, portanto, competente o Juízo onde se processa a recuperação judicial para realizar o controle de legalidade do plano de recuperação judicial e seus aditivos e, nos termos do Enunciado 44 retro citado, ser imprescindível sua realização para enfim homologar-se o PRJ e seus aditivos, passo a sua realização. a. Conteúdo das cláusulas 8.1.3, 8.1.4.1 e 8.1.5.1 do aditivo: Manifestou-se o Ilmo. Representante do Parquet por suprimir-se das referidas cláusulas a palavra “preferência”, por entender que esta seria capaz de trazer a interpretação equivocada de que o pagamento de determinados credores estaria condicionado ao pagamento de quem fez opção com maior antecedência, violando assim a isonomia entre os credores. Compreensível a preocupação exposta pelo MP, contudo, diverge este Juízo do referido entendimento, por entender que a palavra “preferência” empregada nas cláusulas em voga apenas faz referência à


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ordem cronológica para adesão à determinada forma de pagamento, e não ao momento da realização de seu pagamento. Entretanto, verifico que o aditivo ao plano juntado às fls. 37.319/37.343 não contempla referida menção em razão de haver sido alterado em assembleia, alterando-se o verbete ora impugnado para pro rata, garantindo-se a equidade entre os credores.

b. Cláusula 12.3 do aditivo ao plano: Na hipótese, a referida cláusula prevê a extinção de todas as execuções judiciais em curso ajuizadas em face das Recuperandas, seus controladores, suas controladas, coligadas, afiliadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário ou econômico, bem como a extinção de todas as penhoras e/ou constrições existentes. Por afetar direito do credor em face de devedores não sujeitos à recuperação judicial, a maioria não poderia submeter a vontade da minoria em virtude de não integrarem a mesma comunhão de interesses. Em suma, como os interesses são diversos, seria exigido manifestação do credor com a concordância ao aditivo ao plano de recuperação judicial, a menos que tenha ressalvado a cláusula. Aos demais, a cláusula é considerada ineficaz. Neste sentido, tem-se a Súmula 61 do TJSP, pela qual "[n]a recuperação judicial, a supressão da garantia ou sua substituição somente será admitida mediante aprovação expressa do titular", bem como da Súmula 581, do C. STJ, na qual é dito "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória". Assim, referida cláusula não é nula, devendo produzir seus efeitos nos moldes acima balizados mas apenas em face dos credores que expressamente concordaram.

c. Cláusula 12.6 do aditivo ao plano: Foi apontada igualmente irregularidade da referida cláusula, por entender o MP que qualquer alteração no plano de recuperação judicial deverá ser precedida de análise judicial e aceitação dos credores. A cláusula deve ser considerada ilegal. A maioria não poderá evitar a convalidação em falência por descumprimento do plano de recuperação judicial. Eventual renúncia ao crédito deverá ser feita individualmente com cada um dos credores.

d. Cláusula 13.1 do aditivo: A cláusula da margem à dúvida quanto ao quórum. Nesse sentido, o aditamento é construção jurisprudencial possível desde que respeitados os quóruns para a aprovação do plano de recuperação judicial, e não o quórum mínimo previsto na assembleia, como aparenta trazer a cláusula. Nesse sentido, a cláusula deve ser entendida nesse sentido.

e. Recolhimento de Tributos e/ou adesão ao parcelamento próprio: Para que ocorra a homologação do aditivo, cumpria às Recuperandas juntarem as certidões negativas de débitos tributários, conforme exige o art. 57 da LRF. Contudo, essa exigência não pode levar, automaticamente, à decretação da falência. Isso porque, segundo o sistema vigente, o devedor em recuperação judicial deveria apresentar certidões negativas de débitos fiscais ou comprovar o parcelamento dos débitos tributários, nos termos de lei específica a ser editada conforme art. 68 da LRF, como condição para a concessão da recuperação judicial. À falta de lei sobre o parcelamento especial, o Código Tributário Nacional fora alterado para, em seu art. 155-A, prever que a inexistência da lei específica sobre o parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial importaria a aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial. Todavia, a jurisprudência fora, durante todo o período, majoritária quanto à não aplicação da exigência de parcelamento dos créditos fiscais aos pedidos distribuídos antes da lei que dispunha sobre o parcelamento dos débitos tributários durante a recuperação de empresas. A justificativa a tanto sedimentava-se muito mais na exigência de preservação da empresa em crise do que na minguada de legislação especial a qual, como alterado pelo CTN, era dispensável. A Lei nº 13.043/14 entrou em vigor em novembro de 2014, anteriormente, portanto, ao ajuizamento da presente recuperação judicial. Como já ocorria antes da Lei e conforme posicionou-se a jurisprudência, diante da relevante finalidade social da lei de preservação da empresa, dos empregos e da atividade econômica, a doutrina e a jurisprudência têm dispensado a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais ou de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

parcelamento especial para a concessão da recuperação judicial. Desta forma, como já restou decidido anteriormente às fls. 26.596/26.609, a exigência da CND ou do parcelamento deve ser dispensada. Embora o crédito tributário não se sujeite ao plano de recuperação e não se exija a CND ou o parcelamento fiscal, as execuções fiscais não ficarão sobrestadas pelo processamento da recuperação judicial e os bens indispensáveis ao plano poderão ser penhorados e poderão comprometer a própria recuperação judicial. Ao Juiz da Recuperação Judicial caberá apreciar apenas a menor onerosidade às Recuperandas. Contudo, até que a recuperanda apresente qualquer forma de equalização do crédito tributário e que obtenha a concordância do Fisco, determino a proibição de alienação de qualquer ativo integrante do seu ativo permanente. A providência é determinada em razão da proibição, inclusive criminal, de fraude contra credores. A legislação foi expressa ao exigir a necessidade de parcelamento e ou de satisfação do crédito tributário inclusive para a concessão da recuperação judicial. Ainda que a jurisprudência tenha mitigado a regra, por uma questão de proporcionalidade, não se pode permitir que o credor seja lesado. Não pode a recuperanda reduzir seu patrimônio e escolher quais credores satisfazer em detrimento dos credores não sujeitos à recuperação judicial e que, portanto, além de terem sido priorizados pela legislação, não foram ouvidos no conclave. Não se pode permitir que a recuperação judicial seja utilizada, por via transversa, para subverter a ordem e o risco de pagamento dos credores em eventual falência. OFICIE-SE ÀS FAZENDAS COM CÓPIA DESSA DECISÃO. CLÁUSULA 7 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS O plano de recuperação judicial prevê o pagamento dos credores trabalhistas com 95% de desconto a vista, em 50% do valor em oito parcelas mensais a partir de outubro de 2020 ou 100% em até 4 anos. O devedor, nesse ponto, utiliza de subterfúgio para afrontar lei imperativa e que determina que o pagamento dos credores deve ocorrer em até 12 meses. Isso porque, caso esse juiz anule a cláusula nesse ponto, prejudicaria efetivamente o credor trabalhista que contaria com maior percentual e a quem a lei efetivamente tentou proteger. O crédito trabalhista, na legislação, tem a proteção absolutamente priorizada. Nesse sentido, há verdadeira afronta à legislação a cláusula que permite o pagamento de seus créditos em período de 4 anos. Referida consideração é ainda mais acentuada quando se verifica que o devedor previu o pagamento de créditos quirografários e, portanto, menos privilegiados, mesmo durante o pagamento dos créditos trabalhistas. Logo, considerando que o plano prevê o pagamento da primeira prestação dos credores quirografários em período de até um ano da concessão da recuperação judicial, credores menos privilegiados, e diante da proteção da Lei, não se poderia impor o pagamento dos referidos credores trabalhistas em afronta ao período de 12 meses, ou com desconto, para a satisfação desses credores menos privilegiados. Destaco que a jurisprudência tem entendimento de que o crédito trabalhista pode ser satisfeito com deságio. O que não se pode aceitar, contudo, é que o credor trabalhista seja satisfeito em período posteriormente ao que é permitido pela legislação bem como com desconto a ponto de se permitir a satisfação de créditos menos privilegiados. Como se previu possibilidade de pagar o passivo quirografário, imprescindível que se satisfaça integralmente os créditos privilegiados antes disso. Nesse sentido, e como forma de se evitar a imediata anulação da assembleia geral de credores, determino que a opção B dos credores trabalhistas deve ser reduzida para abordar como forma de pagamento 100% do valor do passivo trabalhista, com pagamento até o vencimento da primeira parcela do crédito quirografário, o que, no caso, determinouse no plano que seja em até um ano, e desde que nenhum crédito menos privilegiado seja satisfeito até que os credores trabalhistas sejam integralmente pagos. Em face do exposto, HOMOLOGO o aditivo ao plano de recuperação judicial de fls. 37.319/37.343, nos parâmetros e com as ressalvas determinadas acima. CONSIGNO, ainda, que, nos termos do aditivo ao plano homologado, os pagamentos deverão ser efetuados pelas Recuperandas diretamente aos credores, que deverão informar sua opção de pagamento e seus dados bancários diretamente às


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Recuperandas, no endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para o e-mail da recuperação gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial, ficando vedado, desde já, quaisquer depósitos relativos a pagamento de credores nos autos. Fls. 39.026/39.040, 39.138/39.144, Fls. 39.168/39.184, 39.185/39.189: Petições de Terezinha Lopes de Oliveira, Glacy Marlene Lago Neta, Sebastião Alves, Isabôr Bastos de Souza, postulando a habilitação de seus créditos, que embora concursais, não possuem natureza trabalhista, sendo, portanto, a via eleita incorreta. Assim, os credores quirografários, deverão habilitar seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 39.085, 39.123/39.126, 39.129/39.131: Repise-se o quanto dito alhures no presente feito, sobre o fato de que a opção de pagamento e os dados bancários devem ser enviados diretamente às Recuperandas no endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no e-mail o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Fls. 39.112/39.122: Regularize a patrona do Sr. Marcos Maciel de Oliveira sua representação processual, uma vez que o instrumento juntado se refere a pessoa diversa, bem como o documento juntado. Ademais, dê-se ciência quanto a Proposta de Honorários (Recuperandas e De Lacerda) juntada pela Administradora Judicial como documento 2 em sua manifestação de fls. 39.582/39.593 Fls. 39.127/39.128: Desnecessária a comprovação nos autos, exceto em caso de descumprimento do plano pelas Recuperandas sob a alegação de não possuírem os dados bancários. Fls. 39.132/39.137: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de junho de 2020. Fls. 39.145/39.155, 39.156/39.166, 39.365/39.574, 39.576/39.577: Em razão da regularização documental, concedo a gratuidade. Certifique a Z. Serventia a anotação dos dados dos patronos. Fls. 39.190/39.192: Providencie a Z. Serventia a intimação da Administradora Judicial naqueles autos. Registro por oportuno que os valores serão pagos na forma do aditivo ao plano de recuperação judicial homologado. Fls. 39.193/39.364: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto ao Vigésimo Relatório Mensal de Atividades (período de 29/06/2020 a 31/07/2020), juntado pela Administradora Judicial às fls. 39.193/39.364. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/07/2020, para que busquem às fls. 39.315/39.320, os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Sobre referidos pareceres poderão os titulares de seus créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 39.575: Ciente o Juízo. Fls. 39.578/39.581: Em razão da regularização processual, anote a Z. Serventia os dados dos patronos. Fls. 39.582/39.593: Manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta decisão, requerendo a autorização para a criação de incidente próprio para juntada das procurações que lhe foram enviadas em atendimento ao § 4º do art. 37 da LRJF. Autorizo sua criação, devendo neste mesmo incidente serem juntadas eventuais provas de quaisquer atos delitivos relativos a este tema, nos termos retro decididos. Intime-se as Recuperanda, credores e demais interessados sobre a manifestação em tela. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 07/08/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Em complemento à decisão anterior, que homologou a concessão da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

recuperação judicial, e determinou restrições em virtude do plano apresentado pela própria devedora, verifico, a fls. 39261, que houve empréstimo dos fluxos de caixa das empresas, sob a rubrica "adiantamento a sócios", de R\$17.000.000,00 para Sérgio Habib, mas que se identifica, a princípio como crédito a receber, haja vista que na declaração de imposto de Renda de Sérgio Habib constou o referido valor como empréstimo. O montante é relevante pois permite a satisfação de parcela substancial dos créditos trabalhistas, inclusive diante do proposto deságio de 95%. Apresente o administrador da recuperanda os contratos celebrados e esclareça a que título foi realizado o empréstimo ao sócio entre os anos de 2013 e 2016, sua data de vencimento, se o montante foi exigido, qual a remuneração satisfeita, juros e correção monetária. Por fim, esclareça sobre o pagamento do FGTS e do INSS dos credores após a distribuição da recuperação judicial. Sem prejuízo, esclareça o contador da recuperanda, assinando a declaração, qual o fundamento por ter incluído para algumas empresas como "empréstimos" e outras como "adiantamento a sócio" o referido montante, qual a base econômica para eventual antecipação de dividendos, se havia lucro a ser distribuído e se a medida contábil foi alterada e corrigida nos anos posteriores. Esclareça, por fim, sobre qual documento isso foi lançado Prazo para ambos: 5 dias e, após, ciência aos credores, administrador judicial, MP e tornem conclusos. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 21/08/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 39.664/39.665: Última decisão. Fls. 39.594/39.598: Ciente o Juízo sobre a distribuição do referido incidente, sendo, contudo, dispensável sua apresentação nos autos principais. Fls. 39.599/39.602, 39.661/39.663, 39.666/39.668, 39.669/39.671, 39.790/39.793, 40.206/40.207: Anote-se. Fls. 39.603/39.609, 39.950/39.953, 39.970/39.971, 39.972/39.973, 39.974/39.975, 40.239/40.240: Ciência aos interessados sobre as respostas aos ofícios encaminhados pela Administradora Judicial às 13ª Vara do Trabalho Zona Sul de São Paulo, 22ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, 46ª Vara do trabalho do Rio de Janeiro, 10ª Vara do Trabalho de São Paulo, 5ª Vara do trabalho de Recife e 3º Juizado Especial Cível - Porto Alegre, conforme constante do item I de sua manifestação de fls. 40.352/40.373. Por fim, determino a Z. Serventia informar ao Juízo da 13ª Vara do Trabalho de São Paulo os dados relativos à conta judicial vinculada ao presente feito, para que este realize a transferência do aludido depósito recursal. Fls. 39.612/39.625, 39.657/39.660, 39.672/39.679, 39.710/39.722, 39.795/39.797, 39.843/39.875: Petições de Cassia Elilyn dos Santos, Marcelo Clayton da Silva, Guilherme Pires de Paiva, Vinicius Entrudo Borges, Adriano Soares dos Santos, Fabio José de Oliveira, requerendo a habilitação de seus créditos trabalhistas. A priori, determino aos peticionantes que busquem na manifestação da Administradora Judicial de fls. 40.352/40.373 as considerações relativas a seus pleitos. Ademais, referidos pedidos foram realizados por meio da via incorreta, entretanto, a eles deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no quadro-geral de credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Ademais, atentem-se os credores que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou do item II, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 40.352/40.373, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do quadro-geral de credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Anote-se os dados dos patronos. Defiro os benefícios da justiça gratuita aos credores Guilherme Pires de Paiva e Fabio José de Oliveira. Intimem-se os peticionantes Cassia Elilyn dos Santos, Marcelo Clayton da Silva, Vinicius Entrudo Borges, Adriano Soares dos Santos, para comprovar o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar aos autos declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 39.636/39.638 e 39.837/39.838: Intimem-se os peticionantes Marcos Maciel de Oliveira e Sidney Graciano Franze, para comprovar o recolhimento da taxa de mandato ou acostar aos autos declaração de hipossuficiência atualizada, sob pena de inscrição em dívida ativa. Prazo: 05 dias. Fls. 39.639/39.642, 39.643/39.645, 39.646/39.648, 39.649/39.651, 39.652/39.654, 39.655/39.656, 39.657/39.660, 39.672/39.679, 39.680/39.683, 39.684/39.685, 39.710/39.722, 39.723/39.724, 39.739/39.741, 39.775/39.777, 39.778/39.780, 39.781/39.783, 39.784/39.785, 39.786, 39.795/39.797, 39.798/39.799, 39.800/39.803, 39.804/39.806, 39.807/39.810, 39.811/39.813, 39.814/39.817, 39.818/39.819, 39.831/39.833, 39.834/39.836, 39.839/39.840, 39.841/39.842, 39.907/39.909, 39.910/39.912, 39.913/39.914, 39.948/39.949, 39.976/39.985, 39.989/39.993, 39.994/39.995, 39.996/39.997, 39.998/40.000, 40.016/40.018, 40.020/40.024, 40.108/40.112, 40.113/40.117, 40.136/40.139, 40.175/40.177, 40.178/40.180, 40.199/40.202, 40.203/40.205, 40.208/40.209, 40.210/40.232, 40.233/40.235, 40.236/40.238, 40.241/40.246, 40.247/40.252, 40.253/40.272, 40.273/40.274, 40.275/40.277, 40.278/40.279, 40.280/40.283, 40.284/40.286, 40.287/40.289, 40.290/40.292: Repise-se o quanto dito alhures no presente feito, sobre o fato de que a opção de pagamento e os dados bancários devem ser enviados diretamente às Recuperandas no endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando no e-mail o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial, sendo desnecessária sua comprovação nos autos, exceto em caso de descumprimento do plano pelas Recuperandas sob a alegação de não possuírem os dados necessários para pagamento. Ademais, como bem asseverado no item IV da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 40.352/40.373, caso não haja adoção de medidas capazes de sanar de modo efetivo o hiato existente entre a data limite para o exercício do direito dos credores trabalhistas quanto a opção de recebimento de seus créditos e a data do efetivo pagamento aos credores não optantes, poderá ocorrer a disparidade entre os credores. Assim, visando salvaguardar o princípio da par conditio creditorum, determino que os pagamentos aos credores trabalhistas não optantes, nos termos da cláusula 7.1 do aditivo ao plano de recuperação judicial (fls. 37.328), homologado por este Juízo, sejam realizados em até 24 horas depois de vencido o prazo para que os credores manifestem suas opções de pagamento, ou seja, o pagamento deverá ocorrer em até 24 horas, contados à partir das 23h59 do dia 26/08/2020. Fls. 39.686/39.694 e 39.876/39.905: Manifestação das Recuperandas, informando que o crédito indicado às fls. 36.345/36.350 é concursal e que será devidamente habilitado na presente execução concursal, requerendo ainda e pela derradeira vez, a expedição de ofício ao Banco do Brasil para que cumpra em definitivo o quanto determinado por este Juízo nas decisões de fls. 29.390/29.395, 30.992/30.996, 32.398/32.402, 33.814/33.817 e 35.306/35.314, requerendo por tal razão seja reconhecido o crime de desobediência cometido pelo Banco do Brasil. Contudo, antes de determinar a expedição de novo ofício à Instituição Financeira, bem como de reconhecer a prática de conduta delitiva, manifestem-se as Recuperandas sobre o ofício resposta juntado às fls. 39.876/39.905 que seguiu acompanhado de extratos de contas judiciais, comprovantes de resgate de contas judiciais e demonstrativo com a relação das contas judiciais vinculadas aos autos da recuperação judicial. Com a resposta, as demais questões serão deliberadas. Fls. 39.695/39.704: Ciência aos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

interessados sobre trânsito em julgado do Agravo de Instrumento nº 2280868-83.2019.8.26.0000. Fls. 39.705/39.709: Manifestação de Walney De Sant'anna Rocha requerendo habilitação de seu crédito em razão da fixação de honorários arbitrados na Ação Redibitória nº 0509241-64.2016.8.05.0001, ajuizada Glacy Marlene Lago Neta contra as Recuperandas. Consoante exposto na manifestação da Administradora Judicial de fls. 40.352/40.373, item III, o crédito em comento será objeto de análise e deliberação no incidente de habilitação de crédito já distribuído e autuado sob nº 1070982-18.2020.8.26.0100. Assim, aguarde o credor a decisão que virá a ser proferida naqueles autos, abstendo-se de postular a habilitação de crédito já sub judice nestes autos principais. Fls. 39.742/39.751: Ofício encaminhado pela 37ª Vara do Trabalho de São Paulo solicitando a devolução dos valores relativos a depósito recursal efetuado na reclamatória trabalhista de nº 0001394-27.2015.5.02.0037 e transferido para a conta judicial vinculada à presente recuperação judicial. Relativamente a ordem supramencionada, que versa sobre a devolução dos depósitos recursais transferidos a este Juízo, é pacífico o entendimento do C. STJ quanto à competência absoluta do Juízo da Recuperação Judicial para decidir sobre questões atinentes ao patrimônio do empresário em recuperação judicial, notadamente quando visam a garantir e/ou satisfazer créditos concursais, ainda que isto não seja requisito da competência. Na hipótese da reclamação trabalhista em questão, é incontroverso que o crédito trabalhista dela objeto está submetido à recuperação judicial, já que anterior ao pedido de recuperação judicial, apresentado em 05.11.2018. Por sua vez, a ordem de devolução proferida pelo Juízo Obreiro têm por objeto depósitos recursais realizados pela Recuperanda para discutir justamente créditos concursais. Assim, inequívoca a competência deste Juízo para decidir sobre tais valores, razão pela qual a decisão que pretende sua devolução não pode ser cumprida, eis que proferida por Juízo absolutamente incompetente. Neste sentido, veja-se que o C. STJ já teve a oportunidade de apreciar questão análoga em sede de conflito de competência envolvendo Juízos Trabalhistas e créditos desta mesma recuperação judicial. Cuida-se do quanto decidido, tanto em sede liminar quando em caráter definitivo, no Conflito de Competência nº 167.081/SP, em que restou firmada a competência deste Juízo para decisão sobre atos de execução que incidam sobre o patrimônio das Recuperandas, tendo sido ainda reconhecido em mesma oportunidade que "não compete ao juízo diverso de onde tramita a recuperação judicial da empresa interferir no acervo patrimonial das suscitantes, mesmo quanto à penhora anterior ao deferimento da quebra, motivo pelo qual o conflito deve ser acolhido". Não custa lembrar que o C. STJ é o único competente para decidir conflitos entre Juízos de qualquer Justiça especializada e da Justiça Comum, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal. Desta sorte, estando o crédito perseguido na reclamatória trabalhista, sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, ainda que não inscritos por ausência de liquidez, quaisquer valores depositados para garantia das execuções individuais deverão ser remetidos a este Juízo, cabendo ao credor habilitar o seu crédito na forma e percebê-lo nas condições estabelecidas do aditivo ao plano de recuperação judicial homologado. Ante o exposto, suscito conflito positivo de competência para que seja fixado o Juízo competente para decidir sobre os depósitos recursais realizados nas reclamações trabalhistas nºs 0001394-27.2015.5.02.0037. À Z. Serventia para que providencie encaminhamento de resposta ao Juízo da Especializada Trabalhista, nos termos retro. Cumpra-se. Fls. 39.756/39.744: Aguarde-se a liquidação dos valores para posterior habilitação. No mais, concedo a gratuidade conforme pleiteado, em razão da regularidade documental, às Recuperandas e Administradora Judicial para as devidas anotações. Fls. 39.787/39.789, 39.986 e 39.987/39.988: Ciência às Recuperandas sobre os ofícios recebidos da 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto e 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul, informando a transferência de valores para a conta judicial vinculada à presente Recuperação Judicial, bem como das respostas encaminhadas pela Z. Serventia. Fls. 39.906:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Reitero os termos do despacho de fls. 36.587/36.592 determinando a manifestação das Recuperandas sobre o alegado pela Procuradoria do Estado de Santa Catarina, às fls. 36.089/36.105 do presente feito. Prazo: 05 (cinco) dias. Fls. 39.916/39.947 e 40.025/40.032: Ciência às Recuperandas sobre os ofícios recebidos. Ademais, esclareçam a este Juízo se os créditos pretendidos nos autos em questão estão ou não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial. Fls. 39.956/39.969, 40.140/40.174, 40.181/40.195, 40.239/40.240: Manifestações de Rita de Cassia de Barros Santos, João Batista Alves Junior, Francis Ferraz Cordeiro, Claudiane da Silva e JGEO Point Geometria e Balanceamento Ltda., postulando a habilitação de seus créditos, que embora concursais, não possuem natureza trabalhista, sendo, portanto, a via eleita incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores habilitar seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 40.001/40.015: Anote-se a interposição do agravo de instrumento. Ciência aos interessados. Fls. 40.019: Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Josué Francisco Dombrowski requerendo seja esclarecido se os credores trabalhistas, com créditos ilíquidos, que escolherem a Opção B descrita no aditivo ao plano, também terão seus créditos pagos dentro de um ano da habilitação do respectivo crédito. Recebo os embargos de fls. 40.019 e, no mérito, nego-lhes provimento. Ante o caráter infringente, não podem ser acolhidos. O remédio processual utilizado pelo credor não é adequado, eis que não há omissão, obscuridade ou contradição na decisão de fls. 39.626/39.635. O teor dos embargos de declaração demonstra, por si só, que a parte deseja em verdade alterar condição de pagamento contida no aditivo ao plano de recuperação judicial, o que não se pode admitir em sede de embargos de declaração, uma vez que seu âmbito é restrito: visam a suprir omissão, aclarar ponto obscuro ou, ainda, eliminar contradição eventualmente existente em decisão, sentença ou acórdão. Na hipótese, a decisão foi clara e utilizou os parâmetros constantes no próprio aditivo ao plano de recuperação judicial aprovado. Assim, não há omissão conforme alegado, permanecendo a decisão tal como fora lançada. Fls. 40.034/40.107: Ciência aos credores e demais interessados. Considerando às informações trazidas pela Administradora Judicial no item V de sua manifestação de fls. 40.352/40.373, aguarde-se a apresentação do 21º Relatório Mensal de Atividades, sem prejuízo intime-se Ministério Público. Com as análises da Administradora Judicial, tornem conclusos. Fls. 40.118/40.122: Superada a questão, em razão do teor da r. decisão de fls. 36.587/36.592. Fls. 40.123/40.126: Ciência às Recuperandas ante a notícia da liberação do veículo JAC J3 Turin, placa JKB 7449. Fls. 40.127/40.135: Ciência às Recuperandas e demais interessados sobre a resposta do Serviço Central de Protesto de Títulos. Fls. 40.196/40.198: Conforme constou da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. Administradora Judicial, o crédito ora pretendido já é objeto do incidente nº 1029193-73.2019.8.26.0100, devendo Peticionante deduzir suas pretensões naqueles autos, abstendo-se de trazer nova lide com o mesmo tema aos autos principais. Fls. 40.203/40.205: O pedido aduzido por Myriam Carvalho Bustamante, além de informar a sua opção de pagamento e dados bancários, temas já tratados nos itens acima desta decisão, revela-se verdadeira impugnação de crédito trabalhista, e por tal razão deverá a peticionante tratar seu inconformismo por meio de distribuição de incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Fls. 40.352/40.373: Aguarde-se a distribuição do incidente de procurações, conforme informado no item VI da referida manifestação. Outrossim,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

determino à ciência às Recuperandas e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação da Administração Judicial. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 10/09//2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 40.419/40.424: Última decisão. Fls. 40.293/40.295: Ante a manifestação das Recuperandas juntada às fls. 40.779/40.787, oficie a Z. Serventia à 8ª Vara de Brasília, informando restarem cientes o Juízo e as Recuperandas acerca da liberação do veículo nos autos de nº 0724889-75.2018.8.07.0001. Fls. 40.296/40.339: Diante da manifestação apresentada pelas Recuperandas informando que o fato originário do crédito perseguido nos autos nº 0000114-29.2004.8.19.0022, em trâmite perante a Vara Única de Engenheiro Paulo Frontin/RJ, ocorreu em 2004 e, portanto, antes do ajuizamento da presente recuperação judicial, determino à Z. Serventia que providencie resposta aos ofícios nºs 78, 219 e 433, acostados aos autos às fls. 2.763/32.764, 34.509/34.592 e 38.988/38.989, respectivamente, informando àquele D. Juízo os dados bancários da conta judicial vinculada ao presente feito, para que proceda a transferência dos valores lá retidos, informando ainda que, em razão da concursabilidade, deverá o crédito perseguido na referida ação ser habilitados na presente Recuperação Judicial. Por fim, apenso saliento que a proposta de honorários a que se referem as Recuperandas, diz respeito a contratação do Escritório de Lacerda por àquelas e não proposta de honorários da Administradora Judicial. Fls. 40.340/40.341, 40.342/40.345, 40.346/40.348, 40.349/40.351, 40.388/40.418, 40.425/40.427, 40.465/40.466, 40.467/40.470, 40.473/40.476, 40.477/40.480, 40.485/40.486, 40.490/40.493, 40.507/40.509, 40.548/40.552, 40.564/40.566, 40.568/40.569, 40.585/40.586, 40.697/40.774, 41.000/41.001: Relativamente à opção de pagamento, postulada por alguns credores, imperiosa a ciência de que o prazo para tal se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, devendo ser anotadas as escolhas postuladas por meio do endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br até referida data e horários. Ademais, reitero os termos da decisão de fls. 40.419/40.424, no sentido de que é desnecessária a comprovação nos autos, do envio dos e-mails às Recuperandas, exceto em caso de descumprimento do plano pelas Recuperandas sob a alegação de não possuírem referidos dados para pagamento. Assim, determino aos credores que se abstenham de juntar aos autos aludidas mensagens eletrônicas, bem como sua opção de pagamento, quer em razão do decurso do prazo para tanto, quer porque os autos nunca foram o meio pertinente para tal. Fls. 40.374/40.387: Trata-se de pedido de substituição processual aduzidos por Maria Cristina do Nascimento, na qualidade de herdeira necessária de Bruna do Nascimento Rosa, juntando as certidões de óbito dos de cujus e de seu pai. Como bem observado pela Administradora Judicial no item III da sua manifestação de fls. 41.106/41.119, não existindo inventário vigente, bem como diante da habilitação pessoal da única herdeira necessária, autorizo a substituição processual de Bruna do Nascimento Rosa por Maria Cristina do Nascimento, devendo constar da prévia do quadro-geral de credores o nome da credora originária Bruna, seguido da anotação "herdeira credora Maria Cristina do Nascimento". E, em razão da situação anômala, respeitado o prazo para tanto, visto que a manifestação data de 21/08/2020, portanto, no prazo estabelecido no PRJ, autorizo a anotação pelas Recuperandas, da opção de pagamento informada nestes autos. À Administradora Judicial para retificação da relação de credores. Por fim, defiro a gratuidade. A Z. Serventia para anotação dos dados dos patronos. Fls. 40.388/40.418: Aguarde-se a liquidação dos valores para posterior habilitação na classe respectiva. No mais, intime-se a peticionante para comprovar o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar aos autos declaração de hipossuficiência atualizada, às Recuperandas e Administradora Judicial para as devidas anotações. Fls. 40.428/40.429, 40.481/40.484 e 40.487/40.489, 40.697/40.774: Em razão da regularização processual, defiro os benefícios da justiça gratuita aos credores Vinícius Entrudo Borges, Adriano Soares dos Santos e Marco Túlio Ferreira Lopes. No mais, certifique a Z. Serventia o cadastramento dos patronos. Fls. 40.430/40.433 e 40.440/40.443:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ciência às Recuperandas e demais interessados sobre os conflitos positivos suscitados, bem como do envio dos ofícios às Varas Obreiras Suscitadas. Fls. 40.434/40.439, 40.546/40.547 e 40.553/40.561: Ciência às Recuperandas sobre os ofícios recebidos da 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto, 1ª VT de Santo André e 13ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo informando a transferência de valores para a conta judicial vinculada à presente Recuperação Judicial, bem como das respostas encaminhadas pela Z. Serventia. Fls. 40.458/40.464, 40.510/40.534, 41.052/41.055: Manifestações de Anderson Ângelo da Silva ME, Biadola Comercio de Tintas e Luiz José Pimentle Júnior, postulando um a habilitação e outro a impugnação de seu crédito. Reitere-se que tratando-se de crédito quirografário ou impugnação de crédito de qualquer natureza, deverão os credores postular seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 40.471/40.472: Superada a questão, em razão do teor das r. decisões de fls. 36.587/36.592 e 40.419/40.424. Fls. 40.494/40.500 e 40.501/40.506: Petições de Lucas Guerreiro Pereira e Anderson da Conceição Silva requerendo a habilitação de seus créditos trabalhistas. A priori, determino aos peticionantes que busquem na manifestação da Administradora Judicial de fls. 41.106/41.119 as considerações relativas a seus pleitos. Ademais, referidos pedidos foram realizados por meio da via incorreta, entretanto, a eles deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no quadro-geral de credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Ademais, atentem-se todos os credores e postulantes que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou do item V, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 41.106/41.119, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do quadro-geral de credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Anote-se os dados dos patronos. Defiro os benefícios da justiça gratuita aos credores Lucas Guerreiro Pereira e Anderson da Conceição Silva. Fls. 40.535/40.545: Ciência aos interessados sobre trânsito em julgado do Agravo de Instrumento nº 2280925-04.2019.8.26.0000. Fls. 40.562/40.563: Ciência aos interessados sobre as respostas aos ofícios encaminhados pela Administradora Judicial às 8ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, 18ª Vara do Trabalho de São Paulo e 13ª Vara do Trabalho de São Paulo Zona Sul/SP, conforme constante do item VI de sua manifestação de fls. 41.106/41.119. Fls. 40.570/40.584: Petição de Fernanda Barros Pinto postulando a devolução do prazo para manifestar sua opção de pagamento, uma vez que seus patronos não teriam conhecido


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da decisão homologatória do aditivo ao PRJ, em razão de seu afastamento após o contágio por COVID-19. Não prospera a alegação de ausência de intimação ou ciência desta, uma vez que o afastamento dos patronos, conforme declarado na manifestação, encerrou-se em data anterior a data limite para o exercício da escolha da forma de percepção dos créditos. Desta feita, indefiro o pleito para devolução do prazo, declarando eficaz o depósito realizado pelas Recuperandas, já que regular e tempestivo. Fls. 40.587/40.591: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas recuperandas, relativas ao mês de julho de 2020. Fls. 40.592/40.607: Ciência às Recuperandas acerca do ofício resposta apresentado pela Caixa Econômica Federal. Fls. 40.608: Intime-se a Procuradoria do Estado de Santa Catarina, sobre o teor da manifestação das Recuperandas acostada às fls. 40.780/40.787. Fls. 40.609/40.617: Petição de Kassio Júlio de Vasconcelos Rodrigues informando que, embora tenha optado pelo recebimento de 100% do seu crédito, foi surpreendido em 28/08/2020, pelo depósito de valor diverso na conta de seu patrono, Dr. Francisco A. Ferreira. Embora os pagamentos sejam de responsabilidade das Recuperandas, a Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 41.106/41.119, logrou êxito em elucidar a questão posta, uma vez que o valor depositado é em verdade de titularidade do patrono do Peticionante, não optante. Desta forma, indefiro o pedido, uma vez que o valor em voga não pertence ao credor Kassio Júlio de Vasconcelos Rodrigues, que deverá receber o seu crédito nos moldes da opção informada, reputando-se válido o depósito relativo ao crédito de seu patrono Dr. Francisco A. Ferreira. Fls. 40.618/40.630: Anote-se a interposição do agravo de instrumento pelo Banco do Brasil S.A. Mantenho a decisão agravada pelos próprios fundamentos. Ciência aos interessados. Fls. 40.631/40.634: Sentenciados os incidentes de habilitação e/ou impugnação de crédito, torna-se dispensável seu traslado para os autos principais, e, conforme item VII da manifestação de fls. 41.106/41.119, apresentada pela Administradora Judicial, referido crédito já resta habilitado na prévia do quadro-geral de credores. Neste sentido, peço aos credores que se atentem aos detalhes deste feito, evitando-se com o isso tumultuar o feito. Fls. 40.635/40.655: Exclua a Z. Serventia os dados dos patronos cujo mandato foi revogado, anotando-se o nome do novo patrono, em razão da regularidade da representação processual. Fls. 40.656/40.693: Petição de Orlando Martins de Freitas, Sérgio Luiz Barbosa, Lucas Bonifácio Macedo, Wigney Pereira Torres, Lucas Félix da Silva Gomes, Alline Dayane de Paula Lima, Dyone Francisco de Barros, informando que muito embora tenham externado sua intenção em receber seus créditos na modalidade disposta na opção "B", receberam nos termos propostos aos credores não optantes. Dispensar os esclarecimentos das Recuperandas e da Administradora Judicial, uma vez que a solução da controvérsia se encontra às fls. 40.692/40.693, onde se vê que os credores retro citados enviaram correspondência eletrônica às Recuperandas e Administradora Judicial em 25/08/2020 informando seus dados bancários, sendo admoestado em mesma data pela Administradora Judicial sobre a ausência de informação quanto a opção de pagamento, solicitando fosse informado, tendo sido o questionamento respondido em 28/08/2020, ou seja, após encerrado o prazo para tal. Assim, ante a intempestividade da apresentação da resposta, reputo válidos os depósitos realizados. Fls. 40.694/40.696, 41.002/41.008, 41.009/41.022: Petições de Thamires de Carvalho Nascimento, Valmir Severino Feitoza e Antônio Gilson Alves Teixeira, requerendo a devolução do prazo para apresentação da opção de pagamento, em razão da ausência de notificação a seus patronos sobre a homologação do aditivo ao plano de recuperação judicial. Indefiro, em razão do teor da certidão de disponibilização da referida decisão, acostada às fls. 39.725/39.738, onde restam comprovadas, mais especificamente às fls. 39.731, 39.729, 39.734 as intimações dos Drs. Marcos Aurélio Sousa Júnior, OAB/RJ nº 226.638, Marcia Regina Covre, OAB/SP nº 108.818 e João Américo Pinheiro Martins, OAB/DF nº 10.434. Fls. 40.780/40.787: Manifestação das Recuperandas manifestando ciência sobre o andamento do presente feito, declarando que os


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

créditos representados nos ofícios de fls. 39.916/39.947 e 40.025/40.032 são concursais, requerendo a condenação do Banco do Brasil no crime de desobediência, bem como a remessa de novo ofício para que cumpram o quanto determinado alhures neste feito, pugnando por fim a juntada da declaração de fls. 40.034/40.107, devidamente ratificada. Sendo concursais os créditos, aguarde-se sua habilitação. Em razão do não cumprimento das determinações expressas deste Juízo pelo Banco do Brasil S.A. em reiteradas ocasiões, determino a intimação do Ministério Público para que apure a ocorrência do crime previsto no art. 330 do Código Penal, instaurando o competente inquérito, se o caso. Fls. 40.788/40.817: Esclareçam as Recuperandas a questão sobre o quantum depositado. Relativamente a alegação de descumprimento do plano, cientifico o Peticionante sobre o teor da decisão de fls. 40.419/40.424. Fls. 40.818/40.999: Ciência as Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto ao Vigésimo Primeiro Relatório Mensal de Atividades, juntado pela Administradora Judicial, que contempla as atividades do período de 31/07/2020 a 31/08/2020, incluindo-se os pagamentos aos credores não optantes listados às fls. 40.989/40.999. Ademais, atendendo a determinação de fls. 39.664/39.665, realizou a Administradora Judicial a análise da documentação apresentada pelas Recuperandas, seu sócio e seu contador, conforme se afere no subtítulo 5.3 do Capítulo 5 do referido RMA, tendo início na fl. 40.881. Considerando os esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial sobre a disponibilidade de resultados nas empresas mencionadas na Manifestação das Recuperandas, apresente a Administradora Judicial, em complemento, em seu próximo RMA, os mesmos detalhamentos de resultados para cada uma das empresas Recuperandas que efetuaram os pagamentos a título de adiantamentos ao gestor e controlador Sérgio Habib. Sem prejuízo, intimese os interessados e o Ministério Público para que conheçam dos levantamentos efetuados pela Administradora Judicial. Com o complemento do detalhamento dos dados, tornem conclusos. Por derradeiro, repiso o acima exposto, para que os credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/08/2020, busquem às fls. 40.952/40.960, os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Sobre referidos pareceres poderão os titulares dos créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 41.023/41.028, 41.029/41.043: Manifestações de Shiderley Felinto Silva e Gilberto Alvares & Advogados Associados, pugnando pela reconsideração da decisão de fls. 40.419/40.424. Os pleitos nos termos postos, não merecem guarida, uma vez que o aditivo ao plano de recuperação judicial previu inclusive prazo menor para o pagamento e consequentemente para escolha de suas opções. Assim, por haver sido oportunizado a todos os credores manifestar sua escolha desde a aprovação do aditivo ao plano, ou mesmo da decisão que o homologou, disponibilizada em 10/08/2020, indefiro o pedido. Fls. 41.056/41.058: Informe a Administradora Judicial se o crédito perseguido na ação nº 1000165-66.2018.8.26.0659, resta contemplado na prévia do quadro-geral de credores, e, em caso positivo encaminhe a referida resposta à 1ª Vara Cível da Comarca de Vinhedo. Fls. 41.059/41.105: A manifestação em voga será analisada em conjunto com o parecer a ser elaborado pelo Ministério Público, acerca do mesmo tema, conforme acima determinado. Fls. 41.106/41.119: Manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso deste despacho, informando haver distribuído sob o nº 0038873-65.2020.8.26.0100 o incidente das procurações que lhe foram enviadas em atendimento ao § 4º do art. 37 da LRJF, bem como enviado resposta aos ofícios, conforme documentos de 01 a 03 juntados com sua manifestação. Assim, intime-se as Recuperandas, credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em tela. Int. **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 29/09/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 41.133/41.140: Última


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

decisão. Fls. 41.120/41.125, 41.126/41.128 e 41.129/41.132: Inova o patrono do credor Kássio Júlio de Vasconcelos, Dr. Francisco A. Ferreira, OAB/SP nº 284.659, os termos de sua manifestação de fls. 40.609/40.617, ao alegar que o valor que lhe foi depositado não seria devido, pois não houve arbitramento de honorários em seu favor no acordo celebrado em 12/02/2020, conforme Ata juntada às fls. 41.123/41.125. Contudo, mais precisamente às fls. 41.124 do acordo, tem-se a composição dos valores acordados, senão vejamos: As partes declaram que a transação é composta de 100% de parcelas de natureza indenizatória, correspondentes a FGTS (R\$ 7.502,24), honorários advocatícios (R\$ 2.602,68) e multa do art. 467/CLT (R\$ 19.895,08), sobre as quais não há incidência de contribuição previdenciária. Desta sorte, mantenho incólume a decisão de fls. 41.133/41.140, uma vez que o valor em voga possui lastro no acordo celebrado junto à Justiça Especializada, devendo o crédito do Sr. Kássio Júlio de Vasconcelos Rodrigues ser pago nos termos por este escolhido de forma tempestiva. Ademais, determino aos peticionantes que se atentem às suas próprias manifestações nos autos, evitando-se com isso tumultuar o feito que já conta com mais de 41 mil folhas. Fls. 41.141/41.153, 41.229/41.236, 41.237/41.244, 41.245/41.252, 41.253/41.254: Petições de Adriano Marcelo Santos Amaral, Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto, Fabrício da Silva Fernandes e Rosenaldo Silva dos Santos requerendo a reconsideração da r. decisão interlocutória de fls. 40.419/40.424, em razão de não haver sido intimados da decisão que homologou o plano, sendo necessária a devolução do respectivo prazo para manifestação quanto à opção de pagamento, com a intimação da Administradora Judicial para efetuar o pagamento do crédito integral de cada um dos peticionantes, compensando-se os valores já pagos. É o relatório. Decido. Dispensar a oitiva das Recuperandas e da Administradora Judicial, uma vez que as questões aqui postas não demandam tais esclarecimentos. Sobre as alegações do credor Adriano Marcelo Santos Amaral, que haveria acostado ao incidente nº 1075686-11.2019.8.26.0100 procuração em favor de seu patrono e que não teria sido notificado sobre a homologação do plano, cumpre esclarecer que a juntada de procuração em incidente de impugnação não supre a necessidade da juntada de instrumento de mandato nos autos principais, uma vez que as impugnações possuem caráter de ação incidental, não sendo um apenso dos autos principais, e nesse sentido, cumpre ao credor diligenciar no feito a fim de salvaguardar seus interesses, não prosperando a tese acima aventada. No que concerne à alegação de falta de intimação do patrono dos credores Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto, Fabrício da Silva Fernandes e Rosenaldo Silva dos Santos, igualmente não deve prosperar, em razão do que comprova a certidão de disponibilização da referida decisão, acostada às fls. 39.725/39.738, onde resta comprovada, mais especificamente às fls. 39.733 a intimação do Dr. Thiago de Souza da Fonseca (OAB 156488/RJ) e Dr. Ivan Francisco da Silva Munis (OAB 222897/SP). Outrossim, não devem igualmente prosperar os demais pleitos, uma vez que o aditivo ao plano de recuperação judicial previu inclusive prazo menor para o pagamento e consequentemente para escolha de suas opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua desídia. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Assim, por haver sido oportunizado a todos os credores diligentes, o direito de externar sua vontade quanto a opção para percepção de seus créditos, desde a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

aprovação do aditivo ao plano, indefiro o pedido dos credores retro citados, atestando, ainda, a regularidade dos depósitos efetuados pelas Recuperandas, posto que realizados nos termos da cláusula padrão aos credores não optantes, cujo teor foi igualmente objeto de deliberação e aprovação pelos credores. Fls. 41.154/41.160: Petição de Leandro da Silva Pereira requerendo a habilitação de seu crédito trabalhista. Referido pedido foi realizado por meio da via incorreta, entretanto, a ele deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no quadro-geral de credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Ademais, atentem-se todos os credores e postulantes que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou do item I, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 41.332/41.351, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do quadro-geral de credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Defiro os benefícios da justiça gratuita ao credor Leandro da Silva Pereira. Anote-se os dados dos patronos. Fls. 41.211/41.213 e 41.261/41.263: Ciência aos interessados sobre as respostas aos ofícios e e-mails encaminhados pela Administradora Judicial às 12ª Vara do Trabalho de Recife, 1ª Vara Cível de Vinhedo, 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, 5ª Vara do Trabalho de Florianópolis e a Corregedoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, conforme constante do item II de sua manifestação de fls. 41.332/41.351. Fls. 41.214/41.216, 41.257/41.260: Petições de Paulo Sergio de Lima e Sr. Sérgio Carvalho Valpaços, postulando, o primeiro pela devolução do prazo para manifestação sobre a opção de pagamento, uma vez que sua patrona foi acometida pelo COVID-19, tendo ambos informado a ausência dos pagamentos devidos em sede de cumprimento do plano de recuperação judicial. Não prospera o pedido para devolução do prazo por motivo de força maior, ante o não cumprimento do disposto no caput do artigo 223 do Código de Processo Civil. E, no que concerne a realização dos pagamentos, inobstante sejam de responsabilidade das Recuperandas, sob fiscalização da Administradora Judicial, restou por esta última verificada sua ocorrência, mediante a apresentação dos comprovantes de transferência, lançados no item III de sua manifestação de fls. 41.332/41.351. Desta feita, indefiro o pleito para devolução do prazo, declarando eficazes os depósitos realizados pelas Recuperandas, em favor dos Srs. Paulo Sergio de Lima e Sérgio Carvalho Valpaços, já que regulares e tempestivos. Fls. 41.217: Esclareça a peticionante o que efetivamente pretende, uma vez que o documento juntado, da forma juntada, não permite a adoção de qualquer medida eficaz por este Juízo. Fls. 41.218/41.228 e 41.279/41.292: Ciência aos interessados sobre o trânsito em julgado dos Agravos de Instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000 e 2262234-39.2019.8.26.0000. Fls. 41.255/41.256, 41.294/41.295, 41.321/41.322: Anote-se os dados do patrono no sistema, providenciando a Z. serventia a exclusão da advogada Erika Gincer Ikonomakis. No mais, regularizem os credores Beta do Brasil Ltda., Fabiano Ribeiro do Valle e Fernanda Barros Pinto, juntando aos autos o instrumento de mandato e/ou a guia de custas de mandato, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa. Fls.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

41.264/41.268: Manifestação de Cristina Xavier de Carvalho Camargo, postulando a habilitação de seu crédito. Neste particular, reitero que se tratando de crédito quirografário ou impugnação de crédito de qualquer natureza, deverão os credores postular seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 41.269/41.276: Pugna a Dra. Silene Vieira de Lima, patrona de Fabio Abreu Lopes e Outros, para que em seu favor seja reconhecida a opção para percepção dos créditos, como lançada pelos seus clientes, fundamentando seu pedido nos termos da Súmula 306 do E. STJ. A priori esclareça-se que o teor da Súmula aventada não guarda referência com o pedido aqui aduzido, senão vejamos: Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte. Ademais, referida Súmula foi superada com o advento da Lei 13.105/2015, ao prever no §14 do art. 85, a vedação da compensação, mantendo sua autonomia como direito do advogado. E, nesse sentido, tratando-se de direitos autônomos, poderiam todos os credores exercer seu direito a opção, incluindo-se a peticionante, que em nome próprio, não o fez. Desta forma, por não haver expressamente a causídica aderido a mesma opção de seus representados de forma tempestiva, indefiro o pleito para que seja tacitamente reconhecida sua opção, somente agora externada, reputando válido o pagamento realizado pelas Recuperandas. Fls. 41.277/ 41.278: Anote-se a interposição por Gilberto Alvares & Advogados Associados, do Agravo de Instrumento autuado sob o nº 2224383-29.2020.8.26.0000. Cientificando aos Agravantes a manutenção da decisão como lançada por seus próprios fundamentos. Ciência aos interessados. Fls. 41.332/41.351: Manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso deste despacho, informando ainda o descumprimento pelos credores Robson Mendes da Silva e Marcos Leandro Silva Souza das determinações contidas na decisão de fls. 33.034/33.037, reiterada às fls. 35.515/35.518. Desta forma, e pela derradeira vez, determino aos credores Robson Mendes da Silva e Marcos Leandro Silva Souza para que cumpram os termos dos despachos supra, sob pena de restar configurado ato atentatório a dignidade da justiça, aplicando-se a estes a multa prevista no § 2º do art. 77 do Código de Processo Civil, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais. Para tanto, intime-se os credores na pessoa de seu patrono Dr. Elmo Nascimento da Silva (OAB 32458/RJ), sob pena de representação. Determino ainda, sejam cientificados os credores e demais interessados acerca do novo endereço da sede da Administradora Judicial. Por fim, determino a z. Serventia para que proceda as anotações relativas as alterações do corpo jurídico da Administradora Judicial, excluindo-se do sistema os dados da Dra. Gesibel dos Santos Rodrigues, OAB/SP nº 252.856, incluindo-se o Dr. Leonardo Campos Nunes, OAB/SP nº 274.111, e para fins de publicação, anote-se os dados dos procuradores: Drs. Leonardo Campos Nunes, OAB/SP nº 274.111, Priscila das Neves Crusco, OAB/SP nº 266.978 e Mariana A. Da Silva Ferreira, OAB/SP Nº 376.481. Int."

CERTIFICO MAIS QUE, por r. Decisão proferida em 09/11/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 41.422/41.427: Última decisão. Fls. 41.325/41.329, 42.330/42.334: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de agosto e setembro de 2020. Fls. 41.330/41.331, 41.419, 41.352/41.362, 41.428/41.430, 41.453/41.460, 41.787/41.788, 41.862/41.891, 42.339/42.343, 42.458/42.466, 42.634/42.638: Petições José Carlos Geisteira Júnior, Helton Bueno Braz, Thais de Lima Silva, Raphael Alves


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ferreira, Cristiane Lima e Souza e Victor Alves Ligieri, Joquedebe Marques dos Santos, Michio Goto Alves, versando em suma, sobre a opção de pagamento e os pagamentos efetuados pelas Recuperandas. Dispensou a oitiva das Recuperandas e da Administradora Judicial, uma vez que as questões aqui postas não demandam tais esclarecimentos. Relativamente à opção de pagamento, postulada por alguns credores, imperiosa a ciência de que o prazo para tal se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, devendo ser anotadas as escolhas postuladas por meio do endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br até referida data e horário. Ademais, reitero os termos da decisão de fls. 40.419/40.424, no sentido de que é desnecessária a comprovação nos autos, do envio dos e-mails às Recuperandas, exceto em caso de descumprimento do plano pelas Recuperandas sob a alegação de não possuírem referidos dados para pagamento. Assim, determino aos credores que se abstenham de juntar aos autos aludidas mensagens eletrônicas, bem como sua opção de pagamento, quer em razão do decurso do prazo para tanto, quer porque os autos nunca foram o meio pertinente para tal. Outrossim, não devem igualmente prosperar os demais pleitos, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência onde a maioria dos atos se dá por meio de publicação de edital e não simples intimação. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Note-se igualmente, que o aditivo ao plano de recuperação judicial previu inclusive prazo menor para o pagamento e consequentemente para escolha de suas opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail ao endereço retro para seu acatamento. Assim, por haver sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto a opção para percepção de seus créditos, desde a aprovação do aditivo ao plano, indefiro o pedido dos credores retro citados, atestando, ainda, a regularidade dos depósitos efetuados pelas Recuperandas, posto que realizados nos termos da cláusula padrão aos credores não optantes, cujo teor foi igualmente objeto de deliberação e aprovação pelos credores. No mais, os dados bancários deverão ser enviados diretamente às Recuperandas no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização. Para análise do pedido de gratuidade processual, concedo-a a Joquedebe Marques da Silva, devendo a credora Cristiane Lima e Souza apresentar os documentos que comprovem sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Por fim, anote-se os dados dos patronos, intimando-se o peticionante Raphael Alves Ferreira para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 41.363/41.418, 41.942/41.953: Petições de Elmo Nascimento da Silva requerendo habilitação de créditos trabalhistas a título de honorários advocatícios arbitrados nas reclamações nº 0100737-76.2018.5.01.0050 e 0100870-69.2018.5.01.0034, propostas por Ronaldo Alves dos Santos e Dione Jesus Pires dos Santos, que tramitaram perante a 50ª e 34ª Varas do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, respectivamente. Esclareceu a Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 43.037/43.055, que referidos créditos já estão sendo discutidos nos autos das habilitações de crédito de nºs 1090834-28.2020.8.26.0100 e 1090796-16.2020.8.26.0100. Assim, determino ao credor Elmo Nascimento da Silva que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

direcione suas manifestações àqueles incidentes, devendo atentar-se ao curso do feito, evitando-se com isso tumultuar o feito principal da presente recuperação judicial. Fls. 41.420/41.421: Anote-se os dados do patrono no sistema, intimando-se o peticionante Rafael Tavares do Carmo Brandão para regularizar sua representação processual, juntando aos autos, instrumento de mandato, bem como para comprovar o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar aos autos declaração de hipossuficiência. No mais, como dito alhures no presente feito, os dados bancários deverão ser enviados diretamente às Recuperandas no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização. Fls. 41.431/41.435, 41.436/41.443 e 41.964/42.291, 41.154/41.160, 42.496/42.531, 42.532/42.633: Petições de Amilson Oliveira Dourado, Mauro Wilson Alves da Cunha, Marcio Luiz Guedes Bisch, Neusa da Silva Nunes, Vanessa Garcia, Rafael Oliveira Siqueira, requerendo a habilitação de seus créditos trabalhistas. A priori, determino aos peticionantes que busquem na manifestação da Administradora Judicial de fls. 43.037/43.055, as considerações relativas a seus pleitos. Ademais, referidos pedidos foram realizados por meio da via incorreta, entretanto, a eles deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no quadro geral de credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Ademais, atentem-se todos os credores e postulantes que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnarem a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do quadro-geral de credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Defiro os benefícios da justiça gratuita ao credor Marcio Luiz Guedes Bisch. Intimem-se os peticionantes Amilson Oliveira Dourado, Mauro Wilson Alves da Cunha e Neusa da Silva Nunes para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 41.444/41.452, 41.504/41.535, 41.772/41.778: Ciência aos interessados sobre as respostas aos e-mails encaminhados pela Administradora Judicial à 5ª Vara do Trabalho de Santos/SP, a 3ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ e a 70ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, conforme constante do item IV de sua manifestação de fls. 43.037/43.055. Fls. 41.462/41.471: Ciência às Recuperandas e demais interessados sobre a documentação encaminhada ao E. STJ, nos autos do Conflito de Competência nº 174.380-DF. Fls. 41.473/41.476: Ciente o Juízo sobre a ordem emanada da 1ª Vara Cível do Fórum Regional do Tatuapé. Esclareça-se, contudo, que o Requerido nos autos de nº 0001369-56.2019.8.26.0100, Sr. Sérgio Habib, não integra a presente Recuperação Judicial. No mais, dê-se ciência às Recuperandas para cumprimento da referida ordem. Fls. 41.477/41.491, 41.492/41.499, 42.338: Trata-se de manifestações das Recuperandas versando sobre os pagamentos dos créditos dos credores Insulfilm do Brasil Ltda., Amanda Correa Magalhães de França e Theodoro e Balieiro Advogados Associados, bem como Embargos de Declaração opostos por Insulfilm do Brasil Ltda.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

e Amanda Correa Magalhães de França contra a decisão de fls. 41.133/41.140, por omissão quanto ao trânsito em julgado das impugnações de crédito e pedido de consignação em pagamento do valor depositado pela Administradora Judicial. Recebo os embargos, eis que tempestivos. No mérito, nego-lhes provimento. Pretendem os Embargantes em verdade a dilação do prazo para optarem por forma diversa de pagamento, uma vez que não observado o prazo constante da decisão de fls. 40.419/40.424. Elementar neste ponto esclarecer que a Administradora Judicial não exerce atos de gestão sobre os negócios das Recuperandas, não sendo igualmente responsável pela anotação de dados dos credores, sendo em verdade Auxiliar do Juízo, não sendo responsável pelo pagamento dos credores, mas apenas pela fiscalização na regularidade das atividades daquelas e do cumprimento do plano de recuperação judicial, cuja 1ª etapa, foi parcialmente cumprida, conforme informado no 21º RMA juntado como documento 3 (fls. 40.989/40.999). Ademais, conforme aclarado pelas Recuperandas e pela Administradora Judicial, o valor de R\$ 5.079,13 (cinco mil, setenta e nove reais e treze centavos) correspondem aos 5% do crédito devido ao escritório Theodoro e Balieiro Advogados Associados, não se confundindo em nada com os valores devidos à Insulfilm que serão pagos em sua respectiva classe, após o trânsito em julgado dos incidentes, o que não se confunde com o prazo para realização da opção, que deveria ter sido defendida até às 23h59min do dia de 26/08/2020. Por derradeiro, defiro o pleito das Recuperandas, devendo a credora Amanda Correa Magalhães de França, informar os seus dados bancários para o correto cumprimento do aditivo ao plano de recuperação judicial. Com a informação, cumpram as Recuperandas em 48h. Fls. 41.500/41.503, Fls. 42.644/42.645: Deixo de intimar a Administradora Judicial, em razão do teor de sua manifestação fls. 43.037/43.055, intimando-se o credor Marcelo Borges Bento, a conhecer do pagamento realizado em seu favor, conforme comprovante lançado na "Figura 5" do item V, da referida manifestação. Por fim, determino ao credor que se abstenha de reiterar os pedidos que não foram ainda objeto de deliberação por este Juízo, evitando-se tumultuar o presente feito. Fls. 41.536/41.580: Petição de Skala Soluções Em Serviços Eirelli-ME, requerendo habilitação de seu crédito quirografário. Conforme constou do item I da manifestação de fls. 43.037/43.055, da Administradora Judicial, o pleito refere-se a crédito já incluído na prévia do quadro-geral de credores. Assim, deverão os patronos atentarem-se ao curso processual e seus detalhes, evitando peticionamentos desnecessários que apenas tumultuam o processo, tornando-o moroso. Anote-se os dados dos patronos. Tratando-se de Pessoa Jurídica, à luz do art. 98 do Código de Processo Civil e da Súmula 481 do STJ, traga o peticionante aos autos os documentos que comprovem sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Fls. 41.581/41.771 e 42.646/42.834: Ciência as Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto aos Vigésimo Segundo e Vigésimo Terceiro Relatório Mensal de Atividades, juntado pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades do período de 31/08/2020 a 30/09/2020 e 30/09/2020 a 31/10/2020, respectivamente, e os dados contábeis relativos aos meses de agosto e setembro de 2020, bem como dados relativos ao cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, além de complementação de informações em atendimento à decisão de fls. 41.133/41.140. Decido. Repiso o acima exposto para que os credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/10/2020 busquem às fls. 41.731/41.737 e 42.795/42.801 os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Sobre referidos pareceres poderão os titulares dos créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial, sendo que os credores trabalhistas incluídos nestas prévias do Quadro Geral de Credores, alocados na opção padrão, deverão ser pagos de forma imediata pelo Grupo Recuperando. Quanto aos créditos das Recuperandas em relação ao seu controlador, Senhor


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Sérgio Habib, cumpre frisar que, desde o 10º Relatório Mensal de Atividades, trazido às fls. 27.903/28.084 pela Administradora Judicial, constata-se informação acerca da existência de créditos detidos pelas Recuperandas, oriundos de lançamentos efetuados ao longo dos anos de 2013 a 2016, na soma total de R\$ 17 milhões, em favor do controlador Sr. Sérgio Habib, identificados pela rubrica "adiantamentos a sócios" e que constaram na declaração de imposto de renda do Sr. Sérgio Habib como empréstimo. Nesse sentido, em complemento à decisão que homologou o aditivo ao plano de recuperação judicial, este Juízo preferiu a decisão de fls. 39.664/39.665 determinando ao administrador das Recuperandas que (i) apresentasse os contratos de empréstimo celebrados com o sócio entre os anos de 2013 e 2016, bem como que (ii) esclarecesse a que título foi realizado o empréstimo ao sócio, sua data de vencimento, se o montante foi exigido, qual a remuneração satisfeita, juros e correção monetária. Ademais, foi igualmente solicitado ao contador das Recuperandas que esclarecesse, por meio de declaração assinada, o fundamento da inclusão do termo "empréstimos" para algumas empresas e "adiantamento a sócio" para outras, discriminando a base econômica para eventual antecipação de lucros, se havia lucro a ser distribuído, se a medida contábil foi alterada e corrigida nos anos posteriores, e, ainda, a base documental para o referido lançamento contábil. Na mesma decisão de fls. 39.664/39.665, foi determinado às Recuperandas que prestassem esclarecimentos sobre os pagamentos do FGTS e do INSS dos credores após a distribuição desta recuperação judicial. Em sua manifestação de fls. 40.034/40.107, as Recuperandas, em apertada síntese, informaram que o valor de R\$ 17.000.000,00 diz respeito a adiantamentos a título de pró-labore ao sócio e administrador, Sr. Sérgio Habib, acordado por meio de contrato verbal com as Recuperandas, anteriormente à distribuição da recuperação Judicial. Também informaram que as empresas SRR Participações S/A e SHS Participações S/A apresentaram fluxo de caixa positivo no período de 2013 a 2019, gerando lucro e, por conseguinte, obrigação de pagar dividendos aos seus acionistas. Informaram, ainda, que o Sr. Sérgio Habib aportou nas diversas sociedades empresárias do Grupo SHC aproximadamente R\$ 194 milhões no período de 2010 a 2014, cuja verificação se dá pela documentação contábil destes anos, e que, a partir dos reflexos da aprovação do aditivo ao plano de recuperação judicial, serão realizados os ajustes contábeis prevendo a compensação de referidos valores. Na mesma manifestação, as Recuperandas colacionaram a declaração de sua contadora, Sra. Ivana Gomes da Rocha, a qual informou que o valor de R\$ 6.248.378,11 foi contabilizado de maneira errônea na conta "empréstimos a sócios", e que tal erro teria sido corrigido em 31 de agosto de 2018, quando se alterou a rubrica para "adiantamento a sócios". Esclareceu, ainda, que o saldo atual é de R\$ 17.468.378,11, sem correção monetária, e que a base econômica para a realização dos adiantamentos foi a disponibilidade de recursos no caixa. Relativamente ao FGTS, informaram as Recuperandas que tem buscado o parcelamento dos valores em aberto e que houve pagamento individual de FGTS diretamente em processos trabalhistas. Ainda, informaram o recolhimento do FGTS do mês de julho de 2020. Em relação ao INSS, informaram as Recuperandas a compensação do INSS descontado dos seus empregados entre novembro de 2018 e julho de 2020 com crédito de titularidade do Grupo SHC, reconhecido no bojo de mandados de segurança. A Administradora Judicial, em seu 21º Relatório Mensal de Atividades, encartado às fls. 40.818/40.999, analisou os esclarecimentos prestados pelas Recuperandas. Constatou que as Recuperandas confundiram: (i) os termos "adiantamentos de lucros" com "adiantamentos de pró-labore"; (ii) os termos contábeis "fluxos de lucros" e "fluxos de caixa" e; (iii) quatro empresas recuperandas, como se fossem as mesmas, mas não são, quais sejam as sociedades SRR Empreendimentos Imobiliários Ltda., SHS Locação de Bens Ltda., SRR Participações S.A. e SHS Participações S.A. Contudo, os pagamentos efetuados ao Sr. Sérgio Habib foram efetuados por 11 empresas Recuperandas pela disponibilidade de caixa à época. Assim, este Juízo determinou às fls. 41.133/41.140 que a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Administradora Judicial complementasse as informações prestadas, quando da apresentação do 22º Relatório Mensal de Atividades, reportando os detalhamentos de resultados para cada uma das empresas Recuperandas que efetuaram os pagamentos a título de adiantamentos ao gestor e controlador, Sr. Sérgio Habib. Às fls. 41.581/41.771, a Administradora Judicial trouxe seu 22º Relatório Mensal de Atividades, expondo, inicialmente, a composição societária das 11 sociedades que efetuaram pagamentos ao controlador do grupo, de modo a demonstrar a participação direta do Sr. Sérgio Habib em apenas 7 das 11 empresas, constatando que, de acordo com os lucros auferidos pelas 11 sociedades pagadoras, bem como as participações societárias/acionárias diretas e indiretas do Sr. Sérgio Habib nas referidas empresas, o direito de distribuição de lucros a ele, no período de 2013 a 2016, perfaria o montante de R\$ 14.720.399,00, valor este inferior ao registrado contabilmente na rubrica "Adiantamento a Sócios" (R\$ 17.468.378,00). Ademais, destacou que a gestão do Grupo Recuperando informou que o montante de R\$ 11.220.000,00 foi integralizado no capital da sociedade JC Brasil Automóveis Ltda. pelo Sr. Sérgio Habib, no entanto, não foram apresentados documentos comprobatórios acerca de tal transação. Assim, caso a referida informação for confirmada documentalmente, o montante de R\$ 11.220.000,00 não saiu efetivamente do Caixa do Grupo Recuperando. É o relatório. Decido. Manifestem-se as Recuperandas sobre as informações contraditórias prestadas antes ao Juízo e à AJ, cujas apurações verificaram situações distintas das alegadas, como assim descrito, bem como para elucidarem a eventual confusão patrimonial apresentada entre as pessoas do grupo e seu controlador, inclusive para fins de responsabilização perante as recuperandas e os credores. Dê-se ciência ao Ministério Público e aos credores. Fls. 41.779/41.783: A pretexto de informar que seus clientes não receberam seus créditos nos termos da opção "B" de pagamento, a advogada, Dra. Andrea Santiago Vasconcelos, OAB/RJ 108.821, impugna o depósito realizado em sua conta no valor de R\$ 16,19, no dia 27/08/2020, já que a soma dos créditos de seus clientes, perfaz a quantia de R\$ 12.536,00. Ab initio, necessário informar que as opções dos credores Hilton Berto Rodrigues Souza e Carlos Alberto De Carvalho foram devidamente anotadas na prévia do quadro-geral de credores, conforme informou a Administradora Judicial no item V em sua manifestação de fls. 43.037/43.055, sendo certo que o depósito recebido na conta da patrona retro citada refere-se a crédito de sua titularidade conforme se observa às fls. 42.804, linha 159, do 23º RMA acostados às fls. 42.646/42.834, uma vez que para o próprio crédito quedou-se inerte a causídica. Assim reputo desnecessário qualquer tipo de ajuste em nome dos credores retro mencionados, dando por válido o pagamento realizado pelas Recuperandas em favor da Dra. Andrea Santiago Vasconcelos. Fls. 41.785/41.786: Atente-se o credor Jefferson de Sousa Faria aos termos da decisão de fls. 40.419/40.424. E por tal razão, declaro tempestivo o pagamento realizado em seu favor. Fls. 41.789/41.861: Relativamente ao pedido de liberação do montante total de R\$ 97.825,95 para conta de titularidade do Grupo Recuperando, tratam-se de valores provenientes da vara do trabalho e, nesse sentido, de depósitos recursais, em relação a créditos sujeitos à recuperação judicial. Para evitar nova representação judicial do próprio Tribunal Regional do Trabalho quanto à destinação dos recursos, determino a prévia intimação dos credores trabalhistas expressamente mencionados a fls. 43046 em relação aos pedidos da recuperanda. Ciência ao MP. Após, conclusos para decisão. Fls. 41.937, 41.938, 41.939, 41.957/41.963 e 42.328/42.329: Ciência as Recuperandas e demais interessados sobre os ofícios encaminhados pela Z. Serventia. Fls. 41.940/41.941, 42.335/42.337, 42.494/42.495, 42.639/42.641: Certifique a Z. Serventia a anotação dos dados dos patronos. Fls. 41.954/41.955: Trata-se de pedido de justiça gratuita já apreciado na r. decisão de fls. 39.626/36.635. Ademais, determino aos peticionantes que se atentem às suas próprias manifestações nos autos, evitando-se com isso tumultuar o feito que já conta com mais de 42 mil folhas. Fls. 42.292/42.316, 42.440/42.457:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento, autuados sob o nº 2247620-92.2020.8.16.0000 e 2251588.33-2020.8.16.0000. Cientificando os Agravantes sobre a manutenção das decisões tal como lançadas por seus próprios fundamentos. Ciência aos interessados. Fls. 42.317/42.323: Ciente o Juízo sobre a transferência realizada para o presente feito. Fls. 42.344/42.345, 42.346/42.347, 42.348/42.349, 42.467/42.468, 42.642/62.643, 42.835: Regularizem os credores Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto, Fabrício da Silva Fernandes, Luciana Pereira, Jenifer Caetano de Brito sua representação processual, com a juntada das guias de instrumentos de mandato, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa. E, ao credor Vagner Nogueira Muniz, determino que informe as folhas dos autos onde resta acostado o instrumento de mandato outorgado em favor de seu patrono. Fls. 42.350/42.352: Esclareçam as Recuperandas se o crédito perseguido no feito do feito nº 0038787-89.2018.8.16.0182 em trâmite perante a 1ª Vara Descentralizada do Bairro Novo (Sítio Cercado) - Juizado Especial Cível, está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, e em caso positivo se já foi contemplado na relação de credores a que alude o art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005. Fls. 42.353/42.381, 42.382/42.410, 42.411/42.439: Recebo os embargos, eis que tempestivos, no mérito nego-lhes provimento. Pretendem os Embargantes em verdade a dilação do prazo para optarem por forma diversa de pagamento, uma vez que não observado o prazo constante da decisão de fls. 40.419/40.424. Ademais, aduzem a ausência de resposta da Administradora Judicial, ou sua recusa em responder acerca da necessidade de informar a opção de pagamento para o aditivo ao plano de recuperação judicial, sem juntar prova alguma de tais ilações, não tendo em manifestações anteriores, aventado tais situações (fls. 41.229/41.236, 41.237/41.244 e 41.245/41.252), restando evidente as tentativas frustradas em alterar o quanto aqui decidido, inclusive pelo teor dos documentos juntados nas fls. 42.364/42.381, que desarrazoam suas alegações, podendo inclusive ser considerada tal conduta como litigância de má-fé, conforme disposto no art. 80, II, do Código de Processo Civil, deixando por ora de aplicá-lhes a multa insculpida no art. 81 do mesmo diploma, sem prejuízo da revisão de referida matéria. Fls. 42.469/42.470: O crédito da Sra. Elda Maria Ramos da Silva, resta habilitado desde o 11º RMA de fls. 29.453/29.629, conforme informado no item V da manifestação de fls. 43.037/43.055 da Administradora Judicial, tendo sido ainda quitado referido valor na opção padrão, conforme comprovante de pagamento juntado como documento 04 às fls. 43.055, uma vez que não acusaram as Recuperandas e sequer a Administradora Judicial o envio de e-mail com opção diversa, restando, portanto, quitado o crédito da Peticionante. Fls. 42.493: Oficie a Z. Serventia à Procuradoria do Estado de Santa Catarina, por meio de envio de mensagem eletrônica ao endereço constante do rodapé da manifestação, direcionando-a à Dra. Carla Debiasi, para que conheça o teor da manifestação das Recuperandas acostada às fls. 40.780/40.787. Fls. 42.836/43.021: Deixo de intimar a Administradora Judicial em razão do exposto no capítulo 2 de seu 23º Relatório Mensal de Atividades, juntado às fls. 42.646/42.834. Determino sejam cientificados os credores acerca da manifestação das Recuperandas e das considerações da Administradora Judicial, conforme acima exposto. Fls. 43.037/43.055: Manifestação da Administradora Judicial analisando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta decisão. Assim, intime-se as Recuperandas, credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em tela. Fls. 43.056/430.57, 43.060/43.061: Manifestem-se as Recuperandas e o Administrador Judicial. Fls. 43.062/43.064: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º, da LRF, de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial/decretação da falência, conforme determinado pelo art. 9º, II,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da LRF. Mensalmente, o administrador judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia a um incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. No mais, anote-se o nome do d. advogado no sistema. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 24/11/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 43123: última decisão. Fls. 43080, 43117, 43137/43144, 43156, 43224, 43372, 43394, 43418: A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º, da LRF, de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial/decretação da falência, conforme determinado pelo art. 9º, II, da LRF. Mensalmente, o administrador judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia a um incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. No mais, anote-se o nome do d. advogado no sistema. Fls. 43086: A via é incorreta. Nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados do requerente, o nome da recuperanda/falida como requerida e seus respectivos patronos. No mais, anote-se o nome do d. advogado no sistema. Fls. 43147, 43387: Anote-se a reserva determinada pelo MM. Juízo Obreiro. No mais, ao Administrador Judicial para que oficie o Juízo solicitante diretamente em resposta, dando-lhe ciência desta decisão. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pelo Administrador Judicial ao MM. Juízo da 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF mediante protocolo eletrônico, se possível, ou físico. Fls. 43199: Ciência às Recuperandas e ao Administrador Judicial. Fls. 43218: Sob pena de indeferimento, esclareça a Requerente, em 05 (cinco) dias, sobre rendas e bens (inclusive veículos e imóveis), juntando cópia da última declaração de imposto de renda, comprovantes de rendimentos ou outros documentos que entenda relevantes, sob pena de extinção. Alternativamente, poderá, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais. Fls. 43308, 43369: Consigno que prestei os esclarecimentos solicitados. No mais, cumpra-se a r. Decisão. Fls. 43311: Anote-se a interposição do agravo de instrumento. Ciência à parte adversa. Mantenho a decisão pelos próprios fundamentos. Aguarde-se o julgamento do recurso. Fls. 43326: O Administrador Judicial não é responsável pelos pagamentos, imputáveis tão somente às Recuperandas. No mais, manifestem-se o auxiliar e as Recuperandas sobre o quanto alegado. Fls. 43335, 43340, 43346 (Recuperanda(s)): Ciência aos interessados da manifestação das Recuperandas, cujos requerimentos passo a apreciar: Fls. 43335- Esclareçam as Recuperandas quais os veículos test-drive que serão vendidos, quais os gravames sobre eles existentes, quais os novos veículos a serem adquiridos e respectivos gravames, bem como o valor tantos dos veículos a serem vendidos e quanto daqueles a serem adquiridos. Ainda, comprovem as Recuperandas a equalização do passivo tributário, sob pena de, caso deferidos os pedidos, os valores da venda dos veículos test-drive serem depositados em Juízo e bloqueados; Fls. 43340- Ante a ausência de utilidade ao soerguimento da empresa, defiro a venda das peças listadas à fl. 43343. Abra-se vista aos credores para impugnação aos valores ali listados. Após, tornem conclusos para apreciação de eventuais impugnações e determinação de venda pública mediante leilão eletrônico; Fls. 43346- Declaro que, até o momento, os administradores das Recuperandas permanecem na administração da empresa, sendo que ELIZA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

FAZAN, administradora judicial, atua na condição de auxiliar do Juízo, não tendo qualquer relação com a administração das Recuperandas. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pelas Recuperandas a quaisquer ÓRGÃOS ESTATAIS e/ou ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO mediante protocolo eletrônico, se possível, ou físico. Fls. 43359: Indefero. Eventuais créditos devidos à Requerente a título de contribuições sociais, por sua natureza tributária, são extraconcursais, não havendo previsão legal para reserva em recuperação judicial. Fls. 43432: Anote-se. Ciência ao Administrador Judicial. Sem prejuízo, ao Administrador Judicial para que oficie diretamente em resposta ao solicitante, comprovando-se nos autos. Fls. 43433: Anote-se. Fls. 43436: Recebo os aclaratórios, eis que tempestivos e, no mérito, dou-lhes provimento para apreciar a petição de fls. 43033/43036, determinando o quanto segue. : A via é incorreta. Todavia, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º, da LRF, de que o crédito trabalhista poderá ser incluído automaticamente no quadro geral de credores por meio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, o crédito deverá ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial/decretação da falência, conforme determinado pelo art. 9º, II, da LRF. Mensalmente, o administrador judicial apresentará seu parecer sobre cada crédito trabalhista apresentado nos autos principais, com o cálculo na forma da lei. Os interessados poderão se manifestar em 5 dias. Havendo impugnação, será remetida a solução da controvérsia a um incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será incluído. No mais, anote-se o nome do d. advogado no sistema. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 14/12/2020 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 43.905/43.908: Última decisão. Fls. 43.022/43.031: Anote-se a interposição do Agravo de Instrumento autuado sob o nº 2260453-45.2020.8.26.0000, cientificando o Agravante sobre a manutenção da decisão agravada como lançada, por seus próprios fundamentos, devendo-se aguardar o julgamento do recurso ante a não postulação de tutela. Ciência aos interessados. Fls. 43.032, 43.915/43.917: Ante o teor da manifestação da Administradora Judicial de fls. 44.382/44.410, intime-se os peticionantes na pessoa de seus patronos, Dr. Leonto Dolgovas, OAB/SP nº 187.802 e Mario Nunes de Souza Júnior, OAB/SP nº 73.279, para que informem no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, seus dados bancários, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para realização dos respectivos pagamentos. Fls. 43.033/43.036: Intime-se o credor Claudinei dos Santos acerca do teor da manifestação da Administradora Judicial de fls. 44.382/44.410, cientificando-o sobre o adimplemento de seu crédito nos termos do aditivo ao plano de recuperação judicial homologado. Fls. 43.056/43.059, 43.922/43.925, 44.128/44.130: 44.131/44.132, 44.418: Relativamente à opção de pagamento, postulada por alguns credores, imperiosa a ciência de que o prazo para tal se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, restando intempestiva qualquer manifestação neste sentido nos autos principais. Outrossim, como exaustivamente informado, os dados bancários deverão ser informados por e-mail ao endereço creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Assim, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente para tal. Por derradeiro, regularizem os credores Adenilson Pereira Fernandes, Elisângela Jesus Gomes e Marcus Vinícius Lira, sua representação processual, juntando aos autos os competentes instrumentos de mandato e a competente guia de custas de mandato devidamente quitada. Fls. 43.060/43.061, 43.932/43.957: Na certidão em que se funda o pedido do credor, juntada igualmente pelas Recuperandas às fls. 43.932/43.957, resta evidente que a multa por inadimplemento não deve ser computada, uma vez que o inadimplemento se deu exatamente em razão da distribuição da presente recuperação judicial, que veda o pagamento dos créditos sujeitos a seus efeitos, que não nos termos do plano de recuperação judicial. Assim,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

em respeito ao princípio da par conditio creditorum, indefiro o quanto pleiteado, devendo ser mantido o valor lançado na relação de credores. Fls. 43.062/43.079, 43.117/43.122, 43.218/43.223, 43.224/43.306, 43.372/43.376, 43.394/43.401, 43.418/43.431, 44.071/44.077: Petições de Joana Seemann de Medeiros, José Antonio Leal, Marcos Vefago de Souza, Weiny Souza Andretta, Daiane Jonikaite, Jhonattan Marcelino da Silveira, Jéssica Nobre Maratore, Cristiano da Costa Souza, Aurilene Alves de Moraes, Fernando Mendes Rocha, Marinara Motta da Motta, Daniele Souza Silva, requerendo a habilitação de seus créditos trabalhistas. Referido pedido foi realizado por meio da via incorreta, entretanto, a ele deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no quadro-geral de credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Ademais, atentem-se todos os credores e postulantes que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 44.382/44.410, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do quadro-geral de credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. No caso específico dos credores Joana Seemann de Medeiros, José Antonio Leal, Marcos Vefago de Souza, Weiny Souza Andretta, Daiane Jonikaite, Jhonattan Marcelino da Silveira, Jéssica Nobre Maratore, Cristiano da Costa Souza, Aurilene Alves de Moraes, Fernando Mendes Rocha, cientifico-os de que os pareceres contábeis relativos a seus créditos foram juntados como Apêndice I do 24º RMA, acostado às fls. 44.305/44.319 deste feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. No mais, intime-se os peticionantes para comprovar o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar aos autos declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 43.135/43.144, 43.145/43.155, 43.197/43.217, 43.386/43.393, 43.430/43.432, 44.043/44.070: Ciência aos interessados sobre as respostas aos e-mails encaminhados pela Administradora Judicial à 11ª Vara do Trabalho de Campinas, 11ª Vara do Trabalho de Brasília, 1º Ofício da Fazenda Pública de São Paulo, 13ª Vara do Trabalho de São Paulo, Vara de Execuções Fiscais Estaduais de São Paulo e 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais/PR, conforme constante do item VII de sua manifestação de fls. 44.382/44.410. Fls. 43.156/43.196: Manifestação de Erivaldo José Alves, postulando a habilitação de seus créditos, que embora concursais, não possuem natureza trabalhista, sendo, portanto, a via eleita incorreta. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores habilitar seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 43.326/43.334, 44.133/44.135: Intimem-se os credores João


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Carlos de Oliveira e Marcelo Borges Bento, acerca do teor da manifestação fls. 44.382/44.410 da Administradora Judicial, sobre o adimplemento de seus créditos, que, ante as evidências carreadas aos autos, reputo válidos, restando cumprido o aditivo ao plano de recuperação judicial relativamente a aludidos credores. Fls. 43.340/43.345: Requereram as Recuperandas autorização para alienação de peças que não mais possuíam utilidade à continuação de seus negócios, visando ainda à liberação dos galpões em que restam alocadas. Registro que, muito embora haja sido atribuído a tais bens a qualidade de “peças”, a depreender-se da relação apresentada à fl. 43.344, estas compõem o ativo imobilizado das Recuperandas, razão pela qual foi requerida a aludida autorização judicial, tendo sido esta deferida às fls. 43.905/43.908, sob a condição da anterior manifestação dos credores acerca dos valores a elas atribuído. Desta feita, em razão da ausência de impugnação dos valores e sequer da venda, por se tratar de ativo que em nada contribui para o soerguimento das empresas e que dependem de local diverso das sedes para armazenamento, ratifico o deferimento da venda, que deverá ocorrer por canais eletrônicos, dando-se publicidade da oferta ao maior número de interessados possíveis, em sites de internet destinados a esse fim, de forma que a venda ocorra pela oferta de melhor preço. Registre-se por oportuno que a oferta em canais eletrônicos deverá ser informada à Administradora Judicial, bem como as propostas obtidas, devendo a Administradora Judicial conferir as informações apresentadas sobre a oferta nos canais eletrônicos, bem como as respectivas ofertas de compras pelos eventuais interessados, e, o resultado das vendas realizadas, contemplando esses dados em seu Relatório Mensal de Atividades subsequente ao mês da venda. Fls. 43.437/43.893: Digam as Recuperandas em 15 (quinze) dias. Fls. 43.903/43.904, 43.912/43.914, 43.919/43.920, 44.118/44.125, 44.370/44.372: Em razão da regularização processual, certifique a Z. Serventia o cadastro dos patronos. Concedo a gratuidade à Amilson Oliveira Dourado, Cristiano da Costa Souza e Marcos Roberto Befi. Anote-se. Fls. 43.927/43.931: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de outubro de 2020. Fls. 43.932/43.957: Ciente o Juízo acerca das considerações lançadas pelas Recuperandas em sua manifestação. Ciência aos demais interessados. Fls. 43.958/43.993: Em cumprimento ao disposto no despacho de fls. 43.123/43.134, informam as Recuperandas que em verdade, o que se operou em favor do controlador das empresas foi um “adiantamento de lucros” e não “adiantamento pró-labore”, em razão do lucro obtido por 11 empresas do grupo no período de 2013 a 2016. Contudo, tal valor não teria atingido a monta de R\$ 17.468.378,00 e sim de R\$ 14.720.399,00, valores estes igualmente apurados pela Administradora Judicial em seu 23º Relatório Mensal de Atividades, juntado às fls. 42.646/42.793. Logo, em razão da diferença entre os valores devidos e adiantados, propôs o Sr. Sérgio Habib, por meio de confissão de dívida, o pagamento em favor das Recuperandas do valor de R\$ 2.747.979,00, a fim de sanear a questão. Neste particular, ao menos num exame perfunctório da questão, consubstanciado nas análises contábeis do quanto ocorrido, defiro a devolução dos valores aos caixas das Recuperandas nos moldes pretendidos pelo Controlador das empresas, ficando a Administradora Judicial responsável pela fiscalização dos referidos pagamentos, devendo reportá-los em seus relatórios de atividades, ou nestes autos, em caso de descumprimento. Ciência aos credores e demais interessados. Fls. 43.994/44.042: Trata-se de manifestação das Recuperandas visando complementar sua manifestação de fls. 43.335/43.339, em atendimento ao despacho de fls. 43.905/43.908. Sobre o petitório em tela, manifestou-se a Administradora Judicial às fls. 44.382/44.410, informando restarem individualizados os bens e as garantias que se pretende alienar e substituir e a respectiva anuência do proprietário fiduciário, tendo comprovado as Recuperandas a adesão a parcelamentos tributários nos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o início de negociações em São Paulo, bem como firmado contrato de prestação de serviços com escritório para tratar exclusivamente de sua área tributária. Desta feita, ao menos num primeiro


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

momento, restam evidenciados os esforços das Recuperandas a fim de equalizar seu passivo tributário, e, considerando o caráter negocial dos carros que se pretende vender, uma vez que veículos tests-drives integram o negócio operacional das Recuperandas e são trocados assim que novos modelos são lançados, e, portanto, tornam-se carros usados, considerando a preservação do negócio, defiro a substituição das garantias lançadas às fls. 44.041/44.042 e a alienação dos veículos de tests-drives descritos à fl. 44.000, desde que o produto seja usado para aquisição de novos veículos tests-drives, cabendo à Administradora Judicial a fiscalização da devida aplicação desse fluxo de caixa, reportando em seus relatórios mensais de atividades. Fls. 44.102/44.117: Ciência aos interessados sobre a interposição do recurso. Aguarde-se seu julgamento ante a não concessão do efeito suspensivo. Fls. 44.126/44.127: Ante a não oposição dos credores, revelada por sua inércia e do teor do item VII da manifestação da Administradora Judicial de fls. 43.037/43.050, autorizo o levantamento do valor de R\$ 97.825,95, depositados na conta vinculada a este Juízo. Juntem para tanto as Recuperandas o competente Mandado de Levantamento Eletrônico, devendo a Z. Serventia, oficiar o Banco do Brasil S.A., em razão do Comunicado CG 257/2020 do TJSP. Fls. 44.136/44.146: Aguarde-se resposta da Procuradoria do Estado de Santa Catarina. Fls. 44.148/44.361: Ciência as Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto ao Vigésimo Quarto Relatório Mensal de Atividades, juntado pela Administradora Judicial, que contempla as atividades ocorridas no período compreendido entre 31/10/2020 e 30/11/2020, os dados contábeis relativos ao mês de outubro de 2020, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Por derradeiro, repiso o acima exposto, para que os credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/11/2020, busquem às fls. 44.305/44.319, os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Sobre referidos pareceres poderão os titulares dos créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 44.362/44.365: Em razão do teor da manifestação da Administradora Judicial de fls. 44.382/44.410, na qual informou não haver sido juntado o protocolo mencionado na petição em tela, determino às Recuperandas que apresentem referido documento, prestando após as informações acerca do cumprimento pela Receita Federal do quanto determinado às fls. 43.905/43.908 destes autos. Fls. 44.366/44.369: Ciente a Administradora Judicial, dê-se ciência aos credores e demais interessados sobre a consolidação da propriedade fiduciária do imóvel de matrícula nº 26.974 do 14º Ofício de Registro de Imóveis de Niterói/RJ, em favor do Banco Daycoval. Ademais, deverão as Recuperandas informar nestes autos o resultado do leilão a ser realizado pelo Banco, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.514/97. Fls. 44.373/44.374 e Fls. 44.375/44.381: Inicialmente, manifeste-se a Administradora Judicial no prazo de 10 (dez) dias. Fls. 44.382/44.410: Manifestação saneadora da Administradora Judicial, versando sobre: (i) a apresentação de dados bancários pelos credores; (ii) os pedidos de habilitação que constaram do 24º RMA e daqueles que constarão do 25º RMA; (iii) as manifestações das Recuperandas e (iv) os ofícios devidamente respondidos, restando tais questões já contempladas no curso desta decisão. Ademais, ressaltou que as alterações societárias relativas a reorganização das empresas do Grupo, aprovadas em AGC realizada 28/11/2019, vem sendo realizadas, tendo-se cumprido uma primeira etapa, na qual houve incorporação de duas sociedades Recuperandas por duas outras, também Recuperandas, e que duas outras sociedades foram cindidas, tendo as partes cindidas sido absorvidas por outra, também Recuperanda, ressaltando a Administradora Judicial que as incorporações foram corretamente contabilizadas e que as cisões não foram, já tendo sido diligenciadas as Recuperandas para regularização e, que há providências em curso relativas a uma segunda


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

etapa, que ainda pende de liberação dos atos pela Junta Comercial do Rio de Janeiro, que deverá ocorrer ainda no curso do mês corrente, conforme expectativa das Recuperandas. Assim, conforme manifestado pela Administradora Judicial em seu 24º RMA, aguarde-se a liberação dos atos, cuja conferência deverá ser reportada no Relatório Mensal de Atividades imediatamente posterior a sua liberação. Outrossim, informou o não cumprimento pelos credores Robson Mendes da Silva e Marcos Leandro Silva Souza, do quanto determinado no despacho de fls. 33.034/33.037, reiterado às fls. 35.515/35.518. Providencie a recuperanda as ações que entender cabíveis para proteger o seu referido direito. Fls. 44.412/44.416: Cumpra-se a r. Decisão. Fls. 44.418: Ciência às Recuperandas e ao Administrador Judic Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 12/02/2021 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 44.429/44.436: Última decisão. Fls. 44.419/44.425: Trata-se de petição de Eduardo Ribeiro Soares da Silva cuja pretensão repete aquela deduzida às fls. 44.375/44.381, requerendo, em suma, a devolução do prazo para manifestação quanto à opção de pagamento, em razão de não haver sido intimado da decisão que homologou o aditivo ao plano. Conforme observado pela Administradora Judicial, no item I de sua manifestação de fls. 45.785/45.798, no que concerne à alegação de ausência de intimação do patrono sobre a decisão homologatória do aditivo ao plano, indefiro, em razão do teor da certidão de disponibilização da mesma (fls. 39.725/39.738), na qual resta cabalmente comprovada a intimação de sua patrona, Dra. Estela Melo Provesano, OAB/SC nº 50.234. Desta feita, reputo válido o pagamento realizado pelas Recuperandas, restando cumprido o aditivo ao plano de recuperação judicial relativamente a aludido credor. Fls. 44.426/44.428 e 45.384/45.387: Tratam-se de manifestações de Eliel de França Ribeiro e Antônio Camilo, informando haver optado por forma de pagamento diversa da tida como "padrão", requerendo sua retificação na relação de credores e o competente adimplemento do plano. Acerca do pedido manifestou-se a Administradora Judicial às fls. 45.785/45.798, esclarecendo que as aludidas opções se referem ao plano de recuperação judicial substituído pelo aditivo homologado em 06/08/2020 (fls. 39.626/39.635), não devendo, portanto, prosperar qualquer pedido neste sentido. Ademais, informou que os dados bancários trazidos pelo credor Eliel de França Ribeiro, estariam incorretos, posto que a tentativa de pagamento realizada foi rejeitada. Desta feita, em razão dos esclarecimentos trazidos pela Administradora Judicial, indefiro o pleito para retificação das opções de pagamento. No mais, intime-se o peticionante Eliel de França Ribeiro na pessoa de seu patrono, Dr. Danilo Pelegrino Raide, OAB/SP nº 413.209, para que verifique os dados bancários informados, retificando-os diretamente no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrij@gmail.com, para realização do respectivo pagamento. Fls. 44.437/44.449: Mantenho a decisão guerreada por seus próprios fundamentos. Outrossim, esclareçam os agravantes Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto e Fabrício da Silva Fernandes, se houve a regular distribuição do recurso perante o E. Tribunal, informando o número sob o qual foi autuado e eventual concessão de efeito suspensivo, para a devida anotação. Fls. 44.450/44.462, 44.463/44.475: Tratam-se de manifestações cujo teor é o mesmo daquela apresentada às fls. 44.437/44.449. Neste particular, roga-se aos credores para que acompanhem com zelo o feito, evitando-se ao máximo tumultuá-lo com pedidos em duplicidade ou de idêntico teor, sob pena de serem declarados litigantes de má-fé. Fls. 44.476/44.482: Petição das Recuperandas reiterando a juntada dos mandados de levantamento de fls. 41.822/41.827, requerendo a expedição urgente de ofício ao Banco do Brasil S.A. Ante o teor das certidões de fls. 44.791, 44.795, 44.799, 44.803, 44.807 e 44.811, dou por superado pedido em tela. Fls. 44.483/44.587: Ciência aos credores e demais interessados, acerca da informação trazida pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 45.785/45.798, de que as considerações sobre os atos de reorganização das empresas do Grupo SHC, restam consignadas no "Capítulo 2 - Visão Geral do Grupo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Recuperando” dos 25º e 26º Relatórios Mensais de Atividades, juntados às fls. 44.588/44.787 e 45.475/45.673 dos autos. Fls. 44.588/47.787 e 45.475/45.673: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados quanto aos Vigésimo Quinto e Vigésimo Sexto Relatório Mensal de Atividades juntados pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades ocorridas nos períodos compreendidos entre 30/11/2020 a 16/12/2020 e 17/12/2020 a 31/01/2021, os dados contábeis relativos ao meses de outubro de 2020, finais de novembro/2020 e prévios relativos ao mês de dezembro/2020, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/11/2020 a 10/12/2020, para que busquem às fls. 44.745/44.748, os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Sobre referidos pareceres poderão os titulares de seus créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 44.812/44.813: Anote-se os dados dos patronos, intimando-se o peticionante Luiz Américo Machado, para comprovar no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato judicial, ou juntar aos autos documento hábil a fim de ratificar eventual situação de hipossuficiência (declaração atualizada de renda obtida junto à Delegacia da Receita Federal, declaração de rendimentos, holerites dos 3 últimos meses, carteira de trabalho), para eventual análise quanto à concessão da gratuidade. Fls. 44.814/44.817: Petição de Adriano José de Mello Gouvêa, requerendo a devolução do prazo para manifestação dos atos ocorridos entre junho e dezembro do ano de 2020, visto que permaneceu sem patrocínio, após assinar em 29/06/2020, a carta de renúncia de sua patrona. Indefiro o pleito ora aduzido com fulcro no princípio ignorantia legis neminem excusat, uma vez que fundado em mera alegação de ignorância quanto aos termos da renúncia, cujo texto é cristalino. Ademais, a ausência de patrono não exime o credor de acompanhar os atos dos processos em que é parte. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Registre-se por oportuno que poderá o peticionante promover as medidas cabíveis para a apuração de eventual cometimento de infração ética pela Dra. Karol Talarico Vidal, OAB/RJ nº 147.371. Por fim, anote-se os dados do novo patrono, intimando-se o peticionante para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa de mandato sob pena de inscrição na dívida ativa ou acostar aos autos documento hábil a comprovar sua situação de hipossuficiência (declaração atualizada de renda obtida junto à Delegacia da Receita Federal, declaração de rendimentos, holerites dos 3 últimos meses, carteira de trabalho), para eventual análise quanto à concessão da gratuidade. Fls. 44.818/44.819: Petição de Fernando Aparecido Jordão dos Santos, concordando com os valores apresentados às fls. 39.315/39.320 e comprovando o envio de seus dados bancários. Nesse sentido, reitero os termos da decisão de fls. 40.419/40.424, no sentido de ser desnecessária a comprovação nos autos do envio dos e-mails às Recuperandas, exceto em caso de descumprimento do plano sob a alegação de não possuírem referidos dados para pagamento. Assim, determino aos credores que se abstenham de juntar aos autos aludidas mensagens eletrônicas, bem como sua opção de pagamento, quer em razão do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

decurso do prazo para tanto, quer porque os autos nunca foram o meio pertinente para tal. Fls. 44.820/45.355: Trata-se de manifestação de Célio Antônio Carvalho, requerendo a liberação dos valores constrictos na Ação de Obrigação de Fazer em fase de cumprimento de sentença nº 0708579-91.2018.8.07.0001, em trâmite 15ª Vara Cível de Brasília, uma vez que restou consignado no Conflito de Competência nº 175.910, em sede de liminar o quanto segue: “Forte nessas razões, DEFIRO o pedido liminar, a fim de impedir a prática de atos constrictivos sobre bens de propriedade da recuperanda por parte do JUÍZO DA 15ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA DF, designando-se, outrossim, o JUÍZO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO SP para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes concernentes ao destino do acervo patrimonial da suscitante”. Desta feita, até que se decida sobre a submissão ou não do crédito aos efeitos desta recuperação judicial, determino à 15ª Vara Cível de Brasília, que se abstenha de praticar novos atos constrictivos sobre bens de propriedade das Recuperandas, devendo ser mantidos em conta judicial os valores até esta data constrictos nos autos do Cumprimento de Sentença de nº 1061340-21.2020.8.26.0100. Oficie a Z. Serventia à 15ª Vara Cível de Brasília. Fls. 45.356/45.369, 45.677/45.678: Petição de José Eduardo Silva Santos, Rodrigo Araújo Lacerda e Jairo Moura de Souza, insurgindo-se contra a opção “padrão” de pagamento constante da relação de credores de fls. 44.749/44.773 e fls. 45.635/45.659, requerendo sua retificação, para que dela passe a constar a “Opção B”. Nos termos da manifestação da Administradora Judicial, indefiro o pleito dos credores, posto que o prazo para escolha da opção de pagamento se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, inclusive para os credores cujo crédito restava ilíquido ao tempo da aprovação do aditivo ao plano de recuperação, nos termos pactuado entre Recuperandas e credores, obedecendo assim o princípio da pacta sunt servanda, privilegiando a soberania das decisões assembleares. Fls. 45.370/45.371, 45.445: Aguardem os peticionantes o trânsito em julgado das decisões em voga. Com as certidões, inclua em definitivo a Administradora Judicial na prévia do quadro-geral de credores, os valores apurados nos incidentes nº 1114057-44.2019.8.26.0100 e nº 1036551-55.2020.8.26.0100. Fls. 45.372/45.376, 45.453/45.457: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de novembro e dezembro de 2020. Fls. 45.377/45.383: Ciência às Recuperandas sobre a transferência dos valores relativos aos depósitos realizados na reclamatória trabalhista de nº 1000126-69.2018.5.02.0471, para a conta judicial vinculada à presente recuperação judicial. Fls. 45.388/45.395: Ciente o Juízo sobre a ordem emanada do E. STJ, nos autos do Conflito de Competência nº 176.921-SP. Com as informações prestadas às fls. 45.433/45.434, certificada às fls. 45.436, aguarde-se o julgamento definitivo. Fls. 45.396/45.407: Trata-se de manifestação das Recuperandas requerendo a expedição de ofício ao 21º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Recife/PE, autorizando o levantamento do valor da condenação depositado nos autos de nº 0006670-80.2019.8.17.8201, em favor de Ubyrajara Gomes da Silva, posto tratar-se de crédito extraconcursal. Considerando que o veículo vendido pelas Recuperandas apresentou defeito em 29/11/2018 e o dever de indenizar nasceu da desídia em solucionar o problema em tempo hábil, tem-se que o fato gerador do crédito é posterior a distribuição do presente feito (05/11/2018), o que, nos termos do art. 49 da Lei 11.101/2005, atesta sua extraconcursalidade. Assim, ante a não sujeição aos efeitos da recuperação judicial, do crédito discutido nos autos de nº 0006670-80.2019.8.17.8201, em trâmite perante ao 21º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Recife/PE, autorizo a liberação do valor depositado nos autos retro em favor de Ubyrajara Gomes da Silva. Servirá a presente decisão como ofício, devendo as Recuperandas protocolá-lo diretamente naquela Vara (ou feito), comprovando sua entrega nestes autos em 5 (dias). Fls. 45.423/45.425 e 45.426/45.427: Ciência às Recuperandas acerca do ofício expedido pela 4ª Vara do Cível de Porto Alegre e da resposta de fls. 45.426/45.427. Fls. 45.428/45.432:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Aguarde-se o cumprimento pela Receita Federal. Sobre a manifestação de fls. 44.418, em razão da intempestividade na apresentação da opção de pagamento pelo credor Charles Marx Nascimento Almeida, intime-se este a informar seus dados bancários para o correto cumprimento do aditivo ao plano de recuperação judicial. Com o retorno da informação, cumpram as Recuperandas em 48h. Fls. 45.437/45.444: Petição de Marcos Paulo Fraga Moraes, requerendo a habilitação de seu crédito trabalhista. Referido pedido foi realizado por meio da via incorreta, entretanto, a ele deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no quadro-geral de credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Ademais, atente-se o credor e postulante que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverá o credor trabalhista, que pugnar a inclusão de seu crédito nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do quadro-geral de credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Defiro os benefícios da justiça gratuita ao credor Marcos Paulo Fraga Moraes. Fls. 45.446/45.452, 45.458/45.474, 45.674/45.676, 45.679/45.683: Relativamente à opção de pagamento, postulada por alguns credores, imperiosa a ciência de que o prazo para tal se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, restando intempestiva qualquer manifestação neste sentido nos autos principais. Outrossim, como exaustivamente informado, os dados bancários deverão ser informados por e-mail ao endereço creditorsrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Assim, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente para tal. Fls. 45.688/45.691: Em cumprimento ao disposto no despacho de fls. 44.429/44.436, reiteraram as Recuperandas o teor de seu petitório de fls. 43.994/44.042, informando ainda ser inócuo o pedido da Procuradoria para abstenção pelas Recuperandas da distribuição de lucros e dividendos a seus sócios, posto que lhe faltaria amparo legal e porque desde o ajuizamento da Recuperação Judicial não houve distribuição de dividendos aos sócios e acionistas. Relativamente a equalização do passivo tributário, reporto-me ao despacho de fls. 44.429/44.436, cujo trecho transcrevo: “ao menos num primeiro momento, restam evidenciados os esforços das Recuperandas a fim de equalizar seu passivo tributário”. O que mantenho, por ora. Outrossim, não deve prosperar o pleito para que as Recuperandas se abstenham de distribuir lucros e/ou dividendos, caso o fluxo de caixa passe a ser positivo, uma vez que, mesmo no caso de se aventar a aplicação do art. 6º-A, introduzido à LRJF pela Lei 14.112/2020, este prevê a vedação de distribuição dos lucros ou dividendos a sócios e acionistas, até a aprovação do plano de recuperação judicial, fase esta já superada no presente feito, não se aplicando, portanto, o pedido e a pena a ele culminada a este feito. Fls. 45.692/45.698: Trata-se de pedido já aduzido às fls. 45.446/45.452. Deverão os credores/peticionantes, nos termos do que disciplina o inciso III do art. 77 do Código de Processo Civil, acompanhar com zelo o feito, que conta com mais de 45.500 folhas, evitando-se ao máximo tumultuá-lo com pedidos em duplicidade ou em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

reiteração, quando já apreciados. Fls. 45.711/45.784: Aguarde-se a análise da documentação apresentada, cujo resultado, como informado pela Administradora Judicial, seguirá no "Capítulo 2 - Visão Geral do Grupo Recuperando, do Relatório Mensal de Atividades vindouro. Fls. 45.785/45.798: Manifestação saneadora da Administradora Judicial, atendendo aos ditames do despacho de fls. 44.429/44.436, tratando das manifestações dos credores acerca do plano, dos pedidos de retificação das opções de pagamento, dos pedidos de levantamento de valores e do fim da parceria jurídica com o escritório Feiteiro e Araújo Advogados. Registro neste particular que algumas das questões trazidas nesta peça, já foram contempladas no curso deste despacho. Assim, intime-se o credor Erivaldo José Alves, para que conheça do teor do despacho de fls. 44.429/44.436, que contemplou seu pedido de fls. 43.156/43.164. Outrossim, em razão da notícia do fim da parceria com o Escritório Feiteiro & Araújo Advogados, proceda a Z. Serventia a exclusão do sistema SAJ, de seus sócios Drs. João Marcos Cavichioli Feiteiro, OAB/SP nº 307.654 e Arthur Antonioli de Araújo, OAB/SP nº 266.208, do cadastro do presente processo, mantendo-se os advogados da equipe interna da Administradora Judicial, ora cadastrados. Por derradeiro, intime-se as Recuperandas, credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 19/03/2021 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 45.872/45.879: Última decisão. Fls. 45.800/45.801, 46.164/46.166: Aperfeiçoada a cessão, que engloba a totalidade do crédito detido pelo Banco Bradesco nestes autos, autorizo a substituição da titularidade do crédito do Banco Cedente para o Fundo de Liquidação Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados. Anote-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. Fls. 45.880/45.881, 46.160/46.162, 46.163, 46.167/46.168, 46.169: Em razão da regularização processual, certifique a Z. Serventia o cadastro dos patronos. Outrossim, como exaustivamente informado nestes autos, os dados bancários deverão ser informados por e-mail ao endereço creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Assim, determino aos credores que se abstenham de apresentar seus dados bancários nestes autos. Fls. 45.882/45.885: Ante os documentos acostados, defiro a gratuidade pleiteada pelo peticionante Adriano José de Mello Gouvêa. Fls. 45.886/45.904, 46.160/46.162, 46.627/46.629, 46.638/46.757: Petições de Claudinei dos Santos, Marina Mafuz, Gianfranco Costa Picinini e Edvaldo Guarriero, insurgindo-se contra o recebimento de seus créditos nos moldes da opção "padrão", requerendo que os valores adimplidos pelas Recuperandas sejam considerados como antecipação e não como pagamento integral dos créditos. Indefiro o pleito em tela, por haver sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto a opção para percepção de seus créditos, desde a aprovação do aditivo ao plano, atestando, ainda, a regularidade dos depósitos efetuados pelas Recuperandas, posto que realizados nos termos da cláusula padrão aos credores não optantes, cujo teor foi igualmente objeto de deliberação e aprovação pelos credores. Ademais, reitera-se que o prazo para escolha da opção de pagamento se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, inclusive para os credores cujo crédito restava ilíquido ao tempo da aprovação do aditivo ao plano de recuperação, nos termos pactuado entre Recuperandas e credores, obedecendo assim o princípio da pacta sunt servanda, privilegiando com isso, a soberania das decisões assembleares. Fls. 45.907/45.913: Esclareçam as Recuperandas se o crédito pago ao credor Fabio Rodrigo Brambilla nesta recuperação judicial, integrou o adimplemento do crédito na esfera trabalhista, ou, se houve de fato pagamento em duplicidade em favor daquele. Ademais, deverão as Recuperandas trazer aos autos a relação dos créditos em mesma situação, caso existam, para conferência pela Administradora Judicial e retificação da relação de credores a que alude o art. 7, §2º da LFRJ, se o caso. Fls. 45.914/46.121: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados acerca da apresentação do Vigésimo Sétimo Relatório Mensal de Atividades pela Administradora


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Judicial, que contempla as atividades ocorridas no período compreendido entre 01/02/2021 a 26/02/2021, os dados contábeis prévios relativos ao mês de dezembro de 2020, fluxo de caixa do mês de janeiro/2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/01/2021 a 20/02/2021, para que busquem às fls. 46.073/46.078, os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Sobre referidos pareceres, poderão os titulares de seus créditos apresentar manifestação em 5 dias. E, havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 46.159: Referida medida poderá ser adotada pela parte, enviando correspondência eletrônica a z. Serventia, no endereço: sp2falencias@tjsp.jus.br, solicitando a senha para acompanhamento do feito. Fls. 46.167/46.168: Conforme esclarecido pela Administradora Judicial no item IV XX de sua manifestação de fls. 46.758/46.767 XX, o credor Erick Vinci detém crédito na classe quirografária, sendo certo que o pagamento de seu crédito se dará nos termos da "Opção D" do aditivo ao plano de recuperação judicial acostado às fls. 37.319/37.342 deste feito, homologado em 06/08/2020. Assim, aguarde o credor o cumprimento do aditivo retro citado. Fls. 46.170/46.178: Petição de Carine Lucia de Franco Sá, requerendo a habilitação de seu crédito trabalhista. Considerando que a dispensa da peticionante ocorreu em 08/11/2019, tem-se que o fato gerador de seu crédito é posterior a distribuição do presente feito (05/11/2018), o que, nos termos do art. 49 da Lei 11.101/2005, atesta sua extraconcursalidade. Assim, ante a não sujeição aos efeitos da recuperação judicial, do crédito constituído nos autos de nº 1000320-33.2020.5.02.0040, em trâmite perante ao 40ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, cabe a peticionante exercer seu direito contra as Recuperandas, no sentido de cobrar-lhes os valores tidos como extraconcursais. Fls. 46.179/46.183: Os montantes que pretendem as Recuperandas levantar, efetivamente representam créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial em voga. Assim, autorizo o levantamento de R\$ 1.087,51 e R\$ 4.662,21, comprovadamente transferidos a este feito conforme alvarás eletrônicos de pagamento acostados às fls. 45.379/45.380. Assim, expeça-se mandado de levantamento em favor da Recuperanda, conforme "Formulário MLE" de fls. 46.181/46.182. Fls. 46.185: Oficie-se à 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, informando a prenotação na relação de credores a que alude o art. 7º, §2º da LFRJ, do montante de R\$ 307.665,67, em favor de Michael lung da Silva, reclamante ação trabalhista nº 0020527-30.2020.5.04.0003. Ademais, esclareçam as Recuperandas se o crédito discutido na referida reclamatória está ou não sujeito aos efeitos da presente recuperação judicial nos termos art. 49 da Lei 11.101/2005. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, a ser encaminhado pela z. Serventia à 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, através do e-mail institucional. Fls. 46.187/46.195: Ante o teor da manifestação de fls. 46.187/46.195, atendo o quanto solicitado pelas e determino a expedição de ofício ao Banco do Brasil S.A., para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do ofício, cumpra o quanto determinado por este Juízo nas decisões de fls. 32.398/32.402, 33.814/33.817 e 35.306/35.314, que a este deverão ser acostados quando do protocolo., sob pena de restar configurada a conduta prevista no art. 319 do Código Penal. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, a ser encaminhado pela z. Serventia ao Banco do Brasil, através do e-mail institucional fornecido pelo próprio banco. Fls. 46.196/46.405, 46.406/46.615, 46.616/46.626: Mantenho a decisão guerreada por seus próprios fundamentos. Outrossim, esclareça o agravante Renato Gomes Victorio, se houve a regular distribuição do recurso perante o E. Tribunal, informando o número sob o qual foi autuado e eventual concessão de efeito suspensivo, para a devida anotação. Fls. 46.630: Ciência às Recuperandas, credores e demais interessados acerca do ofício resposta encaminhado ao


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

*Juizado Especial Cível do Norte da Ilha/SC, pela Administradora Judicial. Fls. 46.637: A opção lançada às fls. 36.278/36.280, refere-se ao plano de Recuperação Judicial superado pela homologação do aditivo de fls. 37.319/37.342. Razão pela qual, não deverá ser retificada a opção lançada até o presente momento nas prévias do quadro geral de credores. Fls. 46.758/46.767xxx/xxx: Manifestação saneadora da Administradora Judicial, versando acerca da cessão do crédito do Banco Bradesco ao Fundo de Liquidação Financeira Fundo de investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado, das manifestações dos credores acerca do plano, dos pedidos de retificação das opções de pagamento, dos pedidos de levantamento de valores pelas Recuperandas, bem como da comprovação do envio de ofício resposta ao Juizado Especial Cível do Norte da Ilha/SC, restando todas estas questões contempladas no curso deste despacho. Saneado o feito, intime-se as Recuperandas, credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 26/04/2021 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 46.770/46.774: Última decisão. Fls. 46.775/46.785, 46.816/46.824, 47.121/47.126 e 49.413/49.417: Comprova os credores o trânsito em julgado do v. acórdão. Sem prejuízo, digam as Recuperandas em 15 (quinze) dias, especialmente sobre a petição de fls. 49.413/49.417. Fls. 46.789/46.790: Trata-se de manifestação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo informando sobre os editais PGE/TR 01/2021 e 02/2021 que tratam de parcelamento tributário para as empresas em recuperação judicial, pugnando pela intimação da Administradora Judicial. Conforme observado pela Administradora Judicial (item I de fls. 49.421/49.430), as Recuperandas continuam sendo representadas por seus sócios/administradores. Sem prejuízo, informem as Recuperandas sobre o adimplemento/parcelamento do passivo tributário com o Estado de São Paulo. Fls. 46.791/46.815, 46.854/46.856, 47.117/47.120, 47.148/47.149, 47.150/47.307, 47.308/47.447, 47.452/47.453, 47.454/47.456, 49.404/49.410: Petição do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, requerendo a reconsideração da r. decisão interlocutória de fls. 45.872/45.879. De outra parte, há as manifestações dos credores Diego Mendes Porto, Bruno Cesar de Oliveira Ribeiro, Thiago Fernandes de Souza, Thalita Doanne Aparecida da Silva, Nicole Schorr, Genival Martins da Silva, Vanessa Santos Santana e Leandro Magnolo Santilio, insurgindo-se contra a opção padrão de pagamento constante na relação de credores, requerendo sua retificação, para que dela passe a constar a Opção B. Os pleitos não merecem guarida, uma vez que o prazo para escolha da opção de pagamento se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, inclusive para os credores cujo crédito era ilíquido, quando da aprovação do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, nos termos pactuados entre as Recuperandas e a Assembleia-Geral de Credores, obedecendo-se assim o princípio da pacta sunt servanda, privilegiando-se a autonomia das decisões assembleares, reputando-se válido os pagamentos realizados e noticiados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 49.421/49.430, item V. Fls. 46.825: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 49.421/49.430, item II, o crédito de A.M Part's Acessórios Automotivos Ltda. e de seu patrono já foram incluídos na prévia do QGC (fls. 47.072, linha 867, e fls. 47.080, linha 72). Fls. 46.839/46.852: Conforme informou a Administradora Judicial às fls. 49.421/49.430, item II, aguarde-se a apresentação do próximo RMA com a prévia do QGC atualizada. Fls. 46.937, 47.457/47.470: Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento nº 2051925-69.2021.8.26.0000 e 2079460-70.2021.8.26.0000. Ciente o Juízo, mantenho as decisões recorridas tal como lançadas por seus próprios fundamentos. Ciência às Recuperandas. Fls. 46.938/47.104: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados acerca da apresentação do Vigésimo Oitavo Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que contempla as atividades ocorridas no período compreendido entre 27/02/2021 a 31/03/2021, os dados contábeis relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 2021, fluxo de caixa do mês de fevereiro/2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/02/2021 a 20/03/2021, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 47.063/47.065). Sobre referidos pareceres, poderão os titulares de seus créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 47.105/47.116: Na esteira da manifestação da Administradora Judicial de fls. 49.421/49.430, item III, indefiro o levantamento de valores requerido por Célio Antônio Carvalho, principalmente porque o crédito está sujeito à Recuperação Judicial e foi novado pelo PRJ aprovado pela AGC. Deferir o levantamento dos valores importaria em pagamento às margens do PRJ e afrontaria a paridade entre os credores. Sem prejuízo, manifestem-se as Recuperandas sobre o crédito de Célio Antônio Carvalho. Fls. 47.127/47.147: Ciência aos credores e demais interessados sobre a reorganização societária das Recuperandas, também relatada pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 49.421/49.430 e 28º RMA (fls. 46.938/47.104). Fls. 47.448/47.451: Manifestação de Jet Cars Estética Automotiva Ltda. postulando a habilitação de seu crédito. Tratando-se de crédito quirografário, deverá o credor propor habilitação de crédito retardatária (art. 10, § 5º, da LREF), observando-se ainda o Comunicado CG nº 219/2018 (DJE 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, através do peticionamento eletrônico INICIAL. Por fim, no momento da distribuição, deverá o peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 47.471/47.850: Trata-se de petição das Recuperandas versando sobre o adimplemento do crédito de Fabio Rodrigo Brambilla e submissão do crédito de Michael Iung da Silva aos efeitos da Recuperação Judicial. A Administradora Judicial no item VI, de sua manifestação de fls. 49.421/49.430, informou excluirá o crédito de Fabio Rodrigo Brambilla da próxima prévia do Quadro-Geral de Credores. Aguarde-se, portanto, a prévia do QGC. Fls. 47.851/48.230, 48.231/48.610, 48.611/48.990, 48.991/49.370, 49.377: Ciente o Juízo, desentranhe-se como solicitado. Fls. 49.371/49.376: Aguarde-se o trânsito em julgado da decisão em voga. Oportunamente, a Administradora Judicial incluirá o crédito na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado no processo nº 1092322-18.2020.8.26.0100. Fls. 49.378: Manifestação da Adriano José de Mello Gouvêa requerendo, em observância ao controle de legalidade, a nulidade da cláusula 7.1, do Aditivo ao PRJ. Inicialmente, é importante registrar que este Juízo realizou o controle de legalidade do PRJ e seus aditivos, conforme decisão de fls. 39.626/39.635, proferida em 06/08/2020 (DJE 11/08/2020). Contra a referida decisão não houve irresignação do Peticionante, ou seja, operouse a preclusão (art. 507 do CPC). Destarte, indefiro o pedido. Fls. 49.379/49.389: Ciência aos interessados sobre o e-mail encaminhado pela Administradora Judicial à 2ª Vara do Trabalho de Canoas/RS, conforme item VII de sua manifestação de fls. 49.421/49.430. Fls. 49.390/49.398: Petição de Roberto Rodrigues Torres Porusselli requerendo a inclusão de crédito trabalhista. Embora adotada a via incorreta, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no Quadro-Geral de Credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Atente-se o credor que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

conforme acima citado. Assim, deverá o credor trabalhista, que pugna a inclusão de seu crédito nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou no item II, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 49.421/49.430, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do Quadro-Geral de Credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto ao valor apurado, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio, nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Geral de Credores, conforme apurado no processo nº 1092322-18.2020.8.26.0100. Fls. 49.378: Manifestação da Adriano José de Mello Gouvêa requerendo, em observância ao controle de legalidade, a nulidade da cláusula 7.1, do Aditivo ao PRJ. Inicialmente, é importante registrar que este Juízo realizou o controle de legalidade do PRJ e seus aditivos, conforme decisão de fls. 39.626/39.635, proferida em 06/08/2020 (DJE 11/08/2020). Contra a referida decisão não houve irrisignação do Peticionante, ou seja, operouse a preclusão (art. 507 do CPC). Destarte, indefiro o pedido. Fls. 49.379/49.389: Ciência aos interessados sobre o e-mail encaminhado pela Administradora Judicial à 2ª Vara do Trabalho de Canoas/RS, conforme item VII de sua manifestação de fls. 49.421/49.430. Fls. 49.390/49.398: Petição de Roberto Rodrigues Torres Porusselli requerendo a inclusão de crédito trabalhista. Embora adotada a via incorreta, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no Quadro-Geral de Credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Atente-se o credor que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverá o credor trabalhista, que pugna a inclusão de seu crédito nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou no item II, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 49.421/49.430, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do Quadro-Geral de Credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto ao valor apurado, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio, nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Fls. 49.399/49.403, 49.411/49.412: Ciente o Juízo sobre a decisão da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos do Conflito de Competência nº 177.336-SP. Com as informações prestadas às fls. 49.411/49.412, certificada às fls. 49.418/49.420, aguarde-se o julgamento definitivo. Fls. 49.421/49.431: Manifestação saneadora da Administradora Judicial, restando todas as questões contempladas no curso desta decisão. Saneado o feito, intime-se as Recuperandas, credores e demais interessados sobre o seu inteiro teor. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 27/05/2021 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 49.468/49.472: Última decisão. Fls. 49.432/49.437 e 49.443/49.444, 49.968/49.969: Petições dos credores Marcio Luiz Consolino Júnior Porto e Rodrigo Januário da Silva, insurgindo-se contra a opção padrão de pagamento constante na relação de credores. Quanto à insurgência no tocante ao valor do crédito do peticionário Rodrigo Januário da Silva, a via é incorreta. Eventual impugnação, deverá ser remetida para solução em incidente próprio. Ademais, intime-se o peticionário Rodrigo Januário da Silva, por


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

meio de carta, no endereço indicado às fls. 10.305, para constituir novo patrono no prazo de 10 dias. Com o retorno do aviso de recebimento, sem manifestação, sigam os autos com vistas à d. Defensoria Pública para atuar em seu favor. Também há manifestação da credora Marina Mafuz requerendo a reconsideração da r. decisão interlocutória de fls. 46.770/46.774. Por fim, no que concerne a opção de pagamento, os pleitos não merecem guarida, uma vez que o prazo para escolha se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, inclusive para os credores cujo crédito era ilíquido, quando da aprovação do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, nos termos pactuados entre as Recuperandas e a Assembleia-Geral de Credores, obedecendo-se assim o princípio da pacta sunt servanda, privilegiando-se a autonomia das decisões assembleares. Fls. 49.438/49.442: Ante a ausência de utilidade ao soerguimento da empresa, defiro a venda dos equipamentos listados às fls. 49.441/49.442, que deverá ocorrer por canais eletrônicos, dando-se publicidade da oferta ao maior número de interessados possíveis, em sites de internet destinados a esse fim, de forma que a venda ocorra pela oferta de melhor preço. Registre-se por oportuno que a oferta em canais eletrônicos deverá ser informada à Administradora Judicial, bem como as propostas obtidas, devendo a Administradora Judicial conferir as informações apresentadas sobre a oferta nos canais eletrônicos, bem como as respectivas ofertas de compras pelos eventuais interessados, e, o resultado das vendas realizadas, contemplando esses dados em seu Relatório Mensal de Atividades subsequente ao mês da venda. Fls. 49.445/49.452, 49.461/49.467, 49.475/49.482 e 49.799/49.806: Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 176.077/SP, nº 177.593-SP, nº 176.705-SP e nº 176.601/SP, que reconheceram a competência desse Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficiem-se o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, a 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, a 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS e a 66ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos das Reclamações Trabalhistas nº 0020140-11.2013.5.04.0019, nº 0000310-17.2018.5.05.0032, nº 0022040-54.2017.5.04.0030 e nº 0001593-93.2014.5.02.0066, e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. Vale a presente, por cópia, como ofício, devendo as Recuperandas encaminhare, para maior celeridade, comprovando o protocolo nos autos. Fls. 49.453/49.455: Ciência às Recuperandas sobre a transferência dos valores relativos aos depósitos realizados na reclamação trabalhista de nº 1000450-72.2018.5.02.0014, para a conta judicial vinculada à presente recuperação judicial. Fls. 49.456/49.460: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados ao ofício resposta da Procuradoria Fiscal do Município de Curitiba quanto à inserção da observação do deferimento do processamento da recuperação judicial nas inscrições registradas naquele órgão. Fls. 49.483/49.488, 49.676/49.686, 49.687/49.694, 49.774/49.780 e 49.781/49.785: Petições de João Manoel Costa Silveira, Raphael Nunes Medeiros, Delmar Costa Pacheco, Wallacy Souza de Araújo, Rivaldo Antonio da Silva, Luciana Luft Veit e Leonardo Mattos Silva, requerendo a inclusão de créditos trabalhistas. Embora adotada a via incorreta, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no Quadro-Geral de Credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Atentem-se os credores que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverá o credor


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

trabalhista, que pugna a inclusão de seu crédito nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou no item II, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 50.033/50.047, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do Quadro-Geral de Credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio, nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Fls. 49.490/49.668: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados acerca da apresentação do Vigésimo Nono Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que contempla as atividades no período de 01/04/2021 a 30/04/2021, os dados contábeis finais relativos ao mês de dezembro de 2020, resultados prévios relativos aos meses de janeiro e fevereiro/2021, fluxo de caixa relativo ao mês de março de 2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/03/2021 a 20/04/2021, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 49.622/49.625). Sobre referidos pareceres, poderão os titulares de seus créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 49.695/49.708, 49.807/49.813, 49.838/49.845 e 50.028/50.032: Ciente o Juízo sobre as decisões da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 176.379 -SP, nº 1785.511-SP, nº 179.388-SP e nº 177.336-SP. Com as informações prestadas às fls. 49.844/49.845 e fls. 49.846/49.847, aguardese os julgamentos definitivos. Fls. 49.709/49.712 e 49.715/49.771: Manifestações de Jet Cars Estética Automotiva Ltda. e Rosana Marcia Pacini postulando a habilitação de seus créditos. Tratando-se de crédito quirografário, deverão os credores propor habilitação de crédito retardatária (art. 10, § 5º, da LREF), observando-se ainda o Comunicado CG nº 219/2018 (DJE 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por através do peticionamento eletrônico INICIAL. Por fim, no momento da distribuição, deverão os peticionantes preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. Registro que a pretensão da Jet Cars Estética Automotiva Ltda. também foi objeto da decisão de fls. 49.468/49.472. Fls. 49.713/49.714: Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Thalita Doanne Aparecida da Silva e Nicole Schorr, contra a decisão de fls. 49.468/49.472, requerendo seja sanada a omissão quanto aos e-mails que comprovam o envio tempestivo da escolha da opção de pagamento. Recebo os embargos de fls. 49.713/49.714 e, no mérito, nego-lhes provimento. O remédio processual utilizado pelas credoras não é adequado, eis que não há omissão, obscuridade ou contradição na decisão de fls. 49.468/49.472. O teor dos embargos de declaração demonstra, por si só, que a parte deseja em verdade alterar as condições e os prazos contidos no aditivo ao plano de recuperação judicial, o que não se pode admitir em sede de embargos de declaração, uma vez que seu âmbito é restrito: visam suprir omissão, aclarar ponto obscuro ou, ainda, eliminar contradição eventualmente existente em decisão, sentença ou acórdão. Na hipótese, as aludidas opções se referem ao plano de recuperação judicial substituído pelo aditivo homologado em 06/08/2020 (fls. 39.626/39.635), que previu, inclusive prazo menor para o pagamento e conseqüentemente para escolha de suas opções, não podendo as credoras beneficiarem-se de sua própria desídia. Assim, não há omissão conforme alegado, permanecendo a decisão tal como fora lançada. Fls. 49.772/49.773: Aguarde-


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

se o trânsito em julgado da decisão em voga. Oportunamente, a Administradora Judicial incluirá o crédito na prévia do Quadro Geral de Credores, conforme apurado no processo nº 1121097-43.2020.8.26.0100. Fls. 49.786/49.798 e 49.881/49.887: Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento de nº 2105722-57.2021.8.26.0000 e 2113292-94.2021.8.26.0000. Ciente o Juízo, mantenho a decisão recorrida tal como lançada por seus próprios fundamentos. Ciência às Recuperandas. Fls. 49.814/49.816, 49.820/49.822, 49.826/49.828 e 49.832/49.834, 49.926/49.929: Ciência aos interessados sobre os e-mails encaminhados pela Administradora Judicial à 9ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR e ao 1º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia/DF, conforme item III de sua manifestação de fls. 50.033/50.047. Fls. 49.848/49.866: Ciente o Juízo. Vista às Recuperandas. Fls. 49.867/49.880: Ciência aos credores e demais interessados sobre as alterações societárias promovidas pelas Recuperandas. Fls. 49.888/49.890: Intimem-se o credor Roberto Rodrigues Torres Porusselli, na pessoa de seu advogado, para que apresente o documento requerido pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 50.033/50.047, item IV. Sem prejuízo, manifestem-se as Recuperandas. Após, tornem os autos conclusos para decisão. Fls. 48.891/49.925: Ciente o Juízo sobre o teor da manifestação de fls. 48.891/49.925 e das ponderações lançadas no item I da manifestação da Administradora Judicial de fls. 50.033/50.047. Fls. 49.932/49.964: Na esteira da manifestação da Administradora Judicial de fls. 50.033/50.047, item III, oficie-se o Juizado Especial Cível da Região Oceânica/RJ, informando que os valores depositados nos autos nº 0006334-98.2017.8.19.0212 devem ser liberados em favor de Carolina Rodrigues de Sá Silveira. Ademais, esclareço que eventual saldo remanescente deverá ser habilitado nos autos da Recuperação Judicial. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, a ser encaminhado pela z. Serventia ao Juizado Especial Cível da Região Oceânica/RJ, através do e-mail institucional. Fls. 49.970/50.027: Ciente o Juízo acerca do ofício expedido pelo D. Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Sorocaba/SP e da anotação realizada pela Administradora Judicial. Fls. 50.033/50.047 e 50.072/50.074: Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre as questões já contempladas no curso desta decisão, restando, contudo, pendente o pedido constante no item IV da referida manifestação. Assim, cumpre analisar a questão da prorrogação dos honorários da Administradora Judicial. No caso, a Administradora Judicial requereu a fixação de honorários suplementares, mensais, no mesmo patamar daqueles arbitrados anteriormente, até o levantamento da Recuperação Judicial. As Recuperandas, por sua vez, requereram que fosse concedido desconto de 24% sobre o valor pleiteado pela Administradora Judicial, justificando o atual momento de pandemia e tecendo outras considerações. Assim, observando o bom desempenho de suas funções até o momento, bem como o volume de trabalhos mensais que vem desenvolvendo, é o caso de prorrogar as parcelas mensais até o efetivo levantamento da Recuperação Judicial. Por outro lado, levando em consideração as alegações das Recuperandas, reduzo em 24% os valores mensais atualmente arbitrados, de forma que as Recuperandas deverão pagar as parcelas mensais até o efetivo levantamento da Recuperação Judicial, nos valores reduzidos, a partir de junho de 2021 e até o efetivo levantamento da Recuperação Judicial. Dê-se ciência as Recuperandas, credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação da Administração Judicial. Fls. 50.048/50.071: Trata-se de manifestação das Recuperandas, requerendo a expedição de ofício 4ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa, para que esta remeta à conta vinculada a este Juízo, os valores nos constritos nos autos do Processo nº 1000875-14.2018.8.26.0004. Assim, considerando a concursabilidade do crédito, uma vez que o fato gerador é anterior a distribuição do presente feito (05/11/2018), determino seja oficiado o juízo da 4ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa, determinando-se a realização da transferência à conta judicial vinculada a esse processo dos valores bloqueados das recuperandas. Servirá a presente, por cópia, como OFÍCIO, devendo as Recuperandas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

encaminharem, para maior celeridade, mediante protocolo físico, se possível, ou por meio eletrônico com confirmação de recebimento, comprovando em 5 (cinco) dias o protocolo nos autos. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 18/06/2021 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 50.613/50.619: Última decisão. Fls. 50.075/50.083: Ciente o Juízo acerca do ofício expedido pelo D. Juízo da 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP e da anotação realizada pela Administradora Judicial, conforme noticiou no item I da sua manifestação de fls. 52.037/52.059. Fls. 50.088/50.090, 50.584/50.586, 50.590/50.592, 50.596/50.598, 50.599/50.602, 50.606/50.609, 50.970/50.972, 51.810/51.818, 52.006/52.009, 52.013/52.022, 52.023/52.032: Ciência aos interessados sobre os e-mails encaminhados pela Administradora Judicial à 15ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, a 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto/SP, a 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ, a 6ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, a 09ª Vara Cível de Brasília/DF, a 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, a 3ª Vara Cível de Maceió/AL e a 33ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, conforme item I de sua manifestação de fls. 52.037/52.059. Como bem apontado na Manifestação em voga, os créditos da União não se sujeitam os efeitos da presente Recuperação Judicial. Fls. 50.091/50.580 e 51.015/51.022: Conforme esclarecido pela Administradora Judicial no item II de sua manifestação de fls. 52.037/52.059, em que pese o pacífico entendimento do C. STJ quanto à competência absoluta do Juízo da Recuperação Judicial para decidir sobre a essencialidade de determinado bem constrito pelo credor, não compete a este Juízo a indicação de bens das Recuperandas passíveis de penhora. Ademais, ante a não sujeição aos efeitos da recuperação judicial, do crédito constituído nos autos de nº 096476-79.2020.8.26.0100, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, cabe a peticionante exercer seu direito contra as Recuperandas, no sentido de cobrar-lhes os valores tidos como extraconcursais. Sem prejuízo, manifestem-se as Recuperandas acerca do crédito discutido na referida ação, bem como sobre o ofício expedido naqueles autos. Fls. 50.620/50.624, 50.639/50.644, 50.973/50.977, 50.978/50.983, 50.984/50.989, 50.990/50.994, 50.995/50.999, 51.804/51.809, 51.840/51.844, 51.845/51.848, 51.855/51.861, 51.862/51.866, 51.873/51.877, 51.878/51.882, 51.902/51.908, 51.984/51.989, 51.990/51.994, 51.995/51.999, 52.000/52.005: Ciente o Juízo sobre as decisões da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 175.146-SP, nº 176.025-SP, nº 176.705-SP, nº 176.379-SP, nº 179.840-SP, nº 176.524-SP, nº 176.077-SP, nº 180.211-SP, nº 176.920-SP, nº 177.601-SP, nº 177.593-SP, nº 176.524-SP. Com as informações prestadas às fls. 51.909/51.922, fls. 51.938/51.939 e fls. 51.943/51.952, aguarde-se os julgamentos definitivos. Fls. 50.625/50.631, 50.632/50.638, 51.778/51.783, 51.849/51.854, 51.867/51.872, 51.883/51.888, 51.895/51.901: Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 175.015-SP, nº 177.414-SP, nº 175.146-SP, nº 175.371-SP, nº 175.372-SP, que reconheceu a competência desse Juízo para decidir acerca da prática de atos constritivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficiem-se a 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, a 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, a 18ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG a 27ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos das Reclamações Trabalhistas nº 0010646-12.2018.5.03.0008, nº 0000097-15.2016.5.05.0021, nº 0010538-65.2018.5.03.0013, nº 0001835-72.2014.5.03.0018, nº 0010476-37.2018.5.03.0106, e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Vale a presente, por cópia, como ofício, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, comprovando o protocolo nos autos. Fls. 50.645/50.646 e 51.118/51.688: Ciente o Juízo. Aguarde-se o trânsito em julgado dos recursos. Fls. 50.649/50.665: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

dezembro de 2020 e janeiro, fevereiro, março e abril de 2021, cuja conferência foi reportada no 30º Relatório Mensal de Atividades apresentado pela Administradora Judicial às fls. 50.776/50.964. Fls. 50.692/50.695, 50.965/50.966: Relativamente à opção de pagamento, postulada por alguns credores, imperiosa a ciência de que o prazo para tal se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, restando intempestiva qualquer manifestação neste sentido nos autos principais. Outrossim, como exaustivamente informado, os dados bancários deverão ser informados por e-mail ao endereço creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Assim, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente para tal. Por derradeiro, regularize o credor Péricles Oliveira da Silva, sua representação processual, juntando aos autos a competente guia de custas de mandato devidamente quitada. Fls. 50.696/50.775: Manifestação de Rodrigo Marcelino de Jesus postulando a habilitação de seu crédito. Tratando-se de crédito quirografário, deverá o credor propor habilitação de crédito retardatária (art. 10, § 5º, da LREF), observando-se ainda o Comunicado CG nº 219/2018(DJE 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. Por fim, no momento da distribuição, deverá o peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. Registro que a pretensão do Dr. Thiago de Carvalho Pradella, pelo caráter acessório do seu crédito, deverá ser objeto do pedido de habilitação do crédito principal. Fls. 50.776/50.964: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados acerca da apresentação do Trigésimo Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que contempla as atividades no período de 01/05/2021 a 31/05/2021, os dados contábeis finais relativos aos meses de janeiro a abril de 2021, fluxo de caixa relativo ao mês de abril de 2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/04/2021 a 20/05/2021, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 50.915/50.921). Sobre referidos pareceres, poderão os titulares de seus créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 51.023/51.117: Os montantes que pretendem as Recuperandas levantar, efetivamente representam créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial em voga. Ante a manifestação e não oposição pela Administradora Judicial lançada no item III de sua manifestação de fls. 52.037/52.059, autorizo o levantamento do montante total de R\$ 349.312,25, comprovadamente transferidos a este feito conforme demonstram os documentos juntados às fls. 51.026/51.053. Assim, à z. Serventia para que expeça, com urgência, mandados de levantamento em favor das Recuperandas, conforme "Formulários MLE" de fls. 51.107/51.117. Fls. 51.689/51.698, 51.699/51.721, 51.722/51.729, 51.740/51.773: Conforme exposto pela Administradora Judicial às fls. 52.037/52.059, por conta das Impugnações de Crédito nº 1039476-58.2019.8.26.0100, nº 1093678-82.2019.8.26.0100 e nº 1093683-07.2019.8.26.0100, versarem exatamente sobre os créditos em voga, deverá tais discussões serem lá tratadas. Outrossim, ante a iliquidez do crédito da credora Ima Rodrigues Barbosa, de rigor que se aguarde o trânsito em julgado da referida reclamação trabalhista, devendo a peticionante apresentar a certidão para habilitação do crédito trabalhista a ser expedida pelo Juízo Competente, quando então, se processará neste feito com a apuração do crédito, de forma a posicioná-lo na data do pedido de recuperação judicial, pela Administradora Judicial. No que concerne a realização dos pagamentos, inobstante sejam de responsabilidade


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

das Recuperandas, sob fiscalização da Administradora Judicial, restou por esta última verificada sua ocorrência, mediante a apresentação dos comprovantes de transferência, lançados no item VII de sua manifestação de fls. 52.037/52.059. Desta feita, reputo válidos os pagamentos realizados pelas Recuperandas. No mais, para análise quanto à concessão da gratuidade, apresentem os peticionantes Thays Faustino Ramos, Jefferson Francolino da Silva, Erica Martins Pessoa Ramos, Ima Rodrigues Barbosa, documento hábil a fim de ratificar eventual situação de hipossuficiência (declaração atualizada de renda obtida junto à Delegacia da Receita Federal, declaração de rendimentos, holerites dos 3 últimos meses, carteira de trabalho). Por fim, intime-se os patronos de Ima Rodrigues Barbosa para regularizar sua representação processual, juntando procuração no prazo de 15 (quinze) dias. Fls. 51.730/51.735: Trata-se de manifestação de Fábio Aurelio Sales, insurgindo-se contra o enquadramento de seu crédito e do crédito de sua patrona, nos moldes da opção "padrão", requerendo a retificação da relação de credores para que conste a totalidade dos créditos reconhecidos no incidente de habilitação de crédito nº 1008776-31.2021.8.26.01000. O pleito não merece guarida, uma vez que o prazo para escolha da opção de pagamento se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, inclusive para os credores cujo crédito era ilíquido, quando da aprovação do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, nos termos pactuados entre as Recuperandas e a Assembleia-Geral de Credores, obedecendo-se assim o princípio da pacta sunt servanda, privilegiando-se a autonomia das decisões assembleares. Ademais, em razão dos esclarecimentos trazidos pela Administradora Judicial, intime-se o peticionante Fábio Aurelio Sales e sua patrona, Dra. Elisa Carvalho de Oliveira Cavalcante, OAB/SP nº 147.792, para que informem seus dados bancários diretamente no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para realização do respectivo pagamento. Fls. 51.736/51.739: Anote-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. Fls. 51.784/51.786, 51.787/51.791, 51.792/51.795, 51.796/51.799, 51.800/51.803: Ciência às Recuperandas sobre a transferência dos valores relativos aos depósitos realizados na reclamação trabalhista de nº 1000411-36.2018.5.02.0706, para a conta judicial vinculada à presente recuperação judicial. Fls. 51.889/51.894: Ciente o Juízo sobre a decisão da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos do Conflito de Competência nº 175.910-SP, que reconheceu a competência desse Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas. Sem prejuízo, aguarde-se o julgamento do Agravo de Instrumento nº 2105722-57.2021.8.26.0000, para posterior envio de ofício a 15ª Vara Cível de Brasília/DF. Fls. 51.953/51.959: Cumpra o peticionante o quanto determinado às fls. 50.613/50.619, apresentando o documento requerido pela Administradora Judicial. Registra-se que, através de pesquisa rápida na internet, o peticionário conhecerá os meios necessários para obter referido documento (Há registros eletrônicos de acesso ao servidor de e-mails), pois, conforme apontou a Administradora Judicial, os e-mails são editáveis e, considerando que a mensagem de e-mail não foi recepcionada na caixa do e-mail da presente Recuperação judicial e na caixa de entrada das Recuperandas, o "log" do sistema é necessário para que a Administradora Judicial proceda com a conferência. No mais, manifestem-se as Recuperandas nos termos da decisão de fls. 50.613/50.619. Fls. 51.971/51.983: Petição de Jonas Souza da Silva, requerendo a inclusão de crédito trabalhista. Embora adotada a via incorreta, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no Quadro-Geral de Credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Atente-se o credor que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverá o credor trabalhista, que pugna a inclusão de seu crédito nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente, o parecer relativo a seu crédito, conforme constou no item VI, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 52.037/52.059, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do Quadro-Geral de Credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no presente feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio, nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Fls. 52.037/52.059: Manifestação saneadora da Administradora Judicial, versando acerca da comprovação do envio de ofícios respostas aos Juízos da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, a 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto/SP, a 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ, a 6ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, a 09ª Vara Cível de Brasília/DF, a 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, a 3ª Vara Cível de Maceió/AL e a 33ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, do crédito de Tanzilli Sociedade de Advogados, do pedido de levantamento de valores pelas Recuperandas, das impugnações e habilitações de créditos, das manifestações dos credores acerca das opções de pagamentos, restando todas estas questões já contempladas no curso deste despacho. Saneado o feito, intime-se as Recuperandas, credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Abra-se vista ao Ministério Público. Int." **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 19/07/2021 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 52.146/52.151: Última decisão. Fls. 52.060/52.062, 52.166/52.169 e 52.268/52.273: Ciente o Juízo dos e-mails encaminhados pela Administradora Judicial à 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, à 48ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ e à 4ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, conforme item I de sua manifestação de fls. 52.947/52.963. Fls. 52.063/52.065: Nada a deliberar. Fls. 52.066/52.072, 52.073/52.079, 52.080/52.086, 52.107/52.112, 52.334/52.340, 52.341/52.347 e 52.603/52.609: Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 175.994-SP, nº 176.920-SP, nº 174.380-DF, nº 176.025-SP, nº 179.840-SP, nº 179.388-SP e nº 178.511-SP, que reconheceu a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constritivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se a 43ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, a 22ª Vara do Trabalho de Recife/PE, a 37ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, a 9ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, a 35ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, a 14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos das Reclamações Trabalhistas nº 1000716-40.2016.5.02.0043, nº 0000096-63.2017.5.06.0022, nº 0001394-27.2015.5.02.0037, nº 0000477-06.2018.5.05.0009, nº 0100782-96.2016.5.01.0035, nº 0010290-62.2019.5.03.0014 e nº 0100800-47.2018.5.01.0068, e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Vale a presente, por cópia, como ofício, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, comprovando o protocolo nos autos. Fls. 52.087/52.093, 52.094/52.100, 52.101/52.106, 52.598/52.602 e 52.636/52.640: Ciente o Juízo sobre as decisões da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 176.921-SP, nº 178.511-SP, nº 180.783-SP, nº 176.705-SP. Com as informações prestadas às fls. 52.868/52.869 e fls. 52.879/52.880, aguardese o trânsito em julgado. Fls. 52.113/52.120 e 52.613/52.623: Ciência aos interessados sobre o trânsito em julgado dos Agravos de Instrumento nº 260453-45.2020.8.26.0000 e nº 2194378-24.2020.8.26.0000. Fls. 52.121: Nada a deliberar. Fls.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

52.122/52.141, 52.170/52.181, 52.189/52.200, 52.318/52.333, 52.354/52.372, 52.373/52.387 e 52.919/52.936: Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento de nº 2140590-61.2021.8.26.0000, nº 21424189-22.2021.8.26.0000, nº 21427124-72.2021.8.26.0000, nº 2144454-10.2021.8.26.0000, nº 2148423-33.2021.8.26.0000, nº 2146604-61.2021.8.26.0000 e nº 2162870-26.2021.8.26.0000. Ciente o Juízo, mantenho as decisões recorridas por seus próprios fundamentos. Ciência às Recuperandas. Fls. 52.142/52.145, 52.159/52.160, 52.744/52.745 e 52.851/52.853: Anote-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. No mais, sentenciados os incidentes de habilitação e/ou impugnação de crédito, torna-se dispensável seu traslado para os autos principais, e, conforme item II da manifestação de fls. 52.947/52.963, apresentada pela Administradora Judicial, referidos créditos já estão listados na prévia do quadro-geral de credores. Neste sentido, peço aos credores que se atentem aos detalhes deste feito, evitando-se o tumulto processual. Fls. 52.161: Nada a deliberar. Fls. 52.162: Nada a deliberar. Fls. 52.163/52.165: Nada a deliberar. Fls. 52.182/52.185 e 52.186/52.188: Tratam-se de manifestações de Bruno Cardoso Simões Januzzi e Glaucia Canato dos Santos, insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da opção "padrão", requerendo a retificação da relação de credores para que conste as opções de pagamento informadas em 17/01/2020, 02/04/2020 e 09/03/2020, bem como que os valores adimplidos pelas Recuperandas sejam compensados dos seus créditos. Acerca do pedido manifestou-se a Administradora Judicial às fls. 52.947/52.963, esclarecendo que as aludidas opções se referem ao plano de recuperação judicial substituído pelo aditivo homologado em 06/08/2020 (fls. 39.626/39.635), não devendo, portanto, prosperar qualquer pedido neste sentido. Desta feita, indefiro os pleitos em tela, pois foi oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto a opção para percepção de seus créditos, desde a aprovação do aditivo ao plano, atestando, ainda, a regularidade dos depósitos efetuados pelas Recuperandas, posto que realizados nos termos da cláusula padrão aos credores não optantes, cujo teor foi igualmente objeto de deliberação e aprovação pelos credores. Fls. 52.186/52.188: Apreciado no item 22 (opção de pagamento informada para o plano substituído pelo aditivo). Fls. 52.201/52.210: Mantenho a decisão guerreada por seus próprios fundamentos. Outrossim, esclareça o agravante João Carlos de Oliveira, se houve a regular distribuição do recurso perante o E. Tribunal, informando o número sob o qual foi autuado e eventual concessão de efeito suspensivo, para a devida anotação. Fls. 52.247/52.254: Trata-se de manifestação do Ministério Público sobre processamento do feito. Em razão do disposto no item V da aludida manifestação, certifique a Z. Serventia o cumprimento da determinação de fls. 46.773. No tocante ao item VII, como observado pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. fls. 52.947/52.963, o acompanhamento dos pagamentos da obrigação do Sr. Sérgio Habib está sendo mensalmente reportado em seus relatórios mensais de atividades. Assim, tornem os autos ao Ministério Público para ciência sobre os esclarecimentos prestados. Fls. 52.255/52.259: Nada a deliberar. Fls. 52.260/52.263: Manifestação de Antonio Simões de Araújo Silva requerendo a habilitação de seu crédito nos termos do parecer apresentado nos autos da Habilitação de Crédito nº 1038645-39.2021.8.26.0100. Consoante exposto na manifestação da Administradora Judicial de fls. 52.947/52.963, item III, o crédito em comento será objeto de análise e deliberação no incidente de habilitação de crédito. Assim, aguarde o credor a decisão que virá a ser proferida naqueles autos, abstendo-se de postular a habilitação de crédito já sub judice nestes autos principais. Fls. 52.264/52.265: Petição de A.M Part's Acessórios Automotivos Ltda. insurgindo-se contra a opção de pagamento do seu crédito e de seu patrono constante na relação de credores de fls. 47.072, posto que optaram tempestivamente pelo recebimento dos seus créditos na forma da "Opção A" prevista na cláusula 8.1.3 do aditivo ao plano de recuperação judicial, requerendo a intimação da Administradora Judicial, para esclarecer o motivo da redução de 95% dos seus créditos. Inicialmente, é


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

importante registrar que a Administradora Judicial não exerce atos de gestão sobre os negócios das Recuperandas, pois atua como auxiliar do Poder Judiciário, não sendo responsável pelo pagamento aos credores, mas apenas pela fiscalização do cumprimento do plano de recuperação judicial. Ademais, conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 52.947/52.963, item V, a opção de pagamento do crédito de A.M Part's Acessórios Automotivos Ltda. consta na prévia do quadro-geral de credores apresentada às fls. 52.532/52.558, nas respectivas folhas e linhas citadas, devendo o patrono atentar-se ao curso processual e seus detalhes, evitando-se peticionamentos desnecessários que apenas tumultuam o processo, tornando-o moroso. Por fim, no que concerne ao crédito do patrono, em razão do teor da mensagem eletrônica juntada na manifestação de fls. 40.425/40.426, resta cabalmente comprovado que ele não indicou a opção para pagamento do seu crédito. Logo, reputo válido o pagamento realizado pelas Recuperandas, restando cumprido o aditivo ao plano de recuperação judicial relativamente ao aludido credor. Fls. 52.266/52.317: Nada a deliberar. Fls. 52.348/52.353: Nada a deliberar. Fls. 52.388/52.402: Trata-se de manifestação das Recuperandas, versando sobre o envio dos ofícios determinados na decisão de fls. 52.146/52.151, noticiando a formalização de acordo nos autos do processo nº 1000411-36.2018.5.02.0706, para adimplemento de crédito extraconcursal do credor Tanzilli Sociedade de Advogados, requerendo que o credor Roberto Rodrigues Torres Porusselli apresente o "log" de envio do e-mail na esteira do postulado pela Administradora Judicial e já determinado às fls. 52.146/52.151, e requerendo a liberação do valor de R\$ 8.641,42, que se encontra depositado judicialmente em conta vinculada aos presentes autos. Assim, cumpre analisar o pedido de levantamento do valor transferido da reclamação trabalhista de nº 1000450-72.2018.5.02.0014 para a conta judicial vinculada ao presente feito. O montante que pretendem as Recuperandas levantar estava vinculado a crédito sujeito aos efeitos da recuperação judicial em voga. Destarte, autorizo o levantamento da quantia de R\$ 8.641,42, comprovadamente transferidos a este feito, conforme alvarás eletrônicos de pagamento acostados às fls. 51.786. À Z. Serventia para expedição do mandado de levantamento em favor da Recuperanda, conforme "Formulário MLE" de fls. 52.394. Fls. 52.403/52.573: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados acerca da apresentação do Trigésimo Primeiro Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que contempla as atividades no período de 01/06/2021 a 30/06/2021, os dados contábeis e fluxo de caixa relativo ao mês de maio de 2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/05/2021 a 20/06/2021, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 52.526/52.531). Sobre referidos pareceres, poderão os titulares apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 52.574/52.582, 52.646/52.743, 52.746/52.843, 52.844/52.850, 52.883/52.893, 52.894/52.904 e 52.905/52.915: Petições de Jorge Luiz Mello da Silva, Luciene Medeiros Maciel Cidal, Lucas Tavares da Silva, Marcos Paulo Fraga Moraes, Júlio Cesar Machado Cardoso, Alessandro Testa e Lucas Vieira Noschang de Oliveira, requerendo a inclusão de crédito trabalhista. Embora adotada a via incorreta, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no art. 6º, § 2º da LREF, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no Quadro-Geral de Credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, admite-se a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado o crédito até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no art. 9º, II da LREF. Atentem-se os credores que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscarem junto ao RMA subsequente, o parecer relativo a seus créditos, conforme constou no item IV, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 52.947/52.963, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do Quadro-Geral de Credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no presente feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Anote-se os dados dos patronos e a concessão da gratuidade aos que solicitaram de modo fundamentado, excetuando-se Luciene Medeiros Maciel Cidal e Lucas Tavares da Silva que deverão acostar declaração de hipossuficiência atualizada. Fls. 52.583/52.587: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de maio de 2021, cuja conferência foi reportada no 31º Relatório Mensal de Atividades apresentado pela Administradora Judicial às fls. 52.403/52.573. Fls. 52.588/52.597: Nada a deliberar. Fls. 52.610/52.612: Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Roberto Rodrigues Torres Porusselli, contra a decisão de fls. 51.146/52.151, requerendo seja sanada a omissão quanto aos e-mails que comprovam o envio tempestivo da escolha da opção de pagamento. Recebo os embargos de fls. 52.610/52.612 e, no mérito, nego-lhes provimento. A irrisignação do embargante repousa no fato de entender que este Juízo não teria analisado os documentos apresentados. Não há omissão a ser sanada, uma vez que a decisão declara "conforme apontou a Administradora Judicial, os e-mails são editáveis e, considerando que a mensagem de e-mail não foi recepcionada na caixa do e-mail da presente Recuperação judicial e na caixa de entrada das Recuperandas, o 'log' do sistema é necessário para que a Administradora Judicial proceda com a conferência". Portanto, não há o vício alegado, permanecendo a decisão tal como fora lançada. Fls. 52.624/52.635: Nada a deliberar. Fls. 52.641/52.645: Nada a deliberar. Superado com a decisão de fls. 52.066/52.072. Fls. 52.854/52.861, 52.862/52.869, 52.870/52.875, 52.881/52.882 e 52.919/52.936: Em razão da documentação acostada aos autos, defiro o benefício da gratuidade a Erica Martins Pessoas Ramos, Irma Rodrigues Barbosa, Thays Faustino Ramos e Eduardo Albuquerque Gontijo. Anote a Z. Serventia os dados dos patronos. Fls. 52.876/52.878: Nada a deliberar. Fls. 52.916/52.918: Deverá o credor Jefferson Francolino da Silva juntar o documento no processo nº 1093678-82.2019.8.26.0100 e não nos autos principais. Fls. 52.937/52.945: Na esteira da manifestação da Administradora Judicial de fls. 52.947/52.963, item VII, defiro a anotação, pela Administradora Judicial, das ações que demandam quantias ilíquidas ou que foram liquidadas no curso da recuperação judicial, e que representam créditos sujeitos aos seus efeitos, na prévia do quadro-geral de credores, ao final da relação, como procedimento administrativo de controle dos créditos sujeitos aos efeitos do presente processamento e que dependam de habilitação de crédito neste Juízo enquanto o presente processamento perdurar. Sem embargo de entendimentos em sentido contrário, a sujeição dos créditos à recuperação judicial é norma cogente (art. 49, caput da LREF), ou seja, não podem as partes (credores ou devedores) dispor sobre a concursalidade da obrigação, seja por ação ou omissão, ou mesmo por acordo de vontades. Embora o credor retardatário não esteja obrigado a propor habilitação de crédito, pois o direito de ação é potestativo, tal fato não pode lhe render vantagem indevida. Com efeito, ainda que determinado crédito não conste nas relações de credores (arts. 52, § 1º e 7º, § 2º da LREF) ou no quadro-geral de credores (art. 18 da LREF), os efeitos novativos do plano se irradiam a todos aqueles sujeitos à recuperação judicial, incluindo os desidiosos (art. 59, caput,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da LREF). Interpretar de modo diverso seria o mesmo que violar a paridade entre os credores (art. 126 da LREF) e premiar o incauto pela própria indolência. Ressalvo que a anotação na prévia do quadro-geral de credores, ao final da relação, somente poderá ocorrer após análise da concursabilidade dos créditos debatidos nessas ações, devendo a Administradora Judicial analisar seus objetos e o seu correspondente fato gerador. Caso o fato gerador seja posterior ao pedido de recuperação judicial, a anotação não deverá ser realizada. Deverá a auxiliar do Juízo, quando os respectivos créditos forem regularmente habilitados e transitarem em julgado, remover a anotação, pois constarão, naturalmente, no rol dos créditos inscritos no quadro geral de credores. Esse procedimento deverá ser realizado até o ulterior encerramento da presente recuperação judicial pela Administradora Judicial e posteriormente controlado pelas próprias Recuperandas, visto que, quando do encerramento da recuperação judicial, este juízo não mais será o competente para dirimir questões ligadas à apuração dos créditos sujeitos aos efeitos do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado. Esclareço que a consolidação do quadro-geral de credores não é conditio sine qua non para o encerramento da recuperação judicial (art. 63, parágrafo único, da LREF), ou seja, ultimada a moratória, deverão as Recuperandas propor as medidas judiciais cabíveis perante os juízos competentes, pois a competência do Juízo Recuperacional não é perpétua (art. 62 da LREF). Fls. 52.946: À Z. Serventia para que providencie as retificações necessárias. Fls. 52.947/52.963: Manifestação saneadora da Administradora Judicial, já contemplada no curso desta decisão. Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Abra-se vista ao Ministério Público. Int. " **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 09/09/2021 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 52.987/52.993: Última decisão. Fls. 52.964/52.966, 53.119/53.121, 53.150/53.158, 53.394/53.396, 53.414/53.417, 53.422/53.426, 53.556/53.559, 53.734/53.738, 53.739/53.743, 53.744/53.746, 53.747/53.751, 53.752/53.756, 53.757/53.759, 53.929/53.937, 53.959/53.981, 54.189/54.195: Considerando que a AJ já respondeu aos ofícios (art. 22, I, "m", da LREF), conforme item I da sua manifestação de fls. 56.049/56.091, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. Fls. 52.967/52.968: Nada a deliberar. Fls. 52.969/52.973, 52.974/52.979, 53.019/53.023, 53.024/53.028, 53.127/53.131, 53.348/53.355, 53.356/53.363, 53.364/53.370, 53.376/53.380, 53.437/53.442, 53.460/53.464, 53.427/53.431, 53.432/53.436, 53.443/53.448, 53.449/53.453, 53.454/53.459, 53.537/53.543, 53.574/53.550, 53.551/53.555, 53.723/53.728, 53.767/53.773, 53.774/53.780, 53.948/53.952, 54.036/54.041: Ciente o Juízo das r. decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 181.131-SP, nº 181.059-SP, nº 176.524-SP, nº 181.062-SP, nº 175.372-SP, nº 181.323-SP, nº 181.304-SP, nº 181.305-SP, nº 173.792-SP, nº 173.793-SP, nº 175.015-SP, nº 175.022-SP, nº 173.791-SP, nº 174.649-SP, nº 175.371-SP, nº 181.124-SP, nº 181.128-SP, nº 175.146-SP, nº 181.524-SP, nº 182.061-SP. Com as informações prestadas às fls. 53.106/53.111 fls. 53.401/53.406, fls. 53.781/53.784 e fls. 53.953/53.958, aguarde-se o trânsito em julgado. Fls. 52.974/52.979: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 52.980/52.986, 53.993/54.021, 54.042/54.166: Petições de Monica Teles de Oliveira Almeida, Alger Brazil Júnior e Marcelo Zilberstein, requerendo a habilitação de seus créditos trabalhistas. Referidos pedidos foram realizados por meio da via incorreta, entretanto, a eles devem ser aplicadas a prerrogativa insculpida no §2º do art. 6º da Lei 11.101/2005, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no quadro-geral de credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, este admite a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no inciso II do art. 9º da Lei 11.101/2005. Ademais, atentem-se todos os credores e postulantes que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente o parecer relativo a seu crédito, conforme constou da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 56.049/56.091, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do quadro-geral de credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já não estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no feito. No caso específico da credora Monica Teles de Oliveira Almeida, o parecer contábil relativo a seu crédito foi juntado às fls. 53.305, como apêndice I ao 32º Relatório Mensal de Atividades juntado às fls. 53.173/53.347. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro-geral de credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Por fim, defiro o benefício da gratuidade a Alger Brazil Júnior e Marcelo Zilberstein. Anote a Z. Serventia os dados dos patronos Fls. 52.987/52.993: Nada a deliberar. Fls. 52.994/53.001: Nada a deliberar. Fls. 53.002: Nada a deliberar. Fls. 53.003: Nada a deliberar. Fls. 53.004/53.006, 53.073/53.092, 53.920/53.921: Conforme determinações anteriores, os dados bancários deverão ser informados por e-mail ao endereço creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Outrossim, como exaustivamente informado o prazo para manifestação acerca da opção de pagamento se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, restando intempestiva qualquer manifestação neste sentido nos autos principais. Fls. 53.007/53.012: Certifique a serventia. Não existe no sistema Fls. 53.019/53.023: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.024/53.028: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 52.029/53.034: Nada a deliberar. Fls. 53.035/53.059, 54.167/54.177, 54.178/54.188: Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento de nº 2164280-22.2021.8.26.0000, nº 2201691-02.2021.8.26.0000 e nº 2201720-52.2021.8.26.0000. Mantenho as decisões recorridas por seus próprios fundamentos. Ciência às Recuperandas. Fls. 53.060/53.070, 53.985/53.992: Ciência aos interessados sobre o trânsito em julgado dos Agravos de Instrumento nº 2251588-33.2020.8.26.0000 e nº 2045915-09.2021.8.26.0000. Fls. 53.071/53.072, 53.699/53.700: Ciência aos interessados. Aguarde-se o julgamento dos recursos. Fls. 53.073/53.092, 53.879/53.881, 53.887/53.890: Petição de L. Mofarrej Administração e Empreendimentos Ltda., insurgindo-se contra o enquadramento de seu crédito nos moldes da “opção D”, requerendo a retificação da relação de credores para que conste a “opção A”, em razão de não haver sido intimado da Assembleia-Geral de Credores realizada em 15/07/2020. De outra parte, há as manifestações dos credores Eduardo Felipe Gouveia Ferreira, Bárbara Viana Aguiar e Yslândia de Araújo Pereira, insurgindo-se contra a opção padrão de pagamento constante na relação de credores, requerendo seja anulada a Assembleia-Geral de Credores realizada em 15/07/2020, ou a devolução do prazo para manifestação quanto à opção de pagamento, por não terem sido notificados da realização do conclave. Acerca dos pedidos manifestou-se a Administradora Judicial às fls. 56.049/56.091. Os pleitos não merecem guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravado de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Note-se igualmente, que o aditivo ao plano de recuperação judicial que restou homologado, na homologação, restou decidido, inclusive, prazo menor para o pagamento dos credores, bem como, prazo definido para escolha de suas opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. Assim, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto a opção de pagamento, desde a aprovação do aditivo ao plano, indefiro o pedido dos credores mencionados. Fls. 53.093/53.105, 53.161/53.166, 53.493/53.494, 53.498/53.499, 53.560, 53.561/53.563, 53.564/53.569, 53.687/53.698, 53.701/53.707, 53.909/53.912, 53.920/53.921, 53.940/53.941, 53.947, 53.985, 54.022/54.028: Manifestações de Vinicius Frugoli da Silva, Alex Claret, Thais de Lima Silva, Tatiana Bertechini da Silveira, Luiz Eduardo Morelli Lordello Marques, Andresa Barbosa de Araújo, Wagner dos Santos Pelintra, Alexandre Herculan Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto, Fabrício da Silva Fernandes, Hélio Edson da Costa, Jorge Alexandrino da Silva, Sandro Tadashi Tanaka e Jorcelene Aparecida dos Santos Queiroz, insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos, nos moldes da opção "padrão", requerendo a retificação da relação de credores para que conste a totalidade dos créditos reconhecidos nas ações que deram origem aos seus créditos. Os pleitos não merecem guarida, uma vez que o prazo para escolha da opção de pagamento se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, inclusive para os credores cujo crédito era ilíquido, quando da aprovação do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, nos termos pactuados entre as Recuperandas e a Assembleia-Geral de Credores, obedecendo-se assim o princípio da pacta sunt servanda, privilegiando-se a autonomia das decisões assembleares. No que concerne à realização dos pagamentos, inobstante sejam de responsabilidade das Recuperandas, a Administradora Judicial verificou sua ocorrência, mediante a apresentação dos comprovantes de transferência, lançados no item V, dos parágrafos 65/68 da sua manifestação de fls. 56.049/56.091. Desta feita, reputo válidos os pagamentos realizados pelas Recuperandas. No mais, aguarde-se a credora Jorcelene Aparecida dos Santos Queiroz a análise do crédito liquidado, cujo resultado, como informado pela Administradora Judicial, seguirá no Relatório Mensal de Atividades vindouro. Fls. 53.106/53.107: *Apreciado no item 3 (resposta ao ofício expedido pelo STJ nos autos do CC nº 181.131)*. Fls. 53.108/53.109: *Apreciado no item 3 (resposta ao ofício expedido pelo STJ nos autos do CC nº 181.059)*. Fls. 53.110/53.111: *Apreciado no item 3 (resposta do ofício expedido pelo STJ nos autos do CC nº 181.062)*. Fls. 53.112/53.116: *Nada a deliberar. Superado com a decisão de fls. 52.080/52.086*. Fls. 53.117/53.118: *Nada a deliberar*. Fls. 53.119/53.121: *Apreciado no item 1 (ofício respondido)*. Fls. 53.122/53.126, 53.582/53.589, 53.729/53.731, 53.925/53.928, 56.019/56.021: *Ciência às Recuperandas sobre a transferência de valores para a conta judicial vinculada à presente recuperação judicial, das reclamações trabalhistas de nº 1000411-36.2018.5.02.0706, nº 1000716-40.2016.5.02.0043, nº 000752-79.2018.5.02.0086 e nº 1001443-25.2016.5.02.0002*. Fls. 53.127/53.131: *Apreciado no item 3 (conflito de competência)*. Fls. 53.132/53.133: *Nada a deliberar*. Fls. 53.134/53.135: *Nada a deliberar*. Fls. 53.136/53.137: *Nada a deliberar*. Fls. 53.138: *Nada a deliberar*. Fls. 53.139/53.147: *Nada a deliberar*. Respondido pela serventia às fls. 53.148/53.149 e fls. 53.475/53.476. Fls. 53.148/53.149: *Nada a deliberar*. Fls. 53.150/53.158: *Apreciado no item 1 (ofício respondido)*. Fls. 53.159: *Petição de Damares Santos Cardoso requerendo que as Recuperandas e a Administradora Judicial se manifestem acerca do pagamento do seu crédito. Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 56.049/56.091, item V, parágrafos 69/74, a opção de pagamento do crédito da credora, assim*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

como o status do pagamento do crédito, constam na prévia do quadro-geral de credores apresentada às fls. 53.306/53.332, nas respectivas folhas e linhas citadas, devendo o patrono atentar-se ao curso processual e seus detalhes, evitando-se peticionamentos desnecessários que apenas tumultuam o processo, tornando-o moroso. Ainda, no que concerne à opção de pagamento, em razão do teor das mensagens eletrônicas juntadas na manifestação de fls. 56.049/56.091, resta cabalmente comprovado que a credora não indicou a opção para pagamento do seu crédito. Logo, reputo válido o pagamento realizado pelas Recuperandas, restando cumprido o aditivo ao plano de recuperação judicial. Fls. 53.160: Nada a deliberar. Fls. 53.161/53.166: Apreciado no item 19 (opção de pagamento). Fls. 53.167/53.172: Petição de Clovis Sanches Lozza requerendo a intimação da Administradora Judicial, para prosseguir com o pagamento do seu crédito. Inicialmente, é importante esclarecer que a Administradora Judicial não exerce atos de gestão sobre os negócios das Recuperandas, pois atua como auxiliar do Poder Judiciário, não sendo responsável pelo pagamento aos credores, mas apenas pela fiscalização do cumprimento do plano de recuperação judicial. Ademais, conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 56.049/56.091, item V, parágrafos 75/79, o pagamento de seu crédito ocorreu nos termos do aditivo ao plano de recuperação judicial acostado às fls. 37.319/37.342 deste feito, homologado em 06/08/2020, restando cumprido o aditivo relativamente ao aludido credor. Fls. 53.173/53.347, 54.196/55.984: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados acerca da apresentação do 32º e 33º Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que contempla as atividades ocorridas nos meses de julho e agosto de 2021, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos aos meses de junho e julho de 2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/06/2021 a 20/08/2021, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 53.297/53.305 e fls. 54.321/54.333). Sobre referidos pareceres, poderão os titulares apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 53.348/53.355: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.356/53.363: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.364/53.370: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.371/53.375: Nada a deliberar. Superado com a decisão de fls. 53.437/53.442. Fls. 53.376/53.380: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.381/53.385: Trata-se de manifestação do credor Robson Rodrigues da Silva, para que também seja reconhecida a opção de pagamento dos honorários advocatícios de seu patrono. Assim, requereu a intimação da Administradora Judicial para que cumpra o plano de pagamento da forma como escolhido, sob pena de destituição. Como já consignado nesta decisão, a Administradora Judicial não exerce nenhuma ingerência sobre a gestão das Recuperandas e não é responsável pelo pagamento aos credores, pois atua como fiscal do cumprimento do plano de recuperação judicial. Ademais, a destituição, como pretendida, é medida punitiva que se impõem nas hipóteses descritas no art. 31 da LREF, o que, não é o caso dos autos, já que a Administradora Judicial está cumprindo fielmente as obrigações que lhe competem (art. 22 LREF). Não obstante, conforme recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional, defiro o pleito ora aduzido para determinar a retificação da opção de pagamento anotada pelas Recuperandas em razão da tempestividade da comunicação da opção do crédito principal. Nesse sentido: "RECUPERAÇÃO JUDICIAL Habilitação de crédito - Pleito de inclusão de crédito instrumentalizado em certidão emitida pela Justiça do Trabalho - Controvérsia sobre a possibilidade de habilitação do valor atinente aos honorários advocatícios constante na mesma certidão Possibilidade - Legitimidade


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

concorrente Precedentes - Possibilidade, ainda, de o requerente optar, em nome do advogado, pela mesma forma de pagamento prevista no plano Verbas que possuem a mesma natureza jurídica alimentar Entendimento consolidado em sede recurso repetitivo - Resp 1.152.218/RS Recurso provido.” (TJSP; Agravo de Instrumento 2264051-07.2020.8.26.0000; Relator (a): J. B. Franco de Godoi; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 14/04/2021; Data de Registro: 14/04/2021) Fls. 53.386/53.390, 56.014/56.018: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de junho e julho de 2021. Fls. 53.391/53.393: Conforme esclarecido pela Administradora Judicial no item VI, de sua manifestação de fls. 56.049/56.091, as informações relativas às operações das Recuperandas e ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial são reportadas mensalmente nos RMAs. Ademais, se o crédito não se sujeita à Recuperação Judicial, cabe aos respectivos credores adotarem as medidas cabíveis em face das Recuperandas, sendo certo que a competência deste Juízo se limita aos créditos submetidos à moratória e às obrigações previstas na transação coletiva aprovada pela AGC. Sem prejuízo, manifestem-se as Recuperandas acerca das alegações das Locadoras. Fls. 53.394/53.396: Apiciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.397/53.400: Nada a deliberar. Fls. 53.401/53.402: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.403/53.404: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.405/53.406: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.407/53.408: Nada a deliberar. Fls. 53.409/53.410: Nada a deliberar. Fls. 53.411/53.412: Nada a deliberar. Fls. 53.413: Nada a deliberar. Fls. 53.414/53.417: Apiciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.418/53.421: Nada a deliberar. Fls. 53.422/53.426: Apiciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.427/53.431: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.432/53.436: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.437/53.442: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.443/53.448: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.449/53.453: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.454/53.459: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.127/53.131: Apiciado no item 3 (conflito de competência em duplicidade). Fls. 53.465/53.469: Nada a deliberar. Respondido pela serventia às fls. 53.148/53.149 e fls. 53.475/53.476. Fls. 53.470/53.474: Nada a deliberar. Respondido pela serventia às fls. 53.148/53.149 e fls. 53.475/53.476. Fls. 53.475/53.476: Nada a deliberar. Fls. 53.477/53.492: Nada a deliberar. Fls. 53.493/53.494: Apiciado no item 19 (opção de pagamento). Fls. 53.495/53.497, 53.942/53.943, 53.94/53.946: A z. Serventia para anotação e providências de praxe. Fls. 53.498/53.499: Apiciado no item 19 (opção de pagamento). Fls. 53.500/53.536: Conforme informou a Administradora Judicial às fls. 56.049/56.091, item IV, parágrafos 41/42, o trânsito em julgado da decisão ocorreu em 13/08/2021, razão pela qual seus créditos foram inseridos na prévia do Quadro-Geral de Credores, anexa ao 33º Relatório Mensal de Atividades, apresentada às fls. 54.334/54.360. Fls. 53.537/53.543: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.574/53.550: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.551/53.555: Apiciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.556/53.559: Apiciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.560: Apiciado no item 19 (opção de pagamento). Fls. 53.561/53.563: Apiciado no item 19 (opção de pagamento). Fls. 53.564/53.569: Apiciado no item 19 (opção de pagamento). Fls. 53.570/53.571: Conforme exposto pela Administradora Judicial (fls. 56.049/56.091), a questão será tratada na Habitação de Crédito nº 1053277-70.2021.8.26.0100. Fls. 53.572/53.574: Nos termos da manifestação da Administradora Judicial (fls. 56.049/56.091), que adoto como razão de decidir, indefiro o pleito. Compete exclusivamente ao Juízo da Recuperação Judicial apreciar a classificação do crédito. Portanto, enquanto o crédito não for liquidado no Juízo de origem e o credor não propor habilitação de crédito retardatária, a reserva permanecerá como quirografária. Frise-se que o ônus da prova da classificação do crédito é do credor (art. 9º da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

LREF). Fls. 53.575/53.580: Manifestação de Selma Cenatti Fendes postulando a habilitação de seu crédito. Tratando-se de crédito quirografário, deverá a credora propor habilitação de crédito retardatária (art. 10, § 5º, da LREF), observando-se ainda o Comunicado CG nº 219/2018 (DJE 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. Por fim, no momento da distribuição, deverá a peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. Fls. 53.582/53.589: Apreciado no item 26 (transferência valores). Fls. 53.590: Esclareça o peticionante o seu pedido de extinção, pois incompatível com o procedimento da Recuperação Judicial. Fls. 53.591/53.686, 55.986/56.013: Conforme exposto pela Administradora Judicial às fls. 56.049/56.091, as credoras já constam na prévia do Quadro Geral de Credores. Assim, tratando-se de impugnação de crédito, deverão as credoras postular seus créditos nos termos do que disciplina o § 5º, do art. 10, da LREF, processando-se na forma dos artigos 13 a 15, da mesma Lei. Fls. 53.687/53.698: Apreciado no item 19 (opção de pagamento). Fls. 53.699/53.700: Apreciado no item 17 (agravo de instrumento). Fls. 53.701/53.707: Apreciado no item 19 (opção de pagamento). Não existe no sistema Fls. 53.716/53.722, 53.891/53.896, 53.913/53.919, 56.022/56.028, 56.029/56.034, 56.035/56.041, 56.042/56.048: Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 180.211-SP, nº 169.190- SP, nº 180.783-SP, 181.131-SP, nº 181.304-SP, nº 181.059-SP e nº 181.124-SP, que reconheceu a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a 1ª Vara Cível do Méier/RJ, a 50ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, a 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, a 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, a 61ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP e a 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos processos nº 1001608-83.2014.5.02.0312, nº 0017046-67.2014.8.19.0208, nº 0100970-73.2018.5.01.0050, nº 0020198-15.2016.5.04.0017, nº 0020145-43.2016.5.04.0014, nº 0000813-71.2014.5.02.0061 e nº 0020772-45.2015.5.04.0026, e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Vale a presente, por cópia, como ofício, devendo as Recuperandas encaminharem, para maior celeridade, comprovando o protocolo nos autos. Fls. 53.723/53.728: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.729/53.731: Apreciado no item 26 (transferência valores). Fls. 53.732/53.733: Nada a deliberar. Fls. 53.734/53.738: Apreciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.734/53.738: Apreciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.744/53.746: Apreciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.747/53.751: Apreciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.752/53.756: Apreciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.757/53.759: Apreciado no item 1 (ofício respondido). Fls. 53.760/53.766: Na esteira da manifestação da Administradora Judicial de fls. 56.049/56.091, item VIII, indefiro a alienação pretendida por João Victor Moreno dos Santos, principalmente porque o crédito está sujeito à Recuperação Judicial. Sem prejuízo, manifestem-se as Recuperandas sobre o pedido de fls. 53.760/53.766. Fls. 53.767/53.773: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.774/53.780: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.781/53.782: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.783/53.784: Apreciado no item 3 (conflito de competência). Fls. 53.785/53.786: Nada a deliberar. Fls. 53.787/53.788: Nada a deliberar. Fls. 53.789: Nada a deliberar. Fls. 53.790/53.878: Ciência aos interessados. Fls. 53.879/53.881: Apreciado no item 18 (retificação da opção de pagamento por falta de intimação). Fls. 53.882/53.886: Ciência ao peticionário sobre os esclarecimentos trazidos pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 56.049/56.091. Fls. 53.887/53.890: Apreciado no item 18 (retificação da opção de pagamento por falta de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

intimação). Fls. 53.891/53.896: *Apreciado no item 91 (conflito de competência)*. Fls. 53.897/53.902: *Apreciado no item 91 (conflito de competência)*. Fls. 53.903/53.908: *Apreciado no item 91 (conflito de competência)*. Fls. 53.909/53.912: *Apreciado no item 19 (opção de pagamento)*. Fls. 53.913/53.919: *Apreciado no item 91 (conflito de competência)*. Fls. 53.920/53.921: *Apreciado nos itens 10 e 19 (dados bancários e opção de pagamento)*. Fls. 53.922/53.924: *Em razão da comprovada hipossuficiência, concedo a justiça gratuita*. Fls. 53.925/53.928: *Apreciado no item 26 (transferência valores)*. Fls. 53.929/53.937: *Apreciado no item 1 (ofício respondido)*. Fls. 53.929/53.937: *Nada a deliberar*. Fls. 53.940/53.941: *Apreciado no item 19 (opção de pagamento)*. Fls. 53.942/53.943: *Apreciado no item 72 (cadastro dos patronos)*. Fls. 53.944/53.946: *Apreciado no item 72 (cadastro dos patronos)*. Fls. 53.947: *Apreciado no item 19 (opção de pagamento)*. Fls. 53.948/53.952: *Apreciado no item 3 (conflito de competência)*. Fls. 53.953/53.954: *Apreciado no item 3 (conflito de competência)*. Fls. 53.955/53.956: *Apreciado no item 3 (conflito de competência)*. Fls. 53.957/53.958: *Apreciado no item 3 (conflito de competência)*. Fls. 53.959/53.981: *Apreciado no item 1 (ofício respondido)*. Fls. 53.982/53.984: *Nada a deliberar*. Fls. 53.985/53.992: *Apreciado no item 16 (trânsito em julgado AI)*. Fls. 53.993/54.021: *Apreciado no item 5 (habilitação de crédito trabalhista)*. Fls. 54.022/54.028: *Apreciado no item 19 (opção de pagamento)*. Fls. 54.029/54.030: *Nada a deliberar*. Fls. 54.031/54.032: *Nada a deliberar*. Fls. 54.033/54.034: *Nada a deliberar*. Fls. 54.035: *Nada a deliberar*. Fls. 54.036/54.041: *Apreciado no item 3 (conflito de competência)*. Fls. 54.042/54.166: *Apreciado no item 5 (habilitação de crédito trabalhista)*. Fls. 54.167/54.177: *Apreciado no item 15 (agravo de instrumento)*. Fls. 54.178/54.188: *Apreciado no item 15 (agravo de instrumento)*. Fls. 54.189/54.195: *Apreciado no item 1 (ofício respondido)*. Fls. 54.196/55.984: *Apreciado no item 39 (relatório mensal de atividades)*. Fls. 55.985: *Apreciado no item 19 (opção de pagamento)*. Fls. 55.986/56.013: *Apreciado no item 87 (impugnação de crédito)*. Fls. 56.014/56.018: *Apreciado no item 46 (contas das recuperandas)*. Fls. 56.019/56.021: *Apreciado no item 26 (transferência valores)*. Fls. 56.022/56.048: *Apreciado no item 91 (conflito de competência)*. Fls. 56.029/56.034: *Apreciado no item 91 (conflito de competência)*. Fls. 56.035/56.041: *Apreciado no item 91 (conflito de competência)*. Fls. 56.042/56.048: *Apreciado no item 91 (conflito de competência)*. Fls. 56.049/56.091: *Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta decisão. Vista ao MP, às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int."* **CERTIFICO MAIS QUE**, por r. Decisão proferida em 30/09/2021 pelo MM. Juiz foi dito que: *"Vistos. Fls. 56.092/56.106: Última decisão. Fls. 56.107/56.119: Nada a deliberar. Fls. 56.120/56.122: Dou por prejudicado o pedido em razão da certidão de disponibilização da decisão de fls. 56.092/56.106, acostada às 56.133/56.150, onde resta comprovada, mais especificamente às fls. 56.145, a intimação do Dr. Joao Carlos de Sousa Costa (OAB 54969/DF). Fls. 56.123/56.129: Ciência aos interessados do v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2262234-39.2019.8.26.0000. No mais, aguarde-se o trânsito em julgado. Fls. 56.130/56.132, 56.516/56.545: À z. Serventia para anotação e providências de praxe. Fls. 56.133/56.150: Nada a deliberar. Fls. 56.151/56.164, 56.508/56.512: Considerando que a AJ já respondeu aos ofícios (art. 22, I, "m", da LREF), conforme item I da sua manifestação de fls. 56.577/56.588, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. Fls. 56.165/56.167: Nada a deliberar. Fls. 56.168/56.188: Indefiro. Conforme exposto pela Administradora Judicial (fls. 56.577/56.585), a questão será tratada nos autos da Habilitação de Crédito nº 1083521-79.2021.8.26.0100. Fls. 56.189/56.195: Ciência aos interessados sobre a decisão da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos do Conflito de Competência nº 181.062-SP. Fls. 56.196/56.201: Certifique a serventia. Fls. 56.202/56.210: Nada a deliberar. Fls. 56.211/56.213, 56.215/56.217: Conforme manifestação da Administradora*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Judicial de fls. 56.577/56.585, itens II e III, os créditos de Algar Multimídia S.A e Ricardo Cordeiro Cabrera Perez já constam na prévia do quadro-geral de credores, devendo os patronos atentarem-se ao curso processual e seus detalhes, evitando-se peticionamentos desnecessários que apenas tumultuam o processo, tornando-o moroso. Por fim, intime-se o credor Ricardo Cordeiro Cabrera Perez, na pessoa de seu patrono, para que informe no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, seus dados bancários, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para realização do respectivo pagamento. Fls. 56.214: Relativamente à opção de pagamento, postulada por alguns credores, imperiosa a ciência de que o prazo para tal se encerrou às 23h59min do dia 26/08/2020, restando intempestiva qualquer manifestação nesse sentido nos autos principais. Outrossim, como exaustivamente informado, os dados bancários deverão ser informados por e-mail ao endereço creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização. Destarte, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente e adequado para tal. Fls. 56.215/56.217: Apreciado no tem 12 (crédito já relacionado). Fls. 56.218/56.219: Nada a deliberar. Fls. 56.220/56.221: Nada a deliberar. Fls. 56.222: Nada a deliberar. Fls. 56.223: Reitero os termos da decisão de fls. 40.419/40.424, no sentido de que é desnecessária a comprovação nos autos, do envio dos e-mails às Recuperandas, exceto em caso de descumprimento do plano, sob a alegação de não possuírem referidos dados para pagamento. Fls. 56.224/56.226, 56.589/56.597: Petição de Marcos da Silva e Leandro Maffia insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da “opção padrão”, requerendo a complementação do pagamento dos seus créditos, em razão de não terem sido intimados sobre as opções de pagamento apresentadas no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. De outra parte, a credora Cassia Elilyn dos Santos, além de impugnar o enquadramento de seu crédito, nos moldes da opção “padrão”, requer a retificação da relação de credores para que conste a totalidade do valor reconhecido na ação que deu origem ao seu crédito. No que concerne ao valor do crédito de Cassia Elilyn dos Santos, tratandose de impugnação de crédito, deverá a credora postular seu crédito nos termos do que disciplina o § 5º, do art. 10, da LREF, processando-se na forma dos artigos 13 a 15, da mesma Lei. Os demais pleitos não merecem guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Ademais, o aditivo ao plano de recuperação judicial homologado previu prazo menor para o pagamento dos credores, bem como, prazo definido para escolha de suas opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. Portanto, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto a opção de pagamento, desde a aprovação do aditivo ao plano, indefiro os pedidos dos mencionados credores. Por fim, manifestem-se as Recuperandas acerca da alegação de descumprimento do plano pelos credores Leandro Maffia e Cassia Elilyn dos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Santos na manifestação de fls. 56.589/56.597. Fls. 56.227/56.365: Trata-se de manifestação das Recuperandas, versando sobre o envio dos ofícios determinados na decisão de fls. 56.092/56.106, noticiando as tratativas junto as empresas locadoras para adimplemento do crédito extraconcursal, esclarecendo que o crédito de João Victor Moreno está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, e requerendo a liberação dos valores de R\$ 3.408,63, R\$ 9.902,89, R\$ 3.398,24, R\$ 17.052,60 e R\$ 50.240,70, que se encontram depositados judicialmente em conta vinculada aos presentes autos. Assim, cumpre analisar o pedido de levantamento dos valores transferidos das reclamações trabalhistas de processos nº 1001608-83.2014.5.02.0312, nº 0017046-67.2014.8.19.0208, nº 0100970-73.2018.5.01.0050, nº 0020198-15.2016.5.04.0017, nº 0020145-43.2016.5.04.0014, nº 0000813-71.2014.5.02.0061 e nº 0020772-45.2015.5.04.0026, para a conta judicial vinculada ao presente feito. Os montantes que pretendem as Recuperandas levantar estavam vinculados a créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial em voga. Logo, autorizo o levantamento das quantias mencionadas comprovadamente transferidos a este feito, conforme demonstram os documentos juntados às fls. 56.233/56.238. À z. Serventia para expedição, com urgência, dos mandados de levantamento em favor das Recuperandas, conforme “Formulários MLE” de fls. 56.239/56.243. Fls. 56.366/56.371, 56.372/56.377: Ciência aos interessados das r. decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andriighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 182.715-SP e nº 182.714-SP. Fls. 56.372/56.377: Apreciado no item 21 (conflito de competência). Fls. 56.378/56.384: Petição de Lucieny Legat Nascimento Volponi, requerendo a habilitação de seu crédito trabalhista. Embora adotada a via incorreta pela peticionária, deve ser aplicada a prerrogativa insculpada no art. 6º, § 2º da LREF, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no Quadro-Geral de Credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, admite-se a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado o crédito até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no art. 9º, II da LREF. Atentem-se os credores que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Assim, deverão os credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscarem junto ao RMA subsequente, o parecer relativo a seus créditos, conforme constou no item II, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 56.577/56.585, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do Quadro-Geral de Credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no presente feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Fls. 56.385/56.507, 56.546/56.576: Sobre o pedido de encerramento da Recuperação Judicial e sobre a liberação dos protestos, manifeste-se a Administradora Judicial, no prazo de 15 dias. Após, vista ao MP e tornem conclusos para decisão. Fls. 56.508/56.512: Apreciado no item 6 (ofício respondido). Fls. 56.513/56.515: Nada a deliberar. Fls. 56.516/56.545: Apreciado no item 4 (cadastro dos patronos). Fls. 56.546/56.576: Apreciado no item 24 (pedido de encerramento pelas Recuperandas). Fls. 56.577/56.588: Manifestação saneadora da Administradora Judicial, já contemplada no curso desta decisão. Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int. Fls. 56.589/56.597: Apreciado no item 19 (opção de pagamento). Fls. 56.598/56.600: Nada a deliberar. Fls. 56.601: Nada a deliberar. Fls. 56.602/56.816: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados acerca da apresentação do 34º Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

contempla as atividades ocorridas no mês de setembro de 2021, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos ao mês de agosto de 2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/08/2021 a 20/09/2021, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 56.723/53.733). Sobre referidos pareceres, poderão os titulares apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Int." **CERTIFICO AINDA QUE** em 08/11/2021, pelo MM. Juiz foi proferida a r. Decisão: "Vistos. Fls. 56.910/56.917: Última decisão. Fls. 56.817/56.823, 56.824/56.830 e 57.221/57.227: Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 181.323-SP, nº 181.305-SP, nº 182.061-SP, que reconheceu a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constritivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se a 33ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, a 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, a 7ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos processos nº 0000473-91.2018.5.05.0033, nº 0020720-24.2015.5.04.0002, nº 0011677-88.2015.5.01.0247, e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Vale a presente como ofício, devendo as Recuperandas encaminharem para maior celeridade, comprovando o protocolo nos autos. Fls. 56.824/56.830: Apreciado no item 1 (conflito de competência). Fls. 56.831, 56.837, 56.838, 56.841/56.844, 56.867, 56.886/56.887, 56.897/56.898, 56.899/56.890, 57.086/57.087, 57.088/57.089, 57.090/57.092, 57.093/57.094, 57.214/57.220, 57.228/57.270, 57.271/57.278, 57.380/57.381 e 57.411/57.412: Trata-se de ofícios encaminhados por diversos Tabeliães de Protesto solicitando que sejam especificados os protestos que devem ser cancelados. Com efeito, a novação promovida pelo Plano só irradia efeitos aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, motivo pelo qual os protestos de créditos extraconcursais devem permanecer. Portanto, com o intuito de evitar medidas inúteis, requisito à Administradora Judicial que, no prazo de 5 (cinco) dias, elabore relação dos protestos que deverão ser cancelados, para que a informação possa instruir a certidão ser expedida, conforme art. 26, § 4º, da Lei nº 9.492/1997. No que tange aos respectivos emolumentos, eles ficarão a cargo das Recuperandas, pois, a priori, elas deram causa aos protestos (arts. 1º e 26, § 3º, da Lei nº 9.492/1997). Frise-se que os emolumentos têm natureza jurídica de tributo e, conseqüentemente, não se sujeitam à Recuperação Judicial (art. 187, caput, do CTN). Fls. 56.832/56.836 e 57.488/57.488: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de agosto de 2021, cuja conferência foi reportada no 34º Relatório Mensal bem como das contas demonstrativas mensais de setembro de 2021 reportada no 35º Relatório Mensal, pela Administradora Judicial. Fls. 56.837: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 56.838: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 56.839/56.840, 56.882/56.885, 57.074/57.081, 57.189/57.208, 57.209/57.210, 57.382/57.400, 57.758/57.759 e 57.327/57.365: Petições de Wilhan Júnior da Costa, Erica Ferreira Bernardino, Roberto do Nascimento Filho, Amanda Correa Magalhães de França, Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto, Yuri Toigo dos Santos, Fabrício da Silva Fernandes, Katia Maria da Silva e Souza e David Moreno insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da opção padrão, requerendo a complementação do pagamento dos seus créditos, em razão de não haverem sido intimados sobre as opções de pagamento apresentadas no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, a retificação da relação de credores para que conste a totalidade dos valores reconhecidos na ação que deu origem ao


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

seu crédito e da nulidade das disposições constantes na Cláusula 7 do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial declarada pelo v. acórdão nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. Os demais pleitos não merecem guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Ademais, o aditivo ao plano de recuperação judicial homologado previu prazo menor para o pagamento dos credores, bem como, prazo definido para escolha de suas opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. No tocante ao quanto decidido pela C. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, consigne-se que as Recuperandas interpueram Recurso Especial, ao qual a Presidência da Seção de Direito Privado concedeu efeito suspensivo. Em outras palavras, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial homologado, com alterações e ressalvas, permanece vigente, por força da cláusula rebus sic stantibus. Assim, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto a opção de pagamento, desde a aprovação do referido aditivo ao plano, indefiro os pedidos dos mencionados credores. Fls. 56.841/56.844: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 56.845/56.852: Vista à Administradora Judicial. Fls. 56.853/56.861: Trata-se de mensagem eletrônica com pedido de habilitação do crédito de R\$ 73.883,33, em favor do Ministério Público do Trabalho, objeto da certidão expedida nos autos da Ação Civil Pública Cível nº 0001758-02.2017.5.09.0015, da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba. Considerando que o crédito será incluído pela AJ na próxima prévia do QGC (fls. 57.760/57.783), nada a deliberar por enquanto. Sem prejuízo, cumpra a AJ o disposto no art. 22, I, m, da LREF. Fls. 56.862/56.866: Nada a deliberar. Fls. 56.867: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 56.868/56.881 e 56.918/56.966: Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento de nº 2234922-20.2021.8.26.0000 e nº 2233538-22.2021.8.26.0000, dando-se ciência às Recuperandas. Reporto-me a decisão de fls. 57.807/57.810, que concedeu efeito suspensivo ao v. acórdão de fls. 57.791/57.806, proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, dando-se ciência aos credores e demais interessados. Fls. 56.882/56.885: Nada a deliberar. Fls. 56.886/56.887: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 56.888/56.893: Apreciado no item 9 (Certidão de crédito para inscrição definitiva na prévia do Quadro-Geral de Credores). Fls. 56.894/56.896: Nada a deliberar. Fls. 56.897/56.898: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 56.899/56.900: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 56.901/56.909: Indefiro a remessa da Apelação interposta por Wagner dos Santos Pelintra ao Juízo ad quem, pois manifestamente inadmissível (art. 189, § 1º, II, da LREF). Consigne-se que é inaplicável o princípio da fungibilidade quando o erro é grosseiro: Configura erro grosseiro a interposição de recurso contrário ao expressamente previsto na lei, o que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, como no caso de interposição de apelação ao invés de agravo contra decisão que julga o incidente de impugnação de pedido de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

habilitação de crédito no processo falimentar (AgRg no AREsp 219.866/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016). Outrossim, a negativa de remessa do recurso, salvo melhor juízo, não viola o devido processo legal ou o duplo grau de jurisdição, como já decidiu a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial: AGRADO DE INSTRUMENTO Interposição que busca 'destrancar' apelação interposta contra sentença que julga incidente de habilitação de crédito Negativa de seguimento na origem Embora na sistemática da novel legislação a competência para verificação dos requisitos de admissibilidade do recurso de apelação seja do Tribunal ad quem, a negativa de seguimento ao apelo manifestamente inadmissível não é teratológica Situação, entretanto, na qual não há previsão legal que ampare a admissibilidade do agravo de instrumento no presente caso (CPC, art. 1.015) Recurso manifestamente inadmissível não conhecido. Dispositivo: Não conhecem (TJSP; Agravo de Instrumento 2152736-13.2016.8.26.0000; Relator (a): Ricardo Negrão; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Penápolis - 1ª Vara Judicial; Data do Julgamento: 11/12/2017; Data de Registro: 12/12/2017). Fls. 56.910/56.917: Nada a deliberar. Fls. 56.918/56.966: Apreciado no item 12 (agravo de instrumento - opção de pagamento). Fls. 56.967/57.062: Ciência aos interessados. Fls. 57.063/57.067 e 57.114/57.188: Tratam-se de ofícios expedidos nos autos das Reclamações Trabalhistas, encaminhando certidões de habilitações de créditos, de Kelson Caio Batista (Processo nº 0001911-45.2015.5.02.0065 - 65ª Vara do Trabalho de São Paulo -SP) e de Sidnei Antônio Pacheco (Processo nº 0010538-65.2018.5.03.0013 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG). Embora adotada a via incorreta, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no art. 6º, § 2º da LREF, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no Quadro-Geral de Credores por intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, admite-se a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado o crédito até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no art. 9º, II da LREF. Assim, deverão os referidos credores trabalhistas, que pugnam a inclusão de seus créditos nos autos principais, buscarem junto ao RMA subsequente, o parecer relativo a seus créditos, conforme constou no item IV, da manifestação da Administradora Judicial juntada às fls. 57.760/57.783, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do Quadro-Geral de Credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no presente feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. Sem prejuízo, cumpra a AJ o disposto no art. 22, I, m, da LREF. ls. 57.068/57.069: Nos termos da decisão de fls. 25.442/25.445, o stay period foi prorrogado até a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, homologado em 13/09/2019 às fls. 26.596/26.609. Sem prejuízo, cumpra a AJ o disposto no art. 22, I, m, da LREF. Fls. 57.070/57.073: Nada a deliberar. Fls. 57.074/57.081: Deliberado no item 7 (opção de pagamento). Fls. 57.082: Nada a deliberar. Fls. 57.083/57.084: Nada a deliberar. Fls. 57.085: Nada a deliberar. Fls. 57.086/57.087: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.088/57.089: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.090/57.092: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.093/57.094: Apreciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.095/57.111 e 57.371/57.379: Ciência aos interessados sobre o trânsito em julgado dos Agravos de Instrumento nº 2247620-92.2020.8.26.0000 e nº 2105722-57.2021.8.26.0000. Fls. 57.112/57.113: Nada a deliberar. Fls. 57.114/57.188: Apreciado no item 23 (ofício habilitação de certidão de crédito). Fls. 57.189/57.208: Apreciado no item 7 (opção de pagamento). Fls. 57.209/57.210, 57.296,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

57.401/57.403 e 57.758/57.759: A fim de evitar tumulto processual, reitero os termos do Aditivo ao Plano de Recuperação homologado, no sentido de que os credores devem informar no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, seus dados bancários, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para realização do respectivo pagamento. No mais, reporto-me ao item 7 da presente decisão (opção de pagamento). Fls. 57.211/57.213: Ciência a Leandro Schulz quanto ao item IV, da manifestação da Administradora Judicial (fls. 57.760/57.783). Fls. 57.214/57.220: Apiciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.221/57.227: Apiciado no item 1 (conflito de competência). Fls. 57.228/57.270: Apiciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.271/57.278: Apiciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.279/57.280: À Z. Serventia judicial para conferência e providências de praxe. Fls. 57.281/57.295: Nada a deliberar. Fls. 57.296: Apiciado no item 38 (informações para envio de dados bancários). Fls. 57.297/57.302, 57.303/57.308 e 57.318/57.323: Ciência aos interessados das r. decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 182.714-SP e nº 182.715-SP, nº 183.545-SP. Com as informações prestadas às fls. 57.309/57.312, aguarde-se os julgamentos definitivos. Fls. 57.303/57.308: Apiciado no item 47 (conflito de competência). Fls. 57.309/57.310: Apiciado no item 47 (conflito de competência). Fls. 57.311/57.312: Apiciado no item 47 (conflito de competência). Fls. 57.313/57.314: Nada a deliberar. Fls. 57.315/57.316: Nada a deliberar. Fls. 57.317: Nada a deliberar. Fls. 57.318/57.323: Apiciado no item 47 (conflito de competência). Fls. 57.324/57.326: Ciência às Recuperandas, credores e demais interessados. Fls. 57.327/57.365: Apiciado no item 7 (opção de pagamento). Fls. 57.366/57.370: Apiciado no item 7 da presente decisão (opção de pagamento). Fls. 57.371/57.379: Apiciado no item 34 (trânsito em julgado AI). Fls. 57.380/57.381: Apiciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.382/57.400: Apiciado no item 7 (opção de pagamento). Fls. 57.401/57.403: Apiciado no item 38 (informações para envio de dados bancários). Fls. 57.404/57.408: Nada a deliberar, considerando as informações prestadas pela AJ no item IV, de fls. 57.760/57.783, acerca da inclusão em definitivo do crédito na Prévia do Quadro-Geral de Credores e o pagamento integral (Reclamação Trabalhista nº 0101096-31.2018.5.01.0016 - 16ª Vara do Trabalho de do Rio de Janeiro). Sem prejuízo, cumpra a AJ o disposto no art. 22, I, m, da LREF. Fls. 57.409/57.410: Nada a deliberar. Fls. 57.411/57.412: Apiciado no item 3 (cancelamento de protestos). Fls. 57.413/57.419: Ciência à credora Tânia Bertechini da Silveira, na pessoa de seu patrono, a fim de que tome ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial no item VII, da manifestação de fls. 57.760/57.783. Fls. 57.420/57.456, 47.469/57.472: Rejeito a impugnação em razão da inadequação da via eleita. A irrisignação do credor Marcelo Zilberstein deverá ser objeto de impugnação de crédito, nos moldes dos arts. 8º e 10, da LREF, e do Comunicado CG nº 219/2018. Fls. 57.457/57.458: Nada a deliberar. Fls. 57.459/57.460: Nada a deliberar. Fls. 57.461/57.468: Apiciado no item 9. Fls. 57.469/57.472: Apiciado no item 66 da presente decisão (impugnação ao crédito e opção de pagamento). Fls. 57.473/57.479: Sem embargo de entendimentos em sentido contrário, a Recuperação Judicial, por si só, não suspende todos poderes dos sócios e administradores das Recuperandas, como se extrai do caput do art. 64, da LREF. De fato, a maior limitação imposta às empresas em Recuperação Judicial, além do dever de total transparência com os credores (disclosure), diz respeito à alienação ou oneração de bens ou direitos de seu ativo não circulante, conforme norma estampada no art. 66 da LREF. Destarte, a simples alteração da sede de uma das Recuperandas para outra unidade da federação não representa nenhum prejuízo imediato aos credores, sem olvidar que é um ato discricionário (oportunidade e conveniência), inerente à própria atividade empresarial, norteadada pela autonomia privada e pela livre iniciativa. Ademais, normas restritivas de direito não admitem interpretação extensiva, ou seja, não vislumbro óbice à alteração societária pretendida pelas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

*Recuperandas, que prescinde de prévia autorização judicial ou mesmo manifestação da Administradora Judicial. Assim, serve a presente decisão como ofício, a ser encaminhada pelas Recuperandas, apenas para comunicar à Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, que a presente Recuperação Judicial não prejudica a alteração da sede para outro Estado. Contudo, esclareço que eventual conflito envolvendo a JUCEES deverá ser resolvido pelas vias ordinárias e perante o juízo competente. Fls. 57.480/57.488: Apreciado no item 4 (ciência aos interessados). Fls. 57.489/57.705: Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais interessados acerca da apresentação do 35º Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que contempla as atividades ocorridas no mês de outubro de 2021, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos ao mês de setembro de 2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais entre os períodos de 21/09/2021 a 20/10/2021, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 57.784/57.789). Sobre referidos pareceres, poderão os titulares apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 57.706/57.742: À Z. Serventia para conferência e providências de praxe. Fls. 57.743/57.748: Demonstrada a hipossuficiência, defiro a Justiça Gratuita ao credor Israel José da Silva, nos termos do art. 98 do CPC. Fls. 57.749/57.752: Ciência às Recuperandas. Fls. 57.753/57.754: Nada a deliberar. Fls. 57.757: Nada a deliberar. Fls. 57.758/57.759: Indefiro o pleito de Katia Maria da Silva, pois, como já registrado, na Recuperação Judicial os credores tomam ciência dos principais atos processuais através da publicação de editais. Por outro lado, não há nulidade sem prejuízo (pas de nullité sans grief art. 282, § 1º, do CPC) e a credora não provou os supostos danos. Fls. 57.760/57.810 e 57.811/57.832: Manifeste-se o MP sobre o encerramento da Recuperação Judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos. Posteriormente, tornem os autos conclusos para decisão. As demais questões trazidas pela AJ já foram apreciadas no bojo desta decisão. Por fim, ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados. Fls. 57.811/57.832: Apreciado no item 80 (encerramento da Recuperação Judicial). Int." **CERTIFICO AINDA QUE** em 13/12/2021, pelo MM. Juiz foi proferida a r. Decisão: "Vistos. Vistos. Fls. 57.857/57.864: Última decisão. 1. Fls. 57.833/57.838: Mensagem eletrônica (e-mail) à AJ, encaminhando o ofício encaminhado pela 1ª Vara Cível da Comarca de Queimados/RJ, para que sejam prestadas informações acerca da atual situação da Recuperação Judicial. Fls. 57.833/57.838, 57.844/57.847, 57.849/57.850, 57.856, 57.886/57.889, 57.898/57.900, 57.931/57.935, 57.968/57.983, 57.995/58.000, 58.162/58.164, 58.205/58.209, 58.162/58.164, 58.291/58.322, 58.330/58.337: Considerando que a AJ já respondeu aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item I da sua manifestação de fls. 56.049/56.091, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. 2. Fls. 57.839: Certidão de cartório informando que os documentos protocolados fisicamente em cartório foram digitalizados e liberados às fls. 57.833/57.888. Fls. 57.839: Nada a deliberar. 3. Fls. 57.840: Mensagem eletrônica (e-mail) enviada ao TJPR informando que os documentos recebidos pelo Cartório serão liberados nos autos. Fls. 57.840: Nada a deliberar. 4. Fls. 57.843: Certidão de cartório informando que os documentos protocolados fisicamente em cartório foram digitalizados e liberados às fls. 57.840/57.842. Fls. 57.843: Nada a deliberar. 5. Fls. 57.844/57.847: Ofício encaminhado pela 1º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia/DF, informando a necessidade de habilitação do crédito quirografário de R\$ 2.582,19, oriundo da Ação nº 0710991-34.2019.8.07.0009. Fls. 57.844/57.847: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 6. Fls. 57.848: Certidão de cartório informando que o documento proveniente do TJDF 1º Juizado Especial Cível e Criminal de*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Samambaia foi liberado às fls. 57.844/57.847.Fls. 57.848: Nada a deliberar. 7.Fls. 57.849/57.850: Ofício encaminhado pela 80ª Vara do Trabalho de São Paulo, para as providências necessárias quanto ao processo nº 1001413-76.2018.5.02.0080, no qual restou determinada o cancelamento de eventual habilitação de crédito do Reclamante Fabio Rodrigo Brambilla em razão da quitação do crédito pela responsável solidária.Fls. 57.849/57.850: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 8.Fls. 57.852/57.855: Mensagem eletrônica (e-mail) encaminhada pelo cartório à 10ª Vara do Trabalho de São Paulo informando que o ofício foi encaminhado ao AJ.Fls. 57.852/57.855: Nada a deliberar. 9.Fls. 57.856: Ofício encaminhado pela 10ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP requerendo esclarecimentos quanto ao pagamento do valor acordado em audiência, referente à Reclamação Trabalhista nº 1001368-54.2019.5.02.0010, ajuizada por Carla Gambarini Cedran em face de SPG Distribuidora de Veículos Ltda.Fls. 57.856: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 10.Fls. 57.857/57.864: Última decisão.Fls. 57.857/57.864: Nada a deliberar. 11.Fls. 57.865/57.873: Certidão de cartório acerca do encaminhamento da decisão de fls. 57.857/57.864 ao Portal Eletrônico do Ministério Público do Estado de São Paulo.Fls. 57.865/57.873: Nada a deliberar. 12.Fls. 57.874: Certidão de cartório informando que os documentos recebidos fisicamente em cartório foram liberados às fls. 57.849.Fls. 57.874: Nada a deliberar. 13.Fls. 57.875: Certidão de cartório informando que os documentos recebidos fisicamente em cartório foram liberados às fls. 57.852/57.856.Fls. 57.875: Nada a deliberar. 14.Fls. 57.876: Mensagem eletrônica (e-mail) encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo informando que o acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2231431-05.2021.8.26.0000 transitou em julgado.Fls. 57.876: Ciência aos interessados sobre o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento nº 2231431-05.2021.8.26.0000. 15.Fls. 57.877/57.880: Cópia do acórdão proferido no AI nº 2231431-05.2021.8.26.0000.Fls. 57.877/57.880: Apreciado no item 14 (trânsito em julgado do acórdão). 16.Fls. 57.881/57.883: Ofício resposta encaminhado pelo Tabelionato do 2º Ofício de Protestos de Títulos, informando a relação de protestos cancelados por determinação judicial.Fls. 57.881/57.883, 57.959/57.961, 58.210/58.212, 58.264/58.287: Ciente do cancelamento dos protestos de créditos concursais realizados em nome das Recuperandas. 17.Fls. 57.884/57.885: Ofício encaminhado pela 2ª Vara Cível da Comarca de Laguna, requerendo sejam efetuados atos de constrição para que seja adimplido o crédito extraconcursal liquidado nos autos nº 5004892-97.2020.8.24.0040.Fls. 57.884/57.885: Trata-se de ofício expedido nos autos do processo nº 5004892-97.2020.8.24.0040 para realização de atos de constrição contra as Recuperandas, com o objetivo adimplir crédito extraconcursal ali liquidado. Conforme esposado pela Administradora Judicial (fls. 58.590/58.625), ante a extraconcursalidade do crédito pretendido, este poderá ser executado no Juízo de origem, que deverá adotar as medidas cabíveis, tais como atos de constrição para satisfação do débito. Ademais, cumpre destacar que quaisquer atos de constrição nos autos da Recuperação Judicial são inócuos, considerando a natureza negocial e não executória do procedimento em tela. Desta feita, OFICIE-SE a 2ª Vara Cível da Comarca de Laguna, para que seja cientificada da impossibilidade de se proceder com atos de constrição na Recuperação Judicial, conforme requerido. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como OFÍCIO, a ser encaminhada pela Administradora Judicial. 18.Fls. 57.886/57.889: Ofício encaminhado pelo Juizado Especial Cível do Norte da Ilha/SC, para que seja habilitado o crédito reconhecido nos autos nº 5002486-50.2020.8.24.0090.Fls. 57.886/57.889: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 19.Fls. 57.890: Certidão de cartório informando que os documentos recebidos fisicamente em cartório, provenientes do TJSC, foram liberados às fls. 57.889.Fls. 57.890: Nada a deliberar. 20.Fls. 57.891/57.897: Mensagem eletrônica (e-mail) encaminhada pela 1ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, enviando cópia da decisão proferida


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

no AI nº 2210594-60.2020.8.26.0000, que concedeu efeito suspensivo ao recurso interposto pelo Grupo Recuperando. Fls. 57.891/57.897: Ciência aos interessados sobre a decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, que concedeu efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto pelo Grupo Recuperando, contra a decisão que declarou a nulidade das disposições constantes na Cláusula 7 do Aditivo o Plano de Recuperação Judicial, permanecendo, portanto, vigente o PRJ homologado com alterações e ressalvas. 21.Fls. 57.898/57.900: Ofício encaminhado pela 2ª Vara do Trabalho de São Paulo requerendo a habilitação do crédito reconhecido na Reclamação Trabalhista nº 1000535-60.2020.5.02.0702, ajuizada por Nathalia Gomes Pereira contra SPG Distribuidora de Veículos Ltda. Fls. 57.898/57.900: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 22.Fls. 57.901: Certidão de cartório informando que os documentos recebidos fisicamente em cartório foram liberados às fls. 57.898/57.900. Fls. 57.901: Nada a deliberar. 23.Fls. 57.902/57.904: Manifestação de Gilson Cândido de Araújo requerendo o reconhecimento da ilegalidade da alteração de seu crédito para "opção padrão" sem aceite prévio e, por conseguinte, a correção para a "opção B. Fls. 57.902/57.904, 57.905/57.916, 57.993/57.994, 58.090/58.095, 58.116/58.119, 58.120/58.125, 58.169/58.170, 58.531/58.535: Petições de Gilson Cândido de Araújo, Wilhan Junior da Costa, Derivaldo de Jesus Gama, Anderson da Silva Galotti, Nathalia Gomes Pereira, Karine Correia da Silva e Tarciso Manoel Taveira insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da opção padrão, requerendo a complementação do pagamento dos seus créditos, em razão da falta de intimação sobre as opções de pagamento apresentadas no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, a retificação da relação de credores, para que conste a totalidade dos valores reconhecidos nas ações que deram origem aos crédito e a nulidade das disposições constantes na Cláusula 7 do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, declarada pelo v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. Os pleitos não merecem guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência, onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Ademais, o aditivo ao plano de recuperação judicial homologado previu prazo menor para o pagamento dos credores, bem como prazo definido para a escolha das opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. No tocante ao quanto decidido pela C. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, consigne-se que as Recuperandas interpuseram Recurso Especial, ao qual a Presidência da Seção de Direito Privado concedeu efeito suspensivo. Em outras palavras, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial homologado, com alterações e ressalvas, permanece vigente, por força da cláusula rebus sic stantibus. Assim, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto à opção de pagamento, desde a aprovação do referido aditivo ao plano, indefiro os pedidos dos mencionados credores. 24.Fls. 57.905/57.916: Manifestação de Erika Ferreira Bernardino requerendo a alteração de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

sua forma de pagamento para a "opção B, uma vez que não poderia fazer a opção de pagamento enquanto pendia de julgamento a habilitação de crédito nº 1030381-67.2020.8.26.0100, bem como informando que o depósito do crédito se deu em conta salário da habilitante que está inativa. Fls. 57.905/57.916: No que tange à opção de pagamento, informo que a questão foi apreciada no item 23 desta decisão. Ademais, quanto ao pagamento realizado, ciência à credora quanto às informações prestadas pela Administradora Judicial. 25. Fls. 57.918/57.922: Trata-se de cópia da decisão proferida no Conflito de Competência nº 183.999-SP (2021/0352009-0), que deferiu o pedido liminar formulado, declarando a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, em caráter provisório, para a realização de qualquer ato processual que implique em constrição do patrimônio das Recuperandas, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 1001206-54.2018.5.02.0023, promovida por Tamyres Pereira da Silva em trâmite perante a 23ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP. Fls. 57.918/57.922, 57.939/5.945, 57.962/57.967: Ciência aos interessados das r. decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 183.999-SP, 182.715-SP e 184.260-SP. No que tange ao Conflito de Competência nº 183.999-SP, aguarde-se o julgamento definitivo. 26. Fls. 57.923: Certidão de Cartório tornando sem efeito os documentos por ela substituídos, uma vez que juntados indevidamente. Fls. 57.923: Nada a deliberar. 27. Fls. 57.924/57.930: Trata-se de cópia da decisão proferida no Conflito de Competência nº 181.524-SP (2021/0243363-5), declarando a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, para a realização de qualquer ato processual que implique em constrição do patrimônio das Recuperandas, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0002323-85.2015.5.02.0061, promovida por Kleber Rufatto, em trâmite perante a 61ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP. Fls. 57.924/57.930 e 58.213/58.219: Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 181.524-SP e nº 182714/SP, que reconheceram, em caráter provisório, a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se a 61ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP e a 41ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos processos nº 0002323-85.2015.5.02.0061 e nº 0011590-54.2016.5.03.0179 e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. Vale a presente decisão como ofício, a ser encaminhada pelas próprias Recuperandas, comprovando-se o protocolo nos autos. 28. Fls. 57.931/57.935: Ofício encaminhado pela 14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, juntando a certidão de habilitação de crédito expedida nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0010290-62.2019.5.03.0014, ajuizada por Sandra Maria de Jesus contra Cambraia e Rosa Comércio de Veículos e Serviços Ltda. Fls. 57.931/57.935: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 29. Fls. 57.936/57.538: Mensagem eletrônica (e-mail) encaminhado pelo cartório à 14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, informando que os documentos relacionados ao processo nº 0010290-62.2019.5.03.0014 serão liberados no processo para apreciação do Magistrado e da Administradora Judicial. Fls. 57.936/57.538: Nada a deliberar. 30. Fls. 57.939/5.945: Trata-se de cópia da decisão proferida no Conflito de Competência nº 182.715-SP (2021/0295411-1), o qual não foi conhecido, em razão de não existir valores bloqueados, constrições patrimoniais ou decisões conflitantes determinadas pelo Juízo Trabalhista suscitado, qual seja, a 1ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. Fls. 57.939/5.945: Apreciado no item 25 (conflito de competência decisão liminar ou de não conhecimento). 31. Fls. 57.946/57.951: Manifestação do Ministério Público acerca do pedido de encerramento da RJ, requerendo: (i) informe a Administradora Judicial se há previsão de alienações de imóveis ou outros ativos de grande valor, que não sejam os bens móveis listados às fls. 57.529 (tabela 23 do 35º Relatório),


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

previstas no plano de recuperação e seus aditivos aprovados, que estejam ainda pendentes de realização; (ii) atendam as devedoras o quanto requerido no item anterior, VIII, quanto aos passivos fiscais; (iii) intime-se pessoalmente as Fazendas Nacional e Estadual, para que se manifestem sobre o pedido de encerramento da recuperação judicial, principalmente, diante dos elevados passivos das devedoras frente aos credores fiscais e, especialmente, diante das previsões contidas no artigo 73, inciso V, que autorizam o pedido de quebra pelo descumprimento dos parcelamentos referidos no art. 68 da Lei 11.101/05 ou da transação prevista no art. 10-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, caso requeridos, e no caso de esvaziamento patrimonial, previsto no inciso VI do mesmo artigo da Lei 11.101/05; (iv) intimem-se os credores da recuperação, para que se manifestem a respeito dos pedidos de encerramento do processo de recuperação judicial em prazo a ser fixado pelo juízo, ante as previsões contidas nos artigos 9º e 10 do CPC. Fls. 57.946/57.951 e 58.004/58.080: Trata-se de manifestação do Ministério Público acerca do encerramento da Recuperação Judicial, o passivo fiscal das Recuperandas e a alienação de ativos já autorizadas por este Juízo. Por seu turno, as Recuperandas pleitearam o imediato encerramento da Recuperação Judicial ou o indeferimento do requerimento do Ministério Público, no que tange às intimações da Administradora Judicial, das Fazendas (Nacional e Estadual) e dos credores, ou a concessão do prazo de 5 (cinco) dias corridos para tais manifestações. No tocante ao item VII, ciência ao Ministério Público acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial (fls. 58.172/58.204), especialmente no que se refere à inexistência de imóveis ou ativos de grande monta pendentes de alienação. Quanto ao equacionamento do passivo fiscal das Recuperandas, ciência ao MP acerca da documentação acostada às fls. 58.019/58.080. Ademais, em que pesem os esclarecimentos prestados e requerimentos formulados pelas Recuperandas (fls. 58.004/58.080), entendo ser razoável a intimação das Fazendas Públicas e demais credores para que se manifestem sobre o encerramento da Recuperação Judicial (arts. 7º, 9º e 10 do CPC). Destarte, intimem-se as Fazendas Nacional e Estadual por meio eletrônico (art. 183, § 1º, do CPC c/c art. 52, V, da LREF), bem como os demais credores representados nos autos, para que se manifestem sobre o encerramento da Recuperação Judicial, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Posteriormente, vista ao MP e tornem os autos conclusos para decisão. 32.Fls. 57.952/57.958: Certidão de ciência da intimação do Ministério Público. Fls. 57.952/57.958: Nada a deliberar. 33.Fls. 57.959/57.961: Ofício resposta encaminhado pelo 1º Ofício do Registro de Protesto de Niterói, informando que estão suspensos os efeitos dos protestos indicados desde 04/11/2021. Fls. 57.959/57.961: Apreziado no item 16 (cancelamento de protestos). 34.Fls. 57.962/57.967: Trata-se de cópia da decisão proferida no Conflito de Competência nº 184.260-SP (2021/0363302-6), o qual não foi conhecido, em razão de não existir valores bloqueados ou constrições patrimoniais determinadas pelo Juízo Trabalhista suscitado, qual seja, a 8ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ. Fls. 57.962/57.967: Apreziado no item 25 (conflito de competência decisão liminar ou de não conhecimento). 35.Fls. 57.968/57.983: Mensagem eletrônica (e-mail) enviada pela 25ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, na qual encaminha a Carta Precatória expedida nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0010840-88.2013.5.01.0025, para que preste informações acerca do ofício encaminhado. Fls. 57.968/57.983: Apreziado no item 1 (ofício respondido). 36.Fls. 57.984/57.992: Manifestação de Luiz André da Silva, requerendo a habilitação de crédito quirografário, em razão da distribuição do incidente de habilitação de crédito nº 1089383-31.2021.8.26.0100. Fls. 57.984/57.991: Indefiro. Em atenção à manifestação da Administradora Judicial (fls. 58.590/58.625), deverá a questão arguida ser discutida no incidente nº 1089383-31.2021.8.26.0100, distribuído para esse fim, evitando-se, desta forma, manifestações desnecessárias ao feito. 37.Fls. 57.993/57.994: Manifestação de Wilhan Junior da Costa, requerendo a alteração da forma de pagamento de seu crédito para a opção b, de forma


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

que receba a totalidade homologada, qual seja, R\$ 9.000,00. Fls. 57.993/57.994: *Apreciado no item 23 (opção de pagamento).* 38. Fls. 57.995/58.000: *Ofício encaminhado pelo 5º Juizado Especial Cível de Curitiba/PR, nos autos do cumprimento de sentença nº 0030141-90.2018.8.16.0182, determinando a habilitação do crédito quirografário em favor do exequente Tayrone Murilo Vieira (CPF/MF nº 010.603.479-03), nos termos da certidão de dívida expedida.* Fls. 57.995/58.000: *Apreciado no item 1 (ofício respondido).* 39. Fls. 58.001/58.002: *Mensagem eletrônica (e-mail) encaminhada pelo cartório ao 5º Juizado Especial Cível de Curitiba/PR, informando que os documentos relacionados ao cumprimento de sentença nº 0030141-90.2018.8.16.0182 serão disponibilizados nos autos para apreciação do Magistrado e da Administradora Judicial.* Fls. 58.001/58.002: *Nada a deliberar.* 40. Fls. 58.003: *Certidão de cartório acerca da liberação nos autos, às fls. 57.995/58.002, dos documentos protocolados fisicamente em cartório e digitalizados. Ademais, certificou que os documentos originais se encontram arquivados em pasta própria.* Fls. 58.003: *Nada a deliberar.* 41. Fls. 58.004/58.080: *Manifestação das Recuperandas, na qual tece considerações acerca do pedido de encerramento da Recuperação Judicial, bem como requer seja rechaçado o parecer do Ministério Público, determinando, de imediato, o encerramento da RJ e, alternativamente, seja indeferido o pleito do Ministério Público no sentido de: (i) não determinar a intimação da Administradora Judicial para prestar esclarecimentos acerca da alienação de ativos; (ii) reconhecer que o encerramento da RJ não está condicionado do equacionamento tributário e, mesmo que estivesse, as Recuperandas aderiram aos programas de parcelamento tributário; (iii) indeferir o pleito de intimação das Fazendas Federal e Nacional sobre o pedido de encerramento e, caso assim não entenda, que o prazo concedido para manifestação seja de 5 dias, com intimação exclusivamente pela forma eletrônica; (iv) que, caso necessário, os credores sejam intimados a manifestarem-se no prazo máximo de 5 dias corridos.* Fls. 58.004/58.080: *Apreciado no item 31 (intimação sobre o encerramento da RJ).* 42. Fls. 58.090/58.095: *Manifestação de Derivaldo de Jesus Gama, acerca do 35º Relatório Mensal de Atividades, declarando discordância com o enquadramento de seu crédito como opção padrão, requerendo, portanto, a retificação da sua opção de pagamento, passando a constar como opção B, devendo o crédito ser pago integralmente, nos termos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no AI nº 2210594-60.2020.8.26.0000.* Fls. 58.090/58.095: *Apreciado no item 23 (opção de pagamento).* 43. Fls. 58.096/58.112: *Certidão de publicação da decisão de fls. 57.865/57.873.* Fls. 58.096/58.112: *Nada a deliberar.* 44. Fls. 58.113/58.115: *Manifestação de Flávio Ernandez Pereira informando dados bancários da sociedade de advogados para pagamento do crédito: Banco Bradesco, Ag. 3271, C/C: 636170-6, Titular: Arlei Dias Advogados e Consultores Associados (CNPJ/MF: 03.573.991/0001-90). Ademais, informa que encaminhou os dados bancários para os e-mails indicados pela Administradora Judicial. Não apresentou procuração específica.* Fls. 58.113/58.115, 58.126, 58.262/58.263: *Relativamente à indicação de dados bancários, como exaustivamente decido, tais informações deverão ser encaminhadas ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com. Desta feita, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente e adequado para tanto.* 45. Fls. 58.116/58.119: *Manifestação de Anderson da Silva Galotti, informando discordância com Relatório Mensal de Atividades que indicou seu crédito arrolado como opção padrão para pagamento. Ademais, juntou mensagem eletrônica (e-mail) encaminhado para gruposhc2vrfj@gmail.com em 07/08/2020, manifestando-se pela opção b de pagamento.* Fls. 58.116/58.119: *Apreciado no item 23 (opção de pagamento).* 46. Fls. 58.120/58.125: *Manifestação de Nathália Gomes Pereira informando discordância com o valor pago, bem como declarando que o montante foi depositado em conta diversa à indicada. Em razão da decisão*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no AI nº 2210594-60.2020.8.26.0000, requer o pagamento integral de seu crédito. Fls. 58.120/58.125: No que tange à opção de pagamento, informo que a questão foi apreciada no item 23 desta decisão. No mais, ciência à credora Nathália Gomes Pereira dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, acerca da quitação de seu crédito. 47.Fls. 58.126: Manifestação de Nathália Gomes Pereira informando dados bancários da patrona para pagamento: Banco do Brasil, Ag. 4215-3, C/C: 17.585-4, Titular: Sheila Dias de Araújo Candido (CPF/MF nº 195.80.938-90). Não apresentou procuração específica. Fls. 58.126: Apreciado no item 44 (dados bancários). 48.Fls. 58.127/58.129: Mensagem eletrônica (e-mail) encaminhada pelo cartório ao Ministério Público do Trabalho, informando o correto endereço eletrônico da Administradora Judicial. Fls. 58.127/58.129: Nada a deliberar. 49.Fls. 58.130/58.132: Ofício expedido pelo Ministério Público do Trabalho, no procedimento nº 005520.2021.02.000/9, requerendo que a Vara de Falências e Recuperações Judiciais informe outra forma de contato do Administrador Judicial. Fls. 58.130/58.132: Nada a deliberar. 50.Fls. 58.133/58.144: Manifestação de João Batista Alves Júnior e Arthur Siso Pinheiro, requerendo a habilitação de crédito nos termos deferidos no incidente processual nº 1030668-93.2021.8.26.0100, bem como informando a escolha do credor Arthur Siso Pinheiro, credor trabalhista, pela opção B de pagamento, e do credor João Batista Alves Junior, credor quirografário, pela opção A. Fls. 58.133/58.144 e 58.262/58.263: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 58.590/58.625, o crédito de João Batista Alves Júnior, Arthur Siso Pinheiro e Eliezer da Silva constarão na prévia do quadro-geral de credores, devendo os patronos atentarem-se ao curso processual e seus detalhes, evitando-se petições desnecessárias que apenas tumultuam o processo, tornando-o moroso. 51.Fls. 58.145/58.161: Certidão de publicação de decisão. Fls. 58.145/58.161: Nada a deliberar. 52.Fls. 58.162/58.164: Ofício expedido pela 2ª Vara Cível da Regional da Barra da Tijuca/RJ, nos autos do processo nº 0016079-82.2015.8.19.0209, requerendo informações acerca do trâmite do processo, se ainda vigora a determinação de suspensão de execução em face da Recuperanda e se sua Recuperação Judicial já foi decretada. Fls. 58.162/58.164: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 53.Fls. 58.165: Certidão de cartório acerca da liberação nos autos, às fls. 58.162/58.165, dos documentos protocolados fisicamente em cartório e digitalizados. Ademais, certificou que os documentos originais se encontram arquivados em pasta própria. Fls. 58.165: Nada a deliberar. 54.Fls. 58.166/58.168: Ofício expedido pela 2ª Vara Cível da Regional da Barra da Tijuca/RJ, nos autos do processo nº 0016079-82.2015.8.19.0209, requerendo informações acerca do trâmite do processo, se ainda vigora a determinação de suspensão de execução em face da Recuperanda e se sua Recuperação Judicial já foi decretada. Fls. 58.166/58.168: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 55.Fls. 58.169/58.170: Manifestação de Karine Correia da Silva, informando o recebimento de 5% do seu crédito trabalhista, bem como requerendo a intimação da Recuperanda para quitar integralmente o crédito trabalhista reconhecido em seu favor. Fls. 58.169/58.170: Apreciado no item 23 (opção de pagamento). 56.Fls. 58.171: Certidão de cartório acerca da liberação nos autos, às fls. 58.166/58.168, dos documentos protocolados fisicamente em cartório e digitalizados. Ademais, certificou que os documentos originais se encontram arquivados em pasta própria. Fls. 58.171: Nada a deliberar. 57.Fls. 58.172/58.204: Manifestação da Administradora Judicial, em atenção a r. decisão de fls. 57.857/57.864: (i) informando a relação de protestos concursais a serem cancelados; (ii) prestando esclarecimentos acerca do crédito trabalhista em favor do Ministério Público do Trabalho; e (iii) prestando informações ao Ministério Público acerca da inexistência de previsão de alienação de imóveis ou ativos de grande monta pela Recuperanda. Fls. 58.172/58.204: Trata-se de manifestação da Administradora Judicial, na qual: (i) apresentou a relação de protestos concursais a serem cancelados; (ii) prestou esclarecimentos acerca do crédito trabalhista do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ministério Público do Trabalho; e (iii) informou a inexistência de previsão de alienação de imóveis ou ativos de grande monta pela Recuperanda, ante o requerido pelo Ministério Público. Em razão da apresentação da relação de protestos concursais a serem cancelados, expeça a Z. Serventia a certidão competente, em atenção ao disposto no art. 26, § 4º, da Lei nº 9.492/1997. Ademais, ciência ao Ministério Público e demais interessados do inteiro teor da manifestação em voga. 58.Fls. 58.205/58.209: Mensagem eletrônica (e-mail) encaminhada pela 1ª Vara do Foro de Vinheiro, informando o despacho proferido no processo nº 1000165-662018.8.26.0659, que determinou à z. Serventia a solicitação ao Juízo da Recuperação Judicial, via e-mail, acerca de informações sobre os endereços das Recuperandas. Fls. 58.205/58.209: Apreciado no item 1 (ofício respondido). 59.Fls. 58.210/58.212: Ofício resposta encaminhado pelo Tabelionato do 1º Ofício de Protesto de Títulos do Tio de Janeiro, informando que os efeitos dos protestos registrados em nome de RNG Distribuidora de Veículos Ltda. foram suspensos, em cumprimento a r. decisão proferida nos autos da Recuperação Judicial. Fls. 58.210/58.212: Apreciado no item 16 (cancelamento de protestos). 60.Fls. 58.213/58.219: Trata-se de cópia da decisão proferida no Conflito de Competência nº 182714/SP (2021/0295447-5), declarando a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, para a realização de qualquer ato processual que implique em constrição do patrimônio das Recuperandas, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0011590- 54.2016.5.03.0179, promovida por Michio Goto Alves, em trâmite perante a 41ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG. Fls. 58.213/58.219: Apreciado no item 27 (julgamento de conflito de competência). 61.Fls. 58.220/58.258: Manifestação das Recuperandas informando ciência quanto aos atos processuais recentes, bem como comprovando o protocolo dos ofícios perante: (i) a 33ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS e 7ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, a fim de que os valores bloqueados nos processos nº 0000473-91.2018.5.05.0033, nº 0020720-24.2015.5.04.0002, nº 0011677-88.2015.5.01.0247 sejam transferidos para a conta judicial vinculada à Recuperação Judicial e; (ii) Junta Comercial do Estado do Espírito Santo a fim de comunicar que o processo de recuperação judicial não prejudica a alteração da sede da Recuperanda NHN Distribuidora para outro Estado. Fls. 58.220/58.258: Ciente dos protocolos de ofício realizados pelas Recuperandas. Aguarde-se respostas e/ou providências requisitadas. 62.Fls. 58.259/58.261: Manifestação de Carla Bandeira Machado requerendo a juntada de substabelecimento com reserva de poderes para regularização da representação processual e, por conseguinte, a exclusão dos antigos advogados do cadastro do e-Saj. Fls. 58.259/58.261: Anote-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. 63.Fls. 58.262/58.263: Manifestação de Eliezer da Silva requerendo a habilitação do crédito quirografário nos termos apurados pela Administradora Judicial no incidente de habilitação de crédito nº 1068952-73.2021.8.26.0100, bem como informando os dados bancários da patrona para pagamento: Banco do Brasil, Ag. 5692-8, C/C 6694-x, Titular: Arilma de Oliveira Bahia (CPF/MF: 767.453.095-72). Apresentou procuração específica no incidente processual. Fls. 58.262/58.263: Apreciado no item 50 (inclusão de crédito quirografário na prévia do QGC). 64.Fls. 58.264/58.287: Ofício resposta expedido pelo 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São Caetano do Sul/SP, informando que, em atenção a ofício expedido pelo Juízo Recuperacional, os efeitos dos protestos dos títulos indicados na decisão foram cancelados em 29/10/2021. Fls. 58.264/58.287: Apreciado no item 16 (cancelamento de protestos). 65.Fls. 58.288/58.290: Mensagem eletrônica (e-mail) encaminhada pelo cartório à 11ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro/RJ, informando que os documentos encaminhados serão disponibilizados nos autos para apreciação do Magistrado e da Administradora Judicial. Fls. 58.288/58.290: Nada a deliberar. 66.Fls. 58.291/58.322: Ofício expedido pela 11ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro/RJ, nos autos do processo nº


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

0304416-76.2013.8.19.0001, requerendo a habilitação do crédito a título de honorários sucumbenciais devidos à Procuradoria Geral do Estado. Fls. 58.291/58.322: *Apreciado no item 1 (ofício respondido).* 67. Fls. 58.323: *Certidão de cartório acerca da liberação nos autos, às fls. 58.264/58.287 e 58.288/58.322, dos documentos protocolados fisicamente em cartório e digitalizados. Ademais, certificou que os documentos originais se encontram arquivados em pasta própria.* Fls. 58.323: *Nada a deliberar.* 68. Fls. 58.324/58.328: *Manifestação das Recuperandas requerendo a juntada das contas demonstrativas mensais referentes ao mês de outubro de 2021.* Fls. 58.324/58.328: *Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de outubro de 2021, cuja conferência foi reportada no 36º Relatório Mensal pela Administradora Judicial.* 69. Fls. 58.329: *Manifestação de Fernando Rodrigues do Carmo requerendo a intimação da Recuperanda para que proceda com a transferência do crédito habilitado em seu favor, uma vez que os dados bancários foram enviados ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br.* Fls. 58.329: *Considerando as informações prestadas pela AJ (fls. 58.590/58.625), ciência ao peticionante acerca da inclusão em definitivo do crédito na Prévia do Quadro-Geral de Credores e o pagamento integral (Reclamação Trabalhista nº 0101096-31.2018.5.01.0016 - 16ª Vara do Trabalho de do Rio de Janeiro).* 70. Fls. 58.330/58.337: *Ofício expedido pela 16ª Vara do Trabalho, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 1002080-94.2017.5.02.0016, ajuizada por Viviane Juliana Padilha da Silva contra RPN Distribuidora de Veículos Ltda., no qual restou determinada a ciência do Juízo Recuperacional acerca do acórdão proferido na RT, que indeferiu o pedido de execução contra os sócios das Recuperandas.* Fls. 58.330/58.337: *Apreciado no item 1 (ofício respondido).* 71. Fls. 58.338/58.530: *Manifestação da Administradora Judicial, requerendo a juntada do 36º Relatório Mensal de Atividades, cujo conteúdo abrange as atividades ocorridas no mês de novembro/2021, a análise das informações contábeis e financeiras relativas ao mês de outubro/2021, bem como dados do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.* Fls. 58.338/58.530: *Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação do 36º Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que contempla as atividades desenvolvidas no mês de novembro de 2021, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos ao mês de outubro de 2021, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, ciência ao credor trabalhista Thiago Henrique de Souza Neri, que habilitou seu crédito nos autos principais no período compreendido entre 21/10/2021 a 20/11/2021, para que busque o parecer contábil relativo a seu crédito (fls. 58.448/58.449). Sobre referido parecer, poderá o titular apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial.* 72. Fls. 58.531/58.535: *Manifestação de Tarciso Manoel Taveira, requerendo a alteração da sua opção de pagamento para “opção B”, devendo ser realizado o pagamento da integralidade de seu crédito trabalhista, nos termos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado São Paulo, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000.* Fls. 58.531/58.535: *Apreciado no item 23 (opção de pagamento).* 73. Fls. 58.536: *Manifestação de Cassia dos Santos de Oliveira requerendo informações acerca de eventual crédito depositado em conta judicial em favor da peticionante e, em caso positivo, seja expedido alvará judicial para levantamento do valor.* Fls. 58.536: *Intime-se a credora Cassia dos Santos de Oliveira para que, em atenção à manifestação da AJ fls. 58.590/58.625, envie seus dados bancários no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para o e-mail gruposhc2vfrj@gmail.com.* 74. Fls. 58.537/58.546: *Manifestação de Marco Tulio Ferreira Lopes requerendo o*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

cumprimento de sentença do incidente nº 1073396-86.2020.8.26.0100, no qual foi proferida sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos, determinando a retificação da Relação de Credores, passando a constar o crédito trabalhista de R\$ 60.000,00 em favor do peticionante. Fls. 58.537/58.546: Ante os esclarecimentos prestados pela AJ (fls. 58.590/58.625), intime-se o credor Marco Tulio Ferreira Lopes, para que tome ciência acerca da habilitação e quitação de seu crédito, conforme informação constante às fls. 58.488, linha 1.245. 75. Fls. 58.547/58.567: Manifestação de Erika Ferreira Bernardino, informando a interposição do Agravo de Instrumento nº 2289089-84.2021.8.26.0000, acerca da opção de pagamento dos créditos trabalhistas. Fls. 58.547/58.567 e 58.568/58.584: Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento nº 2289089-84.2021.8.26.0000 e nº 2289519-36.2021.8.26.0000, dando-se ciência às Recuperandas. Reporto-me à decisão de fls. 57.807/57.810, que concedeu efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto em face do v. acórdão de fls. 57.791/57.806, proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, dando-se ciência aos credores e demais interessados. 76. Fls. 58.568/58.584: Manifestação de Katia Maria da Silva e Souza, informando a interposição do Agravo de Instrumento nº 2289519-36.2021.8.26.0000, acerca da opção de pagamento dos créditos trabalhistas. Fls. 58.568/58.584: Apreciado no item 75 (Agravos de Instrumento). 77. Fls. 58.590/58.625: Manifestação da Administradora Judicial saneando o feito das fls. 57.833 a 58.584. Fls. 58.590/58.625: Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta decisão. Vista ao MP, às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int. **CERTIFICO AINDA QUE** em 02/02/2022, pelo MM. Juiz foi proferida a r. Decisão: "Vistos. Fls. 58.624/58.639: Última decisão. 1.Fls. 58.567/58.571, 59.226/59.232 e Fls. 59.485/59.491: Ciência aos interessados das r. decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrigli, nos autos dos Conflitos de Competência nº 183.999-SP, 185.333-SP e 185.580-SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 2.Fls. 58.572/58.607: Nada a deliberar (manifestação apreciada na decisão de fls. 58.624/58.639). 3.Fls. 57.839/58.623: Ciência aos interessados sobre a implementação de atos de organização societária do Grupo Recuperando. 4.Fls. 58.624/58.639: Nada a deliberar. 5.Fls. 58.640/58.654: Nada a deliberar. 6.Fls. 58.655/58.663, 58.664/58.674, 58.678/58.683, 59.130/59.131, 59.141/59.144, 59.145/59.149 e 59.237/59.244: Considerando que a AJ já respondeu aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item I da sua manifestação de fls. 59.519/59.537, no tocante a prática de atos constritivos sobre o patrimônio das Recuperandas, reputo necessário que se oficie a 1ª Vara Descentralizada do Boqueirão de Curitiba-PR (Processo nº 0031110-08.2018.8.16.0182 - Juizado Especial Cível), para que proceda a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Vale a presente como ofício, devendo as Recuperandas encaminharem para maior celeridade, comprovando o protocolo nos autos. 7.Fls. 58.664/58.674: Apreciado no item 6 (ofício respondido). 8.Fls. 58.675/58.677: Nada a deliberar. 9.Fls. 58.678/58.683: Apreciado no item 6 (ofício respondido). 10.Fls. 58.684/58.686: Nada a deliberar. 11.Fls. 58.687/58.696: Nada a deliberar. 12.Fls. 58.697/58.841 e Fls. 59.279/59.480: Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação dos 37º e 38º Relatórios Mensais de Atividades pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades desenvolvidas no mês de dezembro de 2021 e janeiro de 2022, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos aos meses de novembro e dezembro de 2021 (prévia), bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) no período compreendido entre 21/11/2021 a 20/01/2022, para que busquem os pareceres contábeis


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

relativos a seus créditos (fls. 58.448/58.449 e fls. 59.396/59.399). Sobre referidos pareceres, poderá o titular apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 13.Fls. 58.842/58.848: Trata-se de manifestação do Ministério Público, na qual, em especial, requer a intimação da Administradora Judicial para que preste esclarecimentos acerca do valor do acréscimo das obrigações a serem cumpridas pelas Recuperandas, caso prevaleça a decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. A Administradora Judicial apresentou cálculo atualizado acerca do montante a ser eventualmente acrescido nas obrigações das Recuperandas. Desta feita, ciência ao Ministério Público, Recuperandas, credores e demais interessados da memória de cálculo apresentada pela AJ (fls. 59.524/59.523). 14.Fls. 58.849/59.051, 59.159/59.222 e 59.253/59.256: Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento, dando-se ciência às Recuperandas e aos demais interessados. Reporto-me à decisão de fls. 57.807/57.810, que concedeu efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto em face do v. acórdão de fls. 57.791/57.806, proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, dando-se ciência aos credores e demais interessados. Por fim, mantenho as decisões recorridas por seus próprios fundamentos. 15.Fls. 59.052/59.068: Considerando que o crédito perseguido é objeto da Habilitação de Crédito nº 1063310-22.2021.8.26.0100, aguarde-se apuração e julgamento do crédito no referido incidente, para que seja possível a realização de quaisquer pagamentos, que ocorrerão na forma do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. 16.Fls. 59.069, 59.070, 59.071, 59.072, 59.073, 59.132, 59.153/59.155, 59.156/59.157, 59.158, 59.257/59.258, 59.259/59.278, 59.481/59.482, 59.483/59.484, 59.492/59.493, 59.494/59.495 e 59.508: O encerramento da Recuperação Judicial será tratado em decisão apartada. 17.Fls. 59.070: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 18.Fls. 59.071: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 19.Fls. 59.072: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 20.Fls. 59.073: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 21.Fls. 59.074/59.075: Nada a deliberar. 22.Fls. 59.076/59.095: Nada a deliberar. 23.Fls. 59.096/59.097: Nada a deliberar. 24.Fls. 59.098/59.128: Nada a deliberar. 25.Fls. 59.130/59.131: Apreciado no item 6 (ofícios respondidos). 26.Fls. 59.132: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 27.Fls. 59.133/59.135: Ciência ao credor Fernando Rodrigues do Carmo quanto aos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial (fls. 59.528, item VII), em especial no que tange à comprovação de quitação de seu crédito, conforme comprovante juntado (fls. 59.537). 28.Fls. 59.136/59.140 e 59.279/59.480: Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de novembro e dezembro de 2021, cuja conferência foram reportadas nos 37º e 38º Relatórios Mensais pela Administradora Judicial (fls. 58.697/58.841 e 59.279/59.480). 29.Fls. 59.141/59.144: Apreciado no item 6 (ofícios respondidos). 30.Fls. 59.145/59.149: Apreciado no item 6 (ofícios respondidos). 31.Fls. 59.150/59.152 Nada a deliberar. 32.Fls. 59.153/59.155: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 33.Fls. 59.156/59.157: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 34.Fls. 59.158: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 35.Fls. 59.159/59.222: Apreciado no item 14 (Agravo de Instrumento). 36.Fls. 59.223: Apreciado no item 16 (encerramento da RJ). 37.Fls. 59.224: A z. Serventia para que proceda com a exclusão do cadastro do Dr. Marcelo Roitman. 38.Fls. 59.225: Nos termos da manifestação da AJ (fls. 59.519/59.537), intime-se o credor Wilhan Junior da Costa, na pessoa de sua patrona, Dra. Rita de Cássia Lago Valois Miranda, para que acoste aos autos procuração específica com poderes para receber e dar quitação nos autos da Recuperação Judicial. A Administradora Judicial estará autorizada a proceder com a anotação dos dados bancários mediante a apresentação de referido documento. Relativamente à indicação de dados bancários, como exaustivamente decidido, tais informações deverão ser


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

encaminhadas ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com. 39.Fls. 59.226/59.232: *Apreciado no item 1 (Conflitos de Competência)*. 40.Fls. 59.233/59.236: *Ciente do protocolo dos ofícios realizado pelo Grupo Recuperando*. 41.Fls. 59.237/59.244: *Apreciado no item 6 (ofícios respondidos)*. 42.Fls. 59.245/59.246: *Nada a deliberar*. 43.Fls. 59.247/59.248: *Nada a deliberar*. 44.Fls. 59.249: *Nada a deliberar*. 45.Fls. 59.250/59.251: *Nada a deliberar*. 46.Fls. 59.252: *Nada a deliberar*. 47.Fls. 59.253/59.256: *Apreciado no item 14 (Agravos de Instrumento)*. 48.Fls. 59.257/59.258: *Apreciado no item 16 (encerramento da RJ)*. 49.Fls. 59.259/59.278: *Apreciado no item 16 (encerramento da RJ)*. 50.Fls. 59.279/59.480: *Apreciado no item 12*. 51.Fls. 59.481/59.482: *Apreciado no item 16 (encerramento da RJ)*. 52.Fls. 59.483/59.484: *Apreciado no item 16 (encerramento da RJ)*. 53.Fls. 59.485/59.491: *Apreciado no item 1*. 54.Fls. 59.492/59.493: *Apreciado no item 16 (encerramento da RJ)*. 55.Fls. 59.494/59.495: *Apreciado no item 16 (encerramento da RJ)*. 56.Fls. 59.496/59.504: *Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Marco Túlio Ferreira Lopes, contra a decisão de fls. 58.624/58.639, item 74, requerendo seja considerado o envio tempestivo da escolha da opção de pagamento. Recebo os embargos de fls. 59.946/59.504 e, no mérito, nego-lhes provimento. O remédio processual utilizado pelo credor não é adequado, eis que não há omissão, obscuridade ou contradição no item 74, da decisão de fls. 58.624/58.639. O teor dos embargos de declaração demonstra, por si só, que a parte deseja em verdade alterar as condições e os prazos contidos no aditivo ao plano de recuperação judicial, o que não se pode admitir em sede de embargos de declaração, uma vez que seu âmbito é restrito: visam suprir omissão, aclarar ponto obscuro ou, ainda, eliminar contradição eventualmente existente em decisão, sentença ou acórdão. Na hipótese, as aludidas opções se referem ao plano de recuperação judicial substituído pelo aditivo homologado em 06/08/2020 (fls. 39.626/39.635), que previu, inclusive, prazo menor para o pagamento e consequentemente para escolha de suas opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, em detrimento dos demais. Assim, não há omissão ou error in iudicando conforme sustentado, permanecendo a decisão embargada tal como fora lançada*. 57.Fls. 59.505: *Nada a deliberar*. 58.Fls. 59.506: *Nada a deliberar*. 59.Fls. 59.507: *Nada a deliberar*. 60.Fls. 59.508: *Apreciado no item 16 (encerramento da RJ)*. 61.Fls. 59.509/59.513: *Apreciado no item 28 (juntada de documentos contábeis das Recuperandas relativas ao mês de dezembro de 2021)*. 62.Fls. 59.514/59.517: *Nada a deliberar*. 63.Fls. 59.518: *Nada a deliberar*. 64.Fls. 59.519/59.537: *Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta decisão. Vista ao MP, às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. À Z. Serventia para que promova a exclusão e o cadastramento dos atuais prepostos indicados pela AJ. Int."* **CERTIFICO AINDA QUE** em 24/02/2022, pelo MM. Juiz foi proferida a r. Decisão: *"Vistos. Fls. 59.551/59.556: Última decisão. 1.Fls. 59.538/59.550, 59.562/59.563, 59.614/59.515, 59.620/59.639, 59.704/59.705, 60.010/60.036: Anote-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. 2.Fls. 59.551/59.556: Nada a deliberar. 3.Fls. 59.557/59.561: Nada a deliberar. 4.Fls. 59.562/59.568 e 59.983: Trata-se de manifestação de Nathalia Gomes Pereira, requerendo esclarecimentos acerca da possibilidade de execução do crédito extraconcursal, em razão da decisão proferida pela Justiça do Trabalho, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 1000535-60.2020.5.02.0702, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho de São Paulo Zona Sul - SP. Em atenção à manifestação da AJ (fls. 60.100/60.113 item IV), o crédito foi julgado na Habilitação de Crédito nº 1083521-79.2021.8.26.0100, na qual restou determinada a inclusão tão somente do crédito concursal em favor da Habilitante, no montante de R\$ 8.753,15, na Classe I Trabalhista. Por esta razão, considerando que o saldo remanescente possui natureza extraconcursal, pois correspondente ao dia do comerciante (período: 10/2019 e 04/2020), horas extras e reflexos*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(desde 12/2018), férias (período aquisitivo 03/2018), 13º salário (a partir de 12/2018) e FGTS (desde 12/2018), poderão ser executadas no Juízo de origem, qual seja, a 2ª Vara do Trabalho de São Paulo Zonal Sul - SP. Vale a presente decisão como OFÍCIO, a ser encaminhada pela Requerente/Interessada, comprovando-se o protocolo nos autos. 5.Fls. 59.569/59.577, 59.642/59.691, 59.682, 59.701, 59.702, 59.703, 59.706/59.708, 59.709/59.711, 59.723, 59.733/59.734, 59.735/59.743, 59.744, 59.972 e 59.977/59.978, 59.979/59.982: O encerramento da Recuperação Judicial será tratado em decisão apartada. 6.Fls. 59.578/59.581: Nada a deliberar. 7.Fls. 59.582/59.597: Nada a deliberar. 8.Fls. 59.598/59.605 e 60.077/60.097: Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento nº 2148140-10.2021.8.26.0000 e 2036540-47.2022.8.26.0000, dando-se ciência às Recuperandas. Reporto-me à decisão de fls. 57.790/57.793 proferida pelo I. Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, que concedeu efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto em face do v. acórdão de fls. 57.776/57.789, proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, dando-se ciência aos credores e demais interessados. 9.Fls. 59.606/59.613: Ciência aos interessados da v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2287448-95.2020.8.26.0000. 10.Fls. 59.614/59.515: Apiciado no item 1 (regularização processual). 11.Fls. 59.616: Nada a deliberar. 12.Fls. 59.617: Nada a deliberar. 13.Fls. 59.618/59.619: Considerando a apresentação de procuração com poderes para receber e dar quitação, reporto-me à decisão de fls. 59.551/59.556, estando a AJ autorizada a proceder a anotação dos dados bancários do credor Wilhan Junior da Costa. 14.Fls. 59.620/59.639: Apiciado no item 1 (regularização processual). 15.Fls. 59.640/59.641, 59.733/59.734, 59.735/59.736 e 59.744, : Relativamente à indicação de dados bancários, como exaustivamente decido, tais informações deverão ser encaminhadas ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com. Desta feita, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente e adequado para tanto, evitando-se peticionamentos desnecessários que apenas tumultuam o processo, tornando-o moroso. 16.Fls. 59.642/59.691: Apiciado no item 5 (encerramento da RJ). 17.Fls. 59.692: Apiciado no item 5 (encerramento da RJ). 18.Fls. 59.693/59.700: Trata-se de manifestação de Leandro Schulz requerendo a intimação da Recuperanda para que realize o pagamento do crédito extraconcursal, considerando a decisão proferida pelo Juízo da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000113-86.2019.5.09.0009. Registra-se que, conforme corretamente analisado pela AJ (fls. 60.103/60.104 item IV), o crédito à título de honorários advocatícios devido ao Dr. Leandro Schulz possui natureza extraconcursal, pois arbitrados em 03/09/2019, ou seja, em momento posterior ao pedido de Recuperação Judicial do Grupo SHC ocorrido em 05/11/2018. Por esta razão, considerando que o crédito não se sujeita aos efeitos desta Recuperação Judicial, não cabe a este Juízo a deliberação sobre a sua satisfação, devendo ser executado no Juízo de origem, qual seja, a 9ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR. Vale a presente decisão como OFÍCIO, a ser encaminhada pelo Requerente/Interessado, comprovando-se o protocolo nos autos. 19.Fls. 59.701: Apiciado no item 5 (encerramento da RJ). 20.Fls. 59.702: Apiciado no item 5 (encerramento da RJ). 21.Fls. 59.703: Apiciado no item 5 (encerramento da RJ). 22.Fls. 59.704/59.705: Apiciado no item 1 (regularização processual). 23.Fls. 59.706/59.708, 59.733/59.734, 59.735/59.743, 59.744 e 59.979/59.982: Petições de Rubel Takeo Tanaka, Thais de Lima Silva, Francisco Azevedo Pereira Junior, Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto e Fabrício da Silva Fernandes, insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da opção padrão, requerendo a complementação do pagamento dos seus créditos, em razão da falta de intimação sobre as opções de pagamento apresentadas no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, a retificação da relação de credores, para que conste a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

totalidade dos valores reconhecidos nas ações que deram origem aos crédito e a nulidade das disposições constantes na Cláusula 7 do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, declarada pelo v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. Os pleitos não merecem guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência, onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o recente julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado;22/07/2020) (Grifei). Ademais, o aditivo ao plano de recuperação judicial homologado previu prazo menor para o pagamento dos credores, bem como prazo definido para a escolha das opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. No tocante ao quanto decidido pela C. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, consigne-se que as Recuperandas interpuuseram Recurso Especial, ao qual a Presidência da Seção de Direito Privado concedeu efeito suspensivo. Em outras palavras, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial homologado, com alterações e ressalvas, permanece vigente, por força da cláusula rebus sic stantibus. Assim, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto à opção de pagamento, desde a aprovação do referido aditivo ao plano, indefiro os pedidos dos mencionados credores. 24.Fls. 59.709/59.711: Apreciado no item 5 (encerramento da RJ). 25.Fls. 59.712/59.717, 59.984/59.987, 59.988/59.993: Considerando que a AJ já respondeu aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item I da sua manifestação de fls. 60.100/60.113, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. 26.Fls. 59.718/59.722: Ciência aos interessados da r. decisão de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos do Conflito de Competência nº 185.333/SP. 27.Fls. 59.723: Apreciado no item 5 (encerramento da RJ). 28.Fls. 59.724/59.726: Reporto-me à decisão de fls. 59.551/59.556, devendo o credor Fernando Rodrigues do Carmo atentar-se quanto aos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial (fls. 59.528 item VII), em especial no que tange à comprovação de quitação de seu crédito, conforme comprovante juntado às fls. 59.537. 29.Fls. 59.727/59.732: Manifestação de Kleber Rufatto requerendo a reserva do valor de R\$ 595.328,50 em seu favor, objeto da Habilitação de Crédito nº 1060051-19.2021.8.26.0100. INDEFIRO o pedido formulado pelo Requerente, uma vez que o art. 6º, § 3º, da LRJF prevê a competência exclusiva do Juízo Trabalhista para determinação de eventual reserva de crédito, impossibilitando, portanto, a determinação de ofício pelo Juízo Recuperacional. 30.Fls. 59.733/59.734: Apreciado nos itens 5 e 23 (encerramento da RJ e opção de pagamento). 31.Fls. 59.735/59.743: Apreciado nos itens 5, 15 e 23 (encerramento da RJ e opção de pagamento). 32.Fls. 59.744: Apreciado nos itens 5, 15 e 23 (encerramento da RJ, dados bancários e opção de pagamento). 33.Fls. 59.745/59.956: Concedo a gratuidade de justiça à Vanessa Veloso. Nos termos da manifestação da AJ (fls. 60.108 item IX), intime-se a credora Vanessa Veloso para que apresente os dados bancários via e-mail para o endereço eletrônico creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com, viabilizando, assim, o pagamento de seu crédito, nos termos do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

vigência. 34.Fls. 59.957/59.971: Considerando que referido crédito possui natureza quirografária, sua inclusão deve respeitar o devido processo legal, devendo ser objeto de habilitação/impugnação de crédito autônoma, a ser distribuída por dependência ao processo principal (arts. 8º e 10, caput e § 5º, da Lei nº 11.101/2005 e Comunicado CG nº 219/2018). 35.Fls. 59.972: Apreciado no item 5 (encerramento da RJ). 36.Fls. 5.973/59.976: Ciente do protocolo de ofício realizado pelas Recuperandas. 37.Fls. 59.977/59.978: Apreciado no item 5 (encerramento da RJ). 38.Fls. 59.979/59.982: Apreciado nos itens 5 e 23 (encerramento da RJ e opção de pagamento). 39.Fls. 59.983: Apreciado no item 4 (ofício ao Juízo da 2ª Vara do Trabalho de São Paulo Zona Sul - SP execução de crédito extraconcursal). 40.Fls. 59.984/59.987: Apreciado no item 25 (ofícios). 41.Fls. 59.988/59.993: Apreciado no item 25 (ofícios). 42.Fls. 59.994/60.009 e 60.037/60.074: Aguarde-se a análise dos créditos a ser apresentada pela Administradora Judicial, conforme item VIII, da manifestação de fls. 60.100/60.113. 43.Fls. 60.010/60.036: Apreciado no item 1 (regularização processual). 44.Fls. 60.037/60.074: Apreciado no item 42 (habilitação de crédito trabalhista). Fls. 60.075/60.076: Conforme manifestação da Administradora Judicial de fls. 60.100/60.113, item VIII, o crédito de Helen Regina de Andrade já consta na Prévia do Quadro-Geral de credores, devendo os patronos atentarem-se ao curso processual e seus detalhes, evitando-se peticionamentos desnecessários que apenas tumultuam o processo, tornando-o moroso. 45.Fls. 60.077/60.097: Apreciado no item 8 (Agravos de Instrumento). 46.Fls. 60.098/60.099: Em atenção a manifestação da AJ (fls. 60.100/60.113, item IX), intime-se a credora Jessica Nobre Maratore, na pessoa de seu patrono, Dr. Romiglio Finozzi Junior OAB/SP nº 168.315, para que acoste aos autos procuração específica com poderes para receber e dar quitação nos autos da Recuperação Judicial. Com a regularização, fica a Administradora Judicial autorizada a proceder a anotação dos dados bancários. 47.Fls. 60.100/60.113: Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação. Vista ao MP, às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int.". **CERTIFICO MAIS QUE** por r. Sentença proferida em 25/02/2022, a Recuperação Judicial foi declarada encerrada: "Vistos. Fls. 59.551/59.556: Penúltima decisão. Fls. 60.114/60.119: Última decisão. Trata-se de Recuperação Judicial proposta pelo GRUPO SHC, ajuizada em 5/11/2018, cujo processamento foi deferido em 21/11/2018. O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado tempestivamente (fls. 10.786/11.858) e, posteriormente, foram apresentados 5 aditivos assim localizados: 1º aditivo: fls. 22.407/22.429; 2º aditivo: fls. 24.738/24.759; 3º aditivo: fls. 25.612/25.637; 4º aditivo: fls. 25.931/25.953 e 5º aditivo: fls. 26.163/26.185. Ante as objeções apresentadas, a Assembleia-Geral de Credores foi convocada para o dia 19/6/2019 (1ª Convocação) e 3/7/2019 (2ª Convocação). No primeiro conclave, a Assembleia-Geral de Credores não foi instalada ante a ausência de quórum legal, sendo instalada em 2ª convocação, havendo votação e aprovação da suspensão da sessão até o dia 5/9/2019. A Assembleia-Geral de Credores realizada em 5/9/2019 aprovou pela maioria dos credores, divididos nas respectivas classes, o Plano de Recuperação Judicial e o seu 5º aditivo. Referido Plano de Recuperação Judicial e o respectivo aditivo foram homologados, com ressalvas, em 13/9/2019 (decisão publicada no DJE em 27/9/2019), oportunidade em que concedida recuperação judicial ao Grupo SHC. Nova Assembleia-Geral de Credores foi realizada em 28/11/2019 (2ª Convocação), especificamente para submeter questões societárias aos credores, tendo-se então autorizado a reorganização proposta pelas Recuperandas, por maioria dos créditos presentes naquela AGC, o que foi homologado em 5/12/2019. Antes do vencimento da primeira obrigação prevista no Plano de Recuperação Judicial (e aditivo) aprovado e homologado, em razão da crise desencadeada pela pandemia da COVID-19, as Recuperandas requereram nova Assembleia-Geral de Credores (28/2/2020),


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

oportunidade em que apresentaram a 1ª Alteração ao Plano de Recuperação Judicial e Aditivo homologados, a qual foi sucedida das seguintes alterações: 2ª alteração: fls. 33.883/33.907; 3ª alteração: fls. 35.527/35.550 e 4ª alteração: fls. 35.527/35.550. Nova Assembleia-Geral de Credores foi convocada para os dias 8/7/2020 (1ª Convocação) e 15/7/2020 (2ª Convocação), após cancelamento de conchaves presenciais convocados, em função do lockdown decretado pelas autoridades do Estado de São Paulo. No primeiro deles, a Assembleia-Geral de Credores não foi instalada ante a ausência de quórum legal, sendo instalada em 2ª Convocação, com votação e aprovação pela maioria dos credores, divididos nas respectivas classes, do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (ata às fls. 37.301/37.316). As Alterações promovidas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial foram homologadas, com ressalvas, em 6/8/2020 (decisão publicada no DJE em 11/08/2020). Desde então, conforme relatórios mensais de atividades apresentados pela Administradora Judicial nos autos (38 até o presente momento), os vencimentos das obrigações previstas no Aditivo homologado vêm sendo respeitados, ainda que diversos credores tenham apresentado recursos em face das condições vigentes. Em 23/9/2021, o Grupo requereu o encerramento da Recuperação Judicial ao argumento de estarem as obrigações completamente cumpridas, de acordo com as alterações promovidas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado por este Juízo (fls. 56.368/56.384). Por seu turno, a Administradora Judicial se manifestou favorável ao encerramento (fls. 57.743/57.766), destacando que ainda que o acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000 tenha alterado as condições de pagamentos aos credores trabalhistas, houve concessão de efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto pelas Recuperandas, fazendo com que a decisão homologatória do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, com alterações e ressalvas, esteja vigente. Em assim sendo, todas as condições ali impostas foram cumpridas pelas devedoras no biênio de fiscalização. O Ministério Público suscitou questões desfavoráveis ao encerramento da Recuperação Judicial, tais como o endividamento fiscal e o acréscimo das obrigações das Recuperandas, caso a decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000 prevaleça. Acerca de tais questões, as Fazendas foram intimadas a se manifestar acerca do encerramento da RJ no prazo de 5 dias, e mantiveram-se silentes (fls. 59.616 e 59.617). Quanto ao acréscimo das obrigações das Recuperandas, a Administradora Judicial apresentou memória de cálculo indicando o número de credores a serem contemplados com eventual pagamento adicional - 1.027 ao todo - totalizando R\$ 10,4 milhões a ser desembolsado pelo Grupo SHC em caso de desprovimento do recurso especial interposto (fls. 59.524). Intimado para manifestação às fls. 59.569/59.577, o Ministério Público opinou desfavoravelmente acerca do encerramento da RJ. Intimados também os credores, com manifestações acerca do encerramento (fls. 59.069, 59.070, 59.071, 59.072, 59.073, 59.132, 59.153/59.155, 59.156/59.157, 59.158, 59.257/59.258, 59.259/59.278, 59.481/59.482, 59.483/59.484, 59.492/59.493, 59.494/59.495, 59.508, 59.569/59.577, 59.642/59.691, 59.682, 59.701, 59.702, 59.703, 59.706/59.708, 59.709/59.711, 59.723, 59.733/59.734, 59.735/59.743, 59.744, 59.972 e 59.977/59.978 e 59.979/59.982). A Administradora Judicial apresentou voluntariamente o relatório circunstanciado sobre a execução do plano (fls. 60.126/63.341), previsto nos arts. 22, II, "d", e 63, III, da Lei nº 11.101/2005, contendo dados gerais sobre a execução do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial homologado e vigente, dados do endividamento extraconcursal, dados das alienações de ativos no período de supervisão judicial, dados das captações de recursos no período de supervisão judicial, perspectivas da atividade operacional, dados das habilitações e impugnações de créditos pendentes de julgamento, prestação de contas dos trabalhos por ela executados no decurso do processamento, bem como apêndices informativos e anexos contendo comprovantes de pagamentos aos credores. Aduziu que os termos do Aditivo ao Plano de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Recuperação Judicial vigente foram cumpridos pelas Recuperandas e que todos os credores cujos créditos constam habilitados e que informaram seus dados bancários foram pagos nos vencimentos estabelecidos no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial e em seus termos e que, uma vez vencidos, a cada novo trânsito em julgado e nova informação de dados bancários, mensalmente os créditos têm sido pagos. Apresentou 7 apêndices (fls. 60.189/60.305) com informações analíticas, abrangendo a consolidação da prévia do quadro geral de credores, informações analíticas sobre os pagamentos dos créditos, detalhes mensais dos pagamentos e informações contábeis complementares de dezembro de 2021 e também, 18 anexos (fls. 60.306/63.341) contendo os comprovantes de pagamentos efetuados pelas Recuperandas aos credores. Trouxe informações sobre o endividamento extraconcursal, sobre os ativos vendidos ao longo do período de fiscalização judicial, antes e após a concessão da Recuperação Judicial. Carreou informações sobre linhas de créditos obtidas e mantidas junto a credores extraconcursais, com alongamento das dívidas e carências, bem como para encomendas de veículos na Jac China, único fornecedor para os produtos que comercializa. Informou importante captação junto ao controlador, com o fito de honrar compromissos assumidos no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial vigente, sobretudo no vencimento relativo aos credores trabalhistas. Sobre as perspectivas dos negócios, carreou informações acerca da melhora das margens naqueles atualmente desenvolvidos, sobretudo no último semestre de 2021, apresentando informações mensais sobre o lucro gerado pelas operações continuadas e pelas operações globais, considerando os efeitos negativos das operações descontinuadas e cujas dívidas, majoritariamente, estão submetidas a essa Recuperação Judicial. Noticiou as expectativas de negócios futuros, envolvendo massivamente a comercialização de veículos elétricos, confirmando informações trazidas aos autos ao longo do processamento do Recuperação Judicial, de que os negócios envolvendo veículos elétricos seria o mote do soerguimento do Grupo SHC, informando que, in verbis: “Nosso atual diagnóstico é proveniente das análises dos dados contábeis e financeiros procedidas desde o início do processamento, em novembro/2018, até dezembro/2021, que, ressalvadas as distorções contábeis que foram sendo por nós apontadas e parcialmente corrigidas ao longo do processamento, evidenciam efetiva alavancagem de negócios, e de margens, no curso do ano de 2021”. Ainda, do relatório circunstanciado apresentado pela Administradora Judicial, constou as projeções da gestão do Grupo, informando que nos próximos 4 anos pretende comercializar mais de 13.000 veículos elétricos e gerar faturamento de R\$ 3,7 bilhões e que fora mantida a força de trabalho, reduzida em 64% desde o início do processamento, porém, compatível com as unidades atualmente em funcionamento. Por fim, a Administradora Judicial informou os incidentes que pendem de julgamento/ trânsito em julgado e prestou contas de todos os trabalhos por ela desenvolvidos ao longo do período de supervisão judicial, apontando o saldo em aberto dos seus honorários, na data de encerramento do relatório no montante de R\$ 316.980,53. É o relatório do que se faz necessário. Fundamento e decido. Considerando que as Recuperandas demonstraram o adimplemento das obrigações vencidas no biênio previsto no art. 61, caput, da Lei no 11.101/2005, ou seja, cumpriram com as obrigações previstas no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (aprovado em AGC e homologado pelo Juízo), inevitável a extinção do processo, considerando que o período de fiscalização judicial se exauriu, independentemente do tempo de carência eventualmente fixado nas condições vigentes do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, da consolidação do Quadro-Geral de Credores (última prévia juntada às fls. 60.191/60.216), ou mesmo de decisão judicial alterando os termos e as condições estipuladas no acordo de vontades coletivo, pois, dela, há recurso em andamento. Com efeito, tal interpretação – me parece - está em consonância com a nova redação dada ao art. 61, caput, in fine, da Lei nº 11.101/2005, alterada pela Lei nº 14.112/2020, ipsis litteris: “Art. 61. Proferida a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

decisão prevista no art. 58 desta Lei, o juiz poderá determinar a manutenção do devedor em recuperação judicial até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no plano que vencerem até, no máximo, 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial, independentemente do eventual período de carência.” (g.n.) É importante consignar que decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contados da concessão da Recuperação Judicial, eventual descumprimento de obrigação pelas Recuperandas não tem o condão de ensejar a sua convalidação em falência. Nessa situação, o credor poderá promover a execução específica e individual do seu crédito ou mesmo pleitear a falência – de forma autônoma - da devedora, nos moldes dos arts. 59, § 1º, e 62, da Lei nº 11.101/2005, in verbis: “Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei. § 1º A decisão judicial que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, do caput da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.” “Art. 62. Após o período previsto no art. 61 desta Lei, no caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação judicial, qualquer credor poderá requerer a execução específica ou a falência com base no art. 94 desta Lei.” (g.n.) Além disso, a existência de habilitações/impugnações de crédito pendentes de trânsito em julgado ou julgamento não é obstáculo ao encerramento da Recuperação Judicial, posto que não ensejará qualquer prejuízo aos credores (art. 63, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005). Sob pena de eternização do processo, é inadmissível que a Recuperação Judicial permaneça em andamento até que as impugnações/habilitações de créditos sejam julgadas ou cumpridas todas as obrigações assumidas no plano que, em sua maioria, têm seu termo final previsto em décadas. Considero, ademais, que compete ao Juiz de Direito zelar pela razoável duração do processo, cânone de envergadura constitucional (art. 5º, LXXVIII, incluído como direito fundamento pela EC nº 45/2004), e repetido pelo Diploma processual de 2015 (arts. 4º, 6º e 139, II). Outrossim, a competência para julgar as impugnações/habilitações de crédito, mesmo depois de extinta a Recuperação Judicial, continua sendo deste Juízo, nos moldes dos arts. 43, do Código de Processo Civil, e 10, § 9º, da Lei nº 11.101/2005: “Art. 43. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.” “Art. 10. Não observado o prazo estipulado no art. 7º, § 1º, desta Lei, as habilitações de crédito serão recebidas como retardatárias. (...) § 9º A recuperação judicial poderá ser encerrada ainda que não tenha havido a consolidação definitiva do quadro-geral de credores, hipótese em que as ações incidentais de habilitação e de impugnação retardatárias serão redistribuídas ao juízo da recuperação judicial como ações autônomas e observarão o rito comum.” (g.n.) Destaco que novas ações eventualmente ajuizadas depois do encerramento da Recuperação Judicial, quanto a sua competência, obedecerão a normatização geral posto que cessada a prevenção. Já as impugnações/habilitações julgadas, mas em fase recursal, deverão apenas aguardar a decisão final e, ato contínuo, tornar-se-ão títulos executivos judiciais passíveis de execução. Por fim, ressalto que o encerramento da Recuperação Judicial não extingue as obrigações das Recuperandas e a respectiva sentença está subordinada à cláusula rebus sic stantibus (art. 505, I, do Código de Processo Civil), ou seja, eventual decisão judicial que altere os termos ou as condições do Plano de Recuperação Judicial não será prejudicada pela res judicata. Em uníssono são os precedentes a seguir: “APELAÇÃO CÍVEL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SENTENÇA DE ENCERRAMENTO. MANUTENÇÃO. RECURSOS DE DOIS DOS CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS. AUSÊNCIA DE ÔBICES AO ENCERRAMENTO. PRAZO DE SUPERVISÃO JUDICIAL QUE NÃO ESTÁ ATRELADO AO PRAZO DE CARÊNCIA. ALTERAÇÕES NA LEI FEDERAL Nº 11.101/2005. NÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

EVIDENCIADO O DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL GERICAMENTE ALEGADO PELOS APELANTES. RECURSOS NÃO PROVIDOS.” (TJSP; Apelação Cível 1024861-97.2018.8.26.0100; Relator (a): Alexandre Lazzarini; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 25/10/2021; Data de Registro: 25/10/2021) “Recuperação judicial – Decreto de encerramento – Decurso do prazo de supervisão – Ausência de específica arguição de descumprimento do plano homologado – Interpretação dos arts. 61 e 63 da Lei 11.101/2005 – Pendência de impugnações inapta a impedir a extinção do procedimento concursal – Sentença mantida – Recurso desprovido.” (TJSP; Apelação Cível 0014361-62.2013.8.26.0100; Relator (a): Fortes Barbosa; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 13/12/2018; Data de Registro: 13/12/2018). “Recuperação judicial. Encerramento. Credor que alega pendência de habilitação retardatária. Cumprimento das obrigações da recuperanda dentro do biênio legal que é, a rigor, incontroverso. Fase de supervisão judicial superada. Ressalva efetuada quanto aso créditos pendentes, que poderá ser autonomamente cobrado. Sentença mantida. Recurso desprovido.” (TJSP; Apelação Cível 0233099-90.2008.8.26.0100; Relator (a): Claudio Godoy; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 02/02/2018; Data de Registro: 02/02/2018). “Recuperação Judicial. Recurso tirado contra a sentença de encerramento. Hipótese em que é inegável o cumprimento do plano no interstício do biênio de fiscalização. Escado o prazo a que alude o “caput” do art. 61 da Lei nº 11.101/2005 sem a notícia de descumprimento do plano, o caso é, mesmo, de encerramento do processo, nos termos do art. 63 da mesma lei. Termo circunstanciado de que trata o inciso III do art. 63 da lei de regência que deve ser entregue após a sentença de encerramento, não antes. Ausência, ademais, de reclamação, de qualquer credor, sobre o descumprimento do plano, verificando-se, em acréscimo, a apresentação, pelo Administrador Judicial, do aludido termo circunstanciado após a sentença, que também atesta o cumprimento do plano no biênio legal. Em caso de eventual descumprimento após esse período, cabe ao credor tomar o caminho da execução individual do seu crédito, nos termos do art. 62 da LRF, optando, se o caso, pelo pedido de falência com esteio no art. 94 da mesma lei. Recurso desprovido.” (TJSP; Apelação Cível 0003083-93.2012.8.26.0619; Relator(a): Araldo Telles; Comarca de Taquaritinga; Órgão julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do julgamento: 29/07/2019; Data de publicação: 31/07/2019). “RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. FALHA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENCERRAMENTO. PLANO DE RECUPERAÇÃO. ADITIVOS. TERMO INICIAL. PRAZO BIENAL. CONCESSÃO. BENEFÍCIO. HABILITAÇÕES PENDENTES. IRRELEVÂNCIA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a definir (i) se houve falha na prestação jurisdicional e (ii) se nos casos em que há aditamento ao plano de recuperação judicial, o termo inicial do prazo bienal de que trata o artigo 61, caput, da Lei nº 11.101/2005 deve ser a data da concessão da recuperação judicial ou a data em que foi homologado o aditivo ao plano. 3. Não há falar em falha na prestação jurisdicional quando a decisão está clara e suficientemente fundamentada, resolvendo integralmente a controvérsia. 4. A Lei nº 11.101/2005 estabeleceu o prazo de 2 (dois) anos para o devedor permanecer em recuperação judicial, que se inicia com a concessão da recuperação judicial e se encerra com o cumprimento de todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos do termo inicial. 5. O estabelecimento de um prazo mínimo de efetiva fiscalização judicial, durante o qual o credor se vê confortado pela exigência do cumprimento


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

*dos requisitos para concessão da recuperação judicial e pela possibilidade direta de convalidação da recuperação em falência no caso de descumprimento das obrigações, com a revogação da novação dos créditos, é essencial para angariar a confiança dos credores, organizar as negociações e alcançar a aprovação dos planos de recuperação judicial. 6. A fixação de um prazo máximo para o encerramento da recuperação judicial se mostra indispensável para afastar os efeitos negativos de sua perpetuação, como o aumento dos custos do processo, a dificuldade de acesso ao crédito e a judicialização das decisões que pertencem aos agentes de mercado, passando o juiz a desempenhar o papel de muleta para o devedor e garante do credor. 7. Alcançado o principal objetivo do processo de recuperação judicial que é a aprovação do plano de recuperação judicial e encerrada a fase inicial de sua execução, quando as propostas passam a ser executadas, a empresa deve retornar à normalidade, de modo a lidar com seus credores sem intermediação. 8. A apresentação de aditivos ao plano de recuperação judicial pressupõe que o plano estava sendo cumprido e, por situações que somente se mostraram depois, teve que ser modificado, o que foi admitido pelos credores. Não há, assim, propriamente uma ruptura da fase de execução, motivo pelo qual inexistente justificativa para a modificação do termo inicial da contagem do prazo bienal para o encerramento da recuperação judicial. 9. A existência de habilitações/impugnações de crédito ainda pendentes de trânsito em julgado, o que evidencia não estar definitivamente consolidado o quadro geral de credores, não impede o encerramento da recuperação. 10. Recurso especial não provido.” (RECURSO ESPECIAL Nº 1.853.347 - RJ (2019/0206278-0); Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva; Data de Julgamento: 05/05/2020; DJE 11/05/2020) (g.n.). Assim, a despeito da posições de alguns credores, é caso de encerramento da Recuperação Judicial em tela, pelos motivos já mencionados. Ante o exposto, **DECLARO** que o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial vigente foi cumprido no tocante às obrigações vencidas no prazo de 2 (dois) anos após sua concessão, nos termos do art. 61, da Lei nº 11.101/2005, e, por consequência, **ENCERRO** a Recuperação Judicial de ZAQ PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ nº 27.156.550/0001-50), TUB PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ nº 05.769.100/0001-09), OPERADORA DE TURISMO T. T. TOURS LTDA. (CNPJ nº 04.069.238/0001-24), SRR PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ nº 05.742.308/0001-26), SRR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 03.474.172/0001-95), SPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 12.514.987/0001-41), SPG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 12.529.093/0001-25), SNS AUTOMÓVEIS LTDA. (CNPJ nº 11.122.071/0001-83), SNG SUL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 24.807.520/0001-79), SNG SP COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 24.816.113/0001-28), SNG RIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 24.934.448/0001-40), SNG NORDESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 24.807.608/0001-90), SNG C. OESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 24.795.815/0001-72), SHS PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ nº 12.764.772/0001-89), SHS LOCAÇÃO DE BENS LTDA. (CNPJ nº 12.795.203/0001-09), SECAR PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ nº 08.987.114/0001-89), SAINT MORITZ DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 00.819.488/0001-83), SAINT MICHEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 64.052.897/0001-80), SAINT MARTIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 03.761.346/0001-09), SAINT GERMAIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 68.817.287/0001-80), RPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 09.285.950/0001-84), RNG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 12.510.173/0001-39), PVN VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 05.251.492/0001-01), NHN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 12.505.564/0001-65), NGN IMPORTADORA LTDA. (CNPJ nº 11.453.341/0001-39), JC COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. (CNPJ nº 71.811.384/0001-70), JC BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. (CNPJ nº 15.238.000/0001-00), GB*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CARS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 04.289.308/0001-50), FRANCECAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 67.570.598/0001-25), ETOILE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 03.843.720/0001-07), EPC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 06.888.977/0001-73), DIREÇÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ nº 00.816.450/0001-57), CORRETORA DE SEGUROS SHR LTDA. (CNPJ nº 04.046.958/0001-74), CARFRANCE LTDA. (CNPJ nº 41.920.521/0001-44), CAMBRAIA E ROSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ nº 01.829.861/0001-40), BSC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 11.106.720/0001-52), BRN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 11.569.914/0001-94), BRG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 12.536.852/0001-87), AVENUE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ nº 07.989.018/0001-07) e AUTOFRANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ nº 70.176.516/0001-77), em conjunto denominadas "GRUPO SHC", em litisconsórcio ativo, na forma do art. 63, da Lei nº 11.101/2005, determinando: 1. O pagamento do saldo de honorários da Administradora Judicial e eventuais despesas reembolsáveis, nos moldes das decisões de fls. 14.412/14.415 e 50.611/50.617 (art. 63, I); 2. A apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas (art. 63, II); 3. A dispensa de apresentação de relatório circunstanciado (art. 63, III), posto que já juntado pela Administradora Judicial às fls. 60.126/63.341; 4. A exoneração da Administradora Judicial do encargo de fiscalizar as Recuperandas, a partir da publicação desta sentença; 5. Deixo de dissolver o Comitê de Credores, pois inexistente (art. 63, IV); 6. A comunicação ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para as providências cabíveis (art. 63, V); 7. A liberação de eventuais constrições no patrimônio das Recuperandas que tenham por objeto créditos concursais, com a transferência diretamente às Recuperandas de bens e valores bloqueados e penhorados; 8. Ao Banco do Brasil S. A. para que informe o saldo existente nas contas de depósitos judiciais vinculadas à Recuperação Judicial, cabendo às Recuperandas demonstrarem quais valores referem-se a créditos concursais e extraconcursais. Servirá a presente sentença como ofício, a ser encaminhada pelas Recuperandas aos órgãos competentes, comprovando-se o protocolo, no prazo de 5 (cinco) dias. Oportunamente, à Z. Serventia para as providências de praxe. P.R.I.". **CERTIFICA MAIS QUE** por r. Decisão proferida em 03/05/2022, pelo MM Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 63.345/63.356: Sentença de encerramento. 1. Fls. 60.126/63.341 (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, ao Ministério Público, aos credores e demais interessados acerca do Relatório Circunstanciado apresentado pela Administradora Judicial. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seu crédito nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) no período compreendido entre 21/01/2022 a 07/02/2022, para que busquem o parecer contábil relativo a seu crédito (fls.60.189/60.190). Sobre referidos pareceres, poderão os interessados apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 2. Fls. 63.342/63.644 (Vanessa Veloso), 63.519/63.520 (Jéssica Nobre Maratore), 63.582/69.586 (Carlos César Cardoso Filho), 63.878 (Adriana Aparecida Cabello), 64.124/64.126 (Vinicius Frugoli Silva), 64.152/64.153 (Derivaldo de Jesus Gama) e 64.182/64.183 (Jackson Cleber Soares Brandão): Relativamente à indicação de dados bancários, como exaustivamente decidido, tais informações deverão ser encaminhadas ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com. Ressalto que é desnecessária a manifestação cientificando o Juízo acerca das sentenças proferidas nas habilitações/impugnações de crédito, bem como do envio de e-mail à Administradora Judicial para anotação de dados bancários, evitando-se postulações e manifestações inócuas que apenas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

tumultuam o processo. Intimem-se os credores Andrina Aparecida Cabello e Jackson Cleber Soares Brandão, para que apresentem procuração específica com poderes para receber e dar quitação no processo de Recuperação Judicial. Com a apresentação, fica autorizada a Administradora Judicial a proceder com a anotação dos dados bancários. 3. Fls. 63.357/63.458 (Thiago de Carvalho Pradella): Considerando que o crédito pleiteado por Thiago de Carvalho Pradella é extraconcursal, conforme apurado no incidente nº 1070656-24.2021.8.26.0100, este poderá ser executado no Juízo de origem (4ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa da Comarca de São Paulo/SP), que deverá adotar as medidas cabíveis, tais como atos de constrição para satisfação do débito. Ademais, cumpre destacar que quaisquer atos de constrição nos autos da Recuperação Judicial são inócuos, considerando a natureza negocial e não executória do procedimento em tela. 4. Fls. 63.464/64.481 (Ministério Público): Como pedido de reconsideração, rejeito-o, pelos próprios fundamentos da decisão. Anote-se a interposição do agravo de instrumento. Ciência à parte adversa. Mantenho a decisão pelos próprios fundamentos. 5. Fls. 63.482 (Manoel Vieira Machado) e 63.564/63.580 (Tarciso Manoel Taveira): Manifestações de Manoel Vieira Machado e Tarciso Manoel Taveira, insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da “opção padrão”, requerendo a complementação do pagamento dos seus créditos e a retificação da relação de credores, para que conste a totalidade dos valores reconhecidos nas ações que deram origem aos crédito e a nulidade das disposições constantes na Cláusula 7ª do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, declarada nula pelo v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. O pleito não merece guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência, onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Ademais, o aditivo ao plano de recuperação judicial homologado previu prazo menor para o pagamento dos credores, bem como prazo definido para a escolha das opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. No tocante ao quanto decidido pela C. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, consigne-se que as Recuperandas interpuseram Recurso Especial, ao qual a Presidência da Seção de Direito Privado concedeu efeito suspensivo. Em outras palavras, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial homologado, com alterações e ressalvas, permanece vigente, por força da cláusula rebus sic stantibus. Assim, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto à opção de pagamento, desde a aprovação do referido aditivo ao plano, indefiro os pedidos dos mencionados credores. 6. Fls. 63.517/63.518 e 64.021 (Nathalia Gomes Pereira): Trata-se de manifestações de Nathalia Gomes Pereira, requerendo complementação do ofício expedido às fls. 63.496/63.497, para que conste também a possibilidade de execução dos honorários sucumbenciais arbitrados na Reclamação Trabalhista nº 1000535-60.2020.5.02.0702, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho de São Paulo – Zona Sul/SP. Ante o pedido realizado, retifico o ofício anteriormente expedido,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

esclarecendo que o crédito foi julgado na Habilitação de Crédito nº 1083521-79.2021.8.26.0100, na qual restou determinada a inclusão tão somente do crédito concursal em favor da Habilitante, no montante de R\$ 8.753,15, na Classe I – Trabalhista. Considerando que o saldo remanescente possui natureza extraconcursal, pois correspondentes ao dia do comerciante (período: 10/2019 e 04/2020), horas extras e reflexos (desde 12/2018), férias (período aquisitivo 03/2018), 13º salário (a partir de 12/2018) e FGTS (desde 12/2018) e, por fim, aos honorários sucumbenciais fixados em 14/08/2020, poderão ser executados no Juízo de origem, qual seja, a 2ª Vara do Trabalho de São Paulo – Zonal Sul /SP. 7. Fls. 63.521/63.525, 63.554/63.560, 63.804/63.805, 63.853/63.856 (Ofícios): Considerando que a AJ já respondeu aos ofícios (art. 22, I, “m”, da LREF), conforme item II da sua manifestação de fls. 64.498/64.520, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. 8. Fls. 63.526/63.528 (Maira Licor Brussolo de Carvalho), 63.531/63.532, 63.816 (Vagner Luis Suenson Júnior), 63.562/63.563 (Jet Cars Estética Automotiva Ltda.), 63.801/63.803 (Wallace Freitas), 63.821/63.840 (Sul América Companhia de Seguro Saúde): Anotem-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. 9. Fls. 63.529/63.530 (Fernando Rodrigues do Carmo): Reporto-me à decisão de fls. 59.551/59.556, devendo o credor Fernando Rodrigues do Carmo atentar-se quanto aos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial (fls. 64.498/64.520 – item VI), relativamente à quitação do seu crédito nos termos da opção na qual está alocado. 10. Fls. 63.533/63.537 (Nathalia Gomes Pereira): O pedido de certidão de objeto e pé deve ser realizado diretamente em cartório, e não através de peticionamento nos autos. 11. Fls. 63.539/63.543 e 64.127/64.131 (Recuperandas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de janeiro e fevereiro de 2022, cuja conferência foi reportada no 39º Relatório Mensal de Atividades apresentado pela Administradora Judicial. 12. Fls. 63.544/63.553, 63.549/63.553, 63.841/63.846 e 63.847/63.852 (Conflitos de Competência): Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 183545/SP, nº 183999/SP, que reconheceram a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constritivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se a 12ª Vara do Trabalho de São Paulo – Zonal Sul/SP e 23ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos processos nº 1000038-84.2018.5.02.0712 e 1001206-54.2018.5.02.0023 e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. 13. Fls. 63.581, 64.073 e 64.184 (Everson Rômulo Bezerra da Silva): Em atenção à manifestação da AJ (fls. 64.498/64.520 – item VII), ciência aos credores Everson Romulo Bezerra da Silva, Sabino Pereira de Souza e Sul América Companhia de Seguro Saúde Ltda., quanto à quitação de seus créditos, como comprovado pelos documentos juntados (fls. 64.517, 64.518, 64.519 e 64.520). 14. Fls. 63.582/69.586 (Carlos César Cardoso Filho) e 64.187/64.297 (Vinicius Wojcickoski Brasil): Concedo a gratuidade aos credores Carlos Cesar Cardoso Filho e Vinicius Wojcickoski Brasil. 15. Fls. 63.587/63.588 (Michel Azeredo da Silveira) e 63.782/63.790 (Recuperandas): Embargos de Declaração opostos por Michel Azevedo da Silveira e pelas Recuperandas, requerendo seja suprida a omissão na r. sentença quanto aos créditos ilíquidos que se sujeitam à Recuperação Judicial. Conheço os embargos, pois que tempestivos, e no mérito, nego-lhes provimento. Considerando que a matéria suscitada pelos embargantes foi objeto da decisão de fls. 52.984/52.990, evidente a ocorrência da preclusão (art. 223, caput, do CPC). 16. Fls. 63.589/63.781 (Recuperandas): Ciência ao Ministério Público, aos credores e demais interessados do inteiro teor da manifestação das Recuperandas. 17. Fls. 63.791/63.800, 63.857/63.865 (Agravos nº 2148140-10.2021.8.26.0000 e 2148423-33.2021.8.26.0000): Cumpram-se os v. acórdãos. Ciência às Recuperandas, ao Ministério Público, aos credores e demais interessados dos julgamentos dos Agravos de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Instrumento nº 2148140-10.2021.8.26.0000 e 2148423-33.2021.8.26.0000. 18. Fls. 63.806/63.811 (Sérgio Carvalho Valpaços), 63.872/63.877 (Luiz Eduardo Morelli Lordello Marques), 63.995/63.999 (Marcos da Silva), 64.004/64.012 (Anderson da Silva Galotti), 64.022/64.028 (David Morero), 64.029/64.036 (Kátia Maria da Silva e Souza), 64.037/64.049 (Marcio Luiz Consolino Júnior), 64.050/64.063 (Leandro Magnolo Santilio), 64.064/64.067 (Marina Mafuz) e 64.068/64.072 (Eduardo Albuquerque Gontijo): Fica postergado o juízo de admissibilidade do recurso de apelação para o relator sorteado junto ao E. Tribunal de Justiça, na forma do art. 1010, §3º do CPC. Intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1010, §1º do CPC). Após, decorrido o prazo legal, com ou sem a apresentação de resposta, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com as anotações de praxe (art. 1010, §3º do CPC). Considerando que os autos subirão ao E. TJSP, deverá o administrador judicial extrair uma carta de sentença digital, com a petição inicial (sem os documentos que a instruíram), o plano aprovado, a ata da AGC, a decisão de concessão, o QGC, a decisão que homologou o QGC e a sentença de encerramento. Os autos digitais, formados com as peças processuais referidas, servirão para a prática de atos processuais enquanto pendente as apelações, se recebidas pela E. Superior Instância. 19. Fls. 63.812/63.815, 63.817/63.820 e 63.879/63.882 (Conflitos de Competência): Ciência aos interessados das r. decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrichi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 186642/SP, 186659/SP e 186853/SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 20. Fls. 63.866/63.871 (Agravado de Instrumento nº 2044755-12.2022.8.26.0000): Cumpra-se a r. decisão. Ciência aos interessados da decisão proferida no Agravado de Instrumento nº 2044755-12.2022.8.26.0000, que concedeu o efeito suspensivo pretendido pelo Ministério Público quanto à decisão de encerramento da Recuperação Judicial. 21. Fls. 63.883/63.994 (Cláudio Roberto Cucolotto, Geanne Bruna Couto Viana e Gentil Cândido Diniz Viana): Tratando-se de créditos quirografários, deverão os interessados propor habilitação de crédito retardatária (art. 10, § 5º, da LREF), observando-se ainda o Comunicado CG nº 219/2018 (DJE 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. Por fim, no momento da distribuição, deverá a peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. 22. Fls. 64.000/64.003 (Ofício 3ª Vara Cível de Recife/PE): Ciente do ajuizamento da ação. 23. Fls. 64.013/64.020 (Ofício 14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte): Em razão do ofício expedido pela 14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0010290-62.2019.5.03.0014, com fito de informar a existência de crédito concursal e a necessidade de pagamento ou, se o caso, a indicação de bens não essenciais passíveis de constrição. Neste sentido, insta salientar que medidas de constrição no processo de Recuperação Judicial são inócuas, uma vez que o procedimento possui natureza negocial, razão pela qual informo a impossibilidade de pagamento ou providências de créditos extraconcursais por este Juízo. Outrossim, intem-se as Recuperandas para, caso queiram, indiquem bens à penhora na Reclamação Trabalhista nº 0010290-62.2019.5.03.0014, em atenção ao art. 829, § 2º, do Código de Processo Civil. 24. Fls. 64.154/64.181 (Ofício nº 1082/2022): Em atenção à determinação contida no ofício expedido pela 4ª Vara Cível de Curitiba/PR, nos autos do cumprimento de sentença nº 0042594-20.2014.8.16.0001, para pagamento dos honorários sucumbenciais, esclareço que, em razão da natureza extraconcursal do crédito reconhecido naqueles autos, o valor poderá ser executado no próprio juízo de origem, restando inócuas quaisquer medidas executórias no processo de Recuperação Judicial, ante sua natureza negocial. 25. Fls. 64.187/64.297 (Vinicius Wojcickoski Brasil): Embora adotada a via incorreta pela petionária, deve ser aplicada a prerrogativa insculpida no art. 6º, § 2º da LREF, que prevê a possibilidade de inclusão automática do crédito trabalhista no Quadro-Geral de Credores por


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

intermédio de simples ofício expedido pelo juízo trabalhista ao juízo falimentar. Portanto, tratando-se de pretensão à inclusão de crédito de natureza trabalhista, admite-se a habilitação na forma pretendida, devendo ser calculado o crédito até a data do pedido de recuperação judicial, conforme determinação contida no art. 9º, II da LREF. Atendem-se os credores que mensalmente a Administradora Judicial apresenta seus pareceres sobre cada crédito trabalhista pleiteado nos autos principais, cujos cálculos obedecem estritamente ao quanto determina a Lei, conforme acima citado. Ciência ao interessado Vinicius Wojcickoski Brasil, de que a análise de seu crédito constará do 40º Relatório Mensal de Atividades. Assim, deverá o credor trabalhista, que pugna a inclusão de seu crédito nos autos principais, buscar junto ao RMA subsequente, o parecer relativo a seus créditos, conforme item X, da manifestação de fls. 64.509, cumprindo a todos os demais conferir a prévia do Quadro-Geral de Credores juntada no mesmo ato, a fim de conferir se seus créditos já estão habilitados, evitando-se com isso manifestações desnecessárias no presente feito. Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado no parecer técnico da Administradora Judicial. 26. Fls. 64.317/64.497 (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação do 39º Relatório Mensal de Atividades pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades desenvolvidas no mês de março de 2022, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos até o mês de fevereiro de 2022, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 30/03/2022, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 64.413/64.415). Sobre referidos pareceres, poderá o titular apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 27. Fls. 64.498/64.520 (Administradora Judicial): Questões já contempladas no curso desta manifestação. Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados. Abra-se vista ao Ministério Público. Int.". **CERTIFICA AINDA QUE** por r. Decisão proferida em 21/06/2022, pelo MM Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 64.710/64.717: Última decisão. 1. Fls. 64.298/64.311 (Manoel Alves de Souza Neto): Nos termos da manifestação da AJ (fls. 66.469/66.483 – item VI), intime-se o credor Manoel Alves de Souza Neto acerca da apresentação do parecer contábil relativo ao seu crédito oriundo da Reclamação Trabalhista nº 0010347-49.2020.5.03.0110. 2. Fls. 64.312/64.316 e 66.234 (Jéssica Nobre Maratore), 64.757/64.760 (Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto, Fabrício da Silva Fernandes), 64.697/64.704 (Sidnei Antônio Pacheco), 65.249/65.254 (Eduardo Ferreira Cruz), 65.255/65.256 (Thais de Lima Silva), 65.257/65.261 (Francisco Azevedo Pereira Junior), 65.277/65.279 (Tarciso Manoel Taveira), 65.280/65.304 (Felipe Athanasios Stergiou), 65.326/65.327 (Vinicius Frugoli Silva), 65.331 (Jéssica Nobre Maratore), 65.343/65.350 (Carlos Cesar Cardoso Filho), 66.184/66.208 (Carlos Pires Martins) e 66.209/66.231 (Andresa Barbosa de Araújo): Tratam-se de manifestações insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da "opção padrão", requerendo a complementação do pagamento dos seus créditos e a retificação da relação de credores, para que conste a totalidade dos valores reconhecidos nas ações que deram origem aos créditos e a nulidade das disposições constantes na Cláusula 7ª do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, declarada nula pelo v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. O pleito não merece guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Falência, onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o recentíssimo julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Ademais, o aditivo ao plano de recuperação judicial homologado previu prazo menor para o pagamento dos credores, bem como prazo definido para a escolha das opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. No tocante ao quanto decidido pela C. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, consigne-se que as Recuperandas interpuuseram Recurso Especial, ao qual a Presidência da Seção de Direito Privado concedeu efeito suspensivo. Em outras palavras, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial homologado, com alterações e ressalvas, permanece vigente, por força da cláusula rebus sic stantibus. Assim, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto à opção de pagamento, desde a aprovação do referido aditivo ao plano, indefiro os pedidos dos mencionados credores. 3. Fls. 64.529/64.530 (Jorge Alexandrino da Silva), 64.533/64.551 (Claudio Lopes Salomão), 64.691 (Eduardo Laurindo), 64.697/64.704 (Sidnei Antônio Pacheco), 65.255/65.256 (Thais de Lima Silva), 65.257/65.261 (Francisco Azevedo Pereira Junior), 65.277/65.279 (Tarciso Manoel Taveira), 65.326/65.327 (Vinicius Frugoli Silva) e 66.184/66.208 (Carlos Pires Martins): Relativamente à indicação de dados bancários, como exaustivamente decidido, tais informações deverão ser encaminhadas ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com. Ressalto que é desnecessária a manifestação cientificando o Juízo acerca das sentenças proferidas nas habilitações/impugnações de crédito, bem como do envio de e-mail à Administradora Judicial para anotação de dados bancários, evitando-se postulações e manifestações inúteis que apenas tumultuam o processo. Intime-se os credores Jorge Alexandrino da Silva, Cláudio Lopes Salomão, Eduardo Laurindo, Sidnei Antônio Pacheco, Thiago Henrique de Souza Neri, Thais de Lima Silva, Francisco Azevedo Pereira Junior, Tarciso Manoel Taveira, Vinicius Frugoli Silva e Carlos Pires Martins, para que apresentem procuração específica com poderes para receber e dar quitação no processo de Recuperação Judicial, diretamente no e-mail indicado pela AJ. Com a apresentação, fica autorizada a Administradora Judicial a proceder com a anotação dos dados bancários. Ademais, intime-se o credor Eduardo Laurindo para apresentar o número de CPF do titular da conta indicada, também através do e-mail indicado pela AJ. 4. Fls. 64.531/64.532 (Heloisa Vicente), 64.944/64.965 (Sul América Companhia e Seguro Saúde), 65.220/65.248 (Neoenergia Distribuição Brasília S/A), 65.332/65.333 (Reurides Siolin da Silva) e 66.232/66.233 (José Gomes da Silva): Anotem-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. 5. Fls. 64.533/64.551 (Cláudio Lopes Salomão) e 65.273 (Talita Barsoti Querido): Em atenção à manifestação da Administradora Judicial (fls. 66.469/66.483 – item VI), as questões arguidas deverão ser direcionadas aos respectivos incidentes processuais distribuídos (1033290-14.2022.8.26.0100 e 1078905-61.2021.8.26.0100). Quanto aos dados bancários, o requerimento foi apreciado acima. 6. Fls. 64.557/65.561, 66.176/66.180 (Recuperandas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

meses de março e abril de 2022, cuja conferência foi reportada nos 40º e 41º Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela Administradora Judicial. 7. Fls. 64.562 (Vitor Araújo da Silva): Não obstante a irresignação do credor Vitor Araújo da Silva, em atenção ao disposto no art. 36 da Lei nº 11.101/2005, a AGC é convocada por meio de edital publicado no DJe (fls. 35.524/35.526) e disponibilizado no site da Administradora Judicial (<https://expertisemais.com.br/recuperacoes-judiciais/grupo-shc/>), não havendo, portanto, razões para eventual alegação de nulidade do conclave por ausência de intimação pessoal das partes, uma vez que não é este o modus operandi previsto na LREF. Nesse sentido: “RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Segundo plano de recuperação. Regular publicação de edital contendo a relação de todos os credores constantes do quadro geral. Falha da intimação dos advogados regularmente constituídos pela instituição financeira recorrente que invalida outros atos processuais, mas não a assembleia geral. Decisão de homologação que foi republicada e propiciou a interposição do presente recurso. Recuperação que desde o primeiro plano criara subclasses de credores quirografários. Criação de subclasse de credor quirografário estratégico, que recebeu valores diferentes dos demais. Segundo plano de recuperação que determina a alienação de imóveis paga pagamento exclusivo dos demais credores quirografários. Possibilidade da criação de subclasses de credores, como, de resto, já ocorreu no primeiro plano de recuperação judicial, sujeitos a condições diferentes de pagamento. Recurso improvido.” Por fim, as atas relativas a todos os conclaves realizados encontram-se, de igual forma, no site da AJ, restando, assim, esclarecidas as questões suscitadas pelo credor. 8. Fls. 64.677/64.680, 64.681/64.685 e 65.305/65.309 e 65.262/65.565 (Conflitos de Competência – Liminares): Ciência aos interessados das r. decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência. Aguarde-se o julgamento definitivo. 9. Fls. 64.686/64.690, 65.266/65.270, 66.244/66.248 e 66.249/66.253 (Conflitos de Competência – Julgamento Definitivo): Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 186.659/SP, 186.642/SP, 186.853/SP e 188.440/SP que declararam a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constritivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se à 9ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, 76ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, 18ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG e à 23ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos processos nº 1000296-06.2018.5.02.0709, 100972-62.2018.5.01.0076, 001835-72.2014.5.03.0018 e 1001206-54.2018.5.02.0023 e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. 10. Fls. 64.705/64.708 (Ofícios): À Administradora Judicial já para que providencie resposta ao ofício. 11. Fls. 64.749/64.752 (Fernando Almeida de Araújo) e 64.757/64.760 (Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto e Fabrício da Silva Fernandes): Atentem-se os credores aos esclarecimentos prestados pela Auxiliar quanto ao prosseguimento da Recuperação Judicial e das fiscalizações das atividades das Recuperandas, em razão do quanto determinado no Agravo de Instrumento nº 2044755-12.2022.8.26.0000. 12. Fls. 64.753/64.756 (Rosana Márcia Pacini) e 65.340/65.342 (Donizete Aparecido Melo): A quitação de valores na Recuperação Judicial será realizada diretamente pelas Recuperandas, por meio de conta bancária informada pelos credores, sendo inócuos os pedidos de expedição de MLE para eventuais pagamentos. 13. Fls. 64.761/64.938 e 66.287/66.468 (Administradora Judicial – 40º e 41º RMA): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação do 40º e 41º Relatórios Mensais de Atividades pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades desenvolvidas nos meses de abril e maio de 2022, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos aos meses de março e abril de 2022, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/05/2022, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 64.855/64.857 e 66.287/66.468). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 14. Fls. 64.939/6.943 (Fernando Rodrigues do Carmo): Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Fernando Rodrigues do Carmo, requerendo seja suprida a omissão na sentença de fls. 63.345/63.356, que não teria se pronunciado quanto aos dois supostos valores apontados como devidos ao credor. Conheço os embargos, eis que tempestivos, e no mérito, nego-lhes provimento. A decisão lançada está adequadamente fundamentada, não havendo que se falar em omissão, obscuridade ou contradição no decidido. No caso em tela, pretende o Embargante, a pretexto de sanar suposto vício do decisum, alterar a forma de pagamento do seu crédito, o que, caso queira, poderá fazer por meio do recurso competente. Ademais, atente-se o credor, novamente, aos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial quanto ao valor do seu crédito e ao montante devido para pagamento e regularmente quitado, com a aplicação do deságio previsto no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial atualmente vigente. 15. Fls. 64.966/64.168 (Thiago Henrique Souza Neri): Considerando que o crédito devido ao patrono do credor Thiago Henrique e Souza Neri, Dr. Endrigo de Carvalho Pinto, é extraconcursal, este poderá ser executado no Juízo de origem (33ª Vara do Trabalho de Salvador/BA – Reclamação Trabalhista nº 0000599-44.2018.5.05.0033), que deverá adotar as medidas cabíveis, tais como atos de constrição para satisfação da obrigação. Ademais, cumpre destacar que quaisquer atos de constrição nos autos da Recuperação Judicial são inócuos, considerando a natureza negocial e não executória do procedimento em tela. 16. Fls. 65.169/65.219 (Francisco Veríssimo da Silva Neto, Ana Lucia Gregório Nunes, Marcos André Gregório da Silva, Quesia Cristina Nunes, Zilanda Paula da Silva e Artur Gregório da Silva): A via é incorreta. Nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados do requerente, o nome da recuperanda/falida como requerida e seus respectivos patronos. No mais, anote-se o nome do d. advogado no sistema. 17. Fls. 65.257/65.261 (Francisco Azevedo Pereira Junior): Em que pese a irresignação do credor quanto ao posicionamento do crédito trabalhista para a data do pedido de Recuperação Judicial, é cediço que a atualização do crédito além da data do pedido de Recuperação Judicial viola os arts. 9º, II, 18, parágrafo único, e 124, caput, da Lei nº 11.101/2005. Desta forma, os cálculos elaborados pela Administradora Judicial atendem aos parâmetros determinados pela LREF. Os demais requerimentos foram apreciados nos itens acima. 18. Fls. 65.271/65.272: (Recuperandas): Ciente o Juízo. 19. Fls. 65.310/65.315 (Ofício): Notadamente, houve equívoco do Juízo Oficiante, pois a decisão de fls. 65.310/65.315 não condiz com a presente Recuperação Judicial. À Administradora Judicial para que responda diretamente ao juízo solicitante, consignando-se que se trata de processo ajuizado contra Oi S.A. 20. Fls. 65.316/65.325 (Vinicius Frugoli Silva): Ressalto que é desnecessária a manifestação cientificando o Juízo acerca das sentenças proferidas nas habilitações/impugnações de crédito, evitando-se postulações e manifestações inócuas que apenas tumultuam o processo. 21. Fls. 65.334/65.339 (Marli Rodrigues dos Santos e Guimarães Mascarenhas Advocacia): Intimem-se os credores Marli Rodrigues dos Santos e Guimaraes Mascarenhas Advocacia acerca da apresentação do parecer contábil de fls. 66.387, relativo ao crédito concursal oriundo da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Reclamação Trabalhista nº 0000169-79.2020.5.09.0011. De igual forma, ciência quanto aos esclarecimentos da Administradora Judicial de fls. 66.469/66.483, item VI, acerca da extraconcursabilidade parcial do crédito de Marli Rodrigues dos Santos e integral do crédito à título de honorários sucumbenciais devidos aos patronos e à título de verbas rescisórias devidos a Marli Rodrigues dos Santos. 22. Fls. 65.351/65.430, 65.431/65.512, 65.513/65.600, 65.601/65.687, 65.688/65.775, 65.776/65.855, 65.856/65.935, 65.936/66.015, 66.016/66.095 e 66.096/66.175 (Recuperandas – Contrarrazões): Melhor revendo a parte final do item 18, que constou da decisão de fls. 64.710/64.717, deverá a Administradora Judicial, após o decurso do prazo para contrarrazões à apelação de fls. 66.235/66.240, extrair uma carta de sentença digital, com a petição inicial (sem os documentos que a instruíram), o plano aprovado, a ata da AGC, a decisão de concessão, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aprovado e vigente, a ata da AGC que o aprovou, a decisão de sua homologação, a prévia do Quadro Geral de Credores atualizada, a sentença de encerramento, as apelações interpostas e as contrarrazões apresentadas, formando incidente processual que deverá ser remetido ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo, com as anotações de praxe (art. 1.010, § 3º do CPC). A Administradora Judicial deverá providenciar a distribuição do incidente por peticionamento eletrônico inicial, por dependência, informando quando da sua distribuição para que a serventia tome as providências necessárias. 23. Fls. 66.235/66.240 (Sidney Soares Coimbra Júnior): Fica postergado o juízo de admissibilidade do recurso de apelação para o relator sorteado junto ao E. Tribunal de Justiça, na forma do art. 1.010, § 3º, do CPC. Intime-se o Grupo Apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.010, § 1º, do CPC). Após, decorrido o prazo legal, com ou sem a apresentação de resposta, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com as anotações de praxe (art. 1.010, § 3º, do CPC), na forma do item 22 desta decisão. 24. Fls. 66.241/66.243 (Junta Comercial do Rio de Janeiro): Ciência aos interessados acerca do ofício-resposta. Oficie-se à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em resposta, informando sobre a interposição de recurso acerca do encerramento da Recuperação Judicial. 25. Fls. 66.271/66.286 (Avanco HP Comércio de Aditivos): Ciência à Administradora Judicial. 26. Fls. 66.469/66.484 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação. Vista ao MP, às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação. Para os itens 9 e 24, servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pela Recuperanda aos Órgãos/Empresas Públicos/Privados, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. Int.". **CERTIFICA MAIS QUE** por r. Decisão proferida em 22/08/2022, pelo MM Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 66.531/66.538: Última decisão. 1. Fls. 66.485/66.486 (Sidnei Renosto), 66.487/66.488 (Antônio Gilson Alves Teixeira), 66.522/66.525 (Deyse Cristina da Silva Schiave) e 67.076/67.092 (Tamyres Pereira da Silva) 67.504/67.505 (Antonio Gilson Alves Teixeira) (Dados Bancários): Relativamente à indicação de dados bancários, como exaustivamente decidido, tais informações deverão ser encaminhadas ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com. Ressalto que é desnecessária a manifestação cientificando o Juízo acerca das sentenças proferidas nas habilitações/impugnações de crédito, bem como do envio de e-mail à Administradora Judicial para anotação de dados bancários, evitando-se postulações e manifestações inócuas que apenas tumultuam o processo. Intimem-se os credores Sidnei Renosto, Antônio Gilson Alves Teixeira, Tamyres Pereira da Silva e Antonio Gilson Alves Teixeira, para que apresentem procuração específica com poderes para receber e dar quitação no processo de Recuperação Judicial. Com a apresentação, fica autorizada a Administradora Judicial a proceder com a anotação dos dados bancários. 2. Fls. 66.505 (Antônio Carlos de Oliveira): Considerando que a Administradora Judicial procedeu com a exclusão do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

crédito de Antônio Carlos de Oliveira (fls. 67.484/67.797 – item VI), nada a deliberar. 3. Fls. 66.506/66.509, 66.510/66.513, 67.192/67.198, 67.199/67.205 (Conflitos de Competência/Liminares): Ciência aos interessados acerca das r. decisões da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 189024/SP, 189292/SP, 190167/SP, 190421/SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 4. Fls. 66.514/66.518 (Kerima Targino Lins): Ante as informações prestadas pela Administradora Judicial (fls. 67.484/67.797 – item VII), deverá a credora Kerima Targino Lins apresentar os dados bancários diretamente ao e-mail indicado no item I da presente decisão. 5. Fls. 66.519/66.521 (Bela Painéis e Cartazes Ltda Epp): Anote-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. Quanto à concordância ao PRJ apresentado às fls. 25.931/25.953, intempestiva e inadequada a via para manifestação da vontade, considerando que as deliberações acerca do PRJ ocorrem em Assembleia-Geral de Credores (art. 35, I, “a”, da LREF), e que na Recuperação Judicial do Grupo SHC, o modificativo ao PRJ apresentado às fls. 35.527/35.550 foi aprovado em AGC instalada em 15/07/2020, e homologado, com ressalvas, em 06/08/2020 (decisão publicada no DJE em 11/08/2020). 6. Fls. 66.566/66.568 (Fernando Costa Leitão): Ciência ao credor Fernando Costa Leitão dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial (fls. 67.484/67.797 – item VI), em relação a já constar o crédito reconhecido no incidente nº 1092759-59.2020.8.26.0100 devidamente habilitado na prévia do QGC (fls. 67.422 – linha 416). 7. Fls. 66.569/66.572 (MP do Estado da Bahia), 66.786/66.801 (2º Juizado Especial Cível de Águas Claras/DF), 66.807/66.808 (Cartório de Protesto Camaçari/BA) e 67.056/67.074 (4ª VC de São José/SC): Considerando que a AJ já respondeu aos ofícios (art. 22, I, “m”, da LREF), conforme item II da sua manifestação de 67.484/67.797, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. 8. Fls. 66.579/66.594 e 66.595/66.597 (Ministério Público): Ciência às Recuperandas, à Administradora Judicial, aos credores e demais interessados acerca das manifestações do Ministério Público. 9. Fls. 66.598 (Donizete Aparecido Melo): Ciência ao credor Donizete Aparecido Melo dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial (fls. 67.484/67.797 – item VI), em relação a já constar o crédito reconhecido no incidente nº 1093786-77.2020.8.26.0100 devidamente habilitado na prévia do QGC (fls. 67.407 – linha 503), bem como quanto à inexistência de saldo remanescente, uma vez que o pagamento foi realizado nos termos do PRJ homologado e ora vigente. 10. Fls. 66.599/66.779 e 67.297/67.483 (Administradora Judicial - 42º e 43º RMA): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação dos 42º e 43º Relatórios Mensais de Atividades pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades desenvolvidas nos meses de junho e julho de 2022, os dados contábeis e fluxos de caixa relativos aos meses de maio e junho de 2022, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/07/2022, para que busquem os pareceres contábeis relativos a seus créditos (fls. 66.696/66.698 e fls. 67.401/67.402). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 11. Fls. 66.780/66.784 e 67.187/67.191 (Recuperandas – Prestação de Contas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de maio e junho de 2022, cuja conferência foi reportada nos 42º e 43º Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela Administradora Judicial. 12. Fls. 66.785 e 66.809/66.857 (Recuperandas): Ciência ao Ministério Público, aos credores e demais interessados do inteiro teor da manifestação das Recuperandas. 13. Fls.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

66.802/66.806 (Recurso de Apelação): Considerando que as Recuperandas apresentaram contrarrazões às fls. 66.964/67.043, nada a deliberar. Aguarde-se a remessa ao E.TJSP, conforme decidido nos autos do incidente instaurado especificamente para esse fim, sob o nº 0031316-56.2022.8.26.0100. 14. Fls. 66.858/66.861 (Francis Ferraz Cordeiro e Claudiane da Silva Lima/Exclusão dos Cadastros): À z. Serventia, a fim de que promova a exclusão do patrono de Francis Ferraz Cordeiro e Claudiane da Silva Lima dos cadastros do sistema e-Saj. 15. Fls. 66.865/88.875, 66.876/66.883, 67.223/67.236, 67.237/67.248, 67.257/67.268, 67.269/67.280, 67.506/67.511, 67.512/67.519 e 67.520/67.535 (Agravos de Instrumento): Ciência às Recuperandas, Administradora Judicial, credores e demais interessados acerca dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 2162870-26.2021.8.26.0000 e 2234922-20.2021.8.26.0000. 16. Fls. 66.884/66.963 e 66.964/67.043 (Recuperandas): Considerando que o incidente para remessa das apelações a 2ª instância já foi instaurado, contemplando as contrarrazões, conforme certificado (fls. 67.075), nada a deliberar. 17. Fls. 67.044/67.052 (Fernando Rodrigues do Carmo): Considerando que a apelação em comento foi transladada para o incidente nº 0031316-56.2022.8.26.0100, nada a deliberar. 18. Fls. 67.053/67.055 (Jéssica Nobre Maratore) e 67.093/67.186 (Felipe Athanasios Stergiou): Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento nº 2168572-16.2022.8.26.0000 e 2172381-14.2022.8.26.0000, dando-se ciência às Recuperandas. Reporto-me à decisão de fls. 57.807/57.810, que concedeu efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto em face do v. acórdão de fls. 57.791/57.806, proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, dando-se ciência aos credores e demais interessados. 19. Fls. 67.206/67.211 e 67.212/67.217 (Conflitos de Competência): Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 185580/SP e 187867/SP que declararam a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se a 16ª Vara do Trabalho de Salvador/BA e a 9ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos processos nº 0000802-91.2017.5.05.0016, 0000113-86.2019.5.09.0009, 0000059-86.2020.5.09.0009 e 0000401-34.2019.5.09.000 e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pela Recuperanda aos Órgãos/Empresas Públicos/Privados, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. 20. Fls. 67.249/67.250 (Cintia Renata de Andrade Lima): Anote-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. 21. Fls. 67.251/67.256 (30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre): Vista à AJ para análise da natureza do crédito e eventual habilitação. Deverá a AJ, ainda, oficiar em resposta ao Juízo solicitante. 22. Fls. 67.281/67.284 (10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro), 67.292/67.296 (20ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR) e 67.498/67.503 (6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro): Considerando a não sujeição do crédito tributário aos efeitos da Recuperação Judicial e, por conseguinte, a impossibilidade de reserva de crédito, à AJ para a resposta dos ofícios recepcionados (art. 22, i, "m", da LREF). 23. Fls. 67.285/67.291 (25ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ): Manifeste-se a Administradora Judicial. 24. Fls. 67.484/67.497 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação. Vista ao MP, às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int.". **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 20/10/2022 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 67.707/67.711: Última decisão. 1. Fls. 67.536/67.545, 67.546/67.554, 67.555/67.567, 67.568/67.576, 67.763/67.773, 67.774/67.779,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

67.780/67.787, 67.788/67.800, 67.801/67.810, 67.811/67.816, 67.817/67.824 (Agravos de Instrumento trânsito em julgado): Ciência às Recuperandas, Administradora Judicial, credores e demais interessados acerca dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 2140590-61.2021.8.26.0000, 2051925-69.2021.8.26.0000, 2164280-22.2021.8.26.0000, 2164280-22.2021.8.26.0000, 2201691-02.2021.8.26.0000, 2295692-76.2021.8.26.0000, 2282553-91.2020.8.26.0000, 2112076-98.2021.8.26.0000, 2079460-70.2021.8.26.0000, 2113292-94.2021.8.26.0000 e 2079128-69.2022.8.26.0000. 2. Fls. 67.577/67.658 (Débora Fernandes Franco): Intime-se a credora Débora Fernandes Franco para que seja cientificada da juntada do parecer contábil relativo ao crédito pretendido (fls. 68.834). Considerando que o crédito devido ao patrono da credora Débora Fernandes Franco, Dr. Paulo Alves Buarque, é extraconcursal, este poderá ser executado no Juízo de origem (13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS Reclamação Trabalhista nº 0020567-50.2018.5.04.0013), que deverá adotar as medidas cabíveis, tais como atos de constrição para satisfação da obrigação. 3. Fls. 67.659/67.664, 67.665/67.670, 67.671/67.676 e 68.715/68.720 (Conflitos de Competência): Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 190421/SP, 188010/SP, 190167/SP e 191380/SP, que declararam a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas, expeçam-se ofícios aos Juízos da 15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, 32ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ e 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos processos nº 0011011-50.2015.5.03.0015, 0020668-90.2014.5.04.0025, 0100025-09.2019.5.01.0032 e 0000562-14.2018.5.05.0034, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. 4. Fls. 67.680 (Reginaldo Ribeiro de Jesus), 67.759/67.760 (Karine Correia da Silva), 68.104/68.109 (Fernando Costa Leitão), 68.121/68.371 (Geraldo Araújo da Silva): Tratam-se de manifestações insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da opção padrão, requerendo a complementação do pagamento dos seus créditos e a retificação da relação de credores, para que conste a totalidade dos valores reconhecidos nas ações que deram origem aos créditos e a nulidade das disposições constantes na Cláusula 7ª do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, conforme o v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. O pleito não merece guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência, onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado; 22/07/2020) (Grifei). Ademais, o aditivo ao plano de recuperação judicial homologado previu prazo menor para o pagamento dos credores, bem como prazo definido para a escolha das opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. No tocante ao quanto decidido pela C. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, consigne-se que as Recuperandas interpuseram Recurso Especial,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ao qual a Presidência da Seção de Direito Privado concedeu efeito suspensivo. De outra sorte, o Recurso Especial não foi conhecido, conforme decisão de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, publicada em 21/09/2022, que ainda não transitou em julgado. Em outras palavras, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial homologado, com alterações e ressalvas, permanece vigente, por força da cláusula rebus sic stantibus. Assim, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto à opção de pagamento, desde a aprovação do referido aditivo ao plano, indefiro os pedidos dos mencionados credores. 5. Fls. 67.681/67.687 (Ylson Borges de Lima), 67.695/67.698 (Administradora Judicial), 67.699/67.706 (Antônio Simões de Araújo Silva), 68.110/68.112 (Mahayana da Silva Bispo): Anotem-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. Ressalto que é desnecessária manifestação cientificando o Juízo acerca das sentenças proferidas nas habilitações/impugnações de crédito, evitando-se postulações e manifestações inócuas que apenas tumultuam o processo. 6. Fls. 67.688/67.693 (Vara das Execuções Fiscais Estaduais de São Paulo) e 68.432/68.433 (1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre): Trata-se de ofícios expedidos com fito de determinar a penhora no rosto dos autos da Recuperação Judicial do Grupo SHC, a fim de que sejam satisfeitos os créditos devidos pelas Recuperandas. Neste sentido, cumpre destacar que quaisquer atos de constrição nos autos da Recuperação Judicial são inócuos, considerando a natureza negocial e não executória do procedimento em tela. Assim, indefiro as penhoras requeridas no rosto dos autos. Servirá a presente como OFÍCIO a ser encaminhado pela Administradora Judicial, no prazo de 10 dias. 7. Fls. 67.717/67.718 (Antônio Gilson Alves Teixeira), 67.743/67.744 (Jackson Cleber Soares Brandão), 68.104/68.109 (Fernando Costa Leitão), 68.113/68.115 (Antônio Gilson Alves Teixeira), 68.429/68.431 (Tamyres Pereira da Silva): Relativamente à indicação de dados bancários (tipo de conta, nome do titular da conta, número de CPF do titular da conta, número da agência, número da conta e dígito), como exaustivamente decidido, tais informações deverão ser encaminhadas diretamente ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfirj@gmail.com, em conjunto com cópia do documento de identificação e de procuração com poderes específicos para receber e dar quitação nos autos da Recuperação Judicial. 8. Fls. 67.719/67.733, 68.099/68.103 e 68.468/68.481 e 68.931/68.938 (Ofícios): Considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item II da sua manifestação de fls. 68.939/68.960, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. 9. Fls. 67.734/67.736 (Ministério Público): Ciência às Recuperandas, à Administradora Judicial, aos credores e demais interessados quanto à manifestação do Ministério Público. Intimem-se, ainda, os interessados, acerca da remessa do incidente nº 0031316-56.2022.8.26.0100 ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 30/08/2022. 10. Fls. 67.741/67.742 (Patrícia de Cássia Barbieri de Almeida): A certidão deve ser solicitada diretamente ao cartório, presencialmente ou através do e-mail cartorário.sp2falencias@tjsp.jus.br. 11. Fls. 67.745/67.749 e 68.116/68.120 (Conflitos de Competência): Ciência aos interessados acerca das r. decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 190955/SP e 191380/SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 12. Fls. 67.750/67.758 (1ª Vara Cível de Guarai/TO): Em atenção à solicitação contida no ofício expedido pela 1ª Vara Cível de Guarai/TO, nos autos do cumprimento de sentença nº 0002792-55.2018.8.27.2721, para pagamento do crédito em favor de Gilda Gomes Borba, esclareço que, em razão da natureza extraconcursal do crédito reconhecido naqueles autos, o valor poderá ser executado no próprio juízo de origem, restando inócuas quaisquer medidas executórias no processo de Recuperação Judicial, ante sua natureza negocial. Servirá a presente como OFÍCIO a ser encaminhado pela Administradora Judicial, no prazo de 10 dias. 13. Fls. 67.761/67.762 (Ofício): Conforme informado pela AJ (fls. 68.939/68.960 item II), o ofício foi devidamente respondido às fls. 67.495. 14. Fls. 67.825/67.829 e 68.710/68.714


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(Recuperandas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de julho e agosto de 2022, cujas conferências foram reportadas nos 44º e 45º Relatórios Mensais de Atividades apresentado pela Administradora Judicial (fls. 67.833/68.026 e fls. 68.721/68.930). 15. Fls. 67.833/68.026 e 68.721/68.930 (Administradora Judicial 44º e 45º RMA): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação do 44º e 45º Relatórios Mensais de Atividades pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades desenvolvidas no meses de agosto e setembro de 2022, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos aos meses de julho e agosto de 2022, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial em vigência. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/09/2022, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 67.944/67.945 e 68.833/68.836). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF, devendo o interessado observar os termos do Comunicado CG nº 219/2018. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 16. Fls. 68.027/68.031 (Conflito de Competência): Ciência aos interessados da r. decisão de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrigli, nos autos do Conflito de Competência nº 191201/SP. 17. Fls. 68.035/68.059 (Nathalia Gomes Pereira): Intime-se a credora Nathalia Gomes Pereira, para que seja cientificada de que seu crédito se encontra definitivamente habilitado na prévia do Quadro-Geral de Credores (fls. 68.847 linha 1.408). 18. Fls. 68.077/68.098 (Banco do Brasil S.A.): Aperfeiçoada a cessão, que engloba a totalidade do crédito devido pelo Banco do Brasil S.A. nestes autos, autorizo a substituição da titularidade do crédito do Banco Cedente para o B2cycle Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados. Anotem-se os dados dos patronos em razão da regularização processual. 19. Fls. 68.372/68.379 (Leandro Schulz): Intimem-se as Recuperandas para que sejam cientificados do julgamento do Conflito de Competência nº 187867/SP. Tratando-se de crédito extraconcursal, deverão as Recuperandas promover a sua integral quitação, independentemente de providências do juízo recuperacional. 20. Fls. 68.380 (Reginaldo Ribeiro de Jesus): Não obstante a irresignação do credor Reginaldo Ribeiro de Jesus, em atenção ao disposto no art. 36 da Lei nº 11.101/2005, a AGC é convocada por meio de edital publicado no DJe (fls. 35.524/35.526) e disponibilizado no site da Administradora Judicial (<https://expertisemail.com.br/recuperacoes-judiciais/grupo-shc/>), não havendo, portanto, razões para eventual alegação de ausência de intimação pessoal das partes, uma vez que não é este o procedimento previsto na LREF. Nesse sentido: RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Segundo plano de recuperação. Regular publicação de edital contendo a relação de todos os credores constantes do quadro geral. Falha da intimação dos advogados regularmente constituídos pela instituição financeira recorrente que invalida outros atos processuais, mas não a assembleia geral. Decisão de homologação que foi republicada e propiciou a interposição do presente recurso. Recuperação que desde o primeiro plano criara subclasses de credores quirografários. Criação de subclasse de credor quirografário estratégico, que recebeu valores diferentes dos demais. Segundo plano de recuperação que determina a alienação de imóveis paga pagamento exclusivo dos demais credores quirografários. Possibilidade da criação de subclasses de credores, como, de resto, já ocorreu no primeiro plano de recuperação judicial, sujeitos a condições diferentes de pagamento. Recurso improvido. Posto isto, INDEFIRO o pedido formulado por Reginaldo Ribeiro de Jesus. 21. Fls. 68.381/68.385 (Israel José da Silva): Indefiro o pedido formulado, conforme corretamente apontado pela Administradora Judicial, estando o crédito sujeito aos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

efeitos da Recuperação Judicial (art. 49, da LREF), deverá ser quitado nos termos do PRJ aprovado em Assembleia-Geral de Credores e devidamente homologado por este Juízo, não cabendo, portanto, negociações diversas, em razão da novação operada, nos termos do art. 59 da 11.101/2005. 22. Fls. 68.386/68.389 (Tabelionato de Protestos de Títulos de Camaçari/BA): Em atenção às informações prestadas pelo Tabelionato de Protestos de Títulos de Camaçari/BA, intimem-se as Recuperandas para que recolham as taxas necessárias aos cancelamentos dos protestos deferidos. 23. Fls. 68.390/68.428 (Recuperandas): Ciente o Juízo. 24. Fls. 68.434/68.464 (Amanda Correa Magalhães França): Aguarde-se o trânsito em julgado da r. decisão proferida no REsp 2017406/SP, que não conheceu do recurso interposto pelas Recuperandas, para oportuna deliberação. Sem prejuízo, manifestem-se as Recuperandas. 25. Fls. 68.482/68.517 (Rosilene Vieira de Souza): A via é incorreta. Nos termos do Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, as habilitações/impugnações de crédito deverão ser distribuídas POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Saliento que, quando da distribuição, deverão se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados do requerente, o nome da recuperanda/falida como requerida e seus respectivos patronos. No mais, anote-se o nome do d. advogado no sistema. 26. Fls. 68.518/68.581 (Marissara Dias de Souza): Havendo incidente de habilitação de crédito distribuído, os pedidos correlatos deverão ser direcionados àqueles autos. 27. Fls. 68.939/68.960 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação. Vista ao MP, às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int.” **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 12/12/2022 pelo MM. Juiz foi dito que: “Vistos. Fls. 69.067/69.073: Última decisão. 1. Fls. 68.963/68.968, 68.998/69.003, 69.155/69.160 e 69.802/69.809 (Conflitos de Competência): Considerando as decisões proferidas pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência nº 189024/SP, 190955/SP, 189292/SP e 191201/SP, que declararam a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas, oficie-se a 78ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, 39ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG e 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos processos nº 1000469-46.2019.5.02.0078, 0000324-92.2018.5.05.0034, 0010473-46.2019.5.03.0139 e 0020972-41.2017.5.04.0007, e ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. 2. Fls. 68.969/68.975 (14ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS): Ciência às Recuperandas quanto às informações prestadas acerca da Execução Fiscal nº 5045474-80.2019.8.21.0001/RS. 3. Fls. 68.976/68.997 (Espólio de Judilene de Fátima Faria): Conforme noticiado pela AJ (fls. 70.264/70.282 item IV), intime-se o Espólio de Judilene de Fátima Faria, para que seja cientificado de que o crédito da falecida já se encontra habilitado na prévia do QGC (fls. 70.017 linha 1.030), cuja apuração observou corretamente o quanto determinado no art. 9º, II, da LREF. Outrossim, para o recebimento do crédito, apresente termo de compromisso de inventariante ou promova a habilitação de todos os herdeiros constantes na certidão de óbito, bem como cópia do documento pessoal dos respectivos herdeiros e procurações com poderes específicos para recebimento e quitação nos autos da Recuperação Judicial, observando que os dados bancários, após a comprovação documental, deverão ser remetidos diretamente para o e-mail das Recuperandas. 4. Fls. 69.004/69.006 (Sidnei da Conceição Sant'ana) e 70.011/70.019 (H.K. Dry Clean Serviços Ltda., Apollo Bernardes da Silva e Narciso Fernandes Barbosa): Tratando-se de crédito quirografário, deverá o interessado propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. 5. Fls. 69.007/69.008 (Daniel Estevam da Silva), 69.422/69.423 (Kleber Rufatto), 69.427/69.428 (Reginaldo Ribeiro de Jesus), 69.429/69.431 (Jorcelene Aparecida dos Santos Queiroz): Trata-se de manifestações insurgindo-se contra o enquadramento de seus créditos nos moldes da opção padrão, requerendo a complementação do pagamento dos seus créditos e a retificação da relação de credores, para que conste a totalidade dos valores reconhecidos nas ações que deram origem aos créditos e a nulidade das disposições constantes na Cláusula 7ª do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, conforme v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. O pleito não merece guarida, uma vez que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial e Falência, onde a ciência da maioria dos atos processuais se dá pela publicação de editais e não pela citação/intimação individual dos credores. Nesse sentido, é o julgado do E. TJSP, sobre este mesmo feito recuperacional: Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Habilitação de crédito trabalhista. Suposta nulidade da publicação que homologou o plano de recuperação judicial por falta de intimação. Desídia do agravante que não pode ser usada em seu favor. Enquanto não regularizada a representação, era seu ônus acompanhar o andamento processual. Inteligência do art. 104, CPC. Decisão mantida. Agravo conhecido e, no mérito, desprovido. (Agravo de instrumento nº 2017856-45.2020.8.26.0000. Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Relator: Pereira Calças. Data do julgado, 22/07/2020) (Grifei). Ademais, o aditivo ao plano de recuperação judicial homologado previu prazo menor para o pagamento dos credores, bem como prazo definido para a escolha das opções, não podendo o credor beneficiar-se de sua própria desídia, uma vez que referida opção não necessitaria de judicialização, bastando o envio de e-mail para que a manifestação da vontade gerasse efeitos. No tocante ao quanto decidido pela C. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, consigne-se que as Recuperandas interuseram Recurso Especial, ao qual a Presidência da Seção de Direito Privado concedeu efeito suspensivo. De outra sorte, o Recurso Especial não foi conhecido, conforme decisão de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, publicada em 21/09/2022, que ainda não transitou em julgado em razão da interposição de Agravo Interno pelas Recuperandas. Em outras palavras, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial homologado, com alterações e ressalvas, permanece vigente, por força da cláusula rebus sic stantibus. Assim, por ter sido oportunizado a todos os credores diligentes o direito de externar sua vontade quanto à opção de pagamento, desde a aprovação do referido aditivo ao plano, indefiro os pedidos dos mencionados credores. Aguarde-se, contudo, o trânsito em julgado dos recursos interpostos pelas Recuperandas para posterior deliberação. 6. Fls. 69.009/69.010 (Daniela Peixoto de Albuquerque), 69.161/69.162 (José Carlos de Moraes), 69.261/69.262 (Neoenergia Distribuição Brasília S/A), 69.424/69.426 (Sérgio Aparecido Miloco), 69.449/69.485 (USS Soluções Gerenciadas S.A), 69.691/69.692 (Edimar Gomes Guimarães), 69.810/69.845 (USS Soluções Gerenciadas S.A.) e 70.237/70.239 (Vinícius José Barboza): À Z. Serventia para conferência e anotação dos dados dos patronos em razão da regularização processual. Ressalto que é desnecessária manifestação cientificando o Juízo acerca de distribuições de habilitações/impugnações de crédito, evitando-se postulações e manifestações inócuas que apenas tumultuam o processo. 7. Fls. 69.011/69.020, 69.021/69.030, 69.031/69.040, 69.041/69.049, 69.050/69.059, 69.060/69.066, 69.719/69.730, 69.731/69.740, 69.741/69.746, 69.759/69.765, 69.766/69.774, 69.775/69.785, 69.856/69.863, 69.864/69.871, 70.091/70.110, 70.130/70.136, 70.137/70.147, 70.148/70.163, 70.164/70.169, 70.170/70.185, 70.186/70.195,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CÍVEL****2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

70.196/70.202, 70.203/70.221, 70.222/70.230, 70.231/70.236 e 70.253/70.63: (Agravos de Instrumento): Ciência às Recuperandas, Administradora Judicial, credores e demais interessados acerca dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 2072612-67.2021.8.26.0000, 2144454-10.2021.8.26.0000, 2146604-61.2021.8.26.0000, 2204998-61.2021.8.26.0000, 2227926-06.2021.8.26.0000, 2235624-63.2021.8.26.0000, 2086502-73.2021.8.26.0000, 2224383-29.2020.8.26.0000, 2289089-84.2021.8.26.0000, 2201720-52.2021.8.26.0000, 2252129-66.2020.8.26.0000, 2299447-45.2020.8.26.0000, 2142712-47.2020.8.26.0000, 2142418-92.2020.8.26.0000, 2142712-47.2020.8.26.0000, nº 2036540-47.2022.8.26.0000, 2079460-70.2021.8.26.0000, 2112076-98.2021.8.26.0000, 2113292-94.2021.8.26.0000, 2134956-22.2021.8.26.0000, 2201691-02.2021.8.26.0000, 2234964-69.2021.8.26.0000, 2282553-91.2020.8.26.0000, 2289519-36.2021.8.26.0000 e 2295692-76.2021.8.26.0000. 8. Fls. 69.100/69.104 (5º Juizado Especial Cível de Curitiba/PR), 69.712/69.718 (25ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ), 69.754/69.758 (10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ), 69.786/69.801 (32ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP), 69.851/69.855 e 69.873/69.879 (5º Juizado Especial Cível e Criminal de Curitiba/PR): Considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item II da sua manifestação de fls. 70.264/70.282, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. 9. Fls. 69.105/69.154 (Bruno Albuquerque de Queiroz), 69.171/69.177 (Matheus Silva de Souza), 69.263/69.421 (Michael Lung da Silva): Intimem-se os credores Bruno Albuquerque de Queiroz, Matheus Silva de Souza e Michael Lung da Silva, para que sejam cientificados de que os pareceres contábeis relativos aos créditos serão oportunamente apresentados em conjunto ao 48º RMA (fls. 70.264/70.282 - item IV). 10. Fls. 69.163/69.165 (Ministério Público): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados quanto à manifestação do Ministério Público. 11. Fls. 69.178 (Matheus Silva de Souza), 69.248/69.250 (Tamyres Pereira da Silva), 69.251/69.260 (Selma Cenatti Fernandes), 69.691/69.692 (Edimar Gomes Guimarães): Relativamente à indicação de dados bancários (tipo de conta, nome do titular da conta, número de CPF do titular da conta, número da agência, número da conta e dígito), como exaustivamente decidido, tais informações deverão ser encaminhadas DIRETAMENTE ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com, em conjunto com cópia do documento de identificação e de procuração com poderes específicos, para receber e dar quitação, nos autos da Recuperação Judicial. 12. Fls. 69.179/69.247 (Amanda Correa Magalhães de França): Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Amanda Correa Magalhães de França, requerendo seja retificado suposto erro material contido na r. decisão de fls. 69.067/69.073, em relação à exigência da certificação do trânsito em julgado do REsp nº 2017406-SP para levantamento dos valores depositados judicialmente pelas Recuperandas. Conheço os embargos, pois que tempestivos, e no mérito, nego-lhes provimento. No caso em tela, pretende a Embargante, a pretexto de sanar suposto vício do decisum, alterar o mérito decidido, o que, caso queira, poderá fazer por meio do recurso competente. Isto porque, conforme corretamente elucidado pela Administradora Judicial (fls. 70.264/70.282 item VII), ante o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, o deferimento do levantamento do depósito recursal efetuado pelas Recuperandas em favor dos credores trabalhistas, no atual momento processual, poderia implicar em dano de impossível reparação. De rigor, portanto, aguardar o trânsito em julgado do Agravo Interno interposto pelas Recuperandas no REsp nº 2017406-SP para posterior deliberação quanto à possibilidade e forma que se dará o levantamento dos valores depositados. 13. Fls. 69.432/69.436 e 69.880/69.884 (Recuperandas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de setembro e outubro de 2022, cujas conferências foram reportadas no 46º e 47º Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela Administradora Judicial (fls. 69.494/69.690 e 69.885/70.090). 14. Fls.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

69.437/69.439 (Daniela Peixoto de Albuquerque): Considerando a distribuição da Impugnação de Crédito nº 102039-83.2022.8.26.0100, deverão as questões relativas ao crédito de titularidade da credora Daniela Peixoto de Albuquerque, serem reportadas nos autos do referido incidente. 15. Fls. 69.440/69.443 (Recuperandas): Conforme anteriormente decidido, aguarde-se o trânsito em julgado do Recurso Especial nº 2017406/SP, mantendo-se em conta judicial a quantia depositada pelas Recuperandas, como garantia do recurso interposto. Após o trânsito este Juízo deliberará sobre eventual complemento de pagamento aos credores em razão de eventual reenquadramento. 16. Fls. 69.444/69.448 (Conflito de Competência Liminar): Ciência aos interessados acerca da r. decisão de lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos do Conflito de Competência nº 192617 SP. Aguarde-se o julgamento em definitivo. 17. Fls. 69.489/69.490 (18ª Vara do Trabalho de São Paulo): Ciente o Juízo da transferência à conta judicial da Recuperação Judicial, do depósito recursal realizado nos autos da Reclamação Trabalhista nº 100049564-2018.5.02.0018. Ciência às Recuperandas. 18. Fls. 69.491/69.493 (Israel Elias de Oliveira): À Z. Serventia para conferência e providências de praxe. 19. Fls. 69.494/69.690 (Administradora Judicial 46º RMA) e 69.885/70.090 (Administradora Judicial 47º RMA): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação dos 46º e 47º Relatórios Mensais de Atividades pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades desenvolvidas no meses de outubro e novembro de 2022, os dados contábeis e fluxo de caixa relativos aos meses de setembro e outubro de 2022, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial em vigência. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/11/2022, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 69.608/69.609 e 70.007/70.008). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 20. Fls. 69.693/69.699 (34ª Vara do Trabalho de Salvador): Aguarde-se eventuais retificações na prévia do QGC, conforme noticiado pela AJ (fls. 70.264/70.282 item II). 21. Fls. 69.700/69.704 (Daniela Peixoto de Albuquerque): Rejeito a impugnação apresentada pela credora quanto ao pagamento realizado. Conforme esclarecimentos prestados pela AJ (fls. 70.264/70.282 item IV), o valor pago está em termos com a quantia habilitada e a opção de pagamento na qual enquadra-se a credora nesse momento processual, não havendo quaisquer correções a serem realizadas, por ora. Assim, a credora deverá acompanhar as movimentações processuais, tendo em vista que há recursos pendentes de trânsito em julgado que poderão afetar os pagamentos já realizados aos credores enquadrados na opção padrão. Havendo determinação de majoração do crédito nos autos da Impugnação de Crédito nº 1102039-83.2022.8.26.0100, o pagamento de eventual diferença deverá ser realizado pelas Recuperandas, também em observância à opção de pagamento enquadrada. 22. Fls. 69.707/69.711 (30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS): Considerando que o crédito devido ao perito Leonardo Radünz Vieira é extraconcursal, em razão da data de sua nomeação (21/05/2019), este poderá ser executado no Juízo de origem (30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS Reclamação Trabalhista nº 0020326-88.2019.5.04.0030), que deverá adotar as medidas cabíveis, tais como atos de constrição para satisfação da obrigação. Servirá a presente como OFÍCIO a ser encaminhado pela Administradora Judicial, no prazo de 10 dias. 23. Fls. 69.747/69.753 (1ª Vara Cível de Guarai/TO): Considerando que o crédito é extraconcursal, este poderá ser executado no Juízo de origem (1ª Vara Cível de Guarai/TO Cumprimento de Sentença nº 0002792-55.2018.8.27.2721), cujo interessado que deverá adotar as medidas cabíveis, tais como atos de constrição para


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

satisfação da obrigação. Servirá a presente como *OFÍCIO* a ser encaminhado pela Administradora Judicial, no prazo de 10 dias. 24. Fls. 69.846/69.850 (19ª Promotoria de Justiça de Salvador/BA Ofício): Conforme informado pela AJ (fls. 70.264/70.282 item II), o ofício foi devidamente respondido às fls. 67.495. 25. Fls. 69.872 (Dirlene Gomes dos Santos): Aguarde-se a apresentação de documentos para a apreciação do pedido. 26. Fls. 70.237/70.239 (Vinicius José Barboza): Relativamente aos comprovantes de transferências bancárias relacionadas aos pagamentos e/ou quitação de créditos, advirto que tais informações e documentos deverão ser solicitados de forma administrativa **DIRETAMENTE** ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfjrj@gmail.com, evitando-se, assim, tumulto processual. 27. Fls. 70.244: Intime-se as Recuperandas para que traga aos autos as informações solicitadas pelo credor. 28. Fls. 70.245/70.252: Ciente o Juízo. Intimem-se as Recuperandas para que se manifestem sobre a penhora dos bens. Após, intime-se a Administradora Judicial para manifestação. 29. Fls. 70.264/70.422 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação, exceto a que envolve a abertura de novas empresas pelas Recuperandas. A Administradora Judicial esclarece que as Recuperandas abriram novas empresas subsidiárias não integrais, não previstas no plano de reestruturação societária aprovado em AGC às fls. 30.564/30.761, sem que tenha tomado conhecimento prévio, ou trazido as informações ao bojo do presente feito. Para tanto, afirma que ante as tratativas realizadas com as Recuperandas, estas procederam com o encerramento das referidas sociedades, trazendo aos autos documentos comprobatórios encaminhados pelas Recuperandas. Desta feita, esclareçam as situações expostas, justificando-as. Ciência aos credores, Ministério Público e demais interessados.”

CERTIFICA MAIS QUE, em decisão proferida em 01/03/2023 pelo MM. Juiz foi dito que: “Vistos. Fls. 70.431/70.438: Última decisão. 1. Fls. 70.423/70.430, 70.835/71.098 e 71.099/71.105 (Agravos de Instrumento): Ciência às Recuperandas, Administradora Judicial, Credores e demais interessados acerca do trânsito em julgado dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 2173673-34.2022.8.26.0000, 2206597-69.2020.8.26.0000 e 2172381-14.2022.8.26.0000. Cumpra-se. 2. Fls. 70.463/70.464, 70.465/70.466, 70.467/70.468 e 70.469/70.470 (ofícios liberação de valores): Aguarde-se a notícia do cumprimento das determinações contidas nos ofícios encaminhados à 15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, 32ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ e 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. 3. Fls. 70.482/70.485 (Thiago dos Santos Barbosa), 70.486/70.489 (Manoel Vieira Machado e Jorge Rocha Machado), 70.742/70.751 (Charles Eduardo de Sousa, Missiane Jesus Sousa e Graziela Meireles Jorge Matos), 70.785/70.786 (Thiago dos Santos Barbosa), 70.787/70.788 (Sidnei Renosto), 70.789 (Johnny Wallinsson da Silva) e 71.429/71.442, Item VII (Administradora Judicial): Quanto à impugnação apresentada por Thiago dos Santos Barbosa, conforme reiteradamente decidido nestes autos, havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Relativamente à indicação de dados bancários (tipo de conta, nome do titular da conta, número de CPF do titular da conta, número da agência, número da conta e dígito), como exaustivamente decidido, tais informações deverão ser encaminhadas **DIRETAMENTE** ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfjrj@gmail.com, em conjunto com cópia do documento de identificação e de procuração com poderes específicos, para receber e dar quitação, nos autos da Recuperação Judicial. 4. Fls. 70.486/70.489 (Manoel Vieira Machado e Jorge Rocha Machado): Tratando-se de crédito quirografário, deverão os interessados propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. Por fim, no momento da distribuição, deverá a peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. 5. Fls. 70.490/70.491 e 70.752/70.755 (Ofício-resposta - 32ª Vara do Trabalho de São Paulo): Ante as explanações da Administradora Judicial (fls. 71.429/71.442 item II), de fato, não foram identificados prejuízos pelo não cumprimento do ofício, razão pela qual reputo desnecessária a adoção de outras medidas. 6. Fls. 70.492/70.495 (Ministério Público): Ciência às Recuperandas, à Administradora Judicial, aos credores e demais interessados quanto à manifestação do Ministério Público. 7. Fls. 70.502/70.504 (15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte ofício-resposta): Ciência às Recuperandas acerca da transferência realizada pela 15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. 8. Fls. 70.505/70.706 (Administradora Judicial 48º RMA) e 71.131/71.345 (Administradora Judicial 49º RMA): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação dos 48º e 49º Relatórios Mensais de Atividades pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades desenvolvidas no meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, análises dos dados contábeis e fluxos de caixa relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/01/2023, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 70.621/70.623 e 71.264/71.265). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 9. Fls. 70.742/70.751 (Charles Eduardo de Sousa Gomes, Missiane Jesus Sousa e Graziela Meireles Jorge Matos): Ciência aos credores Charles Eduardo de Sousa Gomes, Missiane Jesus Sousa e Graziela Meireles Jorge Matos, acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial (fls. 71.429/71.442 Item VI), especialmente quanto à inclusão do crédito de Graziela Meireles Jorge Matos, já promovida em razão da natureza do crédito, e de que o crédito quirografário em favor de Charles Eduardo de Sousa Gomes e Missiane Jesus Sousa será incluído quando do trânsito em julgado da Habilitação de Crédito nº 1109396-51.2021.8.26.0100, que será refletida na prévia do QGC a ser oportunamente apresentada pela Administradora judicial. 10. Fls. 70.756/70.759 (Recuperandas) e 71.429/71.442, Item VIII (Administradora Judicial): À z. Serventia para as conferências de praxe e, estando em termos, para expedição do MLE em favor das Recuperandas. No mais, OFICIE-SE ao Banco do Brasil S.A., que apresente, no prazo de 10 (dez) dias corridos, os extratos pormenorizados de todas as contas existentes vinculadas ao processo recuperacional, viabilizando a identificação das transferências realizadas pelas Varas do Trabalho. Servirá a presente como OFÍCIO a ser encaminhado pelas Recuperandas ao Banco do Brasil, que deverão comprovar o protocolo no prazo de 10 dias. 11. Fls. 70.760/70.764 e 71.108/71.112 (Recuperandas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de novembro e dezembro de 2022, cuja conferência foram reportadas nos 48º e 49º Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela Administradora Judicial (fls. 70.505/70.706 e 71.131/71.345). 12. Fls. 70.765 (CMA CGM do Brasil Agência Marítima Ltda.): À Z. Serventia para conferência e anotação dos dados dos patronos em razão da regularização processual. 13. Fls. 70.766/70.780 e 70.781/70.784 (Daniela Peixoto de Albuquerque): Anote-se a interposição do Agravo de Instrumento nº 2000366-05.2023.8.26.0000, dando-se ciência às Recuperandas. Mantenho a decisão agravada por seus próprios


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

fundamentos. Deverá a credora informar eventual concessão de efeito suspensivo ao recurso. 14. Fls. 70.790/70.804 (Felipe Fernandes da Silva) e 70.814/70.818 (André Luis Ribeiro): Ciência aos credores Felipe Fernandes da Silva e André Luis Ribeiro, de que os pareceres contábeis relativos aos seus créditos seguirão anexos ao 50º RMA, a ser oportunamente apresentado, conforme noticiado pela Administradora Judicial (fls. 71.429/71.442 Item VI). 15. Fls. 70.805/70.813 (Recuperandas) e fls. 71.429/71.442 Item VIII (Administradora Judicial): Defiro o levantamento do valor proveniente da 18ª VT de São Paulo (Autos nº 1000495-64.2018.5.02.0018 fls. 69.490). À Z. Serventia para as conferências de praxe e, estando em termos, para expedição do MLE em favor das Recuperandas. Quanto ao crédito do credor Jackson Cleber Soares Brandão, intime-se o credor, por meio de seu patrono, para que tome ciência dos esclarecimentos apresentados pelas Recuperandas e pela Administradora Judicial. No tocante à criação das novas empresas pertencentes ao Grupo SHC, conforme noticiado pela Administradora Judicial às fls. 70.264/70.282, as Recuperandas esclarecem que as referidas empresas foram encerradas e os informes contábeis já foram devidamente enviados à Auxiliar do Juízo. Ciente o Juízo sobre os esclarecimentos apresentados pelas Recuperandas. No mais, adverte-se para que as Recuperandas se atenham ao Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo, sob pena do descumprimento ensejar na convalidação da falência das empresas, nos termos do art. 73 da LREF. No mais, conforme corretamente suscitado pela Auxiliar do Juízo, em especial pelo escoamento, há tempos, do stay period, intime-se as Recuperandas para que, no prazo 5 (cinco) dias, indiquem bens em substituição à Penhora realizada, de modo a satisfazer a dívida exequenda na Execução Fiscal nº 5053949-41.2020.4.04.7100, nos termos do art. 6º, § 7º-B, da LREF e art. 805 do CPC. Após, com ou sem manifestação das Recuperandas, tornem conclusos para deliberação. 16. Fls. 70.826/70.834 (Recuperandas), 71.379/71.382 (Luiz Paulo Furtado de Mendonça Caldas), 71.386/71.407 (Tarciso Manoel Taveira) e 71.429/71.442, Item IX (Administradora Judicial): As Recuperandas noticiaram, às fls. 70.826/70.834, que não recorrerão da decisão proferida no Agravo Interno em Recurso Especial nº 2017406/SP, e requereram, por esta razão, o levantamento da quantia de R\$ 11.493.318,01 depositados em conta judicial vinculada à Recuperação Judicial, de forma a cumprir o quanto determinado nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, que determinou o pagamento dos credores trabalhistas com base no plano original, sob pena de convalidação em falência. Os credores Luiz Paulo Furtado de Mendonça Caldas e Tarciso Manoel Taveira protestaram pelo pagamento dos valores em cumprimento ao julgado pelo C. Tribunal de Justiça nos autos do Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000. A Administradora Judicial, por sua vez, não se opõe à liberação dos valores depositados pelas Recuperandas, desde que o levantamento se dê, exclusivamente, para quitação dos créditos trabalhistas conforme determinado pelo Eg. Tribunal de Justiça. No entanto, opina pelo indeferimento do pleito dos credores Luiz Paulo Furtado de Mendonça Caldas e Tarciso Manoel Taveira. Ainda, a Auxiliar do Juízo à fl. 71.470, acosta Certidão de Trânsito em Julgado do REsp nº 2017406/SP, em 15/02/2023. Passo a decidir. De fato, assiste razão à Administradora Judicial quanto à inexistência de pagamentos mediante a expedição de MLEs pela z. Serventia, considerando o grande número de credores a serem contemplados pelos pagamentos em questão, que demandaria diversos peticionamentos e apresentações de formulários de MLE. Com intuito de se evitar tumulto processual e morosidade nos pagamentos em favor dos credores trabalhistas, AUTORIZO o levantamento da quantia depositada pelas Recuperandas em conta judicial vinculada a este feito (R\$ 11.493.318,01, com os devidos acréscimos legais), devendo as mesmas providenciarem os pagamentos diretamente aos credores trabalhistas, conforme o quanto decidido no Agravo de Instrumento nº 2210594-60.2020.8.26.0000, e dentro do prazo lá estipulado (30 dias do trânsito em julgado do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Acórdão e com base no plano original), sob a fiscalização da Administradora Judicial. Ainda, como bem salientado pela Administradora Judicial, os valores a serem levantados deverão ser utilizados exclusivamente para o pagamento dos credores trabalhistas, sendo vedada a utilização para questões outras das Recuperandas, sob pena de convolação em falência. À z. Serventia para conferência do formulário MLE apresentado pelas Recuperandas às fls. 70.833/70.834 e adoção, com urgência, das providências de praxe. Decorrido o prazo de 30 dias, deverão as Recuperandas comprovarem diretamente à Auxiliar do Juízo, o cumprimento dos pagamentos, mediante apresentação dos comprovantes das transferências efetuadas aos credores. No mais, indefiro o pleito dos credores Luiz Paulo Furtado de Mendonça Caldas e Tarciso Manoel Taveira, ante o exposto, que deverão aguardar o processamento dos pagamentos pelas próprias Recuperandas. 17. Fls. 71.106/71.107 (Joel Silva Souza): Intime-se Joel Silva Souza, para que seja cientificado dos esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial (fls. 71.429/71.442, Item VI), especialmente quanto ao fato de a documentação comprobatória do crédito acostada não guardar relação com a recuperação Judicial do Grupo SHC. 18. Fls. 71.113/71.117 (25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre): Ciência às Recuperandas acerca da transferência promovida pelo Juízo da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. 19. Fls. 71.118/71.124 e 71.352/71.378 (3ª Vara do Trabalho de Araraquara): Considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta ao ofício (art. 22, I, m, da LREF), conforme item II da sua manifestação de fls. 71.429/71.442, reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. 20. Fls. 71.125/71.130 (Conflito de competência deferimento liminar): Ciência aos interessados acerca da r. decisão da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos do Conflito de Competência nº 194429/SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 21. Fls. 71.346/71.351 (Conflito de Competência julgamento definitivo): Considerando a decisão proferida pelo C. Superior Tribunal de Justiça nos autos do Conflito de Competência nº 192.617/SP, que declarou a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio das Recuperandas, OFICIE-SE a 41ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, para que proceda a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos do processo nº 0010739-32.2015.5.01.0041 e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pela Recuperanda ao Juízo da 41ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. 22. Fls. 71.411/71.418 (TRT 1ª Região): Ciência às Recuperandas acerca da transferência realizada pelo TRT da 1ª Região ao presente feito. 23. Fls. 71.419/71.425 (60ª Vara do Trabalho de São Paulo): À Administradora Judicial para as providências de praxe. 24. Fls. 71.426/71.428 (Andreia Aparecida Diniz): A certidão de objeto e pé deve ser solicitada diretamente ao cartório, presencialmente ou através do e-mail institucional sp2falencias@tjsp.jus.br, e não através de peticionamento nos autos, que apenas gera tumulto processual. 25. Fls. 71.429/71.470 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação, restando pendentes a que passo a apreciar. a) Ciência aos Credores, às Recuperandas e demais interessados quanto à remessa, pela AJ, dos ofícios expedidos na decisão de fls. 70.431/70.438 (itens 22 e 23); b) Aperfeiçoada a cessão, que engloba a totalidade do crédito detido pela credora Avanço HP Comércio de Aditivos nestes autos, autorizo a substituição da titularidade do crédito da Cedente para MPX Automotive Ltda. Anotem-se os dados dos patronos à fls. 71.466 em razão da regularização processual; c) Oficie-se à 4ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, de forma a noticiar a impossibilidade de cumprimento da determinação contida na decisão proferida na Reclamação Trabalhista nº 0100263-08.2018.5.01.0244, relacionado ao pagamento de saldo remanescente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

indicado pela credora. Isto porque, uma vez sujeito o crédito à Recuperação Judicial, os cálculos deverão ser realizados em atenção ao disposto nos arts. 9º, inciso II, e 49, da LREF, ou seja, excluindo-se a correção monetária e juros após a data do pedido de Recuperação Judicial que, no caso do Grupo SHC, se deu em 05/11/2018. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pela Administradora Judicial ao Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. Vista ao MP, às Recuperandas, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação. 26. Fls. 71.471/71.474: À Z. Serventia para a regularização da representação processual da Administradora Judicial, excluindo-se do cadastro a advogada Patrícia Estel Luchese Pereira e atualizando os prepostos. Int.” **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 30/05/2023 pelo MM. Juiz foi dito que: “V istos. Fls. 71.519/71.526: Última decisão. 1. Fls. 71.475/71.478 (Renato Melo de Oliveira) e 72.492/72.493 (Jefferson de Sousa Faria): Intimem-se Derivaldo de Jesus Gama e Jefferson de Sousa Faria, por carta, para que constituam novos patronos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 313, § 3º, do CPC. 2. Fls. 71.479/71.482, Fls. 71.483/71.486 e Fls. 73.051/73.054 (Erika Ferreira Bernardino), 72.372/72.377 (Eduardo Ribeiro Soares da Silva), Fls. 72.382/72.405 (Renato Gomes Victorio), Fls. 72.496/72.497 (Hugo Nivaldo da Silva), Fls. 73.061/73.063 (Vanessa Fernanda Aguiar), Fls. 73.093/73.099 (Eduardo Albuquerque Gontijo), Fls. 73.125/73.136 (Leandro Rodrigo Santos Tofino), Fls. 73.847/73.849 (Sandro Tadashi Tanaka) e Fls. 73.871/73.907, item V (Administradora Judicial): Ante os esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial, as manifestações sobre opções de recebimentos são intempestivas. Aquelas não recepcionadas no prazo, foram enquadradas na opção padrão e, nesse sentido, a elas deve ser aplicado o disposto no Plano de Recuperação Judicial originalmente homologado, na forma do quanto decidido pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda, a via para manifestação da vontade é inadequada, considerando que as deliberações acerca do PRJ ocorrem em Assembleia-Geral de Credores (art. 35, I, a, da LREF), cujo plano e aditivo foram homologados por este Juízo, com ressalvas. Outrossim, como exaustivamente informado, os dados bancários deverão ser informados por e-mail no endereço creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização da Administrador Judicial. Destarte, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente e adequado para tal. 3. Fls. 71.488/71.492, 73.079/73.083 e Fls. 73.633/73.637 (Recuperandas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de janeiro a março de 2023, cujas conferências foram reportadas nos 50º, 51º e 52º Relatórios Mensais de Atividades, apresentados pela Administradora Judicial. 4. Fls. 71.493/71.494 (André Caio Bernardes), Fls. 71.495/71.496 (Cleber Belmonte), Fls. 71.497/71.498 (Fabio César Evaristo), Fl. 71.518 (Cristiane Lima e Souza), Fls. 71.535/71.537 (Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto, Fabrício da Silva Fernandes), Fls. 71.604/71.607 (Leandro Rodrigo Santos Tofino), Fls. 71.617/71.624 (Fernando Almeida de Araújo), Fls. 72.348/72.371 (Thalita Doliane Aparecida da Silva e Nicole Schorr), Fls. 72.490/72.491 (Wilson Ferreira Camilo) e Fls. 73.871/73.907, item VII (Administradora Judicial): Ante as informações prestadas pela Administradora Judicial, quanto a realização dos pagamentos complementares, comprovados por meio de fiscalização realizada junto as Recuperandas, intimem-se os credores André Caio Bernardes, Cleber Belmonte, Fabio César Evaristo, Cristiane Lima e Souza, Alexandre Herculano Rodrigues Filho, Aurino Dias Gomes Neto, Leandro Rodrigo Santos Tofino e Nicole Schorr, por meio de seus patronos, para que tomem ciência dos esclarecimentos apresentados, e verifiquem as informações no Apêndice III, do 51º RMA, acostado às fls. 73.342/73.377. No tocante aos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

credores Fabrício da Silva Fernandes, Fernando Almeida de Araújo e Thalita Doliane Aparecida da Silva, intimem-se por meio de seus patronos, para que providenciem as regularizações de seus dados cadastrais e bancários junto às Recuperandas, DIRETAMENTE no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização da Administradora Judicial. Além das informações sobre os dados bancários, os credores deverão enviar às Recuperandas, cópia do documento de identificação e, em caso de conta de terceiro, além do documento de identificação, instrumento de procuração com poderes específicos para receber e dar quitação. 5. Fls. 71.499/71.505, Fls. 71.506/71.517, Fls. 71.538/71.544 e Fls. 71.555/71.592: (Agravado de Instrumento): Ciência às Recuperandas, Administradora Judicial, Credores e demais interessados acerca do trânsito em julgado dos Acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 2169051-09.2022.8.26.0000, 2055605-28.2022.8.26.0000, 2172381-14.2022.8.26.0000 e 2210594-60.2020.8.26.0000. Cumpra-se. 6. Fls. 71.593/71.594, 71.596/71.597, Fl. 71.641 e Fl. 71.643: Ciência à Administradora Judicial, Credores e demais interessados acerca do levantamento dos valores. 7. Fls. 71.599/71.603 e Fls. 73.858/73.863 (Conflito de Competência): Ciência aos interessados acerca da r. decisão da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos do Conflito de Competência nº 195.242/SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 8. Fls. 71.608/71.616 (34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA) e Fls. 73.871/73.907, Item II (Administradora Judicial): OFICIE-SE à 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, informando a impossibilidade de cumprimento da determinação contida na decisão proferida na Reclamação Trabalhista nº 0000458-22.2018.5.05.0034, relacionado ao pedido de transferência de valores dos autos recuperacionais para esta justiça especializada, uma vez que o crédito pertencente ao credor Elias dos Santos Ribeiro, está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, nos termos do art. 49, da LREF, cujo recebimento dos créditos deve se dar na forma do Plano de Recuperação Judicial homologado. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pela Administradora Judicial à 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. 9. Fls. 71.625/71.627 (Simone Aparecida dos Santos e Silvio Nauvirth) e Fls. 73.871/73.907, Item VI (Administradora Judicial): Ciência aos credores dos esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial de que os créditos já se encontram descritos na prévia do Quadro Geral de Credores, conforme Apêndice II do 51º RMA (fls. 73.319/73.341). Intimem-se, por meio de seus patronos, para que providenciem as regularizações de seus dados cadastrais e bancários junto às Recuperandas, DIRETAMENTE no e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br. 10. Fls. 71.635/71.640 (Ministério Público): Ciência às Recuperandas, à Administradora Judicial, aos credores e demais interessados quanto à manifestação do Ministério Público. 11. Fls. 71.648/71.768, Fls. 72.075/72.163, Fls. 73.192/73.401 e Fls. 73.638/73.833 (Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados acerca da apresentação dos 50º, 51º e 52º Relatórios Mensais de Atividades pela Administradora Judicial, que contemplam as atividades desenvolvidas nos meses de fevereiro a abril de 2023, análises dos dados contábeis e fluxos de caixa relativos aos meses de janeiro a março de 2023, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, bem como do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 21/04/2023, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 72.076/72.079, 73.317/73.318 e 73.750/73.753). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 12. Fls. 71.769/71.774 (Recuperandas), Fls. 72.498/72.566 (Banco do Brasil) e Fls. 73.871/73.907, Item VIII (Administradora Judicial): As Recuperandas informam e requerem, que: (i) requerem o levantamento dos valores depositados nos autos, oriundos de reclamações trabalhistas, tendo em vista a sujeição dos créditos aos efeitos da Recuperação Judicial; (ii) comprovam o protocolo perante o Banco do Brasil S/A para que sejam apresentados os extratos pormenorizados das contas judiciais vinculadas ao presente feito; (iii) que os bens penhorados nos autos da Execução Fiscal nº 5053949-41.2020.4.04.7100/RS, são essenciais e que não possuem bens livres para substituição; e, (iv) tomam ciência de andamentos processuais noticiados no bojo da recuperação judicial. A Administradora Judicial, por sua vez: (i) não se opõe ao levantamento dos valores depositados nos autos, oriundos dos depósitos perante a Justiça Laboral, devendo, as Recuperandas, apresentarem a conciliação dos saldos que pretendem levantar, trazendo aos autos informações analíticas, além de prestarem contas da destinação dos valores, que serão oportunamente relatadas nos Relatórios Mensais de Atividades; (ii) opina pela intimação das Recuperandas para ciência da documentação acostada pelo Banco do Brasil S/A às fls. 72.498/72.566; e, (iii) no tocante à essencialidade dos bens constritos nos autos da Execução Fiscal nº 5053949-41.2020.4.04.7100/RS, opina pela intimação das Recuperandas para que apresentem a documentação que comprove que os bens constritos são essenciais para suas atividades, bem como sugere que as Recuperandas apresentem bens à penhora, em substituição aos veículos, vez que possuem equipamentos de oficina que poderão ser utilizados em substituição. Passo a decidir. i) Defiro o levantamento pelas Recuperandas, dos valores transferidos da Justiça do Trabalho. INTIMEM-SE as Recuperandas para que apresentem a conciliação dos saldos que pretendem levantar e tragam aos autos informações analíticas, evidenciando a origem dos depósitos judiciais, bem como a folha e ordem onde o respectivo credor se encontra listado, conforme sugerido pela Administradora Judicial. Deverão apresentar os formulários MLEs, verificando a numeração das folhas dos devidos comprovantes de depósitos. Com a juntada das informações analíticas e dos formulários, a Administradora Judicial deverá conferir as informações e após, à Z. Serventia para as conferências de praxe e, estando em termos, para expedição do MLE em favor das Recuperandas. No mais, a Administração Judicial deverá fiscalizar a destinação dos valores (art. 22, II, a, da Lei nº 11.101/05), que devem ser utilizados no desenvolvimento das atividades das Recuperandas. ii) Ciência às Recuperandas, Administradora Judicial, Credores e demais interessados acerca dos extratos pormenorizados das contas judiciais vinculadas ao presente feito, acostados pelo Banco do Brasil S/A às fls. 72.498/72.566. iii) No que diz respeito à essencialidade dos bens suscitada pelas Recuperandas, é sabido que essenciais são aqueles bens de capital, primordiais para a manutenção das atividades empresariais, sem os quais, seu soerguimento restará prejudicado. Assim, INTIMEM-SE as Recuperandas, para, no derradeiro prazo de 10 (dez) dias, trazer ao bojo do presente feito toda documentação necessária à comprovação de que os bens penhorados são primordiais para a continuidade das suas atividades. Ainda, no mesmo prazo, poderão oferecer bens em substituição à penhora efetivada nos autos da execução fiscal. Após, com ou sem manifestação das Recuperandas, tornem conclusos para deliberação. 13. Fls. 71.914/71.987 (Gustavo Pereira Rego), Fls. 71.991/72.008 (Marli Helena Pacheco), Fls. 72.406/72.489 (Rosana Marcia Pacini) e Fls. 73.871/73.907, Item VI (Administradora Judicial): Tratando-se de crédito quirografário, deverão os interessados propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. Por fim, no momento da distribuição, deverá a peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. 14. Fls. 72.009/72.010, Fls. 72.011/72.012 e 72.015/72.016 (Ofícios liberação de valores): Aguarde-se a notícia do cumprimento das determinações contidas nos ofícios encaminhados à 78ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, 34ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP e 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. 15. Fls. 72.026/72.030, Fls. 72.031/72.034, Fls. 73.100/73.102, Fls. 73.105/73.108, Fls. 73.627/73.632 (Malote Digital Ofícios) e Fls. 73.871/73.907, Item II (Administradora Judicial): Considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta ao ofício (art. 22, I, m, da LREF), reputo desnecessária qualquer deliberação a respeito. 16. Fls. 72.035/72.069 e Fls. 73.402/73.416 (Jefferson Francolino da Silva) e Fls. 73.084/73.092 (Gilson da Anunciação dos Santos) e Fls. 73.871/73.907, Item VI (Administradora Judicial): Ciência aos credores Jefferson Francolino da Silva e Gilson da Anunciação dos Santos, acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. 17. Fls. 72.070/72.074 e Fls. 73.853/73.857 (Conflitos de Competência): Ciência aos interessados acerca das r. decisões da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 195.550/SP e 196.734/SP. Aguarde-se os julgamentos em definitivo. 18. Fls. 72.167/72.180 (Recuperandas): Ciência à Administradora Judicial, Credores e Interessados do envio do ofício à 41ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, pelas Recuperandas. Aguarde-se o cumprimento. 19. Fls. 72.181/72.347 (Emanuel Rosa dos Santos) e Fls. 73.871/73.907, Item VI (Administrador Judicial): Ciência ao credor de que o parecer contábil relativo ao seu crédito se encontra anexo ao 51º RMA (fls. 73.192/73.401). 20. Fls. 72.378/72.381 (Daniela Peixoto de Albuquerque): Aguarde-se julgamento e trânsito em julgado do incidente nº 1102039-83.2022.8.26.0100. À Administradora Judicial para ciência e providências necessárias. 21. Fls. 72.494/72.495 (Ivone de Jesus Santos): À Z. Serventia para as conferências de praxe e anotação do patrono. 22. Fls. 72.567/73.050, 73.427/73.626 (Recuperandas) e Fls. 73.871/73.907, Itens IX e X, (Administradora Judicial): As Recuperandas às fls. 72.567/73.050 requereram autorização, nos termos do art. 66, da Lei 11.101/2005, para a alienação dos imóveis denominados: (i) Imóvel Santos, composto pelas matrículas nº 63.031 e nº 51.194, ambas do 2º Cartório de Registros da Comarca de Santos/SP; (ii) Imóvel Jacarepaguá, composto pelas matrículas nº 48.406, nº 48.407, nº 144.454, nº 144.455 e nº 144.456, todas do Registro de Imóveis do 9º Ofício do Rio de Janeiro/RJ; e (iii) Imóvel Curitiba, composto pela matrícula nº 15.254 do Registro de Imóveis da 7ª Circunscrição de Curitiba/PR. Informaram que os referidos imóveis são de uma concessionária desativada desde o mês de novembro de 2019, um terreno sem interesse na utilização para fins de construção, e uma concessionária ativa e deficitária, respectivamente. Aduzem, ainda, que constam gravadas nas matrículas dos imóveis, alienação fiduciária e hipotecas de 1º e 2º grau, em favor de credores não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial ou cujos créditos não foram novados, em razão da ausência de tratamento da Classe II no Plano de Recuperação Judicial (para a classe II foram mantidas as condições originais). Apresentaram proposta de aquisição dos referidos imóveis pelo Grupo RED Asset, através do fundo Exclusivo Distressed de Investimentos em Direitos Creditórios MP (Distressed FIDC), no montante de R\$ 26.400.000,00, consoante fls. 72.651, a ser utilizada como proposta stalking horse. Informaram que atualmente os detentores dos créditos e das respectivas garantias são os credores: Vequis Comércio, Importação e Exportação Ltda. e a Metasul Comercial Ltda., conforme descrição pormenorizada das cessões às fls. 72.652/72.654, e que, estes, observando o disposto no art. 50, §1º, da Lei 11.101/2005, aprovaram expressamente a alienação dos bens conforme autorizações às fls. 73.018/73.030, 73.031/73.043 e 73.044/73.046. Com relação ao Itaú Unibanco, que possuía parte do "Imóvel Curitiba dado em alienação fiduciária, informaram que o crédito já foi devidamente quitado,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

apresentando Termo de Quitação às fls. 72.990/72.993, restando pendente a baixa na matrícula do imóvel. Assim, considerando que os recursos obtidos com a alienação dos bens imóveis, servirão para quitação dos créditos concursais e eventual saldo remanescente servirá de fluxo de caixa para as Recuperandas, pugnam pela alienação, a ser realizada mediante processo competitivo na modalidade de propostas fechadas, nos termos do art. 142, inciso V, da Lei 11.101/2005, devendo ser respeitado o valor da proposta apresentada pelo Grupo Red Asset como stalking horse e como valor mínimo do processo competitivo, reservando-se o direito de preferência do Grupo Red Asset. Por fim, apresentaram Laudos Técnicos de Avaliação dos imóveis, atualizados, às fls. 73.427/73.626. Sobre o pedido, a Administradora Judicial informou que: (i) realizou conferência minuciosa sobre os dados apresentados pelas Recuperandas; (ii) existem valores, com relação à alienação fiduciária do Imóvel Curitiba que já foram amortizados com a venda do Imóvel de Belo Horizonte/MG, cuja venda foi autorizada às fls. 21.883/21.889; (iii) que os detentores das garantias anuíram com a alienação pretendida pelas Recuperandas, porém em modalidade prevista no art. 142, IV, da Lei 11.101/2005, diferentemente daquela requerida pelas Recuperandas; (iv) que o crédito do Itaú Unibanco S.A., alienado fiduciariamente, já foi quitado; (v) que o pleito das Recuperandas não fere o quanto decidido às fls. 39.626/39.635, visto que os valores serão vertidos para pagamento dos créditos extraconcursais e o saldo destinado ao fluxo de caixa das devedoras; (vi) que ante a análise de toda documentação e informações prestadas pelas Recuperandas, não vê óbice para a alienação pretendida, se opondo à modalidade de venda por propostas fechadas, ante o expressivo valor dos bens a serem vendidos, sugerindo que a venda seja realizada através de leilão eletrônico, nos termos do art. 142, I, da Lei 11.101/2005, que não contraria a autorização dada pelos credores detentores das garantias; (vii) sugere que, caso seja autorizada a venda, o atual proponente Grupo Red Asset, através do fundo Exclusivo Distressed de Investimentos em Direitos Creditórios MP (Distressed FIDC) seja intimado a informar se mantém interesse na proposta stalking horse, na modalidade sugerida; (viii) a intimação das Recuperandas para que apresentem o racional percentual dos atuais proprietários fiduciários e hipotecários, tendo em vista a evolução da dívida e as amortizações relatadas, de forma que a Administradora Judicial possa apurar o quanto será destinado às Recuperandas; e, (ix) caso seja autorizada a venda na modalidade de leilão eletrônico, sejam as Recuperandas intimadas para que apresentem leiloeiro da sua confiança, ou alternativamente, que seja nomeado leiloeiro da confiança deste Juízo, com a consequente apresentação do respectivo edital de leilão. É o relatório. Passo a decidir. Considerando que as Recuperandas pleitearam autorização judicial para alienação dos ativos, nos termos do art. 66, da Lei 11.101/2005, através de apresentação de propostas fechadas, com proposta stalking horse, nos termos do art. 142, V, da lei 11.101/2005. Considerando que o artigo 49, §3º da Lei 11.101/2005, expressamente, indica a não sujeição dos créditos detidos pelos credores fiduciários aos efeitos da recuperação judicial, bem como, dada a ausência de tratamento a Classe II no Plano de Recuperação Judicial e aditivo, homologados por este Juízo, e que, portanto, foi aplicado à classe II o previsto no art. 45, §3º, da Lei 11.101/2005, prevalecendo-se as condições contratuais originalmente pactuadas com os credores hipotecários e que, portanto, são detentores das garantias dos imóveis que se pretende alienar. Considerando que a destinação dos valores obtidos com a alienação dos ativos das Recuperandas será para o pagamento dos credores não sujeitos ao presente processamento, pois esses credores detêm as garantias dos imóveis, e que o eventual saldo será incrementado ao fluxo de caixa das Recuperandas, não infringindo o já decidido às fls. 39.626/39.635, quando da homologação do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Considerando o quanto decidido às fls. 25.442/25.445, de que as dívidas extraconcursais quitadas com a alienação do imóvel de Belo Horizonte/MG, incluem parte da dívida garantida por alienação fiduciária do Imóvel Curitiba,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

como bem relatado pela Administradora Judicial; Considerando que o produto da alienação dos bens será destinado à quitação dos credores extraconcursais, observando-se as amortizações já realizadas, e que eventuais valores remanescentes serão destinados às Recuperandas para o desenvolvimento das suas atividades. Considerando que a Administradora Judicial analisou a documentação apresentada e as informações relatadas pelas Recuperandas, e que não há óbice para a alienação pretendida, DEFIRO a alienação dos seguintes imóveis, pelas Recuperandas: (i) Imóvel Santos, composto pelas matrículas nº 63.031 e nº 51.194, ambas do 2º Cartório de Registros da Comarca de Santos/SP; (ii) Imóvel Jacarepaguá, composto pelas matrículas nº 48.406, nº 48.407, nº 144.454, nº 144.455 e nº 144.456, todas do Registro de Imóveis do 9º Ofício do Rio de Janeiro/RJ; e (iii) Imóvel Curitiba, composto pela matrícula nº 15.254 do Registro de Imóveis da 7ª Circunscrição de Curitiba/PR. Isso porque, o produto da alienação auxiliará a manutenção das atividades do Grupo SHC, bem como irá quitar parcela considerável do passivo extraconcursal, razão pela qual reconheço a utilidade da venda dos imóveis das Recuperandas. No que se refere à forma de realização da venda, acolho a sugestão da Administradora Judicial, para que se dê por meio de processo competitivo, através de Leilão Eletrônico, nos termos do art. 142, I, da Lei 11.101/2005, ante o vultoso valor da alienação que se pretende, garantindo-se assim, maior publicidade da venda e a possibilidade de maior concorrência entre os interessados, em detrimento à modalidade sugerida pelas Recuperandas. Assim, deverá a proponente da proposta stalking horse Grupo Red Asset, através do fundo Exclusivo Distressed de Investimentos em Direitos Creditórios MP (Distressed FIDC), ser intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar, se ainda persiste seu interesse na compra dos ativos na modalidade leilão eletrônico e de figurar como proposta stalking horse. Decorrido o prazo supra, com ou sem resposta da proponente, fica autorizada a venda dos imóveis, nos termos do art. 66 da LFR, e determino a sua realização por meio de Leilão Eletrônico, como previsto no art. 142, I, da Lei 11.101/2005. Caso seja mantido o interesse do Grupo Red Asset, através do fundo Exclusivo Distressed de Investimentos em Direitos Creditórios MP (Distressed FIDC), na proposta stalking horse, deverá essa ser considerada como valor mínimo de venda dos ativos (R\$ 26.400.000,00), observando-se a proporcionalidade dos valores objetos das alienações fiduciárias e hipotecas, conforme descrito pela Administradora Judicial às fls. 73.885/73.887, para a concorrência autorizada. Caso inexistam propostas com condições mais benéficas para o negócio, a proposta existente será a vencedora. Ainda, considerando que as Recuperandas vêm realizando os pagamentos das dívidas extraconcursais, conforme relatado pela Administradora Judicial em seus Relatórios Mensais de Atividades, e, em virtude da existência de amortizações das dívidas extraconcursais garantidas por alienação fiduciária do Imóvel Curitiba, conforme relatado pela Administradora Judicial e já decidido às fls. 25.442/25.445, as Recuperandas deverão apresentar relatório analítico com o racional percentual dos atuais proprietários fiduciários e hipotecários, a fim de que a Administração Judicial possa apurar o valor a ser destinado ao fluxo de caixa das Recuperandas. Com a apresentação do relatório analítico, a Administradora Judicial deverá apresentar os esclarecimentos da destinação dos valores, no Relatório Mensal de Atividade subsequente à apresentação das informações, de modo a dar publicidade à coletividade de credores e demais interessados, sobre a apuração dos valores produto da venda. Intimem-se as Recuperandas para apresentação de leiloeiro da sua confiança no prazo de 05 (cinco) dias, que, após nomeado, deverá apresentar nesses autos o respectivo edital de leilão. Alternativamente, findado o prazo, será nomeado leiloeiro da confiança deste Juízo, para realização da alienação dos imóveis das Recuperandas. Nos termos do art. 142, §7º, da Lei nº 11.101/055, INTIMEM-SE ELETÔNICAMENTE o Ministério Público e as Fazendas Públicas. 23. Fls. 73.055/73.060 (Conflito de Competência): Ciência aos interessados acerca da r. decisão da lavra da Exma.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ministra Nancy Andrigli, nos autos do Conflito de Competência nº 194429/SP, que declarou a competência deste Juízo para decidir acerca da prática de atos constritivos sobre o patrimônio das Recuperandas, OFICIE-SE a 47ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, para que proceda a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos do processo nº 0010475-77.2016.5.03.0185, e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas ao Juízo da 47ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. 24. Fls. 73.065/73.069, Fls. 73.070/73.073 (Sinesio Campos Costa Junior), Fls. 73.137/73.143 (Emily Cristina de Barros Lima) e Fls. 73.871/73.907, Itens II e VI, (Administradora Judicial): Ciência aos credores dos pareceres contábeis relativos aos seus créditos acostados ao 52º RMA às fls. 73.750/73.753. 25. Fls. 73.074/73.075, Fls. 73.076/73.077 e Fl. 73.078 (Ofícios Tabelionatos de Títulos e Protestos e ao Serasa): Ciência às Recuperandas da expedição dos Ofícios aos Tabelionatos de Títulos e Protestos e ao Serasa, determinando o cancelamento dos apontamentos dos créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial. Os ofícios deverão ser encaminhados diretamente pelas Recuperandas, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. 26. Fls. 73.144/73.181 (José Wilson Lucas): Intimem-se as Recuperandas para se manifestarem do quanto alegado pelo interessado José Wilson Lucas. 27. Fls. 73.182/73.191 (Leandro Schulz): Reporto-me à decisão de fls. 69.067/69.073 item 19. Considerando que se trata de crédito extraconcursal, rejeito o pleito em razão da inadequação da via eleita para cobrança dos valores. Cumpre destacar que quaisquer atos de constrição nos autos da Recuperação Judicial são inócuos, considerando a natureza negocial e não executória do procedimento em tela. 28. Fls. 73.417/73.426: Ciência às Recuperandas sobre a resposta do Ofício encaminhada pela 39ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP. 29. Fls. 73.838/73.846 (14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte): À Administradora Judicial para as providências necessárias. 30. Fls. 73.871/73.926 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação, restando pendente a que passo a apreciar. a) Intime-se os Credores, às Recuperandas e demais interessados quanto à remessa, pela AJ, dos ofícios expedidos na decisão de fls. fls. 71.519/71.526 (item 25 c); Vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int.”

CERTIFICA MAIS QUE, em decisão proferida em 11/07/2023 pelo MM. Juiz foi dito que: “Vistos. Fls. 73.998/74.009: Última decisão. 1. Fls. 73.927/73.931, Fls. 73.932/73.937, Fls. 73.983/73.987 e Fls. 74.931/74.936 (Conflitos de Competência) e Fls. 75.055/75.067, Item II (Administradora Judicial): Ciência aos interessados acerca das r. Decisões da lavra da Exma. Ministra Relatora Nancy Andrigli, nos autos dos Conflitos de Competência nº 197.036/SP (2023/0152414-1), 195.550/SP (2023/0079229-3) e 197.171/SP (2023/0162361-9). OFICIE-SE à 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS para que proceda a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos do processo nº 0020747-72.2014.5.04.0024, e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas ao Juízo da 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. 2. Fls. 73.938/73.945 e Fls. 73.949/73.954 (Agravos de Instrumento): Ciência às Recuperandas, Credores e demais interessados acerca dos trânsitos em julgado dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 2306102-62.2022.8.26.0000 e 2168572.16.2022.8.26.0000. Cumpram-se. 3. Fls. 73.946 (Suzane Teixeira), Fls. 74.210/74.247


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(Eduardo Pontes Pimentel Santos), Fls. 74.290/74.291 (Emanuel Rosa dos Santos), Fl. 74.292 (José Dimas Lopes da Silva) e Fls. 74.937/74.938 (Andreia Aparecida Diniz Chiarato): Anote-se, se em termos, ou nota cartorária para regularização, se necessário. 4. Fls. 73.947/73.948 (Katia Maria da Silva e Souza), Fls. 73.974/73.978 (Kelson Caio Batista) Fls. 73.988/73.989 (Vinicius Frugoli Silva), Fls. 73.990/73.995 (Glaucia Canato dos Santos), Fls. 74.259/74.260 (Fabricio da Silva Fernandes), Fls. 74.261/74.264 (Charles Eduardo de Sousa Gomes e outra), Fls. 74.270/74.289 (Andrea Carvalho Pereira e Osvaldo de Souza Góis), Fls. 74.872/74.873 (Reginaldo Ribeiro de Jesus), Fls. 74.877/74.878 (Fabricio da Silva Fernandes), Fls. 74.898/74.924 (Joquebede Marques dos Santos) e Fls. 75.055/75.067, item IV (Administradora Judicial): Ante os esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial, as manifestações sobre opções de recebimentos são intempestivas. Aquelas não recepcionadas no prazo, foram enquadradas na opção padrão e, nesse sentido, a elas deve ser aplicado o disposto no Plano de Recuperação Judicial originalmente homologado, na forma do quanto decidido pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Dito isto, INTIMEM-SE os credores Katia Maria da Silva e Souza, Vinicius Frugoli Silva, Glaucia Canato dos Santos, Charles Eduardo de Sousa Gomes, Graziela Meireles Jorge Matos, Andrea Carvalho Pereira, Osvaldo de Souza Góis e Reginaldo Ribeiro de Jesus, para ciência quanto as informações prestadas pela Administradora Judicial às fls. 75.055/75.067, item IV. Ainda, a via para manifestação da vontade é inadequada, considerando que as deliberações acerca do PRJ ocorrem em Assembleia-Geral de Credores (art. 35, I, a, da LREF), cujo plano e aditivo foram homologados por este Juízo, com ressalvas. Outrossim, como exaustivamente informado, INTIMEM-SE os credores Katia Maria da Silva e Souza, Kelson Caio Batista, Andrea Carvalho Pereira, Osvaldo de Souza Góis e Fabricio da Silva Fernandes para fornecer os dados bancários por e-mail no endereço creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização da Administrador Judicial. Destarte, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente e adequado para tal. 5. Fls. 73.955/73.973 (Viviane Fernandes Santos), Fls. 74.316/74.866 (Maria Lúcia Costa Monteiro) e Fls. 75.055/75.067, Item V (Administradora Judicial): Tratando-se de crédito quirografário, deverão as interessadas propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de créditos POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. No momento da distribuição, deverá a peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. Por fim, no tocante ao patrono da credora Maria Lúcia Costa Monteiro, Dr. Henrique Batista de Araújo Neto, por se tratar de crédito de natureza trabalhista, ciência de que a Administradora Judicial apresentará parecer contábil relativo ao seu crédito anexo ao 54º RMA, para que acompanhe o respectivo protocolo do RMA nestes autos. 6. Fls. 74.023/74.209 (Administradora Judicial) e Fls. 74.265/74.269 (Recuperandas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de maio de 2023, e análises das informações contábeis e financeiras de abril/2023, reportadas no 53º RMA apresentado pela Administradora Judicial, bem como os dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, bem como do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo. 7. Fls. 74.293/74.315 (Jefferson Francolino da Silva) e Fls. 75.055/75.067, Item V (Administradora Judicial): INTIME-SE o credor Jefferson Francolino da Silva para que tome ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial de que o parecer contábil relativo à sua solicitação, se encontrará anexo ao 54º RMA. 8. Fls. 74.867/74.868 (Sandro Tadashi Tanaka) e Fls. 75.055/75.067, item VII (Administradora


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Judicial): Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Sandro Tadashi Tanaka contra a decisão de fls. 73.998/74.009, para sanar a omissão e contradição, no tocante à opção de recebimento do seu crédito, ao passo que ilíquido à época. Conheço os embargos, eis que tempestivos, e no mérito, nego-lhes provimento. Considerando que a matéria suscitada pelo embargante foi objeto da decisão de fls. 52.984/52.990, evidente a ocorrência da preclusão (art. 223, caput, do CPC). A decisão lançada está adequadamente fundamentada, não havendo que se falar em omissão, obscuridade ou contradição no decidido. No caso em tela, pretende o Embargante, a pretexto de sanar suposto vício do decisum, alterar a forma de pagamento do seu crédito, o que, caso queira, poderá fazer por meio de recurso próprio. Desta sorte, mantenho incólume a decisão embargada. 9. Fls. 74.869/74.871 (Daniela Peixoto de Albuquerque): Aguarde-se o julgamento em definitivo do incidente de impugnação de crédito nº 1102039-83.2022.8.26.0100, distribuído pela credora, devendo toda matéria ser dirimida no incidente a fim de evitar tumulto processual. 10. Fls. 74.874/74.876 (Nilton Lustosa da Rocha Neto) e Fls. 75.055/75.067, Item V (Administradora Judicial): Conforme noticiado pela Administradora Judicial, os e-mails enviados pelo credor se encontram com erros de digitação, sendo os corretos os seguintes: gruposhc2vfrj@gmail.com e creditosrjshc@gruposhc.com.br. INTIME-SE o credor Nilton Lustosa da Rocha Neto para que proceda com novo envio dos dados bancários para os e-mails corretos. 11. Fls. 74.879/74.897, Fls. 75.031/75.038 e 75.039/75.045 (Recuperandas) e Fls. 75.055/75.067, item VI (Administradora Judicial): As Recuperandas informam e requerem: (i) o levantamento dos valores depositados nos autos, oriundos de reclamações trabalhistas, tendo em vista a sujeição dos créditos aos efeitos da Recuperação Judicial, acostando MLEs às fls. 74.888/74.891; (ii) a reiteração do pedido de liberação de constrições realizadas nos autos nº 1000469-46.2019.5.02.0078 e 0010473-46.2019.5.03.0139; (iii) não se opõem a realização da alienação dos ativos via leilão eletrônico, nos termos do art. 142, I, da Lei 11.101/2005, independente de manifestação do Grupo Red Asset; (iv) indicam o leiloeiro Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, para atuar no processo alienação dos imóveis; (v) informam a destinação dos recursos a serem obtidos com a venda dos imóveis; (vi) apresentam o Edital para alienação dos imóveis em cumprimento a decisão de fls. 73.998/74.009; (vii) informam que não possuem bens em substituição à penhora realizada nos autos da Execução Fiscal nº 5053949-41.2020.4.04.7100. A Administradora Judicial, por sua vez manifestou-se nos seguintes termos: (i) uma vez que as Recuperandas apresentaram a conciliação dos saldos dos depósitos advindos da Justiça Laboral, não se opõe ao levantamento dos valores, desde que as Recuperandas prestem contas da destinação dos valores; (ii) não se opõe a nova expedição de ofícios para liberação de constrições indevidamente realizadas nos autos nº 1000469-46.2019.5.02.0078 e 0010473-46.2019.5.03.0139, às 78ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP e 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA; (iii) declara ciência do Leiloeiro indicado pelas Recuperandas; (iv) declara ciência da informação da destinação dos valores a serem obtidos com a venda dos imóveis, e aguarda que as Recuperandas comprovem a efetiva destinação dos valores aos credores extraconcursais, e de eventual saldo em favor das Recuperandas, a fim de incrementar o fluxo de caixa; e, (v) concorda com o Edital apresentado às fls. 75.033/75.038, opinando pela publicação; (vi) pugna para que este Juízo decida acerca da essencialidade dos bens das Recuperandas penhoradas na Execução Fiscal nº 5053949-41.2020.4.04.7100/RS, levando em consideração o escoamento do stay period e a fase atual do presente feito que é o cumprimento do plano. Passo a decidir. i. À z. Serventia para as conferências de praxe dos MLEs apresentados pelas Recuperandas às fls. 74.888/74.891, e, estando em termos, para expedição do MLE em favor das devedoras dos valores oriundos das reclamações trabalhistas. ii. OFICIE-SE à 78ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, nos autos do processo nº 1000469-46.2019.5.02.0078 e à 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, nos autos do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

processo nº 0010473-46.2019.5.03.0139, em reiteração, para que procedam a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos dos respectivos processos e, ainda, a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas aos Juízos da 78ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP e da 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. iii. Diante da apresentação de leiloeiro de confiança pelas Recuperandas, nomeio Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, credenciado pela JUCESP sob nº 844, com cadastro ativo no Portal de Auxiliares da Justiça, endereço comercial à Alameda Santos, nº 787, conjunto nº 132, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP nº 01.419-001, telefone (11) 3149-4600, para atuar no processo competitivo autorizado às fls. 73.998/74.009, nos termos do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. Ante o recolhimento das custas para publicação do Edital, à z. Serventia para providenciar, na sequência, a expedição e publicação do edital de fls. 75.033/75.038, sem necessidade de nova decisão, ficando autorizada desde já a alienação nos termos do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. Em sendo o leilão positivo, deverão as Recuperandas comprovar à Administradora Judicial a destinação dos valores aos credores extraconcursais, com a ressalva das amortizações já relatadas, e de eventual saldo em favor das Recuperandas, devendo a Administração Judicial apresentar os esclarecimentos da destinação dos valores no Relatório Mensal de Atividades subsequente à alienação, de modo a dar publicidade à coletividade de credores e demais interessados sobre a apuração dos valores produto da venda. iv. No tocante ao reconhecimento da essencialidade dos bens das Recuperandas, penhorados nos autos da Execução Fiscal nº 5053949-41.2020.4.04.7100. Considerando que devidamente intimadas para indicarem bens em substituição à Penhora, dado o decurso do prazo do stay period, conforme apontado pela Auxiliar do Juízo, as Recuperandas informaram que não possuem bens a serem dados em substituição. Considerando que as Recuperandas não se desincumbiram em comprovar a essencialidade dos bens penhorados, entende este Juízo que não existe a essencialidade defendida pelas Recuperandas, razão pela qual INDEFIRO o pedido de reconhecimento da essencialidade dos veículos test-drives, penhorados nos autos da Execução Fiscal nº 5053949-41.2020.4.04.7100. 12. Fls. 74.925/74.927 (3º Tabelionato de Títulos e Protestos de Porto Alegre/RS), Fls. 74.928/74.930 (2º Tabelionato de Notas ao 3º Tabelionato de Títulos e Protestos de Joinville/SC), Fls. 74.939/74.940 (1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Guarulhos), 74.941/74.942 (4ª Tabelionato de Protestos de Salvador/BA), 74.943/74.944 (2º Tabelionato de Notas e 1º de Protestos de Títulos da Capital/SC), Fls. 74.948/74.952 (Tabelionato de Protestos de Títulos de Camaçari/BA), Fls. 74.953/74.954 (3º Tabelionato de Protestos de Letras e Títulos de São Paulo/SP), Fls. 74.959/74.560 (1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Bernardo do Campo/SP), Fls. 74.970/74.973 (2º Protesto de Títulos de Recife), Fls. 74.974/74.979 (3º Tabelionato de Protestos de Letras e Títulos de Belo Horizonte), Fls. 74.980/74.982 (8º Tabelião de Protestos de São Paulo), 74.983/74.985 (3º Tabelião de São Caetano do Sul/SP), Fls. 74.986/74.989 (7º Tabelião de Protestos de Títulos de São Paulo/SP), Fls. 74.990/74.995 (2º Tabelião de Protestos e Títulos de Guarulhos/SP), Fls. 74.996/75.001 (2º Tabelião de Protestos de Títulos de São Paulo/SP), Fls. 75.005/75.010 (2º Tabelião de Protestos e Títulos de Guarulhos/SP), Fls. 75.011/75.013 (1º Tabelião de Protestos e Títulos de Barueri/SP), Fls. 75.014/75.016 (10º Tabelião de Protestos de Títulos de São Paulo/SP), Fls. 75.026/75.028 (5º Tabelião de Protestos de Títulos de São Paulo/SP) e Fls. 75.046/75.051 (6º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo): Ciência às Recuperandas acerca das informações prestadas pelos Tabelionados, para, querendo, manifestar-se. 13. Fls. 74.947, 74.955/74.958 e Fls. 75.003/75.004 (Ofícios): Ciência às Recuperandas acerca das informações


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

prestadas pelas Varas do Trabalho. 14. Fls. 75.017/75.025 (Eduardo Ribeiro Soares da Silva) e 75.029/75.030 (Leandro Rodrigo Santos Tofino): Anote-se a interposição dos Agravos de Instrumento nº 2155137-38.2023.8.26.0000 e 2156326-51.2023.8.26.0000, dando-se ciência às Recuperandas. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Deverão os credores informar eventual concessão de efeito suspensivo ao recurso. 15. Fls. 75.055/75.068 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação, restando pendente a que passo a apreciar. i. Intime-se os Credores, às Recuperandas e demais interessados quanto à remessa, pela AJ, do ofício expedido na decisão de fls. 73.998/74.009 (item 8). Vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int.” **CERTIFICA MAIS QUE**, em 17/07/2023 foi disponibilizado no DJe o edital de leilão dos bens arrecadados e avaliados. **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 23/08/2023 pelo MM. Juiz foi dito que: “Vistos. Fls. 75.113/75.119: Última decisão. Fl. 75.054 (1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP), Fls. 75.069/75.072 (4º Tabelionato de Protesto de Curitiba/PR), Fls. 75.073/75.076 (1º Tabelionato de Protesto de Curitiba/PR), Fls. 75.077/75.078 (2º Tabelionato de Notas e Protestos de Itatiba/SP), Fls. 75.080/75.082 (1º Tabelionato de Notas e Protesto de Letras e Títulos de São Caetano do Sul/SP), Fls. 75.083/75.087 (1º Tabelionato de Protesto de Belo Horizonte/MG), Fls. 75.094/75.097 (Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos de Santo André/SP), Fl. 75.319 (9º Tabelião de Protestos de Letras e Títulos de São Paulo/SP), Fls. 75.321/75.323 (1º Tabelionato de Notas e 3º de Protesto de Florianópolis/SC), Fls. 75.468/75.472 (8º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP), Fls. 75.531/75.532 (Cartório de Protesto de Vitória) e Fls. 76.135/76.144, item V (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas acerca das informações prestadas pelos Tabelionatos, para, querendo, manifestar-se. Fls. 75.088/75.093 (34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA) e Fls. 76.135/76.144 item II (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas acerca das informações prestadas pela 34ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Fls. 75.098/75.102 e Fls. 75.689/75.693 (Recuperandas) e Fls. 75.128/75.318 e 75.805/75.992 (Administradora Judicial): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de maio e junho de 2023, cujas conferências foram reportadas nos 54º e 55º Relatórios Mensais de Atividades, apresentados pela Administradora Judicial, que apresentaram análises das informações contábeis e financeiras de maio e junho de 2023, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, bem como do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 21/07/2023, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 75.240/75.242). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Fls. 75.103/75.104 (Port Distribuidora de Informática e Papelaria), Fls. 75.761/75.766 (André Oliveira Pacheco de Lima): Anote-se, se em termos, ou nota cartorária para regularização, se necessário. Fls. 75.107/75.112, Fls. 75.512/75.518, Fls. 75.519/75.525, Fls. 75.526/75.530 (Conflitos de Competência), Fls. 76.135/76.144 item II (Administradora Judicial): Ciência aos interessados acerca das r. Decisões proferidas nos autos dos Conflitos de Competência nºs 196.734/SP, 198.400/SP, 198.399/SP e 198.771/SP. OFICIE-SE a 27ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, para que proceda com a liberação de eventuais constrições realizadas nos autos do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

processo nº 0000015-87.2021.5.05.0027, e, ainda, para que proceda com a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas ao D. Juízo da 27ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos presentes autos em 10 (dez) dias do ato. Fls. 75.349/75.352, Fls. 75.411/75.412 (Ministério Público) e Fls. 76.135/76.144 item IV (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas e aos interessados acerca dos pareceres apresentados pelo Ministério Público. Sem prejuízo, ciência ao Ministério Público acerca dos esclarecimentos contidos na manifestação da Administradora Judicial. Fls. 75.353/75.381 (Agravado de Instrumento): Ciência às Recuperandas, Credores e demais interessados acerca do trânsito em julgado do acórdão proferido no Agravado de Instrumento nº 2262234-39.2019.8.26.0000. Cumpra-se. Fls. 75.392/75.402 (Jefferson Francolino da Silva), Fls. 75.432/75.467 (Marcos Roberto Mascarenhas), Fls. 75.501/75.511 (Thalita Doliane Aparecida da Silva e Nicole Schorr), Fl. 75.760 (Fernando Mendes Rocha), Fls. 75.767/75.772 (Rafael Krasota) e Fls. 76.135/76.144 item III (Administradora Judicial): Ante os esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial, as manifestações sobre opções de recebimentos dos credores Marcos Roberto Mascarenhas, Thalita Doliane Aparecida da Silva e Nicole Schorr são intempestivas. Aquelas não recepcionadas no prazo, foram enquadradas na opção padrão e, nesse sentido, a elas deve ser aplicado o disposto no Plano de Recuperação Judicial originalmente homologado, na forma do quanto decidido pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Com relação ao credor Jefferson Francolino da Silva, nos termos da manifestação da Administradora Judicial, considerando a escolha realizada pelo credor quando da homologação do plano originário (opção A), o credor deverá receber os valores observando-se as condições aplicadas à opção escolhida. Dito isto, intuem-se os credores Jefferson Francolino da Silva, Marcos Roberto Mascarenhas, Thalita Doliane Aparecida da Silva e Nicole Schorr, para ciência quanto as informações prestadas pela Administradora Judicial às fls. 76.135/76.144, item III. Outrossim, como exaustivamente informado, intuem-se os credores Fernando Mendes Rocha e Rafael Krasota para fornecerem os dados bancários por e-mail no endereço creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com para fiscalização da Administradora Judicial. Destarte, determino aos credores que se abstenham de apresentar sua opção de pagamento e dados bancários nestes autos, uma vez que nunca foi o meio pertinente e adequado para tal. Fls. 75.473/75.500 (Recuperandas), Fls. 76.135/76.144 item VI (Administradora Judicial): Ciência aos credores e demais interessados acerca do inteiro teor da manifestação das Recuperandas e da manifestação da Administradora Judicial. Nos termos da manifestação da Administradora Judicial, providencie a z. Serventia as conferências de praxe dos MLEs apresentados pelas Recuperandas às fls. 75.498/75.500, e, estando em termos, expeçam-se os competentes MLEs em favor das Recuperandas referente aos valores transferidos pelos Juízos trabalhistas a estes autos, conforme manifestação da Recuperanda. Fls. 75.694/75.709 (19ª Vara Cível de Brasília/DF) e Fls. 76.135/76.144 item II (Administradora Judicial): Nos termos da manifestação da Administradora Judicial, considerando a concursabilidade do crédito pleiteado pela credora nos autos do Cumprimento de Sentença 0703374-81.2018.8.07.0001, OFICIE-SE, em resposta, o D. Juízo da 19ª Vara Cível de Brasília, para que proceda com a liberação de eventuais constrições de valores realizadas nos autos do processo nº 0703374-81.2018.8.07.0001, de titularidade das Recuperandas, devendo ainda ser realizada a transferência de eventuais valores lá depositados para conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Adicionalmente, deverá a credora, se necessário, adotar eventuais medidas cabíveis para habilitação de seu crédito no procedimento recuperacional. Servirá cópia da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

presente decisão como **OFÍCIO** a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas ao D. Juízo da 19ª Vara Cível de Brasília/DF, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. Fls. 75.710/75.721 (Katia Maria da Silva e Souza) e Fls. 76.135/76.144 item III (Administradora Judicial): Intimem-se as Recuperandas acerca da manifestação da credora, devendo eventual regularização de pagamentos e/ou dados bancários serem realizadas de forma administrativa. Fls. 75.729/75.759 (Leiloeiro): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados. Fls. 75.773/75.804 (Vara Única de Getulina/SP): A Administradora Judicial para as providências de praxe. Fls. 76.135/76.146 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação. Vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int. **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 20/10/2023 pelo MM. Juiz foi dito que: “Vistos. Fls. 76.209/76.213: Última decisão. 1 Fls. 76.147/76.148 (Natalia Machado de Sousa), Fls. 76.246/76.259 (Vanessa Adriana Santos), Fl. 76.282 (Eliezer da Silva), Fls. 76.283/76.312 (Tatyane Teixeira Ferreira da Silva), Fl. 76.334 (Rosana Marcia Pacini), Fls. 76.621 (Manoel Vieira Machado e Jorge Vieira Machado), Fls. 76.653 (Emanuelle Cristine Santos), Fls. 76.707/76.712 (Sebastião Rocha da Silva), Fls. 76.810/76.827 (Tarciso Manoel Taveira) e Fls. 77.013/77.031, item III (Administradora Judicial): **INTIMEM-SE** os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 77.013/77.031, item III. Outrossim, como exaustivamente informado, os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas **DIRETAMENTE** ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia ao endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Intimem-se as Recuperandas para que tomem ciência das manifestações dos credores Natalia Machado de Sousa, Vanessa Adriana Santos, Rosana Marcia Pacini, Igemax Sistemas Customizados, Processos e Serviços Eireli, Eliezer da Silva, Sebastião Rocha da Silva, Tarciso Manoel Taveira, Irma Rodrigues Barbosa e Tarciso Manoel Taveira, bem como para que apresentem os devidos comprovantes de pagamentos dos créditos dos respectivos credores. 2 Fls. 76.149/76.151 (Carlos Alberto Lopes de Azevedo), Fls. 76.223/76.229 (Douglas dos Santos Melo), Fls. 76.660/76.665 (Rodrigo Ramon), Fls. 77.013/77.031, item IV (Administradora Judicial): Tratando-se de crédito quirografário, deverão os interessados propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de créditos **POR DEPENDÊNCIA** ao processo principal, por peticionamento eletrônico **INICIAL**. 3 Fls. 76.152/76.153 (Felipe Chalfun Florentino), Fls. 76.154/76.208 (Marcelo Areco Martins), Fls. 76.669/76.679 (Roanna Jaccoud Ribeiro Amaro e Outro) e Fls. 77.013/77.031, item IV (Administradora Judicial): Intimem-se os credores para que tomem ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Aguarde-se a apresentação do 58º RMA, o qual conterà o parecer acerca dos pedidos de habilitação de crédito em questão. 4 Fls. 76.214/76.215 (3º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo), Fls. 76.796 (1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo) e Fls. 77.013/77.031, item V (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas acerca das informações prestadas pelos Tabelionatos, para, querendo, manifestarem-se. 5 Fls. 76.216/76.222 (64ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro), Fls. 77.013/77.031, item V (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, aos Credores e demais interessados acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. **OFICIE-SE** a 64ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, em resposta, para que sejam prestados os esclarecimentos devidos acerca da extraconcursalidade do crédito, servindo a presente decisão como ofício, a ser encaminhado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

diretamente pela Administradora Judicial ao D. Juízo da 64ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos presentes autos em 10 (dez) dias do ato. 6 Fls. 76.244/76.245 (Nilton Lustosa da Rocha Neto), Fl. 76.265 (Sidnei Antonio Pacheco), Fls. 76.550/76.552 (Vanessa Fernanda Aguiar), Fls. 76.566/76.620 (Jefferson Francolino da Silva), Fls. 76.713/76.776 (Irma Rodrigues Barbosa) e Fls. 77.013/77.031, item VI (Administradora Judicial): Ante os esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial, as manifestações sobre opções de recebimentos dos credores Nilton Lustosa da Rocha Neto, Sidnei Antonio Pacheco, Vanessa Fernanda Aguiar e Irma Rodrigues Barbosa, são intempestivas. Aquelas não recepcionadas no prazo, foram enquadradas na opção padrão e, nesse sentido, a elas deve ser aplicado o disposto no Plano de Recuperação Judicial originalmente homologado, na forma do quanto decidido pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Com relação ao credor Jefferson Francolino da Silva, nos termos da manifestação da Administradora Judicial, considerando a escolha realizada pelo credor quando da homologação do plano originário (opção A), o credor deverá receber os valores observando-se as condições aplicadas à opção escolhida. Às Recuperandas para comprovação do pagamento em 5 dias. INTIMEM-SE os credores para ciência quanto as informações prestadas pela Administradora Judicial às fls. 77.013/77.031, Item VI. 7 Fls. 76.260/76.262 (Cartório): Ciência às Recuperandas acerca do MLE expedido em seu favor. 8 Fls. 76.266/76.270 e Fls. 76.797/76.801 (Recuperandas), Fls. 76.358/76.544 e Fls. 76.828/77.012 (Administradora Judicial): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de julho e agosto de 2023, cujas conferências foram reportadas nos 56º e 57º Relatórios Mensais de Atividades, apresentados pela Administradora Judicial, que apresentaram análises das informações contábeis e financeiras de julho e agosto de 2023, das atividades desenvolvidas em agosto e setembro, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, bem como do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. 9 Fls. 76.272/76.281 (Ministério Público) e Fls. 77.013/77.031, item VII (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, credores e interessados acerca da manifestação do Ministério Público e dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. 10 Fls. 76.313/76.333 (Recuperandas) e Fls. 77.013/77.031, item VIII (Administradora Judicial): Ciência aos Credores e demais interessados acerca da manifestação das Recuperandas. Certifique a z. Serventia eventual transferência de valores oriundos da Reclamação Trabalhista 0000562-14.2018.5.05.0034. Após, às Recuperandas para que apresentem o MLE para levantamento dos valores. Intime-se a credora Katia Maria da Silva, na pessoa do seu representante, para que tome ciência do quanto esclarecido pelas Recuperandas. 11 Fls. 76.336/76.357 (Tarciso Manoel Taveira), Fls. 77.013/77.031, item III (Administradora Judicial): Ciência ao credor acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Intimem-se as Recuperandas para manifestação acerca da petição do credor. 12 Fls. 76.545/76.546 (Maira Licor Brussolo de Carvalho) e Fls. 77.013/77.031, item III (Administradora Judicial): Ciência à credora acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Estando o incidente de habilitação de crédito em curso, aguarde-se o trânsito em julgado para o eventual recebimento do seu crédito. 13 Fls. 76.548/76.549 (Igemax Sistemas Customizados, Processos e Serviços Eireli) e Fls. 77.013/77.031, item III (Administradora Judicial): Ciência ao credor acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Intimem-se as Recuperandas para que esclareçam acerca do pagamento do crédito devido ao credor. 14 Fls. 76.560/76.565, Fls. 76.780/76.785 e 76.804/76.809 (Conflito de Competência) e Fls. 77.013/77.031, Item V (Administradora Judicial): Ciência aos interessados acerca das r. Decisões proferidas nos autos dos Conflitos de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Competência nº 198.771/SP, nº 199.979/SP e nº 198.399/SP. OFICIE-SE a 8ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, processo nº 0020545-36.2021.5.04.0029, acerca da competência deste Juízo Recuperacional para deliberar sobre atos de constrições de ativos das Recuperandas, e para que, eventualmente, transfira eventuais valores lá depositados para a conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. OFICIE-SE a 66ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, processo nº 0001771-42.2014.5.02.0066, acerca da competência deste Juízo Recuperacional para deliberar sobre atos de constrições de ativos das Recuperandas, e para que, eventualmente, transfira eventuais valores lá depositados para a conta vinculada a este feito, considerando a sujeição do crédito aos efeitos desta recuperação judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas aos Juízos da 8ª Vara do Trabalho de Vitória/ES e da 66ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-o nos autos em 10 (dez) dias do ato. 15 Fls. 76.622/76.634 (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo): Ciente o Juízo acerca do trânsito em julgado do Agravo de Instrumento nº 2044755-12.2022.8.26.0000, que determinou a continuidade da fiscalização em razão dos pagamentos ainda devidos, à época, aos credores trabalhistas. Tendo em vista que já fora apresentado nesses autos os pagamentos efetuados aos credores trabalhistas nos termos do quanto decidido pelo E. Tribunal de Justiça, bem como as subsequentes manifestações carreadas nesses autos sobre a adequação das opções de pagamentos aos julgados do E. TJSP, ciência aos credores e ao Ministério Público sobre o trânsito em julgado. 16 Fls. 76.635/76.651 (7ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador) e Fls. 77.013/77.031, item V (Administradora Judicial): Considerando que o crédito dos honorários advocatícios se trata de crédito extraconcursal, o qual não se submete aos efeitos da Recuperação Judicial, deve o credor, acaso entenda pertinente, distribuir a medida judicial cabível para o adimplemento do seu crédito. Finalmente, no que tange ao crédito principal contido na certidão de crédito encaminhada, considerando a sua natureza quirografária, deve o credor propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de créditos POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. OFICIE-SE, em resposta, com as cautelas de estilo, o D. Juízo da 7ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador/BA, servindo a presente decisão como ofício, a ser protocolada pela Administradora Judicial, comprovando-se em 10 (dez) dias. 17 Fl. 76.652 (Marcos Nunes da Costa) e Fls. 77.013/77.031, item III (Administradora Judicial): INTIME-SE o credor para, nos termos do requerido pela Administradora Judicial, informar e comprovar a mencionada habilitação do seu crédito. 18 Fls. 76.654/76.659 (Município de Santos), Fls. 77.013/77.031, item IX (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas acerca da manifestação do ente municipal, para se manifestar em 10 dias. Após, manifeste-se a Administradora Judicial e, após, tornem conclusos para decisão. Intime-se o Município de Santos, VIA PORTAL ELETRÔNICO, acerca da presente decisão. 19 Fls. 76.666/76.668 (Danilo Machado): Concedo o prazo requerido de 30 dias. Intime-se. 20 Fls. 76.680/76.706 (Cemig Distribuição S.A.): À z. Serventia para as conferências de praxe e anotação do patrono. 21 Fls. 76.777/76.779 (Caixa Econômica Federal): Ciência às Recuperandas e à Administradora Judicial dos valores transferidos pela Caixa Econômica ao presente feito. 22 Fls. 76.789/76.791 (8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre), 76.792/76.795 (Cartório) e Fls. 77.013/77.031, item V (Administradora Judicial): Em se tratando de créditos de natureza tributária, tais valores não se sujeitam ao procedimento Recuperacional, nos termos do art. 187 do Código Tributário Nacional, não havendo razões para habilitação do crédito, tampouco transferência de valores, devendo o credor tomar as medidas cabíveis para satisfação de seu crédito pelas vias próprias. OFICIE-SE,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

em resposta, com as cautelas de estilo, o D. Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS, sobre a impossibilidade da habilitação do referido crédito nos autos da Recuperação Judicial, nos termos do art. 187 do Código Tributário Nacional. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pela Administradora Judicial que deverá comprovar nos autos em 10 dias. 23 Fls. 77.013/77.031 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta manifestação, estando pendente o que passo a apreciar. Nos termos da manifestação da Administradora Judicial, OFICIE-SE, com as cautelas de estilo, o D. Juízo da Vara Única de Getulina/SP, acerca da necessidade de o credor interessado, considerando a natureza quirografária do crédito, promover a distribuição do incidente de habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de créditos POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. Com relação aos valores a título de honorários advocatícios, os valores são extraconcursais, devendo o titular do crédito buscar o adimplemento dos valores pelas vias próprias. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pela Administradora Judicial que deverá comprovar nos autos em 10 dias. Vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. 24- Fls. 77.032/77.065 (Rachel Barros de Lima): Trata-se de manifestação da credora requerendo o pagamento de seu crédito. Manifestem-se a Administradora Judicial e as Recuperandas. Após, tornem conclusos. 25- Fls. 77.066/77.077 (Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, leiloeiro da gestora Megaleilões): Manifestação do leiloeiro informando o resultado negativo do certame e apresentando as propostas colhidas dos interessados nos imóveis levados a leilão. Manifestem-se as Recuperandas em 10 dias, após, manifeste-se a Administradora Judicial em 10 dias. Após, conclusões para decisão. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 04/12/2023 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 76.209/76.213: Penúltima decisão. Fls. 77.156/77.164: Última decisão. 1 Fls. 77.032/77.065 (Rachel Barros), Fls. 77.078/77.084 (Sinesio Campos Costa Junior), Fls. 77.189/77.190 (Humberto Dias de Almeida), Fls. 77.191/77.200 (Jefferson Francolino da Silva), Fls. 77.258/77.268 (Viviane Juliana Padilha da Silva), Fls. 77.269/77.271 (Insulfilm do Brasil Ltda), Fls. 77.506/77.508 (José Dimas Lopes da Silva), Fls. 77.509/77.510 (Eduardo Lane), Fls. 77.608/77.712 (Vando Vieira da Silva), Fls. 77.752/77.753 e Fls. 77.869/77.870 (Natalia Machado de Sousa) e Fls. 77.828/77.849, Item III (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 77.828/77.849, item III. Outrossim, como exaustivamente informado, os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas DIRETAMENTE ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Intime-se as Recuperandas para que tomem ciência das manifestações dos credores Jefferson Francolino da Silva e Natalia Machado de Sousa, e esclareçam o necessário acerca dos pagamentos dos valores aos credores. 2 Fls. 77.066/77.077 e 77.602/77.607 (Mega Leilões), Fls. 77.514/77.520 e Fls. 77.823/77.827 (Recuperandas) e Fls. 77.828/77.849, item VI e Fls. 77.878/77.879 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação do Leiloeiro informando o resultado do Leilão Único, bem como das propostas apresentadas para os Lotes 01, 02 e 03. Intimadas, as Recuperandas apresentaram manifestação pugnando pela homologação da proposta para aquisição do Imóvel Jacarepaguá (Lote 02), posto que tempestiva e atingiu o valor mínimo previsto em edital, seja, ainda, declarado o objeto da alienação livre de qualquer ônus e a ausência de sucessão, nos termos do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

art. 66, §3º, da Lei 11.101/2005. Ainda, apresentaram Termo de Anuência dos detentores da garantia do bem (lote 02) às fls. 77.823/77.827. Quanto aos Imóveis de Santos e Curitiba (Lotes 01 e 03), manifestaram-se no sentido de que, apesar das propostas apresentadas, as mesmas foram realizadas de forma intempestiva, razão pela qual pugnam pela realização de novo Leilão, nos termos do art. 142, I, da Lei 11.101/2005, devendo ser respeitado como valor mínimo, o valor das propostas apresentadas por Nicolas Georges Paparodromon para os referidos imóveis, de R\$ 3.100.000,00 para o Imóvel Santos do Lote 01, e de R\$ 19.000.000,00, para o Imóvel Curitiba do Lote 03. Sobre o pedido, a Administradora Judicial apresentou manifestação: (i) tomando ciência do resultado negativo do Leilão Único e das propostas apresentadas para os Lotes 01, 02 e 03, além da manifestação das Recuperandas; (ii) com relação aos Imóvel Santos e Imóvel Curitiba, dos Lotes 01 e 03, respectivamente, não se opõe a realização de novo leilão, nos termos do art. 142, I, da lei 11.101/2005, cujo valor mínimo deverá ter por base as propostas apresentadas por Nicolas Georges Paparodromon; (iii) com relação ao Imóvel Jacarepaguá, do Lote 02, considerando a tempestividade da proposta apresentada e que se deu no valor mínimo previsto em Edital, não se opõe a homologação da alienação, desde que ouvidos os credores acerca da proposta apresentada; e, (iv) pugnou pela intimação das Recuperandas para que retifiquem o Termo de Anuência apresentado às fls. 77.823/77.827. É o relatório. Considerando que o leiloeiro apresentou auto negativo do Leilão único dos Lotes 01, 02 e 03, e ainda, apresentou as propostas para pagamento em prestações, nos termos do art. 895, do Código de Processo Civil. Sem prejuízo do abaixo decidido, apenas para que se evite arguição de nulidade, considerando tratar-se de eventual erro material no Termo de Anuência apresentado às fls. 77.824/77.827, intem-se as Recuperandas para que, no prazo de 48 horas, apresentem o Termo de Anuência dos atuais detentores das garantias hipotecárias que recaem sobre o Imóvel Jacarepaguá, conforme sugerido pela Administradora Judicial. Passo a decidir. Imóveis de Santos/SP e Curitiba/PR (lotes 01 e 02) Considerando que as Recuperandas se opuseram às propostas apresentadas pelos Lotes 01 e 03, dada a intempestividade, nos termos do art. 895, I, do Código de Processo Civil, requerendo a realização de novo leilão, respeitando-se, porém, como valor mínimo, o valor das propostas apresentadas por Nicolas Georges Paparodromon para os referidos imóveis, de R\$ 3.100.000,00 para o Imóvel Santos, e de R\$ 19.000.000,00, para o Imóvel Curitiba. Considerando que os atuais detentores das garantias que recaem sobre os imóveis dos Lotes 01 e 03 já anuíram com a alienação, conforme Termos de Anuência de fls. 73.044/73.045 e 73.047/73.050. Considerando que a Administradora Judicial não se opôs ao pedido de realização de novo leilão pelas Recuperandas, fica autorizada a alienação dos imóveis, nos termos do art. 66 da LFR, de forma que DEFIRO a realização de novo leilão através de Leilão Eletrônico, nos termos do art. 142, I, da Lei 11.101/2005, para alienação dos seguintes imóveis pelas Recuperandas: (i) Imóvel Santos, composto pelas matrículas nº 63.031 e nº 51.194, ambas do 2º Cartório de Registros da Comarca de Santos/SP; e, (ii) Imóvel Curitiba, composto pela matrícula nº 15.254 do Registro de Imóveis da 7ª Circunscrição de Curitiba/PR, garantindo-se a publicidade da venda e a possibilidade de maior concorrência entre os interessados. Acolho a sugestão das Recuperandas para que o valor mínimo de venda dos ativos seja o valor das propostas apresentadas por Nicolas Georges Paparodromon, de R\$ 3.100.000,00 para o Lote 01 e de R\$ 19.000.000,00, para o Lote 02. Considerando que o Código de Processo Civil não mais exige o prazo de 30 dias entre a publicação do edital e a realização do leilão, assim como não há obrigatoriedade de publicação do edital no Diário de Justiça eletrônico, bastando sejam cumpridas as formalidades constantes dos arts. 886 e 887 do aludido diploma legal, intime-se o leiloeiro para as providências necessárias, ficando autorizada desde já a alienação dos imóveis nos termos do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. Com as providências, comprove o leiloeiro nos presentes autos. Imóvel de Jacarepaguá/RJ Considerando que as Recuperandas concordaram


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

com a proposta de alienação do Lote 02 e que, conforme verificado pela Administradora Judicial, a proposta fora realizada tempestivamente, cumprindo o quanto previsto no art. 895, I, do Código de Processo Civil, atendendo ao valor mínimo previsto no Edital, e que os atuais detentores das garantias que recaem sobre o imóvel, anuíram com a proposta apresentada. Considerando que o produto da alienação auxiliará a manutenção das atividades do Grupo SHC, bem como irá quitar parcela considerável do passivo extraconcursal. Considerando que a Administradora Judicial não se opôs à homologação da proposta apresentada por GX Empreendimentos Ltda. às fls. 77.073/77.076, desde que ouvidos previamente os credores. Decido. Ciência aos credores acerca da proposta apresentada por GX Empreendimentos Ltda. às fls. 77.073/77.076, para aquisição do Imóvel Jacarepaguá, pelo valor de R\$ 2.010.000,00, nas seguintes condições: (i) Sinal de R\$ 603.000,00, correspondentes a 30% do valor oferecido, nos exatos termos que autoriza a lei; (ii) Saldo remanescente de R\$1.407.000,00 em vinte e cinco prestações mensais e sucessivas de R\$56.280,00 corrigidas anualmente pelo IPC-A (IBGE), sendo a primeira parcela com vencimento para 30 dias após a imissão na posse; e, (iii) Pagamento da comissão de leiloeiro no valor de R\$ 100.500,00 a ser pago à vista. Eventual impugnação deverá vir fundamentada, sob pena de não conhecimento, e, se o caso, aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça. Decorrido o prazo de 5 dias sem objeções, HOMOLOGO para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a arrematação do Imóvel Jacarepaguá, devendo o leiloeiro providenciar a emissão das competentes guias de recolhimento para posterior juntada nos autos. Com o pagamento do valor do sinal e da comissão do leiloeiro, DEFIRO a imissão do arrematante na posse do imóvel arrematado (Matrículas nº 48.406, 48.407, 144.454, 144.455 e 144.456, do 9º CRI do Rio de Janeiro/RJ), consignando que a posse será exercida de forma precária, até o adimplemento total do preço. Ressalva-se que, consoante art. 66, §3º, da Lei 11.101/2005, o bem alienado estará livre de qualquer ônus e o arrematante não sucede as obrigações do devedor. Conforme já determinado às fls. 75.113/75.119, deverão as Recuperandas comprovar à Administradora Judicial a destinação dos valores aos credores extraconcursais, devendo a Administração Judicial apresentar os esclarecimentos da destinação dos valores no Relatório Mensal de Atividades subsequente à alienação, de modo a dar publicidade à coletividade de credores e demais interessados sobre a destinação dos valores oriundos da venda. Nos termos do art. 142, §7º, da Lei nº 11.101/055, INTIMEM-SE ELETÔNICAMENTE o Ministério Público e as Fazendas Públicas. 3 Fls. 77.086/77.141 (Eduardo Cesar Delongo Miguel) e Fls. 77.828/77.849, Item IV (Administradora Judicial): Ciência ao credor acerca dos esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial. 4 Fl. 77.142 (Petrovix Incorporação E Locações Imobiliária Ltda): A certidão de objeto e pé deve ser solicitada diretamente ao cartório, presencialmente ou através do e-mail institucional sp2falencias@tjsp.jus.br, e não através de peticionamento nos autos, que apenas gera tumulto processual. 5 Fls. 77.143/77.150 (13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG), Fls. 77.184/77.185 (1ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo/RJ), Fls. 77.201/77.204 (14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG), Fls. 77.738/77.742 (5ª Vara do Trabalho de Santo André/SP), Fls. 77.719/77.728 (Vara Estadual Execução Fiscal de ICMS do Rio Grande do Sul), Fls. 77.747/77.748 (Juizado Especial de Piraquara) e Fls. 77.828/77.849, Item VII (Administradora Judicial): Considerando que a Administradora Judicial providenciou as respostas aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item VII da sua manifestação de fls. 77.828/77.849, ciência aos Credores e demais Interessados, acerca das providências adotadas pela Auxiliar do Juízo. 6 Fls. 77.151/77.155, Fls. 77.208/77.213, Fls. 77.214/77.218, Fls. 77.243/77.247 e Fls. 77.713/77.718 (Conflito de Competência) e Fls. 77.828/77.849, Item VII (Administradora Judicial): Ciência aos interessados acerca das r. Decisões proferidas nos autos dos Conflitos de Competência nº 198.400/SP, nº 199.979/SP, nº 200.768/SP e nº 200.906/SP.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

OFICIE-SE à 13ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, processo nº 0001493-86.2014.5.17.0014, acerca da competência deste Juízo Recuperacional para deliberar sobre atos de constrições de ativos das Recuperandas e liberação de valores, e para que, eventualmente, transfiram eventuais valores lá depositados para a conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. OFICIE-SE à 25ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, processo nº 1000470-98.2016.5.02.0025, acerca da competência deste Juízo Recuperacional para deliberar sobre atos de constrições de ativos das Recuperandas e liberação de valores, e para que, eventualmente, transfiram eventuais valores lá depositados para a conta vinculada a este feito, considerando a sujeição dos créditos aos efeitos desta recuperação judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas ao Juízo da 13ª Vara do Trabalho de Vitória/ES e da 25ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, para as providências necessárias, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. 7 Fls. 77.219/77.227 (Katia Maria da Silva e Souza) e Fls. 77.828/77.849, Item III (Administradora Judicial): Considerando que as Recuperandas não se desincumbiram do ônus de comprovar o efetivo pagamento da credora na conta por ela informada, INTIME-SE as Recuperandas para que providenciem o devido pagamento do crédito devido à Katia Maria da Silva e Souza. 8 Fls. 77.228/77.237 (1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS) e Fls. 77.828/77.849, Item VII (Administradora Judicial): Manifeste-se as Recuperandas acerca do ofício expedido pela 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, oriundo da Ação Civil Pública nº 0020862-65.2014.5.04.0001, onde aquele Juízo solicita a penhora no rosto dos autos, de débitos referentes ao recolhimento das contribuições previdenciárias e às custas processuais, até o limite de R\$ 24.382,99. 9 Fls. 77.238/77.242 e Fls. 77.248/77.252 (Recuperandas) e Fls. 77.309/77.503 e Fls. 77.828/77.849, Item VIII (Administradora Judicial): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de setembro de 2023, cujas conferências foram reportadas no 58º Relatório Mensal de Atividades apresentado pela Administradora Judicial, que apresentou análises das informações contábeis e financeiras de setembro de 2023, das atividades desenvolvidas em outubro de 2023, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, bem como do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/10/2023, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 77.414/77.416). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018). Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 10 Fls. 77.272/77.281 (Bruna Cassiano da Silva) e Fls. 77.828/77.849, Item I (Administradora Judicial): INTIME-SE a petionante Bruna Cassiano da Silva, através do seu advogado, acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. 11 Fls. 77.282/77.308 (Recuperandas), Fls. 77.504/77.505 (Eliezer da Silva) e Fls. 77.828/77.849, Item VIII (Administradora Judicial): Ante os esclarecimentos fornecidos pelas Recuperandas, INTIME-SE para ciência os credores Natalia Machado de Sousa, Vanessa Adriana Santos, Manoel Vieira Machado e Jorge Vieira Machado, Sebastião Rocha da Silva, Tarciso Manoel Taveira, Irma Rodrigues Barbosa, Tatyane Teixeira Ferreira da Silva, Emanuelle Cristine Santos, Rosa Marcia Pacini, Eliezer da Silva, Tarciso Manoel, Igemax e Rachel Barros de Lima. Providencie a Z. Serventia as conferências de praxe dos MLEs apresentados pelas Recuperandas à fl. 76.317 e às fls. 77.307/77.308, e, estando em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

termos, expeçam-se os competentes MLEs em favor das Recuperandas referente aos valores transferidos pelos Juízos trabalhistas a estes autos, conforme manifestação da Recuperanda. 12 Fls. 77.511/77.513 (Adriana Archila da Costa) e Fls. 77.875/77.877: Anote-se, se em termos, ou nota cartorária para regularização, se necessário. 13 Fls. 77.514/77.520 (Recuperandas) e Fls. 77.828/77.849, Item VI (Administradora Judicial): No que se refere ao resultado do Leilão Único e as propostas de aquisição, a matéria foi deliberada acima. Quanto ao pedido de reserva do valor do crédito em favor do Município de Santos às fls. 76.654/76.659, considerando a natureza tributária do crédito, é cediço que não se sujeita aos efeitos do presente feito, por força do art. 187, do Código Tributário Nacional e art. 6º, §7º-B, da Lei nº 11.101/2005, razão pela qual INDEFIRO o pedido de reserva do valor do crédito pelo Município de Santos. Intime-se, através do portal eletrônico, o Município de Santos/SP acerca do quanto decidido. 14 Fls. 77.521/77.590 (Suzane Teixeira) e Fls. 77.828/77.849, Item IV (Administradora Judicial): INTIME-SE a credora, na pessoa de seu advogado, para que tome ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Aguarde-se a apresentação do 60º RMA, em razão da data de corte, o qual conterà o parecer acerca do pedido de habilitação de crédito em questão. 15 Fls. 77.591/77.601 (1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial): Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados do julgamento do Agravo de Instrumento nº 2155137-38.2023.8.26.0000. 16 Fls. 77.729/77.737 (Leandro Rodrigo Santos Tofino) e Fls. 77.828/77.849, Item III (Administradora Judicial): Cumpra-se o v. Acórdão proferido pela Eg. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2156326-51.2023.8.26.0000. As Recuperandas deverão informar ulterior efeito suspensivo a eventual recurso interposto. Em caso de inexistência de efeito ativo, deverão comprovar o pagamento do crédito conforme determinado pelo C. TJSP. 17 Fls. 77.754/77.813 (César Luiz Alves de Souza): Tratando-se de crédito quirografário, deverá o interessado propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de créditos POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. 18 Fls. 77.814/77.815 (Sandro Espindola de Mendonça): As Recuperandas para que se manifestem acerca do alegado pelo credor. Com a manifestação das Recuperandas, à Administradora Judicial, para, se possível, apresentar parecer contábil acerca do alegado crédito detido por Sandro Espindola de Mendonça. Após, tornem conclusos para deliberações. 19 Fls. 77.816/77.822 (Recuperandas): Considerando o pedido pelas Recuperandas de desconsideração dos presentes documentos, desentranhe-se dos autos. 20 Fls. 77.828/77.868 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta decisão restando pendente a que passo a apreciar. Intime-se os Credores, as Recuperandas e demais interessados quanto à remessa, pela AJ, dos ofícios expedidos na decisão de fls. 77.156/77.164. Abra-se vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. 21 Fl. 77.871/77.874 (Danilo Machado): À Administradora Judicial para as providências de praxe. Int. **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 08/02/2024 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 77.892/77.900: Última Decisão. 1 - Fls. 77.880/77.884 e 78.403/78.407 (Recuperandas) e Fls. 77.970/78.157 e 78.181/78.367 (Administradora Judicial): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao meses de outubro e novembro de 2023, cujas conferências foram reportadas nos 59º e 60 Relatórios Mensais de Atividades, apresentados pela Administradora Judicial, que apresentaram as fiscalizações das atividades desenvolvidas em novembro e dezembro/2023, e análises das informações contábeis e financeiras de outubro e novembro/2023, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, bem como do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. 2 - Fls. 77.885/77.891 (Davi Borges de Aquino): Trata-se de manifestação estranha ao presente feito. À Z. Serventia para o desentranhamento. 3 - Fls. 77.910/77.916 (Ministério Público) e Fls. 78.592/78.605, Item V (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, credores e interessados acerca da manifestação do Ministério Público. 4 - Fls. 77.923/77.931 (29ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO), Fls. 78.501/78.508 (1ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro) e Fls. 78.592/78.605, item VI (Administradora Judicial): Considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta ao ofício (art. 22, I, m, da LREF), conforme item VI da sua manifestação de fls. 78.592/78.605, ciência aos Credores e demais Interessados acerca das providências adotadas pela Auxiliar do Juízo. 5 - Fls. 77.932/77.937 (Tarciso Manoel Taveira), Fls. 78.160/78.166 (Rosana Marcia Pacini), Fls. 78.451/78.454 (Kleber Rufatto) e Fls. 78.592/78.605, item II (Administradora Judicial): INTIME-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, na manifestação de fls. 78.592/78.605, item II. Outrossim, como exaustivamente informado, os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas DIRETAMENTE ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. 6 - Fls. 77.959 (Jefferson Francolino da Silva), Fls. 77.869/77.870 (Natalia Machado de Sousa), Fls. 77.814/77.815 (Sandro Espindola de Mendonça), Fls. 77.219/77.227 (Katia Maria da Silva e Souza), Fls. 78.369/78.393 (Recuperandas): Intimem-se os credores Natalia Machado de Sousa, Jefferson Francolino da Silva, Katia Maria da Silva e Souza e Sandro Espindola de Mendonça, através dos seus advogados, para que tomem ciência dos esclarecimentos prestados pelas Recuperandas às fls. 78.369/78.393. 7 - Fls. 77.963/77.967 (Recuperandas) e Fls. 78.592/78.605, Item IV (Administradora Judicial): Ciência aos credores e demais interessados, da apresentação, pelas Recuperandas, do Termo de Anuência dos atuais detentores das garantias hipotecárias, com a retificação necessária. 8 - Fls. 77.968/77.969 (Mahayana da Silva Bispo), Fl. 78.368 (Elen Nayara Siqueira Alencar), Fls. 78.512/78.528 (Petrovix Incorporação e Locações Imobiliárias Ltda.): Anote-se, se em termos, ou nota cartorária para regularização, se necessário. 9 - Fls. 78.158/78.159 (Marcelo Areco Martins), Fls. 78.399/78.402 (Rodrigo da Costa Barral) e Fls. 78.592/78.605, item III (Administradora Judicial): Intimem-se os credores Marcelo Areco Martins e Rodrigo da Costa Barral para que tomem ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Aguarde-se a apresentação do 61º RMA, que, conforme informado, conterà os pareceres acerca dos pedidos de habilitações de créditos em questão. 10 - Fls. 78.173/78.179 (Cartório) e Fls. 78.592/78.605, Item VI (Administradora Judicial): Intimem-se as Recuperandas para que, no prazo 5 (cinco) dias, indiquem bens em substituição à Penhora realizada, de modo a satisfazer a dívida exequenda na Execução Fiscal nº 0029466-26.2015.8.16.0185, nos termos do art. 6º, § 7º-B, da LREF e art. 805 do CPC. Após, com ou sem manifestação das Recuperandas, tornem conclusos para deliberação. 11 - Fls. 78.369/78.393 (Recuperandas), Fls. 78.457 (Leandro Rodrigo Santos Tofino) e Fls. 78.592/78.605, Item IV (Administradora Judicial): Ciência aos credores e demais interessados da manifestação das Recuperandas. No tocante aos Embargos de Declaração opostos em face do acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 2156326-51.2023.8.26.0000, deverão as Recuperandas informar eventual efeito suspensivo aos Aclaratórios, e, caso inexistente, deverão promover o pagamento do crédito devido ao credor Leandro Rodrigo Santos Tofino, conforme determinado no v. Acórdão proferido pela Eg. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. As demais questões já foram tratadas no bojo da presente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

decisão. 12 - Fls. 78.394/78.398 e Fls. 78.413/78.418 (Conflito de Competência) e Fls. 78.592/78.605, Item VI (Administradora Judicial): Ciência aos interessados acerca das r. decisões da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos dos Conflitos de Competência nº 202.091/SP e nº 202.150/SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 13 - Fls. 78.408/78.412 (GX Empreendimento Ltda.), Fls. 78.419/78.445 (Recuperandas) e Fls. 78.592/78.605, item VII (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da GX Empreendimentos Ltda., arrematante do Imóvel Jacarepaguá (Lote 2), conforme homologação por meio da decisão de fls. 77.892/77.900, informando o depósito judicial referente ao sinal do pagamento do imóvel arrematado, no valor de R\$ 603.000,00, bem como da comissão do leiloeiro na monta de R\$ 98.992,50, requerendo ao final a expedição da carta de arrematação e do mandado de imissão na posse, nos termos do §1º do art. 901, do CPC. As Recuperandas às fls. 78.419/78.445, apresentaram manifestação informando que o depósito judicial realizado pela arrematante está em desacordo com o edital do leilão às fls. 75.342/75.348, que previa o pagamento do sinal em conta corrente de titularidade das Recuperandas, e não por meio de depósito judicial, bem como que este foi realizado fora do prazo. Pugnaram então pelo levantamento imediato dos valores depositados nos autos, relativo ao sinal da arrematação do Imóvel Jacarepaguá, e, dada a intempestividade do depósito e o descumprimento dos termos do edital do leilão, a aplicação das penalidades previstas no edital. Por sua vez, a Administradora Judicial às fls. 78.592/78.605, em apertada síntese, entendeu que razão assiste às Recuperandas, vez que o arrematante realizou o depósito judicial de forma diversa do que previa o edital de leilão, e de forma intempestiva, não se opondo ao levantamento dos valores pelas Recuperandas e a aplicação da multa prevista no edital do leilão. É o relatório. Passo a decidir. Considerando que o Edital do Leilão de fls. 75.342/75.348 previu expressamente que o arrematante deve efetuar o pagamento do preço dos bens arrematados, no prazo de até 24 h (vinte e quatro horas) após a homologação pelo Juízo. Considerando que o arrematante somente realizou o depósito judicial dos valores do sinal da arrematação no dia 21/12/2023, quando o prazo previsto no edital se findou em 18/12/2023. Considerando, ainda, que o Edital do Leilão também previu que os valores da arrematação deveriam ser depositados na conta corrente das Recuperandas, e que, de forma arbitrária e por mera liberalidade, referida quantia fora depositada no presente feito. Considerando que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, impondo-se o fiel cumprimento dos seus termos até a conclusão da arrematação. Considerando que o arrematante descumpriu a decisão de fls. 77.892/77.900 e os termos do edital do leilão, ACOELHO os pedidos das Recuperandas e defiro o levantamento do valor depositado nestes autos de R\$ 603.000,00, a título de sinal da arrematação, e imputo a arrematante GX Empreendimentos Ltda. a penalidade pelo descumprimento da proposta, prevista no edital, devendo promover o pagamento da multa no valor de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, que perfaz a monta de R\$ 201.000,00, que também deve ser depositada em conta de titularidade das Recuperandas, sem prejuízo do pagamento das demais parcelas vincendas. Intime-se a arrematante, através do seu advogado, para que comprove o pagamento da multa imposta, no presente feito, no prazo de 5 (cinco) dias. Providencie a Z. Serventia as conferências de praxe do MLE apresentado pelas Recuperandas às fls. 78.444/78.445, e, estando em termos, expeça-se, com urgência, o competente MLE em favor das Recuperandas. Nos termos do já decidido anteriormente, DEFIRO a imissão do arrematante na posse do imóvel arrematado (Matrículas nº 48.406, 48.407, 144.454, 144.455 e 144.456, do 9º CRI do Rio de Janeiro/RJ), consignando que a posse será exercida de forma precária, até o adimplemento total do preço. A expedição de carta de arrematação depende do adimplemento total do valor da arrematação. 14 - Fls. 78.458/78.500 (Fábio Pessurno Gamberali), Fls. 77.871/77.874 (Danilo Machado) e Fls. 78.592/78.605, item III (Administradora Judicial):


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

*Tratando-se de crédito quirografário, deverão os interessados propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de créditos POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. No momento da distribuição, deverá o Peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. 15 - Fls. 78.509/78.511 (1º Tabelião de Protesto de Letras e Título de São Paulo): Ciência às Recuperandas acerca das informações prestadas pelo Tabelionato, para, querendo, manifestar-se. 16 - Fls. 78.529/78.558 (Itaú Unibanco S.A e Blackpartners) e Fls. 78.592/78.605, Item VIII (Administradora Judicial): Intimem-se os peticionantes, para que tragam aos autos a documentação faltante elencada pela Administradora Judicial às fls. 78.592/78.605, item VIII. Após, manifeste-se a Administradora Judicial. Com o parecer conclusivo da AJ, tornem os autos conclusos para deliberações. 17 - Fls. 78.592/78.607 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito, com temas já abordados no curso da presente decisão. Abra-se vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 18/03/2024 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 78.968/78.973: Última decisão. 1 Fls. 78.608/78.609 (Sandro Espindola de Mendonça), Fls. 78.927/78.929 (Rodrigo da Costa Barral), Fls. 78.659/78.662 (Eliezer da Silva) e Fls. 79.446/79.461, Item II (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, na manifestação de fls. 79.446/79.461, item II. Em havendo divergência do credor acerca do crédito elencado na Prêvia do Quadro Geral de Credores, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF, devendo o interessado observar os termos do Comunicado CG nº 219/2018. 2 Fls. 78.610 (Natalia Machado de Sousa) e Fls. 79.446/79.461, Item II (Administradora Judicial): Intimem-se as Recuperandas para que tomem ciência das manifestações da credora Natalia Machado de Sousa e da Administradora Judicial, e esclareçam o necessário acerca do pagamento em conta diversa daquela apontada pela credora, no prazo de 10 (dez) dias. Após, tornem conclusos para deliberações. 3 Fls. 78.611/78.621 (Nathalia Gomes Pereira), Fls. 78.622/78.658 (Cristieimar Medeiros da Silva), Fls. 78.913/78.914 (Oziel Cruz Pinto) e Fls. 79.446/79.461, Item IV (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para tomarem ciência dos esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 79.446/79.461, item IV. 4 Fls. 78.665/78.670 (Eneilson Teixeira Monteiro), Fls. 78.921/78.926 (Sinesio Campos Costa Junior), Fls. 79.048/79.049 (Eduardo Cesar Delongo Miguel), Fls. 79.059/79.060 (Suzane Teixeira), Fls. 79.084/79.085 (Fabiane Marciano da Silva e Outro), Fls. 79.086/79.087 (Andrea Aparecida Diniz), Fls. 79.163/79.177 (Donizhete José Gonçalves), Fls. 79.178/79.185 (Emanuele Cristina Pinto Baptista) e Fls. 79.446/79.461, Item III (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, na manifestação de fls. 79.446/79.461, item III. Outrossim, como exaustivamente informado, os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas DIRETAMENTE ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Intimem-se as Recuperandas para que tomem ciência das manifestações dos credores Eduardo Cesar Delongo Miguel, Suzane Teixeira e Andrea Aparecida Diniz, bem como para que apresentem os devidos comprovantes de pagamentos dos créditos dos respectivos credores. 5 Fls. 78.834/78.838 (Recuperandas) e Fls. 79.186/79.381 (Administradora Judicial): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de dezembro de 2023, cujas*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

conferências foram reportadas no 61º Relatório Mensal de Atividades, apresentado pela Administradora Judicial, que apresentou a fiscalização das atividades de janeiro de 2024 e análises das informações contábeis e financeiras relativas aos meses de novembro e dezembro de 2023, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, bem como do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/01/2024, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 79.298/79.300). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF, observando-se, ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018). Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 6 Fls. 78.839/78.911 (Companhia de Locação das Américas) e Fls. 79.446/79.461, Item II (Administradora Judicial): INTIME-SE a Companhia de Locação das Américas, na pessoa de seu patrono, para que tome ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. 7 Fls. 78.915/78.920 (Superior Tribunal de Justiça) e Fls. 79.446/79.461, Item V (Administradora Judicial): Ciência aos interessados acerca da r. Decisão proferida nos autos do Conflito de Competência nº 202.150/SP. 8 Fls. 78.930/78.967 e 79.389/79.416 (Mega Leilões) Fls. 79.446/79.461, Item VIII (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, credores e demais interessados. 9 Fls. 79.028/79.043 e Fls. 79.129/79.160 (1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial): Ciência às Recuperandas, credores e demais interessados do julgamento dos Agravos de Instrumento nº 2225255-10.2021.8.26.0000 e nº 2233538-22.2021.8.26.0000. 10 Fls. 79.050/79.058 (Leandro Rodrigo Santos Tofino), Fls. 79.126/79.128 (Recuperandas) e Fls. 79.446/79.461, Item III (Administradora Judicial): Dê-se ciência ao credor Leandro Rodrigo Santos acerca do comprovante de pagamento apresentado pelas Recuperandas. 11 Fls. 79.090/79.099 (17ª Vara do Trabalho de Vitória) e Fls. 79.100/79.108 (9ª Vara do Trabalho de São Paulo): Considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta ao ofício (art. 22, I, m, da LREF), conforme item V da sua manifestação de fls. 79.446/79.461, ciência aos Credores e demais Interessados acerca das providências adotadas pela Auxiliar do Juízo. Quanto ao ofício expedido pela 13ª Vara do Trabalho de Vitória, processo nº 0001493-86.2014.5.17.0013, a decisão de fls. 77.892/77.900, item 6, já tratou sobre o tema, tendo as Recuperandas comprovado o protocolo perante o Juízo Laboral às fls. 78.378/78.379. 12 Fls. 79.109/79.112 (Fernando Mendes Rocha) e Fls. 79.446/79.461, Item IV (Administradora Judicial): Intime-se o credor para que tome ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Aguarde-se a apresentação do 62º RMA, que, conforme informado, conterà o parecer acerca do pedido de habilitação de crédito em questão. 13 Fls. 79.117/79.125 (Blackpartners Miruna Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Patronizados) e Fls. 79.446/79.461, Item VI (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação apresentada por Blackpartners Miruna Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Patronizados, apresentando a documentação solicitada pela Administradora Judicial para validação da cessão de crédito operacionalizada com o Itaú Unibanco S.A. Verifico que a Administradora Judicial realizou a análise da documentação apresentada e, estando a documentação em consonância com os ditames legais, autorizo a substituição pleiteada, devendo a Administradora Judicial providenciar o necessário. Anotem-se os dados dos patronos para fins de regularização processual. 14 Fls. 79.126/79.128 (Recuperandas) e Fls. 79.446/79.461, Item VII (Administradora Judicial): Considerando que as Recuperandas não possuem bens a serem


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ofertados em substituição à penhora, e que os créditos tributários não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial, não há óbice à constrição efetuada nos autos da Execução Fiscal nº 0029466-26.2015.8.16.0185. Oficie-se o Juízo da 1ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais de Curitiba/PR, autos nº 0029466-26.2015.8.16.0185, acerca do decidido, com as cautelas de praxe. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas, para ciência, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. 15 Fls. 79.161/79.162 (11ª Vara do Trabalho de Curitiba) e Fls. 79.446/79.461, Item V (Administradora Judicial): Ante os esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial, oficie-se o Juízo 11ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, processo nº 0000169-79.2020.5.09.0011, informando que o ofício expedido não guarda relação com o presente feito. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas, para ciência, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. 16 Fls. 79.382/79.386 (Recuperandas) e Fls. 79.446/79.461, Item VII (Administradora Judicial): Ciência aos credores e demais interessados acerca das contas demonstrativas mensais relativas ao mês de janeiro de 2024, apresentadas pelas Recuperandas. 17 Fls. 79.417/79.438 (GX Empreendimentos) e Fls. 79.446/79.461, Item IX (Administradora Judicial): Ciência da interposição do Agravo de Instrumento nº 20577014520248260000, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Aguarde-se o julgamento em definitivo do recurso. Dê-se ciência às Recuperandas acerca do depósito da parcela da arrematação. Atente-se o arrematante às decisões proferidas no sentido de que as parcelas devem ser pagas diretamente às Recuperandas, devendo apenas o arrematante comprovar o pagamento nos presentes autos. Estando em termos, apresentem as Recuperandas o competente MLE para levantamento dos valores. À z. Serventia para a expedição do necessário, sem necessidade de nova decisão. 18 Fls. 79.443/79.445 (Ministério Público) e Fls. 79.446/79.461, Item X (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, credores e interessados acerca da manifestação do Ministério Público. 19 Fls. 79.446/79.463 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito, com temas já abordados no curso da presente decisão. Abra-se vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 09/05/2024 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 79.493/79.498: Última decisão. 1. Fls. 79.464/79.467 (Paulo Ricardo Heidorne), Fls. 79.746/79.747 (Andreia Eugenia Coelho da Silva Marques), Fls. 79.754/79.756 (Carlos Salles dos Santos Junior), Fls. 79.823/79.826 (Rodrigo da Costa Barral) e Fls. 80.223/80.235 (Mute Participações Ltda.): À z. Serventia para as conferências, anotações e exclusões dos dados dos patronos em razão da regularização processual. 2. Fls. 79.468/79.476 e Fls. 79.477/79.481 (Recuperandas) e Fls. 80.194/80.208, Item VI (Administradora Judicial): Aguarde-se o julgamento definitivo do Agravo de Instrumento nº 2057701-45.2024.8.26.0000, para posterior deliberação acerca do pagamento da multa já aplicada. Reitere-se a intimação da arrematante GX Empreendimentos, advertindo-a de que as parcelas devem ser pagas diretamente às Recuperandas, conforme já determinado às fls. 78.968/78.973, sob pena de ato atentatório à dignidade da justiça e aplicação de multa por descumprimento. À z. Serventia para a expedição de MLE em favor das Recuperandas, conforme formulário de fls. 79.476. 3. Fls. 79.482/79.492 (10ª Vara do Trabalho de Curitiba) e Fls. 80.194/80.208, Item V (Administradora Judicial): Ante os esclarecimentos apresentados pela Administradora Judicial, oficie-se o Juízo da 10ª Vara do Trabalho de Curitiba, processo nº 0000437-39.2020.05.09.0010, informando que o parecer acerca do crédito da credora Valéria Aparecida de Lima, constará quando da apresentação do 64º Relatório Mensal de Atividades, pela Administradora Judicial. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pela credora, nos termos dos arts. 13 a 15


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da LREF, observando-se, ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018). Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas, para ciência, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. 4. Fls. 79.502/79.693 e 79.998/80.190 (Administradora Judicial), e Fls. 79.800/79.804 e 79.889/79.893 (Recuperandas): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativa aos meses de fevereiro e março de 2024, cujas conferências foram reportadas nos 62º e 63º Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela Administradora Judicial, cujo conteúdo abrange a fiscalização das atividades de fevereiro e março de 2024, que inclui apresentação e análises das demonstrações contábeis e financeiras de janeiro e fevereiro de 2024, assim como reapresentação das demonstrações relativas a dezembro de 2023, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, bem como do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/03/2024, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 79.607/79.611 e 80.105/80.110). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018). Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 5. Fls. 79.694/79.695 (Carlos Cesar Cardoso Filho), Fl. 79.709 (23º Tabelionato de Notas de São Paulo), Fls. 79.710/79.711 (Terezinha Lopes de Oliveira), Fls. 79.818/79.820 (Anna Cláudia Ramos Henriques), Fl. 79.822 (Alberico de Brito Montenegro Neto), Fls. 79.827/79.828 (Emanuele Cristina Pinto Baptista), Fls. 79.869/79.871 (Sidnei Renosto), Fls. 79.894/79.896 (Eduardo Cesar Delongo Miguel), Fls. 79.976/79.979 (Ricardo de Moraes), Fl. 80.191 (Donizhete José Gonçalves) e Fls. 80.194/80.208, Item III (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, na manifestação de fls. 80.194/80.208, item III. Outrossim, COMO EXAUSTIVAMENTE INFORMADO E EM DIVERSAS OPORTUNIDADES, os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas DIRETAMENTE ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Intimem-se as Recuperandas para que tomem ciência das manifestações dos credores Eduardo Cesar Delongo Miguel, 23º Tabelionato de Notas de São Paulo, Terezinha Lopes de Oliveira e Alberico de Brito Montenegro Neto, bem como para que apresentem os devidos comprovantes de pagamentos dos créditos dos respectivos credores, se necessário. 6. Fls. 79.696/79.708 (Carlos Eduardo da Silva), Fls. 79.901/79.975 (Johny Rodrigues Santos) e Fls. 80.194/80.208, Item IV (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores Carlos Eduardo da Silva e Johny Rodrigues Santos, para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, na manifestação de fls. 80.194/80.208, item IV. 7. Fls. 79.748/79.753 (Município de Santos) e Fls. 80.194/80.208 (Administradora Judicial): Nos termos do parecer da Administradora Judicial, o crédito devido ao Município de Santos/SP não se sujeita aos efeitos do presente feito por força do art. 187 do Código Tributário Nacional e art. 6º, §7º-B, da Lei nº 11.101/2005, devendo perseguir o recebimento dos valores através de ação própria. Intime-se, através do portal eletrônico o Município de Santos/SP, acerca do quanto decidido. 8. Fls.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

79.757/79.765 (Gx Empreendimentos Ltda) e Fls. 80.194/80.208, Item VII (Administradora Judicial): INDEFIRO o pedido de reserva de crédito, posto que não se sujeitam aos efeitos do presente feito, por força do art. 187, do Código Tributário Nacional e art. 6º, §7º-B, da Lei nº 11.101/2005. Expeça-se Ofício ao Fundo Especial do Corpo de Bombeiros e ao Município do Rio de Janeiro, determinando-se a baixa dos gravames sobre o imóvel de Jacarepaguá, Matrícula nº 48.406 do 9º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, consoante arts. 66, §3º e 141, inciso II, ambos da Lei nº 11.101/05, pois o bem alienado está livre de qualquer ônus e o arrematante não sucede as obrigações do devedor. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pela GX Empreendimentos Ltda., para ciência, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. 9. Fls. 79.783/79.796 (Fernando José Cerello Gonçalves Pereira), Fls. 79.499/79.501 (Procuradoria Geral Fiscal - Município de Curitiba), Fls. 79.980/79.982 (Recuperandas) e Fls. 80.194/80.208, Item VIII (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação do leiloeiro informando o resultado do Leilão Único, apresentando o lance vencedor para arrematação do Lote 01, e a proposta colhida do interessado no Lote 02. As Recuperandas, às fls. 79.980/79.982, apresentaram manifestação pugnando: (i) pela homologação da arrematação do Lote 01 (imóvel de Santos), no valor de R\$ no valor de R\$ 3.450.000,00, por Mute Participações Ltda.; (ii) homologação da proposta de Nicolas Georges Papaprodromon para arrematação do Lote 02 (imóvel de Curitiba), no valor de R\$ 19.000.000,00, para pagamento parcelado, vez que tempestiva e atinge o valor mínimo previsto no edital de fls. 79.044/79.046; (iii) informaram que os Termos de Anuência dos atuais detentores das garantias que recaem sobre os imóveis serão protocolados com brevidade nos autos. A Administradora Judicial às fls. 80.194/80.208, em síntese: (i) tomou ciência do resultado do Leilão único dos Lotes 01 e 02; (ii) com relação ao imóvel de Santos, opinou pela homologação do lance ofertado para arrematação do bem; (ii) com relação ao imóvel de Curitiba, considerando a tempestividade da proposta apresentada e que se deu no valor mínimo previsto em Edital, não se opõe a homologação da alienação, desde que as Recuperandas apresentem os termos de anuências dos detentores das garantias que recaem sobre os imóveis, a liberação da garantia pelo Itaú Unibanco ante a quitação do DIP, e ainda, que fossem ouvidos os credores acerca da proposta apresentada. É o relatório. Considerando que o leiloeiro apresentou auto positivo do Leilão único do Lote 01, e ainda apresentou a proposta para pagamento em prestações, nos termos do art. 895, do Código de Processo Civil, do Lote 02. Sem prejuízo do abaixo decidido, intimem-se as Recuperandas para que, no prazo de 48 horas, apresentem o Termo de Anuência dos atuais detentores das garantias que recaem sobre os imóveis e a liberação da garantia pelo Itaú Unibanco ante a quitação do DIP, conforme sugerido pela Administradora Judicial. Passo a decidir. I. Imóvel de Santos Considerando que o lance ofertado por Mute Participações Ltda., no valor de R\$ 3.450.000,00, para arrematação do Lote 01 (imóvel de Santos) é superior ao valor mínimo previsto no edital de fls. 79.044/79.046, e cumpre os requisitos do certame, homologo para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Intime-se o Leiloeiro para que tome as providências necessárias junto ao Arrematante para o pagamento do saldo remanescente no prazo de 24 horas após a publicação da presente decisão, diretamente na conta das Recuperandas como indicado no Edital. Com a comprovação do pagamento do valor total da arrematação, defiro a expedição de carta de arrematação e da ordem de entrega do bem ao arrematante. Providencie a Z. Serventia a expedição da carta de arrematação. II. Imóvel de Curitiba Considerando que as Recuperandas concordaram com a proposta de alienação do Lote 02 e que, conforme verificado pela Administradora Judicial, a proposta fora realizada tempestivamente, cumprindo o quanto previsto no art. 895, I, do Código de Processo Civil, atendendo ao valor mínimo previsto no Edital. Considerando que o produto da alienação auxiliará a manutenção das atividades do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Grupo SHC, bem como irá quitar parcela considerável do passivo extraconcursal. Considerando que a Administradora Judicial não se opôs à homologação da proposta apresentada por Nicolas Georges Papaprodromon à fls. 79.796, desde que as Recuperandas apresentem os Termos de Anuência dos detentores das garantias que recaem sobre o imóvel e a liberação da garantia pelo Itaú Unibanco, tendo em vista a quitação do DIP realizado com as Recuperandas. Decido. Ciência aos credores acerca da proposta apresentada por Nicolas Georges Papaprodromon à fls. 79.796, para aquisição do Imóvel de Curitiba, pelo valor de R\$ 19.000.000,00, nas seguintes condições: (i) Sinal de R\$ 1.000.000,00; (ii) Saldo remanescente de R\$ 18.000.000,00, em vinte e quatro parcelas mensais e sucessivas de R\$ 750.000,00; e, (iii) Pagamento da comissão do leiloeiro de 5% sobre o valor da proposta. Eventual impugnação deverá vir fundamentada, sob pena de não conhecimento, e, se o caso, aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça. Decorrido o prazo de 5 dias sem objeções, HOMOLOGO para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a arrematação do Imóvel de Curitiba. Com a apresentação pelas Recuperandas, do Termo de Anuência dos atuais detentores das garantias que recaem sobre o imóvel e a liberação da garantia pelo Itaú Unibanco ante a quitação do DIP, fica autorizado o leiloeiro providenciar o necessário para que o proponente efetue o pagamento do sinal diretamente às recuperandas e as parcelas subsequentes, nos termos do edital do leilão. Na sequência deverá o mesmo comprovar o pagamento do sinal e da comissão do leiloeiro nos presentes autos. Com o pagamento do valor do sinal e da comissão do leiloeiro, DEFIRO a imissão do arrematante na posse do imóvel arrematado (matrícula nº 15.254, do 7º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba/PR), consignando que a posse será exercida de forma precária, até o adimplemento total do preço. Ressalva-se que, consoante art. 66, §3º, da Lei 11.101/2005, o bem alienado estará livre de qualquer ônus e o arrematante não sucede as obrigações do devedor. Conforme já determinado às fls. 75.113/75.119, deverão as Recuperandas comprovar à Administradora Judicial a destinação dos valores aos credores extraconcursais, devendo apresentar os esclarecimentos da destinação dos valores no Relatório Mensal de Atividades subsequente à alienação, de modo a dar publicidade à coletividade de credores e demais interessados sobre a destinação dos valores oriundos da venda. Nos termos do art. 142, §7º, da Lei nº 11.101/055, intimem-se eletronicamente o Ministério Público e as Fazendas Públicas. 10. Fls. 79.805/79.808 (Ministério Público) e Fls. 80.194/80.208, Item IX (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, credores e interessados acerca da manifestação do Ministério Público. 11. Fls. 79.810/79.816 (Recuperandas) e Fls. 80.194/80.208, Item VI (Administradora Judicial): INTIME-SE os credores Natalia Machado de Sousa, Suzane Teixeira e Andrea Aparecida Diniz, para tomar ciência dos esclarecimentos prestados pelas Recuperandas. As demais questões já foram apreciadas em itens anteriores. 12. Fl. 79.817 (Cristieimar Medeiros da Silva) e Fls. 80.194/80.208 (Administradora Judicial): Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face da decisão de fls. 79.493/79.498, sob o argumento de que a decisão foi omissa, requerendo esclarecimentos quanto a natureza do seu crédito e a forma de satisfação. Conheço os embargos, eis que tempestivos, e no mérito, nego-lhes provimento. Considerando a extraconcursalidade do crédito detido pelo credor, este deverá perseguir a satisfação através de ação própria, visto que não se sujeita aos efeitos da presente recuperação judicial, não havendo qualquer omissão a ser sanada. Diante do exposto, nego provimento os embargos opostos, pelos fundamentos acima. 13. Fl. 79.821 (Sinesio Campos Costa Junior): INTIME-SE as Recuperandas para que se manifestem acerca do pedido do credor. 14. Fls. 79.830/79.855 (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo): Ciência às Recuperandas, credores e demais interessados acerca do trânsito em julgado do Acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 2235747-61.2021.8.26.0000. 15. Fls. 79.856/79.868 (Recuperandas): Ciência aos interessados acerca do cumprimento das determinações da decisão de fls. 79.493/79.498, pelas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Recuperandas. 16. Fls. 79.872/79.888 e Fls. 79.983/79.984 (Conflito de Competência): Ciência aos interessados acerca da r. decisão da lavra da Exma. Ministra Nancy Andrighi, nos autos do Conflito de Competência nº 202.091/SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 17. Fls. 79.985/79.997 (Eduardo Cesar Delongo Miguel): Considerando a extraconcursalidade do crédito, deverá o credor promover a satisfação do crédito em ação própria. 18. Fls. 80.194/80.208 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito, com temas já abordados no curso da presente decisão. Abra-se vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. 19. Fls. 80.209/80.221 (19ª Vara do Trabalho de Curitiba): À Administradora Judicial para as providências necessárias. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 29/08/2024 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 79.493/79.498: Penúltima decisão. Fls. 80.247/80.256: Última decisão. 1. Fls. 80.209/80.221 (19ª Vara do Trabalho de Curitiba), Fls. 80.626/80.633 (16ª Vara do Trabalho de Curitiba), Fls. 80.938/80.944 (3ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) e Fls. 81.183/81.200, item V (Administradora Judicial): Considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item V da sua manifestação de fls. 81.183/81.200, ciência aos credores e demais interessados acerca das providências adotadas pela Auxiliar do Juízo. Quanto ao ofício expedido pela 19ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, considerando o trânsito em julgado do incidente de habilitação de crédito nº 1072377-74.2022.8.26.0100, autorizo a penhora de parte do crédito de titularidade de Devanir Fier, visando garantir a execução no feito trabalhista nº 1602000-31.2009.5.09.0028, até o valor de R\$ 6.663,10, em favor de João Maria Siqueira, conforme termo de penhora expedido, devendo a Administradora Judicial providenciar o necessário. Servirá a presente decisão como OFÍCIO, a ser encaminhado pelas Recuperandas, comprovando nos presentes autos no prazo de 10 (dez) dias. 2. Fls. 80.236/80.237 (Izabella da Costa Cergueira Volotão), Fls. 80.238/80.246 (Oziel Cruz Pinto), Fls. 80.257/80.259 (Emanuelle Cristiane Santos), Fls. 80.600/80.614 (Elaine Antunes Pinheiro), Fls. 80.826/80.827 (Rosilene Costa), Fls. 80.854/80.861 (Marcelo Areco Martins), Fls. 80.862/80.867 (Johnny Luiz Mondeki), Fls. 80.871/80.876 (Patrícia Barbosa Ferreira), Fls. 80.889/80.898 (Ylson Borges de Lima) e Fls. 81.183/81.200, Item III (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 81.183/81.200, item III. Outrossim, como exaustivamente informado, os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas DIRETAMENTE ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Intimem-se as Recuperandas para que tomem ciência das manifestações dos credores Emanuelle Cristiane Santos, Marcelo Areco Martins e Ylson Borges de Lima, bem como para que apresentem os devidos comprovantes de pagamentos dos créditos dos respectivos credores, se necessário. À z. serventia para conferência e anotação dos dados dos patronos em razão da regularização processual. 3. Fls. 80.260/80.266 (Salete de Cássia Muniz), Fls. 80.267/80.271 (Tatiane Flores Santos Vieira Pinho), Fl. 80.302 (Maria Izabel da Cruz Melo), Fls. 81.177/81.181 (Paulo Clemente dos Santos) e Fls. 81.183/81.200, Item IV (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 81.183/81.200, item IV, acerca dos pedidos de habilitação de crédito trabalhista. 4. Fl. 80.272 (Carlos Salles dos Santos Junior): À z. serventia para a exclusão do peticionante e do patrono dos autos, conforme solicitado. 5. Fls. 80.276/80.280, Fls. 80.615/0.620, Fls. 80.903/80.908, Fls. 80.909/80.913 e Fls. 80.921/80.926 e Fls. 80.927/80.931 (Conflitos de Competência) e Fls. 81.183/81.200, Item V (Administradora Judicial): Ciência aos interessados acerca das r. decisões da lavra da Exma.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ministra Nancy Andrigli proferidas nos autos dos Conflitos de Competência nº 204.889/SP, nº 205.193/SP, nº 206.123/SP, nº 205.193/SP e nº 206.128/SP. Aguarde-se o julgamento definitivo. 6. Fls. 80.299/80.301 (Centro Automotivo M & S Drumond Ltda.) e Fls. 81.183/81.200, Item IV (Administradora Judicial): tratando-se de crédito quirografário, deverá o interessado propor habilitação de crédito retardatária, nos termos do art. 10, § 5º, da LREF, observando-se, ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de créditos POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. No momento da distribuição, deverá o peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. 7. Fls. 80.303/80.304 e Fls. 80.305/80.309 (Recuperandas) e Fls. 81.183/81.200, Item VI (Administradora Judicial): DEFIRO a concessão do prazo suplementar de 5 dias úteis às Recuperandas, com a ressalva apontada pela Administradora Judicial acerca da necessidade da apresentação dos Termos de Anuência e Liberação dos atuais detentores das garantias que recaem sobre o Imóvel de Curitiba, para que seja efetivada a alienação autorizada às fls. 80.247/80.256. Outrossim, INTIMEM-SE os credores 23º Tabelionato de Notas de São Paulo, Terezinha Lopes de Oliveira, Alberico de Brito Montenegro Neto, Eduardo Cesar Deolongo e Sinésio Campos Costa Junior, para que tomem ciência dos esclarecimentos prestados pelas Recuperandas. 8. Fls. 80.310/80.315 (Fernando José Cerello Gonçalves Pereira), Fls. 80.316/80.318, 80.323/80.325 e 80.868/80.870 (Mute Participações Ltda.) e Fls. 81.183/81.200, Item VII (Administradora Judicial): Considerando que a Administradora Judicial promoveu a análise da documentação apresentada e constatou que está em termos, tendo sido comprovada a quitação do valor integral da arrematação do bem pelo Leiloeiro, expeça-se mandado de imissão na posse, em favor da Arrematante. Deixo de apreciar o pedido de expedição do Auto de Arrematação vez que expedido às fls. 80.932/80.935. 9. Fl. 80.319, 80.372/80.599 e 81.182 (Eliezer da Silva) e Fls. 81.183/81.200, Item II (Administradora Judicial): INTIME-SE o credor para que tome ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, na manifestação de fls. 81.183/81.200, item II. Não há que se falar em nulidade por ausência de intimação acerca da escolha da opção de pagamento, dado que se trata de obrigação imposta ao credor, prevista no Plano de Recuperação Judicial homologado no presente feito. 10. Fl. 80.320, 80.945 e 80.946 (Cartório): Ciência aos interessados acerca das informações prestadas ao STJ, relativas aos conflitos de competência nº 204.889/SP, nº 205.193 e nº 206.128/SP. 11. Fls. 80.326/80.364 (Superior Tribunal de Justiça): Ciência às Recuperandas, Administradora Judicial, Credores e demais interessados acerca do trânsito em julgado do acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 2203036-37.2020.8.26.0000. Cumpra-se. 12. Fls. 80.621/80.625 e 80.877/80.882 (Recuperandas) e Fls. 80.634/80.822 e 80.947/81.135 (Administradora Judicial): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativa aos meses de abril e maio de 2024, cujas conferências foram reportadas nos 64º e 65º Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela Administradora Judicial, cujos conteúdos abrangem a fiscalização das atividades desenvolvidas em abril e maio de 2024 e a apresentação e análises das demonstrações contábeis e financeiras dos meses de março e abril de 2024, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, e do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/05/2024, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 80.739/80.741 e 81.051/81.054). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

termos dos arts. 13 a 15 da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018). Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na Prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 13. Fls. 80.828/80.832 (Ministério Público) e Fls. 81.183/81.200, Item VIII (Administradora Judicial): Ciência às Recuperandas, credores e demais interessados acerca da manifestação do Ministério Público. 14. Fls. 80.833/80.847 (Município do Rio de Janeiro) e Fls. 81.183/81.200, Item IX (Administradora Judicial): INDEFIRO o pedido de pagamento requerido pelo Município do Rio de Janeiro, pois os créditos tributários não se sujeitam aos efeitos do presente procedimento. INTIME-SE o Município do Rio de Janeiro, através do portal eletrônico, para que cumpra a decisão de fls. 80.247/80.256, realizando a baixa dos gravames sobre o imóvel de Jacarepaguá/RJ, Matrícula nº 48.406 do 9º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, consoante arts. 66, §3º e 141, inciso II, ambos da Lei nº 11.101/2005, pois o bem alienado está livre de qualquer ônus e o arrematante não sucede as obrigações do devedor. 15. Fls. 80.849/80.853 (Luciane Carla de Oliveira) e Fls. 81.183/81.200, Item IV (Administradora Judicial): Intime-se a credora para que tome ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Aguarde-se a apresentação do 66º RMA, que, conforme informado, conterà o parecer acerca do pedido de habilitação de crédito em questão. 16. Fls. 80.883/80.888 (Marcelo Lins Lemos) e Fls. 81.183/81.200, Item IV (Administradora Judicial): Considerando a extraconcursabilidade do crédito detido pelo credor, este deverá perseguir a satisfação através de ação própria, visto que não se sujeita aos efeitos da presente recuperação judicial. 17. Fls. 80.916/80.920 (Vara Estadual de Execução Fiscal do Rio Grande do Sul): Intimem-se as Recuperandas para que, no prazo 5 (cinco) dias, indiquem bens em substituição à Penhora realizada, de modo a satisfazer a dívida exequenda na Execução Fiscal nº 5025098-15.2015.8.21.0001, nos termos do art. 6º, § 7º-B, da LREF e art. 805 do CPC. Ainda, devem indicar o endereço atualizado da empresa SNS Automóveis Ltda. Com ou sem manifestação das Recuperandas, manifeste-se a Administradora Judicial. Após, tornem conclusos para deliberação. 18. Fls. 81.183/81.205 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito, com temas já abordados no curso da presente decisão. Abra-se vistas ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre o inteiro teor da manifestação em voga. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 25/10/2024 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 80.247/80.256: Penúltima decisão. Fls. 81.994/81.999: Última decisão. 1. Fls. 81.206/81.210 (Ana Paula da Silva Pereira), Fls. 81.211/81.213 (Viviane Fernandes Santos de Brito), Fls. 81.216/81.217 (Rodrigo da Costa Barral), Fls. 81.237/81.244 (Thaluan Rogers Bublitz), Fls. 81.245/81.315 (Joe Newton Sousa de Lima), Fls. 81.380/81.382 (Jorcelene Aparecida do Santos Queiroz), Fls. 81.437/81.438 (Tânia Regina Quadros), Fls. 81.732/81.750 (Salete de Cássia Muniz), Fls. 81.975/81.979 (Wilson Pereira da Silva), Fls. 81.980/81.981 (Donizhete José Gonçalves), Fl. 82.271 (Donizhete José Gonçalves), Fls. 82.010/82.011 (Patrícia Barbosa Ferreira), Fls. 82.234/82.239 (Claudio Motta), Fls. 81.622/81.633 e Fls. 82.276/82.282 (Marcelo Areco Martins), Fls. 82.283/82.284 (Marcos Ferreira Baptista-MEI), Fls. 82.288/82.289 (Márcio Jeferson Nunes da Silva), Fls. 82.311/82.317 (Aline Maris Zapp e Daniel Lens Soczeck), Fls. 82.318/82.324 (Amanda Bezerra Pereira), Fls. 82.328/82.339 (Aldimeire de Jesus Santos), 82.340/82.343 (Sandra Maria de Jesus), 82.606/82.609 (Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos), Fls. 83.085/83.086 (Gabriel Domingos da Silva) e Fls. 83.294/83.350, Item III (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 83.294/83.350, item III. Outrossim, como exaustivamente informado, os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas DIRETAMENTE ao e-mail


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial. Intimem-se as Recuperandas, para que tomem ciência da manifestação dos credores Salete de Cássia Muniz, Wilson Pereira da Silva, Marcelo Areco Martins, Márcio Jeferson Nunes da Silva, Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos e Paulo Clemente dos Santos, e apresentem os devidos comprovantes de pagamentos dos créditos dos respectivos credores, se necessário. À Z. Serventia para conferência e anotação dos dados dos patronos em razão da regularização processual. 2. Fls. 81.214/81.215 (Copel - Companhia Paranaense de Energia e outras), Fls. 82.274/82.275 (Luciane Carla de Oliveira) e 82.764/82.770 (Centerleste Empreendimentos Comerciais Ltda e outros): À z. Serventia para conferência e anotação dos dados dos patronos em razão da regularização processual. 3. Fls. 81.218/81.229 (14ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS): Intimem-se as Recuperandas para que, no prazo 5 (cinco) dias, indiquem bens em substituição à Penhora realizada, de modo a satisfazer a dívida exequenda na Execução Fiscal nº 5067682-58.2019.8.21.0001, nos termos do art. 6º, § 7º-B, da LREF e art. 805 do CPC. Com ou sem manifestação das Recuperandas, manifeste-se a Administradora Judicial. Após, tornem conclusos para deliberação. 4. Fls. 81.230/81.235, Fls. 81.934/81.939, Fls. 82.601/82.606 e Fls. 82.880/82.884 (Recuperandas), e Fls. 82.012/82.197, Fls. 81.439/81.621, Fls. 82.375/82.559, 83.098/83.288 e Fls. 83.294/83.350, item I (Administradora Judicial): Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas aos meses de junho a setembro de 2024, cujas conferências foram reportadas nos 66º, 67º, 68º e 69º Relatórios Mensais de Atividades apresentados pela Administradora Judicial, cujos conteúdos abrangem a fiscalização das atividades desenvolvidas entre junho e setembro de 2024, e a apresentação e análises das demonstrações contábeis e financeiras de maio a agosto de 2024, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial em vigência, e do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/09/2024, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 81.541/81.542). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018). Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 5. Fls. 81.316/81.348 (Alger Brazil Junior), Fls. 81.357/81.368 (Monica Teles de Oliveira Almeida), Fls. 82.240/82.247 (Kleber Rufatto), Fls. 82.285 (Eliezer da Silva) e Fls. 83.294/83.350, Item II (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, nas manifestações de fls. 83.294/83.350, item II. Ressalvo que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial, sendo a escolha da opção de pagamento para o recebimento do seu crédito uma obrigação que lhe é imposta, prevista no Plano de Recuperação Judicial homologado. 6. Fls. 81.349/81.356 e Fls. 81.706/81.717 (Gislaine Maria Da Silva Pereira), Fls. 81.383/81.421 (Vilma Fátima Bain), Fls. 81.422/81.436 (Espólio de Ana Paula Azevedo Bessa da Conceição Sant'Anna), Fls. 81.761/81.763 (Fabiane Marciano da Silva e Paulo Cesar Barbosa Marins), Fls. 82.344/82.363 (Maria Lucia Teles), Fls. 82.677/82.763 (Talita de Oliveira Batista); e Fls. 83.294/83.350, Item V (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 83.294/83.350, item V, acerca dos pedidos de habilitação de crédito. Quanto aos créditos extraconcursais, nos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, os créditos constituídos após o pedido de Recuperação Judicial não estão sujeitos aos efeitos do procedimento, portanto, devem ser perseguidos pelas vias próprias. Ademais, tratando-se de crédito quirografário, deverá o interessado propor habilitação de crédito retardatária (art. 10, § 5º, da LREF), observando-se ainda o Comunicado CG nº 219/2018 (DJE 05/02/2018), que determina a distribuição das habilitações/impugnações de créditos POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por peticionamento eletrônico INICIAL. No momento da distribuição, deverá a peticionante preencher corretamente os dados das partes, incluindo o nome das Recuperandas como requeridas. À Z. Serventia para conferência e anotação dos dados dos patronos dos credores. 7. Fls. 81.369/81.374, Fls. 81.375/81.379, Fls. 82.300/82.305 e 82.776/82.782 (Superior Tribunal de Justiça): Ciência aos interessados acerca das r. Decisões proferidas nos autos dos Conflitos de Competência nº 206.123/SP, 205.193/SP, 208.258, 207.092 e 206.128. 8. Fls. 81.634/81.699 e Fls. 82.290/82.296 (Município do Rio de Janeiro), e fls. 83.294/83.350, item X (Administradora Judicial): Conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, e no mérito, nego-lhes provimento. Em que pese as alegações do Embargante, não vislumbro ocorrência da decisão embargada em qualquer das hipóteses referenciadas no art. 1.022 do Código de Processo Civil. Os embargos de declaração são instrumento processual voltado à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação da decisão ao interesse do Embargante. Como bem pontuado pela Administradora Judicial, não há que se falar em pagamento de créditos extraconcursais do ente federativo, quanto à créditos tributários, eis que estes não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial, devendo o credor perseguir a satisfação através de ação própria. Necessário pontuar, outrossim, que o imóvel arrematado foi alienado livre de ônus, conforme já deliberado às fls. 80.247/80.256, nos termos da legislação vigente. Anoto, ainda, que eventuais insurgências quanto ao julgado devem ser dirimidas através da via recursal adequada. Mantenho a decisão embargada por seus próprios fundamentos. Sobre a manifestação de fls. 81.634/81.699, não há que se falar em apresentação de certidão negativa para fins do que dispõe o art. 57 da LREF, isso porque trata-se de procedimento ajuizado antes da entrada em vigor da lei 14.112/2020, cuja obrigatoriedade de apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais era mitigada pelas instâncias superiores. INDEFIRO, portanto, o pedido. 9. Fls. 81.701/81.705, Fls. 82.364/82.370 e Fls. 83.079/83.084: Ciência aos credores e demais interessados acerca da r. Decisões de lavra da Exma. Ministra Nancy Andriighi, acerca dos Conflitos de Competência nº 206.128/SP, 207.092/SP, 209.043/SP e 209.043/SP Aguarde-se o julgamento definitivo. 10. Fl. 81.718 e Fl. 82.325 (Cartório): Ciência aos interessados acerca das informações prestadas ao STJ, relativas aos conflitos de competência nº 207.092/SP e 208.258/SP. 11. Fls. 81.721/81.731 e 81.946/81.955 (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo): Ciências às Recuperandas, credores e demais interessados acerca do trânsito em julgado dos v. Acórdãos proferidos no Recurso Especial nº 2627500/SP, e no Agravo de Instrumento nº 2308037-06.2023.8.26.0000. 12. Fls. 81.751/81.758 (7ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR) e Fls. 83.294/83.350, item VI (Administradora Judicial): Ante a quitação do crédito informada pela Justiça Trabalhista, acolho a sugestão da Administradora Judicial, devendo a Auxiliar do Juízo proceder com a exclusão do crédito da Prévia do Quadro-Geral de Credores. 13. Fls. 81.940/81.945 (Mute Participações Ltda) e Fls. 83.294/83.350, item VIII (Administradora Judicial): Providencie a z. Serventia a remessa do Auto de Arrematação de fls. 80.313/80.315 para a fila de assinaturas. No mais, com razão a Administradora Judicial. Observo que o edital de leilão previa que o bem estaria livre de ônus a partir da decisão de homologação da arrematação, que fora proferida em 09/05/2024, às fls. 80.247/80.256. Não obstante, existiam obrigações a serem cumpridas pela Arrematante, após a homologação, que eram de seu conhecimento, não havendo que se falar em baixa de eventuais gravames e dívidas tão somente a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

partir da imissão na posse do imóvel que se deu em 29/07/2024, sendo os débitos incidentes sobre o bem, de sua responsabilidade, desde a decisão homologatória. No mais, como já decidido, os débitos existentes após o pedido de Recuperação Judicial devem ser quitados, pois não se sujeitam aos efeitos do presente feito. INDEFIRO, portanto, o pedido. 14. Fl. 81.966 (Jose Paulo Sena de Jesus) e Fl. 82.783 (Cintia Silva Santos): A z. Serventia, para exclusão do cadastro. 15. Fls. 81.967/81.974 (21ª Vara Cível do Rio de Janeiro/RJ), Fls. 81.986/81.993 (80ª Vara do Trabalho de São Paulo) e Fls. 83.294/83.350, item VII (Administradora Judicial): considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item VII da sua manifestação de fls. 83.294/83.350, ciência aos credores e demais interessados acerca das providências adotadas pela Auxiliar do Juízo. 16. Fls. 81.982/81.985 e Fls. 83.089/83.097 (GX Empreendimentos Ltda., 82.000/82.007 (1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial), Fls. 83.294/83.350, item XI (Administradora Judicial): Ciente do julgamento do Agravo de Instrumento nº 2057701-45.2024.8.26.0000. Cumpra-se o v. Acórdão e expeça-se a carta de arrematação em favor do arrematante, após o recolhimento das custas devidas, com as cautelas de praxe nos termos do art. 895, §1º, do Código de Processo Civil. Expeça-se novo ofício ao Fundo Especial do Corpo de Bombeiros e ao Município do Rio de Janeiro, determinando-se a baixa dos gravames sobre o imóvel de Jacarepaguá, Matrícula nº 48.406 do 9º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, consoante arts.66, §3º e 141, inciso II, ambos da Lei nº11.101/05, pois o bem alienado está livre de qualquer ônus e o arrematante não sucede as obrigações do devedor, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00, em caso de novo descumprimento, limitada a 30 dias. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pela GX Empreendimentos Ltda., para ciência, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. 17. Fl. 82.198 (Rogerio Eduardo Simões Victorino) e Fls. 82.306/82.309 (Rosilene Costa): À z. Serventia para a exclusão dos peticionantes e dos patronos dos autos, conforme solicitado. 18. Fls. 82.219/82.224 (Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Cotia) e Fls. 82.566/82.600 (3ª Vara do Trabalho de Santo André): Anotem-se as reservas determinadas. Atentem-se as Recuperandas às reservas no momento dos pagamentos. À Administradora Judicial, para as providências de praxe. No mais, à Administradora Judicial para que oficie os Juízos solicitantes diretamente em resposta, dando-lhes ciência desta decisão. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado pela Administradora Judicial ao MM. Juízo da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Cotia/SP e ao MM. Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Santo André/SP. Quanto à determinação de indicação de bens aptos a constrições e servíveis à satisfação da execução, manifestem-se as Recuperandas, no prazo de 5 dias. Com ou sem manifestação, manifeste-se a Administradora Judicial. Após, tornem conclusos para deliberação. 19. Fls. 82.225/82.227 (Thalita Doliane Aparecida da Silva), Fls. 80.367/80.370 (Kelly Cristina Rocha) e Fls. 83.294/83.350, item IV (Administradora Judicial): INTIMEM-SE as credoras trabalhistas para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. 20. Fls. 82.249/82.270 (Recuperandas), Fls. 82.286/82.287 (Jorcelene Aparecida dos Santos Queiroz) e Fls. 83.294/83.350, item IX (Administradora Judicial): As Recuperandas, às fls. 82.249/82.270, em suma: (i) apresentaram os termos de anuência dos credores detentores das garantias que recaem sobre o imóvel de Curitiba e comprovaram a quitação do DIP obtido junto ao Itaú Unibanco; (ii) pugnaram pelo reconhecimento da essencialidade dos valores constritos no bojo da Execução Fiscal nº 5025098-15.2015.8.21.0000, mesmo sem apresentar bens em substituição, conforme determina o art. 6º, § 7º-B, da Lei nº 11.101/2005; (iii) informaram que o valor remanescente da credora Jorcelene Aparecida dos Santos Queiroz já foi pago. A Administradora Judicial às fls. 83.294/83.350 por sua vez: (i) tomou ciência dos Termos de Anuência apresentados pelas Recuperandas e do comprovante de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

quitação do DIP junto ao Itaú Unibanco, e opinou pelo prosseguimento do pagamento dos valores pelo arrematante do imóvel de Campinas (Lote 2); (ii) relatou que as Recuperandas não apresentaram bens em substituição à penhora realizada nos autos da demanda executória nº 5025098-15.2015.8.21.0000; (iii) apresentou comprovante de pagamento da credora Jorcelene Aparecida dos Santos Queiroz. É o relatório. Passo a decidir. i. Da Alienação do imóvel de Curitiba Considerando que as Recuperandas cumpriram integralmente o quanto determinado às fls. 80.247/80.256, acerca da apresentação dos termos de anuência dos credores detentores das garantias que recaem sobre o imóvel de Curitiba, e comprovaram a quitação do DIP perante o Itaú Unibanco. Considerando que a Administradora Judicial verificou a documentação apresentada pelas Recuperandas, que está em termos, e que a decisão às fls. 80.247/80.256 já homologou a arrematação do imóvel de Curitiba (Lote 02), intime-se o leiloeiro para providenciar o necessário para que o arrematante Nicolas Georges Papaprodromon efetue o pagamento da proposta apresentada à fl. 79.796, devendo o sinal e as parcelas subsequentes serem depositados diretamente às Recuperandas, nos termos do edital do leilão. Na sequência deverá o mesmo comprovar o pagamento do sinal e da comissão do leiloeiro nos presentes autos. Após o pagamento do valor do sinal e da comissão do leiloeiro, DEFIRO a imissão do arrematante na posse do imóvel arrematado (matrícula nº 15.254, do 7º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba/PR), consignando que a posse será exercida de forma precária até o adimplemento total do preço. Ressalva-se que, consoante o art. 66, §3º, da Lei 11.101/2005, o bem alienado estará livre de qualquer ônus e o arrematante não sucede as obrigações do devedor. Conforme já determinado às fls. 75.113/75.119, as Recuperandas deverão comprovar à Administradora Judicial a destinação dos valores aos credores extraconcursais, devendo apresentar os esclarecimentos da destinação dos valores no Relatório Mensal de Atividades subsequente à alienação, de modo a dar publicidade à coletividade de credores e demais interessados. ii. Da essencialidade dos bens constritos na Execução Fiscal nº 5025098-15.2015.8.21.0000 Considerando que as Recuperandas não possuem bens a serem ofertados em substituição à penhora, e que os créditos tributários não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial, não há óbice à constrição efetuada nos autos da Execução Fiscal nº 5025098-15.2015.8.21.0000. Oficie-se o Juízo da Vara Estadual de Execução Fiscal de ICMS do Estado do Rio Grande do Sul, autos nº 5025098-15.2015.8.21.0000, acerca do decidido, com as cautelas de praxe. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas, para ciência, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. iii. Do crédito de Jorcelene Aparecida dos Santos Queiroz Dê-se ciência à credora, através do seu patrono, acerca dos esclarecimentos apresentados pelas Recuperandas, no tocante ao pagamento do saldo remanescente do seu crédito e do comprovante de pagamento às fls. 83.324/83.326. 21. Fls. 82.560/82.564 (Ministério Público), Fls. 83.294/83.350, item XII (Administradora Judicial): Ciência aos credores e demais interessados acerca da manifestação do Ministério Público. As matérias suscitadas foram decididas no curso da presente decisão. 22. Fls. 82.771/82.774 (Cartório): Ciência ao interessado Mute Participações Ltda. acerca da expedição do mandado de imissão na posse dos imóveis de matrículas nºs. 51.194 e nº 63.031, registrados perante o 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santos. 23. Fls. 82.784/82.869 (Vara Cível de Campina Grande do Sul): À Administradora Judicial para as providências de praxe. 24. Fls. 82.871/82.878 (Paulo Clemente dos Santos): Às Recuperandas para que comprovem o recolhimento do FGTS do credor. 25. Fls. 82.888/83.059 (Cartório): Ciência às Recuperandas acerca da Certidão de Objeto e Pé expedida. 26. Fls. 83.294/83.350 (Administradora Judicial): Trata-se de manifestação da Administradora Judicial saneando o feito, com temas já abordados no curso da presente decisão. Abra-se vista ao Ministério Público, aos credores e demais interessados sobre


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

o inteiro teor da manifestação em voga. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 21/12/2025 pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1. Fls. 83.375/83.385: Último pronunciamento judicial. 2. Fls. 83.386/83.389 (Thalita Doliane Aparecida da Silva), Fls. 83.407/83.413 (Dario Conceição de Castro), Fls. 83.433/83.435 (Enedilson Teixeira Monteiro), Fls. 83.639/86.645 (SSRG Artes Gráficas e Editora Ltda), Fls. 83.687/83.689 (Emanuele Cristina Pinto Baptista), Fls. 83.695/83.697 (Johnny Luiz Mondeki), Fl. 83.750 (Salete de Cássia Muniz), Fl. 83.791 (Pontal Serviços em Comunicação Digital Ltda.), Fls. 83.792/83.795 (Marli Helena Pacheco), e Fls. 84.490/84.577, item IV (Administradora Judicial), Fl. 84.578 (Sandro Espindola de Mendonça) : INTIMEM-SE as Recuperandas e os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 84.490/84.577, item IV, acerca dos questionamentos sobre os pagamentos de seus créditos. Outrossim, como exaustivamente discorrido por este Juízo, os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas DIRETAMENTE ao e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, copiando-se o endereço eletrônico gruposhc2vfrj@gmail.com, para fiscalização da Administradora Judicial sem necessidade de comprovação nos autos. Intimem-se as Recuperandas para que tomem ciência das manifestações dos credores e as anotações dos dados bancários fornecidos. À Z. Serventia para conferência e anotação dos dados dos patronos em razão da regularização processual. 3. Fls. 83.390/83.391, 83.392/83.393 e 83.734/83.735 (Eliezer da Silva), Fls. 83.658/83.659 (Deusdeth Moura Mendes), Fls. 83.698/83.707 (Alessandro Tadeu Rocha), Fls. 83.708/83.716 (Amanda dos Santos Rezende), Fls. 83.740/83.742 (Wagner dos Santos Pelintra) e Fls. 84.490/84.577, item III (Administradora Judicial): INTIMEM-SE os credores para que tomem ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial na manifestação de fls. 84.490/84.577, item III, devendo adotarem as providências por ela elencadas. Ressalvo que é dever do credor acompanhar os autos de forma diligente, em especial nos casos de Recuperação Judicial, sendo a escolha da opção de pagamento para o recebimento do seu crédito uma obrigação que lhe é imposta, prevista no Plano de Recuperação Judicial homologado. Consigno, por fim, que eventuais irresignações deverão ser dirimidas por meio da via processual adequada, evitando-se manifestações reiteradas concernentes à mesma matéria, evitando-se o tumulto processual. 4. Fls. 83.394/83.398 e Fls. 84.291/84.293 (GX Empreendimentos Ltda): À z. Serventia para as providências de praxe, independente de nova decisão. No mais, certifique-se quanto às custas. 5. Fl. 83.400 e Fls. 83.736/83.737 (Cartório): Ciência aos interessados acerca das informações prestadas ao STJ, relativas ao conflito de competência nº 209.105/SP. 6. Fl. 83.401 (Kelly Sobral Rodrigues e José Eduardo Torres Mello): Nos termos do art. 112 do Código de Processo Civil, intimem-se os Advogados Kelly Sobral Rodrigues e José Eduardo Torres Mello para que comprovem a comunicação da renúncia ao outorgante. 7. Fls. 83.405/83.406 (Israel Ferreira Lopes da Paixão, Islane Frois da paixão e Vanessa Santos de Almeida), Fl. 83.638 (Paulo Clemente dos Santos) e Fls. 83.799/83.800 (Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro): À z. Serventia para conferência e anotação dos dados dos patronos em razão da regularização processual. 8. Fls. 83.438/83.445 (Iwao Kodama e Minako Kodama) e Fls. 84.490/84.577, item V (Administradora Judicial): Verifico que a Administradora Judicial realizou a análise da documentação apresentada e, estando a documentação em consonância com os ditames legais, autorizo a substituição pleiteada, devendo a Administradora Judicial providenciar o necessário. Anotem-se os dados dos patronos para fins de regularização processual. 9. Fls. 83.446/83.637, Fls. 84.294/84.485, Fls. 84.490/84.577, item II, Fls. 84.606/84.704 (Administradora Judicial), Fls. 83.745/83.749 (Recuperandas): Ciência aos credores e interessados acerca das contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de outubro de 2024. Ciência aos credores e interessados acerca da apresentação dos 70º, 71º e 72º Relatórios Mensais de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Atividades pela Administradora Judicial, cujos conteúdos abrangem a fiscalização das atividades desenvolvidas em outubro, novembro e dezembro de 2024, e a apresentação e análises das demonstrações contábeis e financeiras de setembro, outubro e novembro de 2024, além dos dados relativos ao acompanhamento do cumprimento do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial então em vigência, e do Plano de Recuperação Judicial no caso específico dos credores trabalhistas, na forma como decidido pelo Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais e pela via administrativa (e-mails) até 20/11/2024, para que busquem os pareceres contábeis relativos aos seus créditos (fls. 83.549/83.551 e fls. 84.397/84.398). Sobre referidos pareceres, poderá o titular do crédito apresentar manifestação em 5 (cinco) dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, a questão será dirimida em incidente próprio, a ser distribuído pelo interessado, nos termos dos arts. 13 a 15 da LREF, observando-se ainda, o Comunicado CG nº 219/2018 (DJ-e 05/02/2018). Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do Quadro-Geral de Credores, conforme apurado pela Administradora Judicial. 10. Fls. 83.646/83.657 (3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia), Fl. 83.682 (6ª Vara Cível de Madureira/RJ) e Fls. 84.490/84.577, item VI (Administradora Judicial): considerando que a Administradora Judicial providenciou a resposta aos ofícios (art. 22, I, m, da LREF), conforme item VI da sua manifestação de fls. 84.490/84.577, ciência aos credores e demais interessados acerca das providências adotadas pela Auxiliar do Juízo. 11. Fls. 83.717/83.733 e Fls. 84.490/84.577, item VII (Administradora Judicial): As Recuperandas, às Fls. 83.717/83.733, se manifestaram, em resumo: (i) discutiram quanto aos questionamentos formulados pelos credores acerca dos pagamentos dos créditos concursais; (ii) requereram fosse reconhecida a desnecessidade de indicação de bens à penhora em resposta ao ofício expedido nos autos da Execução Fiscal nº 5067682-58.2019.8.21.0001, em trâmite perante a 14ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS e, que este Juízo determine ao Juízo da Execução Fiscal que se abstenha de determinar constrições sem consultar este o Juízo Recuperacional; (iii) opinaram pelo indeferimento dos pedidos de reserva e penhora no rosto dos autos; (iv) requereram a concessão de prazo suplementar de 10 dias para comprovar o envio do ofício determinado às fls. 83.375/83.385 ao Juízo da Execução Fiscal nº 5025098-15.2015.8.21.0000. É o relatório Passo a decidir. Dos pagamentos aos credores Ciências aos credores e interessados acerca dos esclarecimentos prestados pelas Recuperandas e pela Administradora Judicial acerca dos pagamentos questionados no feito recuperacional. No mais, INTIMEM-SE os credores Wilson Pereira da Silva, Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos e Paulo Clemente dos Santos, através dos seus patronos, para que informem seus dados bancários às Recuperandas, através do e-mail creditosrjshc@gruposhc.com.br, com cópia para o e-mail da Administradora Judicial gruposhc2vfrj@gmail.com, nos termos da cláusula 14.2 do Plano de Recuperação Judicial Homologado, sem necessidade de comprovação nos autos. Do pedido de deliberação acerca da constrição na Execução Fiscal de nº 5067682-58.2019.8.21.0001 e do prazo suplementar. Com razão a Administradora Judicial em seu petitório de fls. 84.490/84.577. Em caso análogo (Execução Fiscal nº 5025098-15.2015.8.21.0000) este Juízo deliberou acerca da não sujeição dos créditos tributários ao procedimento de soerguimento. De igual sorte, o stay period já está encerrado há muito. Defiro, no entanto, o pedido de expedição de ofício ao Juízo da Execução Fiscal de nº 5067682-58.2019.8.21.0001 para que se abstenha de praticar atos constritivos ao patrimônio das Recuperandas sem prévia consulta ao Juízo Recuperacional. Por fim, intimem-se as Recuperandas, para que informem a existência de bens em substituição à penhora realizada nos autos da Execução Fiscal nº 5067682-58.2019.8.21.0001, nos termos do art. 6º, § 7º-B, da LREF e art. 805 do CPC. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas, à 14ª Vara da Fazenda Pública do Foro


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Central da Comarca de Porto Alegre/RS, autos nº 5067682-58.2019.8.21.0001, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos no prazo improrrogável de 10 (dez) dias do ato. Com ou sem manifestação, à Administradora Judicial. Após, tornem conclusos para deliberação. Do pedido de indeferimento de reservas de crédito Não há óbice para que as reservas sejam realizadas em favor dos credores conforme ofícios direcionados ao feito Recuperacional. Não se pode olvidar que o recebimento desses créditos está condicionado a liquidação dos valores no Juízo competente e a posterior distribuição de incidente de habilitação de crédito, nos termos do art. 10, § 5º, da Lei nº 11.101/2005 e Comunicado CG nº 219/2018, cujos valores serão pagos pelas Recuperandas, nos termos do PRJ aprovado e homologado por este Juízo, sob pena de afronta ao par conditio creditorum. À Administradora Judicial para as providências necessárias. Nesse ínterim, inexistente a necessidade de indicação de bens à penhora, nos autos do processo nº 1001130-90.2020.5.02.0433, em trâmite perante a 3ª Vara do Trabalho de Santo André/SP. Desta forma, EXPEÇAM-SE ofícios aos Juízos da 3ª Vara do Trabalho de Santo André/SP e da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Cotia/SP, autos nº 1001130-90.2020.5.02.0433 e 0002293-69.2023.8.26.0152, respectivamente, acerca do deliberado e das providências a serem adotadas pelo credor, caso entenda necessário, para o recebimento do crédito sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas aos Juízos acima mencionados, para ciência, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. 12. Fl. 83.751 e Fls. 84.276/84.290 (Recuperandas): Ciência aos credores e interessados acerca da providência adotada pelas Recuperandas. 13. Fl. 83.798 (Cartório): Intime-se o Leiloeiro para a apresentação do Auto de Arrematação. Com a apresentação, providencie a z. Serventia a remessa do Auto de Arrematação para a fila de assinaturas, independente de nova decisão. 14. Fls. 83.801/84.207 (Recuperandas) e Fls. 84.490/84.577, item I (Administradora Judicial): Ciência aos credores e interessados acerca do pedido de encerramento da Recuperação Judicial pelas Recuperandas e dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial acerca do cumprimento das obrigações contidas no Plano de Recuperação Judicial. Vistas ao Ministério Público. Após, tornem conclusos para deliberações. 15. Fls. 84.208/84.240 (2ª Vara da Execução Fiscal Municipal da Comarca de Belo Horizonte), Fls. 84.490/84.577, item VI (Administradora Judicial): Considerando que os créditos tributários não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial, não há que se falar em penhora no rosto dos autos recuperacionais. Oficie-se o Juízo da 2ª Vara da Execução Fiscal Municipal da Comarca de Belo Horizonte, nos autos nº 1000735-03.2024.8.26.0090, acerca do decidido, com as cautelas de praxe. Servirá cópia da presente decisão como OFÍCIO a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas, para ciência, mediante protocolo físico ou digital, comprovando-os nos autos em 10 (dez) dias do ato. 16. Fls. 84.243/84.248 e 84.249/84.256 (Superior Tribunal de Justiça): Ciência aos interessados acerca das deliberações do Superior Tribunal de Justiça quanto aos Conflitos de Competência nº 209043/SP e 209105/SP, bem como de seus resultados finais. 17. Fls. 84.257/84.275 (Maria Lúcia Teles) e Fls. 84.490/84.577, item IV: Ciência a credora, através do seu patrono, acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial. Considerando que a Administradora Judicial não detém a gestão das atividades das empresas em Recuperação Judicial, devem as Recuperandas tomarem as providências necessárias no bojo dos autos nº 5527142-22.2018.8.09.0051, comprovando-se sua manifestação naqueles autos em 10 dias. 18. Fls. 84.490/84.577 (Administradora Judicial): Manifestação saneadora da Administradora Judicial cujos itens já foram contemplados no curso desta decisão. Ciência às Recuperandas, aos credores e demais interessados e ao Ministério Público sobre o inteiro teor da manifestação em voga. 19. Fl. 84.793 (Paulo Clemente dos Santos): o peticionante informou que está ciente d despacho publicado no Diário Oficial dia


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

18.12.2024. Nada a deliberar. 20. Intimem-se. Cumpra-se." **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 25/02/2025 pelo MM. Juiz foi dito que: "Fls. 84.804 - 84.810: última decisão. Com questões pendentes de apreciação relativas aos pleitos de Fl. 84.839 84.841 / 86.154 86.157: Defiro o cadastro dos advogados. Fl. 85.518: Defiro a exclusão do advogado. Fls. 84.837 - 84.838 (Izabella da Costa Cerqueira Volotão): Afirma inadimplemento no montante de R\$ 7.000,00 desde janeiro de 2024. Fls. 84.839 84.841 / 84852 84.854 (BG Aparelhos Auditivos Ltda): Notícia de penhora no rosto dos autos quanto ao crédito de Devanir Ferreira. Fls. 85.461/85.476: Ofício enviado pela 14ª Vara do Trabalho de Curitiba, oriundo dos autos nº 0000689-98.2018.5.09.0014, requerendo a penhora no rosto dos autos, no valor de R\$ 169.195,19, para garantia à execução, em favor de Felipe Fernandes da Silva. Fls. 85477 85478 (Luciane Carla de Oliveira): Oposição ao encerramento do processo de recuperação, em razão de obrigações ainda pendentes de pagamento. Fls. 85.501 85.502 (Amanda dos Santos Rezende): Informação de dados bancários. Fls. 85.506 85.507 (Município de Niterói): Informação quanto a débitos fiscais pendentes de RNG Distribuidora de Veículos Ltda e requerimento de instauração de incidente de classificação de crédito público. Fls. 85.520 85.522 (Ministério Público): Requereu a oitiva da recuperanda e da AJ quanto às alegações e requerimentos de Izabella da Costa Cerqueira Volotão, BG Aparelhos Auditivos Ltda e Luciane Carla de Oliveira. Manifestou-se pelo indeferimento do requerimento do Município de Niterói. Fls. 85.525/85.529: Trata-se de ofício enviado pela 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS, oriundo dos autos nº 113802-23.2018.8.26.0100, requerendo a reserva do crédito tributário do Município de Porto Alegre, no valor de R\$ 13.528,88 Fls. 85.530 85.531 (Hélio Edson da Costa): Requerimento de habilitação de crédito. Fls. 85.534 85.535 (Camilla Luiza Cardoso Caldas Silva): Requerimento de habilitação de crédito. Fls. 85.575 85577 (João Batista Alves e Arthur Siso Pinheiro): Alegação de que o encerramento do processo depende da inclusão de seu crédito no quadro de credores. Fls. 85.581 85.585 (Janaína Guedes Faita Modesto): Afirma cobrança indevida de IPVA pelo Estado de São Paulo, razão pela qual pretende intimação da ré para transferência do veículo. Além disso, afirma inadimplemento do acordo feito nos autos do processo n. 0000859-07.2014.8.26.0299. Fls. 85.791 85792 (Viviane Fenandes Santos de Brito): Apresentação de resultado de julgamento de incidente. Fls. 85.796/85.806: Requerimento de expedição de carta de arrematação. Fls. 85.808 85.810 (Silvia Schulze): Afirmação de inadimplemento de obrigação habilitada e requerimento de pagamento de honorários. Fls. 85.825 85.844 (Recuperandas): Manifestação em resposta aos diversos requerimentos feitos nos autos e requerimento de: (i) encerramento da falência; (ii) instauração de incidente para alienação de ativos; (iii) Fls. 86.103 86.110: Informação de resultado de julgamento de incidente. Fl. 86.166 86.169 (Eliezer da Silva): Requerimento de opção extemporânea sobre a forma de pagamento. Fls. 86.170 86.271 (Administradora Judicial): Relatório mensal de atividades referente ao mês de janeiro de 2025. Entre as informações prestadas, ressaltou: Fl. 86.377 (Suzane Teixeira): Informação de crédito incluído na lista de credores sem notícia de pagamento. Fl. 86.380 86.381 (Recuperandas): Informação de protocolo em processos que estão sob jurisdição de outros juízos. Fl. 86.398: (Recuperandas): Juntada de contas demonstrativas mensais. Fl. 86.412 (Cristiano elias dos Santos): Requerimento de certidão de objeto e pé. Fl. 86.614 (Wagner dos Santos Pelintra): Informação de interposição de agravo de instrumento. Fls. 86.414 86442 (Administradora Judicial): Manifestação em relação a ofícios recebidos, alegações de inadimplemento e demais requerimentos feitos nos autos. Fls. 86.465 86.466 (Alexandre da Silva Macêdo): Requerimento de habilitação de crédito. Fls. 86.082/86.096: Ofício enviado pela Vara Única de Paranaitá, oriundo dos autos nº 000390-13.2011.8.11.0095. É o que importa relatar. Passo a decidir. Requerimentos de Habilitação de crédito (Hélio Edson da Cost, Camilla Luiza Cardoso Caldas Silva e Alexandre


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da Silva Macêdo) Os requerimentos de habilitação e impugnação de crédito devem ser feito via ajuizamento de incidentes. O protocolo nos autos deste processo principal é via inadequada. Portanto, nada a deliberar. Especificamente em relação a Hélio, remeto à manifestação e fls. 86.426, na qual a Administradora Judicial esclarece que os valores já foram adimplidos, notadamente quando considerada a não comprovação de escolha tempestiva da opção B do plano do PRJ. Alegações de inadimplemento (Izabella, Janaina, Silvia, Mariana e Suzane) Inicialmente, registro que nenhuma das alegações de inadimplemento veio instruída com a data prevista para o pagamento, conforme plano de recuperação, o que dificulta a análise do efetivo descumprimento e do inclusão da informação supostamente descumprida entre aquelas vencidas durante o período de supervisão (fls. 86.465 86.466). De todo modo, a Administradora Judicial informou que os débitos de Izabella estão integralmente quitados, conforme documentação apresentada (fls. 86.422 86.423) Quanto aos honorários de Silvia Schulze e mariana Dibe, cuida-se de créditos já reconhecidos como extraconcursais, motivo pelo qual não devem ser discutidos nestes autos. Remeto à manifestação de fl. 86.425. Quanto ao crédito de Suzane, intime-se as Recuperandas para pagamento, nos termos da manifestação de fls. 86.425 86.426. Crédito de Amanda dos Santos Rezende O crédito será incluído no momento da apresentação do 74º relatório mensal de atividades, conforme informação de fl. 86.423. Crédito de Viviane Fenandes Santos de Brito O crédito já está incluído no quadro geral de credores, conforme informação de fl. 86.424. Registro que não é necessário que se traga aos autos principais o resultado de julgamento dos incidentes. Crédito de Leandro de Araújo Rodrigues O crédito já está incluído no quadro geral de credores, conforme informação de fl. 86.425. Registro que não é necessário que se traga aos autos principais o resultado de julgamento dos incidentes. João Batista Alves e Arthur Siso Pinheiro Intimem-se os credores para ciência da habilitação do crédito, nos termos da manifestação de fl. 86.426. Eliezer da Silva Cuida-se de requerimento já decidido nas decisões de fls. 84.804/84.810 e 83.375/83.385. Eventual reiteração será apenada com multa. Requerimento de expedição de carta de arrematação. Expeça-se carta de arrematação, com cláusula de hipoteca e restrição de transferência até a quitação integral, nos termos da manifestação de fls. 85.796. Requerimento de instauração de incidente de crédito público. Indefiro. Os créditos fiscais não se sujeitam à recuperação judicial e devem ser perseguidos pelas vias próprias. O incidente de classificação de crédito público é próprio dos processos de falência, não existindo razão para instauração na recuperação judicial, dada a extraconcursalidade dos créditos. Janaina Guedes Fanta Modesto Quanto ao requerimento de determinação de que a Recuperanda transfira a titularidade do veículo, cuida-se de questão que foge à competência do juízo recuperacional. O juízo recuperacional não é universal. Nesse sentido, lecionam o Desembargador Sérgio Shimura e João Victor Carvalho de Barros: O art. 76 da Lei 11.101/2005 (LGL\2005\2646) estabelece que o o juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas algumas exceções legais, tais como as ações de competência da justiça do trabalho e das que discutem débitos fiscais. Ou seja, o mencionado dispositivo legal estabelece, para o juízo da falência e isso deve ficar claro a competência universal, sendo que regramento similar consta no art. 126 da lei especial. Para as recuperações judiciais não há qualquer disposição semelhante na Lei 11.101/2005 (LGL\2005\2646) e concordamos com o posicionamento doutrinário de ser inviável a aplicação subsidiária destes dispositivos (arts. 76 e 126 da Lei 11.101/2005 (LGL\2005\2646)) para o processo de recuperação judicial, especialmente considerando a abrangência restrita da recuperação judicial limitada aos credores sujeitos (SHIMURA, Sérgio; BARROS, João Victor. A CONSTRUÇÃO DE BENS DO DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA A SATISFAÇÃO DE CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS. Revista de Processo | vol. 304/2020 | p. 203 - 218 | Jun / 2020) Nesse sentido, este juízo não tem competência para


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

conhecer questões relativas à titularidade do veículo, motivo deixo de apreciar a pretensão da requerente. Quanto à alegação de inadimplemento, a Administradora Judicial informou que os pagamentos vêm sendo feitos na forma do PRJ (fl. 86.430). Ciência à requerente. Crédito de Maria Lúcia Teles Diante da notícia de conversão em perdas e danos da obrigação específica, deve a credora promover a regular habilitação de crédito pela via incidental, caso considere que se trata de crédito concursal. Requerimento de execução expedição de certidão de objeto e pé Expeça-se a certidão, desde que recolhidas as custas para o ato. Indicação de bens à penhora na execução fiscal 5067682-58.2019.8.21.0001 Não é de competência deste juízo a análise da necessidade de indicação de bens à penhora em execução fiscal. A competência do juízo recuperacional será, no máximo, de substituição de bens penhorados, nos termos do art. 6º, § 7º-B, da Lei 11.101/2005. Nesse ponto, registro que não foram apresentados bens pelas Recuperandas para substituição de penhora nos autos da execução, conforme determinado na decisão de fls. 84.808. Considerando a ausência de apresentação de bens para eventual substituição, revogo a determinação de abstenção de atos constritivos em face das recuperandas na execução de n. 5067682-58.2019.8.21.0001 sem prévia consulta ao juízo. A rigor, a sistemática estabelecida pelo art. 6º, § 7º-B, da Lei 11.101/2005 envolve primeiro o ato de constrição pelo juízo da execução e depois a atuação do juízo da recuperação, substituindo o bem constrito, se o caso. Nada impede, contudo, que haja consulta prévia, tornando desnecessária a constrição de ativos fadados a serem substituídos, com a indicação imediata do juízo recuperacional de bens que seriam indicados em substituição. O objetivo da prévia consulta seria, então, a indicação por este juízo dos bens mais adequados para a penhora, nos termos do art. 6º, § 7º-B, da Lei 11.101/2005. Como nenhum bem foi indicado pela Recuperanda, não há razão para consulta prévia a este juízo. Eventualmente, em caso de efetiva constrição de ativos, é possível que haja substituição nos termos do art. 6º, § 7º-B, da Lei 11.101/2005, caso a recuperanda se desincumba de seu ônus. Determino que a Recuperanda comunique o juízo do processo n. 5067682-58.2019.8.21.0001 quanto ao conteúdo desta decisão, com apresentação de cópia integral e comprovação nestes autos no prazo de 10 dias. Ofício enviado pela Vara Única de Paranaíta, oriundo dos autos nº 000390-13.2011.8.11.0095 Cuida-se de louvável iniciativa do Juízo da Vara Única de Paranaíta, que, pela via da cooperação judiciária nacional, provoca este juízo para cooperar com o prosseguimento da execução de forma compatível com a finalidade da recuperação judicial. A rigor, o disposto no art. art. 6º, § 7º-A, da Lei 11.101/2005 só é aplicável durante o período de stay period, de modo que somente nesta hipótese cabe ao juízo recuperacional determinar a suspensão de atos constritivos, com o objetivo de proteção aos bens de capital essenciais à atividade da empresa. No presente caso, não está mais vigente o stay period, de modo que não há óbice intransponível sequer para a constrição de bens essenciais. Apesar disso, nada impede a atuação conjunta entre os juízos cooperantes, para que a satisfação da execução do crédito extraconcursal se dê da forma que menos prejudique a recuperação da empresa. Note-se que essa interação entre juízos não se dá com o objetivo de impedir a execução, mas de conciliar a execução com os objetivos do plano de recuperação. Diante disso, intuem-se as recuperandas para a indicação de bens cuja constrição atendam à regra da menor onerosidade, sob pena de comunicação ao juízo de que não há óbices à constrição genérica de ativos. Ofício enviado pela 14ª Vara do Trabalho de Curitiba, oriundo dos autos nº 0000689-98.2018.5.09.0014 Cuida-se de requerimento de penhora no rosto dos autos de crédito habilitado neste processo de Recuperação e já adimplido, conforme informação de fl. 86.420. Comunique-se o juízo solicitante, via ofício. Ofício enviado pela 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS Cuida-se de requerimento de penhora no rosto dos autos de crédito fiscal do qual é devedora uma das recuperandas. A penhora no rosto dos autos é instrumento apto a penhorar créditos que o executado possua em outro processo. Sucede que na


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

recuperação judicial da recuperanda não possui créditos, mas débitos, de modo que não há o que ser penhorado. De todo modo, os créditos fiscais são extraconcursais, razão pela qual sua execução pode ocorrer de forma autônoma, observado o disposto no art. 6º, § 7º-B, da Lei 11.101/2005. Comunique-se, via ofício, o Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS do teor desta decisão, com as homenagens de praxe. Da penhora no rosto dos autos informada por BG Aparelhos Auditivos Ltda. Cuida-se de crédito já penhorado no rosto dos autos para satisfação do crédito que é objeto da reclamação trabalhista n. 1602000-31.2009.5.09.0028. O crédito trabalhista goza de prioridade, por ter penhorado o bem em primeiro lugar (art. 797 do CPC). Nesses termos, determino anotação da penhora e pagamento do crédito relativo à reclamação trabalhista 1602000-31.2009.5.09.0028 em primeiro lugar. Eventual sobrea deverá ser colocada à disposição do juízo do processo nº 0011692-14.2019.8.16.0194. Oficie-se o juízo do processo da 24ª Vara Empresarial de Curitiba, comunicando-lhe o teor desta decisão, com as homenagens de praxe. No mais, determino: Manifeste-se o Administrador judicial quanto ao requerimento de encerramento do processo de Recuperação Judicial. Anoto que já há manifestação quanto ao requerimento de instauração de incidente autônomo de alienação de bens (fl. 86.433 e seguintes); Após, vistas ao Ministério Público para manifestação quanto ao requerimento de encerramento e quanto ao pedido de instauração de incidente autônomo de alienação de bens; Ciência aos credores quanto ao 73º relatório mensal de atividades; Ciência aos credores que eventual alegação de inadimplemento deverá vir acompanhada da informação da data prevista no plano para cumprimento da obrigação supostamente inadimplida, sob pena de não apreciação. Publique-se. Intimem-se as partes." **CERTIFICA MAIS QUE**, em decisão proferida em 16/05/2025 pelo MM. Juiz foi dito que: "Nos termos do art. 61, da LRF, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram as obrigações previstas no plano que se vencerem em até 2 anos contados da decisão de concessão da recuperação judicial (período de supervisão judicial). Segundo o art. 63, cumpridas as obrigações vencidas no prazo de 2 anos, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial. O plano de recuperação judicial foi homologado em 03/09/2019, pela decisão de fls. 26.596/26.609. Posteriormente, foi realizado aditivo ao plano, homologado em 06/08/2020 (fls. 39.626/39.635). Foi proferida sentença de encerramento (63.345/63.356) em 25/02/2022. Em sede recursal, a Superior Instância reconheceu a nulidade das cláusulas do plano relativas ao pagamento de créditos trabalhistas e determinou a continuidade do procedimento para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas (agravos de instrumento n. 2262234-39.2019.8.26.0000 e 2210594-60.2020.8.26.0000). O administrador judicial apresentou relatório, apontando o cumprimento das obrigações previstas no biênio legal (fls. 84.490/84.520, 86.797/86.809 87268 / 87287), inclusive as obrigações trabalhistas que deram causa à reforma de sentença de encerramento. Nesse ponto, registro a informação de fl. 84498, segundo a qual 1.540 credores trabalhistas foram pagos, restando 537 que ainda não perceberam seus créditos, em razão de inconsistências cadastrais, ausência de dados bancários, pix devolvido e transações não permitidas para as contas informadas. Por essa razão, não há como imputar a mora às Recuperandas, mas aos credores que não disponibilizaram os dados de pagamento. Além disso, a ausência de Quadro Geral de Credores consolidado não impede o encerramento do feito, nos termos do art. 63, parágrafo único, da Lei 11.101/2005. Registro que o Ministério Público não se opôs à extinção do processo (fls. 87.187 87.192). Portanto, não há óbices à extinção do processo. O encerramento do processo não se confunde com a extinção das obrigações, que podem ter prazo de cumprimento superior ao período de supervisão judicial. Os credores eventualmente inadimplidos poderão ajuizar demanda destinada à execução específica do seu crédito ou à decretação da falência da recuperanda, nos termos do art. 62 da Lei 11.101/2005. Por todas essas razões, declaro que o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Plano de Recuperação Judicial e seu Aditivo foram cumpridos durante o período em que as Recuperandas foram fiscalizadas pelo Poder Judiciário, e, portanto, com base nos arts. 61 e 63, ambos da Lei nº 11.101/2005, declaro o encerramento da Recuperação Judicial do GRUPO SHC, composto pelas empresas: ZAQ PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 27.156.550/0001-50; TUB PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 05.769.100/0001-09; OPERADORA DE TURISMO T. T. TOURS LTDA., CNPJ nº 04.069.238/0001-24; SRR PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 05.742.308/0001-26; SRR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 03.474.172/0001-95; SPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 12.514.987/0001-41; SPG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 12.529.093/0001-25; SNS AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ nº 11.122.071/0001-83; SNG SUL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 24.807.520/0001-79; SNG SP COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 24.816.113/0001-28; SNG RIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 24.934.448/0001-40; SNG NORDESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 24.807.608/0001-90; SNG C. OESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 24.795.815/0001-72; SHS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 12.764.772/0001-89; SHS LOCAÇÃO DE BENS LTDA., CNPJ nº 12.795.203/0001-09; SECAR PARTICIPAÇÕES S.A.; CNPJ nº 08.987.114/0001-89; SAINT MORITZ DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 00.819.488/0001-83; SAINT MICHEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 64.052.897/0001-80; SAINT MARTIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.; CNPJ nº 03.761.346/0001-09; SAINT GERMAIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 68.817.287/0001-80; RPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 09.285.950/0001-84; RNG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 12.510.173/0001-39; PVN VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 05.251.492/0001-01; NHN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 12.505.564/0001-65; NGN IMPORTADORA LTDA., CNPJ nº 11.453.341/0001-39; JC COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA., CNPJ nº 71.811.384/0001-70; JC BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ nº 15.238.000/0001-00; GB CARS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 04.289.308/0001-50; FRANCECAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 67.570.598/0001-25; ETOILE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 03.843.720/0001-07; EPC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 06.888.977/0001-73; DIREÇÃO PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 00.816.450/0001-57; CORRETORA DE SEGUROS SHR LTDA., CNPJ nº 04.046.958/0001-74; CARFRANCE LTDA., CNPJ nº 41.920.521/0001-44; CAMBRAIA E ROSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 01.829.861/0001-40; BSC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 11.106.720/0001-52; BRN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 11.569.914/0001-94; BRG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 12.536.852/0001-87; AVENUE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 07.989.018/0001-07; e AUTOFRANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 70.176.516/0001-77. Determino, nos termos do art. 63, da LREF: A apresentação, pela Administradora Judicial, do relatório de prestação de contas, para pagamento, pelas Recuperandas, de eventual saldo de honorários, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 11.101/2005. A apresentação, pela Administradora Judicial, do Relatório Circunstanciado previsto no art. 63, III da Lei 11.101/2005, no prazo de 15 (quinze) dias, tratando da execução do Plano de Recuperação Judicial e de seu Aditivo, pelas Devedoras. A apuração, pela z. Serventia, de eventual saldo das custas judiciais a serem recolhidas pelas Recuperandas (art. 63, II). A comunicação ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis (art. 63, V). nos termos do Plano de Recuperação Judicial e do Aditivo, aprovados e homologados, independentemente de habilitação nestes autos, ou incidentalmente, ou de execução em Juízo diverso, desde que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

observado o prazo prescricional do crédito, diante do caráter erga omnes ex vi legis da sujeição Recuperacional. Que todas as habilitações e impugnações pendentes de julgamento e corretamente distribuídas serão julgadas por este Juízo, devendo eventuais credores que assim não se enquadrarem buscar suas pretensões pelas vias ordinárias. Observado o art. 59 da Lei nº 11.101/2005, determino a suspensão da publicidade de eventuais apontamentos cadastrais e protestos existentes em nome da Recuperanda, exclusivamente relacionados aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, até o integral cumprimento das obrigações previstas no PRJ, com comunicação à Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e à Receita Federal. Os credores devem se abster de apresentar dados bancários e/ou pessoais nos presentes autos, devendo tais informações serem enviadas DIRETAMENTE ao e-mail das Recuperandas, creditosrjshc@gruposhc.com.br, sem necessidade de comprovação nos autos. Não obstante o encerramento da recuperação, há algumas questões pendentes de análise por este juízo. Da comprovação de pagamento à credora Suzane Teixeira Ciência a credora Suzane Teixeira, através do seu patrono, acerca da quitação do seu crédito conforme informado pelas Recuperandas. Determinação de indicação de bens à satisfação dos créditos oriundos da Vara Única de Paranaíba, autos nº000390-13.2011.8.11.0095 Considerando o encerramento desta recuperação, não há restrições à prática de atos constitutivos diretamente pelo juízo oficiante. Informe-se o juízo, via ofício, desta sentença de encerramento. Pagamento dos credores trabalhistas habilitados no 74º RMA INTIMEM-SE os credores Amanda dos Santos Rezende, Cristiane Menezes Nunes de Lima, Pablo Costa Portela e Renato Alexandre Mendonça, através dos seus patronos, para que tomem ciência dos pagamentos realizados pelas Recuperandas. Requerimento de Maria Lúcia Teles Indefiro a declaração de extraconcursalidade da obrigação por se tratar de obrigação ilíquida à data do pedido de recuperação. De acordo com o art. 49 da Lei 11.101, estão sujeitos à recuperação judicial as obrigações existentes na data do pedido, assim compreendidos como aqueles que possuem fato gerador anterior à data do pedido. A liquidez da obrigação não é pressuposto para submissão aos efeitos da recuperação judicial. Portanto, o adimplemento deverá ser feito na forma do plano de recuperação. Eventual inadimplemento deverá ser objeto de processo autônomo de cumprimento de sentença ou de pedido de decretação de falência. Ademais, a conversão da obrigação em perdas e danos não faz surgir nova obrigação. Cuida-se de obrigação já existente, convertida em pecúnia. Logo, cuida-se de obrigação submetida aos efeitos da recuperação judicial. Quanto às multas fixadas após o pedido de recuperação judicial, cuida-se de créditos extraconcursais, pois seu fato gerador é posterior à data do pedido. No mais, indefiro a fixação de multa, pois excede ao objeto deste processo o cumprimento forçado de obrigações que são objeto do processo de execução n. 5527142-22.2018.8.09.0051. De acordo com o art. 49 da Lei 11.101, estão sujeitos à recuperação judicial as obrigações existentes na data do pedido, assim compreendidos como aqueles que possuem fato gerador anterior à data do pedido. Requerimento de Totalenergies Marketing Services Brasil Lubrificantes Ltda. Intime-se o interessado, através de seu patrono, para que tome ciência acerca dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, bem como para que informe a razão de requerer a regularização de sua representação processual, uma vez que não há créditos de sua titularidade habilitados na Prévia do Quadro Geral de Credores. Ofício da 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre Conforme discorrido pela Administradora Judicial, o crédito pleiteado no processo de origem possui natureza totalmente extraconcursal, dado o período laboral que iniciou-se, e, por consequência, encerrou-se, após o pedido de Recuperação Judicial (05/11/2018). Desta forma, nos termos do art. 49, caput da Lei nº 11.101/2005, os créditos relacionados ao pedido de reserva não se sujeitam ao presente procedimento, razão pela qual impossível reservá-los como suscitado. Comunique-se, via ofício, o Juízo da 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, nos autos da Reclamação Trabalhista nº


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

0020117-07.2023.5.04.0022, do teor desta decisão, com as homenagens de praxe. Requerimento de Deusdeth Moura Mendes Intime-se o credor para tomar ciência dos esclarecimentos prestados pela Administradora Judicial, no item IX de sua manifestação de fls. 87.266/87.287. Esse Juízo já deliberou às fls. 84.804/84.810 no que tange à obrigação imposta ao credor, quanto à escolha de sua opção de pagamento, e não foi noticiada a interposição de recurso, razão pela qual a matéria está preclusa. Ofício do 2º Tabelião de Protesto de São Paulo (fls. 87.200) Considerando a novação promovida pelo plano de recuperação, os protestos relativos às obrigações submetidas aos seus efeitos devem ser cancelados definitivamente. Oficie-se, em resposta, informando o 2º Tabelião de Protesto de São Paulo quanto ao teor desta decisão. Fls. 87.309/87.310 (Therezinha Lopes de Oliveira) e Fl. 87.336 (Patricia Barbosa Ferreira Intimem-se as Recuperandas para que comprovem o pagamento das credoras. Eventual descumprimento deverá ser objeto de processo autônomo de cumprimento de sentença ou pedido de falência. Fls. 87.311/87.313 (Derivaldo de Jesus Gama): Cuida-se de requerimento de habilitação de crédito. Considerando a extinção deste processo, o credor deve perseguir seu crédito pelas vias ordinárias. Fls. 87.320/87.331 (Angelo Renosto): O peticionante afirma falecimento de seu genitor, credor nesta recuperação. Ciência às Recuperandas. O crédito deverá ser objeto de regular procedimento judicial ou extrajudicial de inventário. Fl. 87336 (Patricia Barbosa Ferreira) Diante do encerramento da Recuperação Judicial, eventual inadimplemento deverá ser objeto de processo autônomo de cumprimento de sentença ou pedido de decretação de falência. Fl. 87911 (Cleverson Augusto Chalus) Cuida-se de requerimento de penhora no rosto dos autos. Com o encerramento do processo de recuperação e o fim da fiscalização judicial do cumprimento das obrigações, inviável a anotação nos autos da penhora. Contudo, ficam cientes as Recuperandas da penhora de crédito, para os fins do art. 855, I, do CPC. Joelma de Jesus Christo, Mary Stella Novaes e Leandro do Nascimento (fls. 87917 87919 e 87929 - 87930) Remeto a credora às instruções já dadas aos credores em geral quanto à forma de obtenção de seu crédito após o encerramento do processo de recuperação. Logan C Construções (Fls. 87927 8792) Defiro o cadastro, se em termos. Gabriel Domingos da Silva (fls. 87944 87945) Cuida-se de alegação de falecimento de credor habilitado e depósito de quantias em conta bancária do falecido credor. Indefiro a expedição de ofício ao Banco Itaú. A transferência de valores contidos em conta de pessoa falecida foge aos limites e objeto deste processo de recuperação. Os herdeiros deverão ajuizar processo de alvará judicial perante o juízo competente, nos termos do art. 2º da Lei n.º 6.858/80. Do requerimento de criação de incidente específico para a venda de bens das Recuperandas As Recuperandas pretendem o encerramento deste processo de recuperação, mas o ajuizamento de incidente específico, em apartado, para oportuna alienação de bens do ativo não circulante. A alienação judicial de ativos no âmbito de processo recuperacional traz evidentes vantagens para o adquirente, pois acarreta liberação de ônus e não implica sucessão em obrigações, nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005. Consequentemente, há vantagens também para o alienante, que conseguirá alienar mais facilmente o bem e a um preço mais atrativo. A finalidade do regime mais benéfico não pode ser dissociada do processo de soerguimento. Cuida-se de benefício dado à empresa com o objetivo de contribuir com a sua recuperação. A Lei 11.101/2005 determina a extinção do processo de recuperação após o cumprimento das obrigações vencidas no prazo de 02 anos da concessão da recuperação judicial. Diante disso, surgem duas questões: 1- a alienação de bens posterior ao encerramento da recuperação pode ser feita com os benefícios previstos no art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005?; 2- Em caso positivo, qual a forma correta de operacionalização da alienação, dada a extinção do processo principal? De um lado, o art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005 não pode ser interpretado como um permissivo para que a empresa realize a venda a qualquer tempo e ainda assim obtenha os benefícios previstos na LREF. Como dito, o regime


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

*especial de alienação de ativos só se justifica em razão de sua contribuição para o soerguimento da empresa. A alienação feita sem vínculo com a reestruturação da empresa não pode atrair o regime especial da LREF, sob pena de caracterização de abuso do direito por desvio de finalidade. Consequentemente, a mera previsão de alienação no plano, não efetivada em tempo razoável, não autoriza que a venda se dê com os benefícios da Lei 11.101/2005. De outro lado, é possível que a reestruturação da empresa dure mais tempo que o período de supervisão judicial. Ou seja, o processo de soerguimento pode ser mais longo que o processo judicial de recuperação. Nesse contexto, notadamente quando considerada a existência de ativos de difícil alienação, é possível que a venda de bens posterior ao encerramento do processo de recuperação se dê ainda com nexo finalístico com a reestruturação da empresa. Neste caso, não há abusividade na incidência do regime especial previsto no art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005. Portanto, a incidência do art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005 para alienações posteriores ao encerramento do processo de recuperação deve ser apurada em concreto, consideradas as circunstâncias da empresa na data da alienação. Tendo em vista que o processo de recuperação estará encerrado à época da alienação, é preciso o ajuizamento de processo autônomo, distribuído para o juízo recuperacional do processo originário, no âmbito do qual se apurará a adequação da incidência do art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005 e, se o caso, promover-se-á os atos judiciais de alienação. No presente caso, não há perspectivas concretas de alienação dos bens, de modo que indevido o ajuizamento imediato do processo. Portanto, indefiro o ajuizamento do incidente tal qual requerido pelas Recuperandas. As interessadas devem promover o ajuizamento quando houver interesse e perspectiva concreta de alienação. São Paulo, 16 de maio de 2025."***CERTIFICO MAIS E FINALMENTE QUE**, os autos estão conclusos para determinação judicial. **NADA MAIS.** O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 14 de julho de 2025.

"Esta certidão é fornecida de acordo com o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição Federal. Caberá ao requerente ou destinatário da certidão a responsabilidade por eventual uso ou divulgação das informações nela contidas."

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Estado: Isento (Provimento CSM nº 2.356/2016)